UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Milena Torres de Melo Silva

A integridade visual da Rua da Aurora no Recife:

uma reflexão sob a perspectiva da Paisagem Urbana Histórica

Recife
2020

Milena Torres de Melo Silva

A integridade visual da Rua da Aurora no Recife:

uma reflexão sob a perspectiva da Paisagem Urbana Histórica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Desenvolvimento Urbano

Orientadora: Profa. Dra. Ana Rita Sá Carneiro

Recife

2020

Catalogação na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

S586i Silva, Milena Torres de Melo
A integridade visual da Rua da Aurora no Recife: uma reflexão sob a perspectiva da Paisagem Urbana Histórica / Milena Torres de Melo Silva. – Recife, 2020.
205f.: il.

Orientadora: Ana Rita Sá Carneiro.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2020.

Inclui referências e apêndices.

1. Paisagem. 2. Paisagem Urbana Histórica. 3. Integridade Visual. 4. Rua da Aurora. I. Carneiro, Ana Rita Sá (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2020-179)

Milena Torres de Melo Silva

A integridade visual da Rua da Aurora no Recife:

uma reflexão sob a perspectiva da Paisagem Urbana Histórica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 17/08/2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Lucia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Daniel de Souza Leão Vieira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Tomás de Albuquerque Lapa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Aos que se encantam ao contemplar a história

e a magia da Rua da Aurora.

AGRADECIMENTOS

Os primórdios desta pesquisa possuem suas raízes ainda no meu trabalho de graduação, realizado na UNICAP, onde tive meu primeiro contato com os encantos da Rua da Aurora e da paisagem. Assim, agradeço a todos que contribuíram de alguma maneira ao longo desse caminho.

Em especial, agradeço a minha orientadora Ana Rita Sá Carneiro por toda atenção, conselhos e paciência durante esta caminhada, me inspirando como pessoa de diferentes maneiras.

Aos professores do MDU, por todos os ensinamentos e questionamentos que me fizeram crescer tanto na pesquisa como profissionalmente. A todos os funcionários do MDU, pelos auxílios concedidos. E aos colegas da turma M39, em particular à Carol Barros, Jussara Barbosa e Jéssica Yale, pelas trocas, conselhos e mútuo suporte durante esses dois anos.

Ao Laboratório da Paisagem e a todos os pesquisadores, que nos momentos de discussão em grupo contribuíram com importantes reflexões para o andamento da pesquisa. Agradeço especialmente a Wilson, Jônatas e Raquel, que me acolheram e acompanharam um pouco desse processo mais de perto.

À FACEPE, pelo apoio financeiro proporcionado à pesquisa por meio da bolsa de estudo.

À Andresa Santana, por todos os conselhos e auxílios durante o mestrado, desde a elaboração do pré-projeto de pesquisa para a seleção. À Mariana Felipe, pelo apoio emocional e por escutar todas as inquietações desde a graduação.

Agradeço aos 30 entrevistados que se dispuseram a participar da pesquisa de forma remota mesmo num período tão atribulado, em plena pandemia do Covid-19, que mudou nossas rotinas e impediu o encontro pessoalmente, devido ao isolamento social necessário ao momento.

A todos meus familiares e amigos que tanto contribuíram no meu desenvolvimento pessoal e deram suporte para o ingresso no mestrado e para o desenvolvimento deste trabalho.

A Deus e aos amigos espirituais que estão sempre presentes, me guiando e dando força nos bons e nos árduos momentos.

“A paisagem é como um texto humano a ser decifrado [...] como um pensamento oculto a ser achado por trás dos objetos, das palavras e dos olhares” (BESSE, 2014, p.21).

RESUMO

A Rua da Aurora é uma frente d'água de destaque e um cartão-postal emblemático que emoldura a paisagem histórica do centro do Recife. Seu conjunto edificado expressa os diferentes tempos históricos que se acumulam com o passar dos anos, alguns deles interceptados por descontinuidades construtivas. Mas, o que caracteriza a integridade visual dessa paisagem hoje? A discussão teórica da pesquisa se insere no âmbito de estudo da abordagem da Paisagem Urbana Histórica (PUH) e prioriza a dimensão da integridade visual, assim como se fundamenta na noção de paisagem como palimpsesto. Tem-se como objetivo verificar a integridade visual da paisagem da Rua da Aurora visando à conservação do ponto de vista da PUH. Para tanto, observa-se quatro principais tempos do palimpsesto dessa paisagem: (i) Tempo 1: o início dos aterros e a consolidação da Rua da Aurora; (ii) Tempo 2: a fase das modernizações; (iii) Tempo 3: o período preservacionista; (iv) Tempo 4: a época dos arranha – céus. A metodologia do trabalho compreende uma investigação histórica que se estrutura a partir da pesquisa documental de legislações, mapas cartográficos, fotografias e cartões-postais que se referem à paisagem histórica da Rua da Aurora, tendo como foco a integridade visual e segundo os recortes temporais aos quais se propõe explorar. Neste percurso, foram realizadas entrevistas com moradores e especialistas da conservação urbana com o intuito de apreender a percepção da Rua da Aurora como paisagem e evidenciar suas preferências visuais. A discussão da integridade visual mostrou que a Rua da Aurora constitui uma paisagem repleta de significados que vão além da materialidade das edificações.

Palavras - chave: Paisagem. Paisagem Urbana Histórica. Integridade Visual. Rua da Aurora.

ABSTRACT

Aurora Street is a prominent waterfront and an emblematic postcard that frames the historic landscape of Recife's downtown. Its built ensemble expresses the different historical times that have accumulated over the years, some of them intercepted by constructive discontinuities. But, what characterizes the visual integrity of this landscape today? The theoretical discussion falls within the scope of the Historical Urban Landscape (HUL) approach, prioritizes the dimension of visual integrity and is based on the notion of landscape as palimpsest. The research aims to verify the visual integrity of the landscape of Aurora Street, aiming the conservation from the point of view of the HUL. Therefore, four main times of this Historic Urban Landscape are observed: (i) Time 1: the start of landfills and the consolidation of Aurora Street; (ii) Time 2: the modernization phase; (iii) Time 3: the preservation period; (iv) Time 4: the time of the skyscrapers. The methodology of this work comprises a historical investigation that is structured on documentary research of legislations, cartographic maps, photographs and postcards that refer to the historical landscape of Aurora Street, focusing on visual integrity and according to the temporal cutouts that it proposes to explore. In this context, interviews were conducted with residents and specialists in urban conservation in order to apprehend the perception of Aurora Street as a landscape and highlight their visual preferences. The discussion of visual integrity showed that Aurora Street is a landscape full of meanings that goes beyond the materiality of the buildings.

Keywords: Landscape. Historic Urban Landscape. Visual Integrity. Aurora Street.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema da fundamentação teórica e alguns dos teóricos que perpassaram o estudo da integridade visual da Rua da Aurora..... 25

Figura 2 – Esquema do processo metodológico e dos procedimentos adotados para verificação da integridade visual da Rua da Aurora no âmbito da PUH..... 26

Figura 3 – Vista aérea do centro do Recife..... 36

Figura 4 – Localização da Rua da Aurora..... 37

Figura 5 – Casario da Rua da Aurora e *Flamboyants*..... 38

Figura 6 – Estátua de João Cabral de Melo Neto na Rua da Aurora a contemplar o rio Capibaribe..... 40

Figura 7 – Estátua de Ariano Suassuna na Rua da Aurora, próximo ao teatro que o homenageia..... 40

Figura 8 – Palavras associadas à Rua da Aurora pelos moradores (G1)..... 41

Figura 9 – Palavras associadas à Rua da Aurora pelos especialistas (G2)..... 42

Figura 10 – Vista da Rua da Aurora a partir da Ponte Duarte Coelho..... 43

Figura 11 – Os diferentes tempos das construções da Rua da Aurora..... 43

Figura 12 – Trecho 1 da Rua da Aurora..... 45

Figura 13 – Trecho 2 da Rua da Aurora..... 45

Figura 14 – MAMAM e casarões sem uso na Rua da Aurora..... 46

Figura 15 – Início do trecho 3 da Rua da Aurora..... 46

Figura 16 – Continuação do trecho 3 da Rua da Aurora..... 47

Figura 17 – Caracterização do Cais da Aurora..... 48

Figura 18 – Trechos preservados e os novos edifícios da Rua da Aurora..... 52

Figura 19 – Aparição da Virgem a São Bernardo..... 53

Figura 20 – Madona del Sacco..... 53

Figura 21 – Lamentation for Christ (detail)..... 53

Figura 22 – Dong Yuan (c. 950), Colinas no verão (detalhe) 54

Figura 23 – Planta Topográfica do Bairro da Boa Vista de 1821. Em pontilhado pode-se observar a localização onde futuramente se desenvolveu a Rua da Aurora. 68

Figura 24 – Primeiro segmento a ser aterrado na Rua da Aurora..... 69

Figura 25 – Segundo segmento a ser aterrado na Rua da Aurora..... 70

Figura 26 – Vista para a Ponte da Maxambomba..... 70
Figura 27 – Terceiro segmento a ser aterrado na Rua da Aurora..... 71
Figura 28 – Silhueta da Rua da Aurora até o seu terceiro trecho de aterro..... 72
Figura 29 – Quarto segmento a ser aterrado – Vista para a Fundição D'Aurora..... 73
Figura 30 – Trecho da Planta da Cidade do Recife e Seus Arrabaldes de 1875, onde observa-se as áreas alagadas nas imediações do atual Parque 13 de Maio e a provável locação da Ponte do Starr..... 74
Figura 31 – Quinto segmento a ser aterrado na Rua da Aurora..... 75
Figura 32 – Sexto trecho do aterro que compreende a ALEPE e o Ginásio Pernambucano..... 75
Figura 33 – Silhueta da Rua da Aurora até a Assembleia..... 76
Figura 34 – Trecho da Planta da Cidade do Recife e seus Arredores (1932). Em pontilhado, tem-se a delimitação da Rua da Aurora..... 76
Figura 35 – Vista panorâmica de um trecho da Rua da Aurora a partir da ilha de Santo Antônio..... 77
Figura 36 – Obras para construção da Ponte Duarte Coelho..... 79
Figura 37 – Início das demolições para o alargamento da antiga rua Formosa..... 79
Figura 38 – Silhueta da Rua da Aurora com a igrejinha dos Ingleses..... 79
Figura 39 – Silhueta da Rua da Aurora com o Edifício Duarte Coelho..... 79
Figura 40 – Cartão-Postal do bairro da Boa Vista onde observa-se o destaque do Edifício Duarte Coelho na margem da Rua da Aurora..... 80
Figura 41 – Projeto de quadra aprovado pela Comissão do Plano da Cidade (1946). Trecho entre a Av. Conde da Boa Vista e a rua Princesa Isabel..... 83
Figura 42 – Redesenho da implantação e anatomia do edifício tipo proposto no projeto de 1946, onde observa-se a predominância da tipologia barra nas edificações..... 83
Figura 43 – Volumetria do redesenho proposto para as quadras da Rua da Aurora, de acordo com a normativa de 1946 em comparação com o mesmo trecho hoje..... 84
Quadro 1 – Edifícios construídos entre as décadas de 1940 e 1950 na Rua da Aurora... 85

Quadro 2 – Edifícios construídos entre as décadas de 1960 e 1970 na Rua da Aurora..... 85
Figura 44 – Vista para a Rua da Aurora em 1967..... 86
Figura 45 – Edifícios na Rua da Aurora..... 86
Figura 46 – Vista para a ALEPE e o Ginásio Pernambucano em 1940..... 87
Figura 47 – Vista para o Ginásio Pernambucano na década de 1950..... 87
Figura 48 – Vista atual para a ALEPE e o Ginásio Pernambucano..... 87
Figura 49 – Vista aérea da Rua da Aurora na década de 1970..... 87
Figura 50 – Vista da margem da Rua da Aurora a partir do Edifício Alfredo Bandeira..... 88
Figura 51 – Crianças brincando no bonde estacionado na Rua da Aurora..... 88
Figura 52 – Arquibancada na Rua da Aurora..... 89
Quadro 3 – Edifícios construídos entre as décadas de 1980 e 1990 na Rua da Aurora.... 89
Figura 53 – Trecho da Rua da Aurora com os edifícios verticais construídos até a década de 1980..... 89
Figura 54 – Urbanização do Cais da Aurora..... 91
Figura 55 – Cartão-postal da Rua da Aurora..... 93
Figura 56 – Linha do tempo do panorama anterior à institucionalização da Paisagem Cultural..... 98
Figura 57 – Panorama dos principais encontros relevantes para a integridade ser inclusa no âmbito do Patrimônio Cultural..... 102
Figura 58 – Trajetória dos encontros que precederam as Recomendações sobre a PUH em 2011..... 106
Figura 59 – Perspectiva do *Pankrác Plain* em Viena..... 119
Figura 60 – Simulação do *Pankrác Plain* no centro histórico de Viena..... 119
Figura 61 – Vista do Elbe Valley na inauguração da Ponte Waldschlösschen..... 120
Figura 62 – Zoneamento proposto pelo PPSH/RMR na Rua da Aurora..... 127
Figura 63 – Zoneamento da Rua da Aurora de acordo com a lei n°14.511/1983..... 129
Figura 64 – Demarcação do polígono do “Conjunto Urbano da Aurora” e os trechos de tombamento específico..... 130
Figura 65 – Sobreposição das legislações de proteção na Rua da Aurora..... 132
Figura 66 – Vista do terreno vazio no 3° trecho de tombamento..... 132
Figura 67 – Vista atual da edificação construída em 1996..... 132

Figura 68 – Vista aérea para parte da margem de Santo Amaro em 1985, a partir do Bairro do Recife..... 134
Figura 69 – Rua da Aurora vista a partir da Ponte do Limoeiro..... 139
Figura 70 – Vista aérea do cenário..... 139
Figura 71 – Zoneamento da Rua da Aurora de acordo com a LUOS..... 140
Figura 72 – Rua da Aurora de acordo com o zoneamento estabelecido pela lei n°17.489/2008..... 141
Quadro 4 – Parâmetros dos setores da ZECP..... 141
Figura 73 – Vista para um trecho do SPM..... 142
Figura 74 – Zoneamento de acordo com o Plano Diretor de 2008..... 143
Quadro 5 – Edifícios verticais na Rua da Aurora entre 2008 e 2019..... 144
Figura 75 – Delimitação do Quadrilátero de Santo Amaro..... 145
Figura 76 – Novos edifícios construídos e aprovados na Rua da Aurora desde 2014..... 146
Figura 77 – Simulação da inserção dos edifícios já aprovados no *skyline* da Rua da Aurora..... 147
Figura 78 – Proposta de alteração para a ZEPP Boa Vista, de acordo com o diagnóstico propositivo da DPPC..... 156
Gráfico 1 – Imagens selecionadas na primeira colocação da categoria pelos 15 moradores do G1..... 162
Quadro 6 – Imagens indicadas em primeiro lugar como as que melhor representam a Rua da Aurora para os moradores (G1)..... 162
Gráfico 2 – Imagens selecionadas na primeira colocação da categoria pelos 15 especialistas do G2..... 163
Quadro 7 – Imagens indicadas em primeiro lugar como as que melhor representam a Rua da Aurora para os especialistas (G2)..... 164
Gráfico 3 – Imagens selecionadas pelos 30 entrevistados como as que melhor representam a Rua da Aurora..... 165
Quadro 8 – As imagens mais escolhidas pelos 30 entrevistados..... 166
Figura 79 – Imagem 11 da entrevista, vista da Rua da Aurora a partir da ponte do Limoeiro..... 167
Figura 80 – Imagem 6 da entrevista, vista para o Edifício Jardins da Aurora..... 167

Gráfico 4 – Imagens selecionadas na primeira colocação desta categoria pelos 15 moradores do G1..... 167
Quadro 9 – Imagens escolhidas em primeiro lugar pelo G1 e G2 como as que menos representam a Rua da Aurora..... 168
Gráfico 5 – Imagens selecionadas na primeira colocação desta categoria pelos 15 especialistas do G2..... 168
Gráfico 6 – Imagens selecionadas pelos 30 entrevistados como as que menos representam a Rua da Aurora..... 169
Quadro 10 – As imagens mais escolhidas pelos 30 entrevistados como as que menos representam a Rua da Aurora..... 169
Figura 81 – Imagem 23 da entrevista..... 170
Quadro 11 – Preferências gerais dos entrevistados..... 170
Figura 82 – Percurso de identificação dos atributos visuais da paisagem da Rua da Aurora..... 172
Figura 83 – Atributos visuais da paisagem da Rua da Aurora..... 173
Figura 84 – Os demais atributos visuais da paisagem da Rua da Aurora..... 173
Quadro 12 – Os nove atributos visuais da paisagem da Rua da Aurora..... 174

LISTA DE SIGLAS

ABAP	Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas
DPPC	Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural
COE	Conselho da Europa
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
ICPS	Instituto da Cidade Pelópidas Silveira
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
LPUOS	Lei do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
MAMAM	Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães
OEA	Organização dos Estados Americanos
OPEI	Orientação Prévia para Empreendimentos de Impacto
RMR	Região Metropolitana do Recife
SCC	Setor de Centro Consolidado
SPA	Setor de Preservação Ambiental
SPM	Setor de Preservação da Morfologia
SPR	Setor de Preservação Rigorosa
SRC	Setor de Requalificação Centro
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZECP	Zona Especial de Centro Principal
VUE	Valor Universal Excepcional
ZEDE	Zona Especial de Dinamização Econômica
ZEPH	Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico – Cultural
ZEPP	Zona Especial de Proteção do Patrimônio Cultural
ZP	Zonas de Proteção
ZPA	Zona de Preservação Ambiental
ZPR	Zona de Preservação Rigorosa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18
2 VERIFICANDO A INTEGRIDADE VISUAL DA RUA DA AURORA COMO PAISAGEM URBANA HISTÓRICA 25
3 RUA DA AURORA: UMA PAISAGEM PALIMPSESTO DO RECIFE 35
3.1 O RECIFE E A POÉTICA PAISAGEM DA RUA DA AURORA 35
3.2 A PAISAGEM COMO UMA TOTALIDADE DINÂMICA E RELACIONAL 52
3.2.1 Paisagem: entre patrimônio e palimpsesto 58
3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS 64
4 DA CONSOLIDAÇÃO À MODERNIZAÇÃO DA RUA DA AURORA 67
4.1 TEMPO 1: O INÍCIO DOS ATERROS E A CONSOLIDAÇÃO DA RUA DA AURORA 67
4.2 TEMPO 2: A FASE DAS MODERNIZAÇÕES 78
5 A COMPREENSÃO DA PUH E A DIMENSÃO VISUAL DA INTEGRIDADE 97
5.1 A PAISAGEM PATRIMÔNIO NO ÂMBITO DA UNESCO E DO BRASIL 97
5.1.1 A integridade e sua dimensão visual 101
5.2 PAISAGEM URBANA HISTÓRICA: UMA NOVA ABORDAGEM PARA A CONSERVAÇÃO 104
5.3 INTEGRIDADE VISUAL E VISIBILIDADE NO ÂMBITO DA PUH 113
5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS 122
6 ENTRE A PRESERVAÇÃO E OS ARRANHA-CÉUS 125
6.1 TEMPO 3: O PERÍODO PRESERVACIONISTA 125
6.1.2 Tombamento do “Conjunto Urbano da Aurora” – Decreto n°10.714/85 129
6.2 TEMPO 4: A ÉPOCA DOS ARRANHA-CÉUS 138
6.2.1 Fatores que impulsionaram os edifícios verticais na Rua da Aurora 139
6.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS 158
7 A INTEGRIDADE VISUAL NAS PREFERÊNCIAS DOS MORADORES E ESPECIALISTAS 161
7.1 AS PREFERÊNCIAS VISUAIS DA RUA DA AURORA NA VISÃO DOS ENTREVISTADOS 161
7.2 OS ATRIBUTOS VISUAIS DA PAISAGEM DA RUA DA AURORA 171
7.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS 175
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 177
REFERÊNCIAS 185
APÊNDICE A – PERFIL DOS ENTREVISTADOS 193
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (G1) 194
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA (G2) 199
APÊNDICE D – ELEMENTOS QUE LEMBRAM A RUA DA AURORA 200
APÊNDICE E – ELEMENTOS QUE REPRESENTAM A RUA DA AURORA 201

APÊNDICE F – ELEMENTOS DE DESTAQUE DAS IMAGENS ANTIGAS 203
APÊNDICE G – ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA RUA DA AURORA 204
APÊNDICE H – PREDILEÇÕES SOBRE A RUA DA AURORA 205

1 Introdução

1 INTRODUÇÃO

A noção de paisagem no mundo ocidental tem suas origens no Renascimento europeu. Primeiramente, ela foi vinculada à imagem por meio da pintura, sendo contemporânea à descoberta da perspectiva como técnica. Alguns autores indicam que o termo *paisagem* já existia anteriormente, associada à expressão de origem germânica *landschaft,* a qual está relacionada à noção de território e como corpo político de uma determinada comunidade (VIEIRA, 2019). Ao longo dos anos, a paisagem se inseriu em distintos campos científicos, assumindo um caráter polissêmico que lhe suscitou em diferentes concepções e significados (BESSE, 2014).

O geógrafo Augustin Berque (1994) define a paisagem como uma entidade relacional, possuidora de uma correlação particular com as condições específicas de um ambiente. Indo além da visão, "a paisagem é mais que uma forma exterior oferecida à visão; é, mais uma vez, uma entidade relacional que envolve toda a nossa sensibilidade. A paisagem não existe fora de nós, que também não existimos fora da nossa paisagem" (BERQUE, 1994, p.40).

Essa prerrogativa indica que os elementos de uma paisagem estão sempre em relação, e nesse âmbito, também está diretamente conectada ao vínculo com o ser humano que a observa e enquadra, transformando o meio ambiente em paisagem. Como aponta Sá Carneiro e Silva (2012), a compreensão de paisagem acontece na relação do indivíduo com o meio ambiente, de modo físico e simbólico, envolve os demais sentidos e estimula o espírito e a imaginação.

Por sua vez, o filósofo Jean-Marc Besse (2014) acrescenta que a paisagem é uma totalidade dinâmica e evolutiva, atravessada por diferentes fluxos, não se limitando aos elementos naturais e humanos que a constituem. O autor também indica que a organização espacial da paisagem traduz a estrutura de uma determinada sociedade, bem como as tradições e os valores culturais que atuam sobre a mesma, visto que ela é produzida dentro de um conjunto de práticas e valores que, de certa forma, ela simboliza (BESSE, 2014).

Sendo uma totalidade dinâmica, a paisagem é inerente às modificações do tempo. No contexto das cidades, diante de transformações urbanas cada vez mais rápidas e agressivas, Bandarin e Oers (2014) indicam que a principal preocupação da conservação urbana é realizar a mediação entre o passado e o futuro, centrada no objetivo de conservar as estruturas

tradicionais num contínuo compromisso de adaptação. Neste contexto, autores como Secchi (2006), Cauquelin (2007) e Huyssen (2003) apontam o território como um palimpsesto continuamente escrito e redesenhado pelas diferentes gerações e, deste modo, sua paisagem também o é. Assim, compreende-se que as paisagens das cidades estão sempre em um contínuo processo de construção.

É no âmbito dos redesenhos aos quais estão submetidas as paisagens das cidades, em função das legislações urbanísticas e da falta de instrumentos que regulem o impacto visual nas mesmas, que se estabelece o ponto de partida da presente pesquisa, que traz como tema central a integridade visual sob a ótica da Paisagem Urbana Histórica.

A noção da Paisagem Urbana Histórica (PUH) foi formulada em 2005, por meio do *Memorandum* de Viena (UNESCO, 2005). Ela adveio como fruto de um cenário de insuficiência de parâmetros de restrição para as solicitações das expansões urbanas das cidades, diante do aumento de casos de empreendimentos que estimulam uma crescente verticalização no entorno de paisagens históricas e com a preocupação de proteger a identidade e o caráter das paisagens urbanas.

Desde a institucionalização da Paisagem Cultural como categoria do patrimônio histórico-cultural mundial pela Unesco, que contemplou um maior número de áreas remanescentes de ecossistemas, começaram a surgir debates acerca de suas restrições em relação às ambiências urbanas. Assim, a PUH chega com o intuito de incluir o mais amplo contexto da paisagem e uma abordagem sob sua perspectiva pode, como instrumento de conservação das relações entre os componentes de um conjunto considerado como unidade, ajudar a gerir e atenuar os impactos ocasionados pelo crescimento urbano (UNESCO, 2011). Em seu estudo, o conceito de integridade – visto sob as dimensões sociofuncional, estrutural e visual – configura uma peça fundamental, na qual cada uma dessas dimensões pode ser levada como referência para a definição apropriada de estratégias de conservação (JOKILEHTO, 2010).

O interesse inicial deste trabalho surgiu como reverberação da pesquisa realizada no trabalho de graduação[1], no qual teve-se o primeiro contato com a noção da Paisagem Urbana

[1] SILVA, M. **Paisagem Urgente:** um estudo sobre conservação e renovação urbana na Rua da Aurora. Trabalho de Graduação. Universidade Católica de Pernambuco. Recife. 2017.

Histórica, vindo daí a inquietação de explorá-la, no intuito de compreender suas especificidades no campo do estudo da paisagem, atrelando-a à integridade visual.

A noção de integridade visual, por sua vez, adveio do campo do patrimônio natural e, de acordo com Jukka Jokilehto (2010), ela se refere à imagem que resulta dos processos de construção ao longo do tempo. A escolha por seu estudo, dentre as dimensões mencionadas, vem após a reflexão sobre a relevância da questão visual em documentos internacionais, como o *Memorandum* de Viena (UNESCO, 2005) e as Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011), os quais apontam a importância das percepções e das relações visuais numa PUH. Além da intrínseca correlação da questão visual com a paisagem, pois falar de paisagem é também falar de imagem. Michel Collot (2013) destaca a importância da imagem no processo de apreensão de uma paisagem, pois esta envolve um local, um lugar e sua imagem, conectados numa complexa relação.

O objeto empírico de investigação é a paisagem da Rua da Aurora, reconhecida como um dos cartões-postais mais emblemáticos da cidade do Recife – PE. Localizada às margens do rio Capibaribe, constitui uma das frentes d'água mais representativas do centro histórico. Analisar a história da Rua da Aurora é analisar a história do próprio Recife. Hoje, sua silhueta notadamente expressa os diferentes tempos históricos e as modificações que a rua vivenciou. Desse modo, é possível entender que essa paisagem historicamente se construiu como um palimpsesto, compreendendo este conceito como uma sobreposição e acumulação de camadas históricas sobre um mesmo espaço físico (COSTA & NETTO, 2015).

Nesse contexto, compreende-se que as principais intervenções realizadas na Rua da Aurora são resultantes das diretrizes presentes nas legislações de dois períodos – um entre as décadas de 1940 e 1950 e outro que vem se delineando desde 2008 – que não consideraram a integridade visual ou enxergaram esta paisagem como uma unidade. Diante disto, o problema de investigação está nas divergências entre as legislações urbanísticas e de proteção ao patrimônio na conservação da paisagem urbana da Rua da Aurora, visto que isto termina por provocar sérias dissonâncias que podem ocasionar descaracterizações na integridade visual da Rua da Aurora em sua totalidade. Explorar a abordagem da PUH e sua preocupação com a questão visual pode nos dar importantes pistas e resultados no campo da conservação da paisagem, principalmente para esta icônica frente d'água que abarca diferentes temporalidades em sua história e memória.

É importante ressaltar que o foco do recorte temático está na integridade visual, entretanto, compreende-se que as diferentes dimensões da integridade não podem ser dissociadas. Dessa maneira, as dimensões sociofuncional e estrutural dão suporte no plano de fundo dos estudos realizados na pesquisa, estando presentes quando se perpassa pelo processo de formação da Rua da Aurora e se observa particularidades como a instalação de determinados usos que incentivaram e guiaram o desenvolvimento de certos trechos, assim como os tipos arquitetônicos que se estabeleceram ao longo dos anos.

Tendo em vista que a noção de Paisagem Urbana Histórica considera a natureza dinâmica das cidades e está intrínseca a um relacionamento equilibrado entre o ambiente urbano e o natural, as necessidades das gerações presentes e futuras e o legado histórico do passado (UNESCO, 2011), e considerando os distintos tempos presentes na Rua da Aurora, questiona-se: que diretrizes da PUH poderiam conservar a integridade visual dessa paisagem? Que atributos constituem a integridade visual da Rua da Aurora hoje?

Diante desses questionamentos, tem-se como objetivo geral verificar a integridade visual da paisagem da Rua da Aurora visando à conservação do ponto de vista da PUH. Os objetivos específicos consistem em (i) investigar os processos de formação e intervenção da Rua da Aurora considerando os seguintes tempos para interpretação da paisagem: Tempo 1 (do século XIX até, aproximadamente, a década de 1940); Tempo 2 (de 1940 a, aproximadamente, 1980); Tempo 3 (de 1975 a 1985); e Tempo 4 (de 2008 a 2019); (ii) caracterizar a paisagem que resistiu (e resiste) às dinâmicas urbanas e em que elementos reside hoje a integridade visual dessa frente d'água; (iii) Indicar como o instrumento da PUH pode ajudar na conservação da integridade visual da paisagem da Rua da Aurora.

Para tanto, a pesquisa encontra-se estruturada em sete capítulos. O capítulo 2, intitulado *Verificando a integridade visual da Rua da Aurora como Paisagem Urbana Histórica,* trata da metodologia do trabalho, a qual compreende uma investigação histórico-documental relativa, principalmente, às legislações nas diferentes instâncias (municipal, estadual e federal) e ilustrações – mapas, fotografias e desenhos interpretativos – referentes aos recortes temporais estudados. Tendo em vista o foco na questão visual e o desejo de apreender diferentes visões sobre a paisagem da Rua da Aurora, recorreu-se a entrevistas para identificar preferências visuais, a partir do cruzamento do Método de Preferências Visuais desenvolvido por Carl Steinitz (2011) com o conceito de palimpsesto de Huyssen (2003). As entrevistas foram

realizadas com moradores e especialistas da conservação que atuam no Recife. A interpretação qualitativa do material coletado apoiou-se em Bauer e Gaskell (2008) e na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977).

O capítulo 3, *Rua da Aurora: uma paisagem-palimpsesto do Recife,* tem por objetivo caracterizar a paisagem em estudo, considerada por muitos como uma frente d'água característica do Recife. Nesse capítulo, também se inicia a discussão da base teórica, na qual explora-se a noção de paisagem, buscando compreender desde suas origens à sua correlação com o campo do patrimônio e sua natureza palimpséstica, característica que claramente se expressa na paisagem da Rua da Aurora. Dentre os autores trazidos como suporte para essa discussão, tem-se: Berque (1994;2008); Besse (2014); Cauquelin (2007); Collot (2013); Bonesio (2002); Sá Carneiro e Silva (2012); Choay (2001); Bandarin e Oers (2014); Giovannoni (2013); Cabral (2013) e Huyssen (2003).

O capítulo 4, intitulado *Da consolidação à modernização da Rua da Aurora*, explora os dois primeiros tempos do palimpsesto dessa paisagem, sendo possível compreender suas origens e como se deu o primeiro momento de modificações, o qual envolveu remodelações ligadas ao pensamento da arquitetura moderna dos anos de 1950. O intuito era trazer uma imagem de progresso para a cidade do Recife e a Rua da Aurora, como uma das principais ruas do centro da cidade, tornou-se palco de planos de modificação.

No capítulo 5, *A compreensão da PUH e a dimensão visual da integridade,* dá-se continuidade à discussão teórica e observa-se o percurso da paisagem no Brasil e internacionalmente, compreendendo o contexto no qual nasceu a noção da Paisagem Urbana Histórica, assim como o entendimento da integridade e sua correlação a PUH. Aqui também é abordada a questão da visibilidade, conceito que se mostra peculiar ao estudo da integridade visual. As principais referências teóricas utilizadas foram: Bandarin e Oers (2014), Jokilehto (2010), Stovel (2007), Loretto (2016), Martini (2013), Gomes (2013) e documentos e relatórios internacionais do âmbito da Unesco.

No capítulo 6, *Da preservação aos arranha-céus*, analisa-se mais dois tempos da Rua da Aurora, um primeiro ligado ao período de início da atuação das legislações preservacionistas, que proporcionaram uma pausa nas modificações e renovações que vinham ocorrendo, e um segundo momento de mudanças que vem se desenvolvendo desde 2008, e são as legislações

deste período as responsáveis por permitir o atual cenário, onde há uma crescente verticalização com torres que destoam da ambiência[2] da Rua da Aurora. Essas novas edificações inserem uma nova tipologia, outra relação com a rua e uma nova forma de morar, com condomínios que se fecham e se distanciam da poética e da rica história dessa frente d'água.

O capítulo 7, *A integridade visual nas preferências dos moradores e especialistas*, é dedicado à análise das preferências visuais dos grupos entrevistados. Este exercício permitiu a identificação das imagens que melhor representam a Rua da Aurora e, juntamente com a análise das perguntas das entrevistas, foi um importante suporte para a indicação dos elementos que constituem a integridade visual da Rua da Aurora hoje.

Nas Considerações Finais, são tecidos comentários sobre a Rua da Aurora constituir uma paisagem urbana repleta de significados que vão além da materialidade das edificações e compreende-se que explorar a integridade visual estimula ir além, para compreender os processos que levaram à imagem da paisagem que se tem hoje. A relevância da abordagem da PUH está no propósito de conciliar a relação com a paisagem a partir da compreensão de suas camadas históricas, visando um equilíbrio entre presente, passado e futuro.

[2] O termo "ambiência", quando utilizado, guarda o sentido de paisagem mais direcionado ao conjunto das edificações.

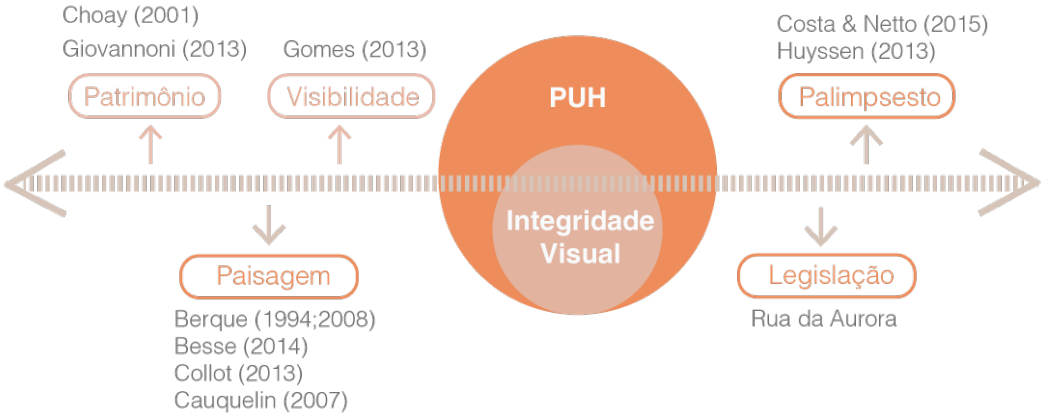
2 Verificando a integridade visual da Rua da Aurora como Paisagem Urbana Histórica

2 VERIFICANDO A INTEGRIDADE VISUAL DA RUA DA AURORA COMO PAISAGEM URBANA HISTÓRICA

A investigação teórica da pesquisa é traçada pela aproximação com os conceitos centrais de Paisagem Urbana Histórica (PUH) e integridade visual, os quais se entrelaçam à noção de paisagem, fundamentada por teóricos como Berque (1994;2008), Besse (2014), Cauquelin (2007) e Collot (2013), e perpassam o campo do patrimônio e da patrimonialização da paisagem a partir da ótica de Choay (2013) e Giovannoni (2013). Também são tecidas considerações acerca da noção de visibilidade, por meio da visão de Gomes (2013), que se mostrou com singular contribuição para o estudo (ver Figura 1).

Para elucidar a construção dessa paisagem histórica, é o palimpsesto que integra uma categoria de análise de destaque, visto que intimamente se interliga ao conceito da PUH e da integridade visual. Para sua fundamentação, Huyssen (2013) e Costa e Netto (2015) foram a base teórica. Como indica Besse (2014, p.14), "É preciso retornar, por assim dizer, ir aquém da própria paisagem, para enxergar nela as razões de ser [...]", enxergando assim a história da Rua da Aurora e as modificações sofridas ao longo do tempo e, nesse processo, fortemente se inseriu o fator legislação no desenho dessa paisagem.

Figura 1 – Esquema da fundamentação teórica e alguns dos teóricos que perpassaram o estudo da integridade visual da Rua da Aurora.



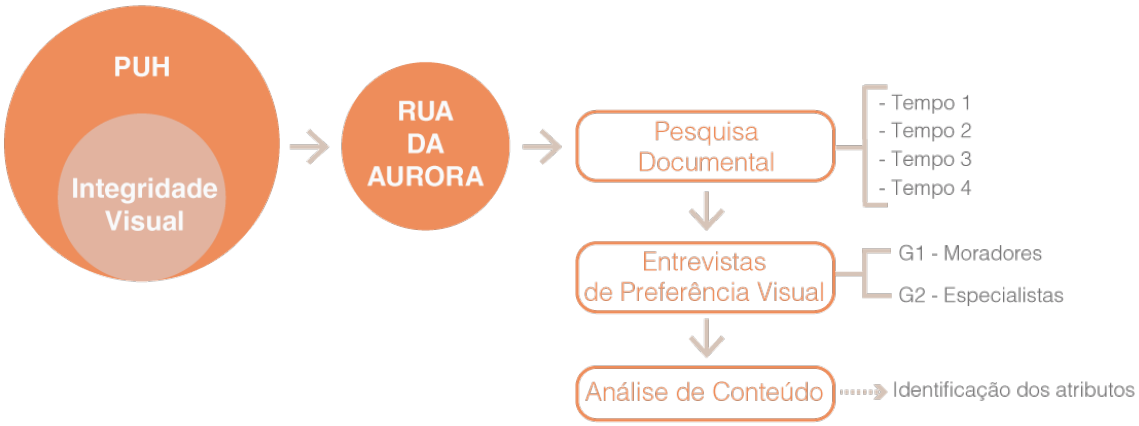
Fonte: A Autora, 2020.

Ao entender as relações que atualmente se dão no território, assim como as pretéritas que deixaram seus traços, é possível revelar as marcas históricas que se manifestam tanto visualmente, pela imagem e percepção do conjunto edificado, como pelos traços da vida cotidiana, do território apropriado pela sociedade. Seguindo o objetivo de verificar a integridade visual da paisagem em estudo, tem-se por foco os elementos do conjunto edificado

que se expressam visualmente e que transmitem a história e a identidade da paisagem e que serão fortalecidos pela visão de diferentes sujeitos. Assim, a metodologia do trabalho compreende uma investigação histórico-documental e tem como suporte a realização de entrevistas para identificar as preferências visuais e apreender a percepção da Rua da Aurora como paisagem.

No percurso no qual a pesquisa se estruturou, a integridade visual foi abordada dentro do universo da Paisagem Urbana Histórica cujas técnicas auxiliaram no processo de sua verificação: a) caracterização da paisagem; b) leitura dos principais tempos do palimpsesto; c) consulta à população; as quais foram desenvolvidas por meio dos seguintes procedimentos metodológicos que podem ser observados no esquema abaixo (Figura 2):

Figura 2 – Esquema do processo metodológico e dos procedimentos adotados para verificação da integridade visual da Rua da Aurora no âmbito da PUH.



Fonte: A Autora, 2020.

A pesquisa documental consistiu na coleta de legislações, diagnósticos urbanísticos, notícias de jornais e revistas, mapas cartográficos, fotografias, cartões-postais e demais documentos sobre a Rua da Aurora. Nesse âmbito, foram realizadas consultas a acervos de instituições como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJEPE); Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE); Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC); Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco; Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); Museu da Cidade do Recife; Museu do Estado de Pernambuco (MEPE) e o acervo digital da Biblioteca Nacional. Também foi realizada consulta na Divisão Regional/Centro-Oeste, na qual foi possível obter informações sobre os projetos atualmente aprovados para construção na Rua da Aurora.

Analisar a integridade visual da Rua da Aurora no âmbito da PUH consiste em considerá-

la como uma unidade de paisagem cuja compreensão vai acontecer por meio da identificação das principais camadas do palimpsesto que configuram sua atual imagem. Considerando as diferentes temporalidades da construção da paisagem e a partir da documentação histórica relacionada a legislações e imagens, foi possível indicar quatro tempos de maior relevância que se destacam na apreensão de sua história e ajudam a traduzir alguns dos processos que levaram à imagem da paisagem de hoje e que também apontam para sua integridade visual:

(i) Tempo 1: o início dos aterros e a consolidação da Rua da Aurora, no qual é possível compreender a formação do território, que tem sua origem vinculada aos aterros iniciados no século XVIII, permitindo apreender como se deu a constituição da primeira silhueta dessa frente d'água.

(ii) Tempo 2: a fase das modernizações, onde a visão da arquitetura moderna, a partir do final da década de 1940, começou a se fazer presente por meio de redesenhos urbanos e pela inserção dos primeiros edifícios verticais, trazendo uma nova imagem para a Rua da Aurora.

(iii) Tempo 3: o período preservacionista, caracterizado pela época onde as primeiras legislações de caráter preservacionista começaram a atuar na Rua da Aurora, sendo responsáveis por conter as modificações e demolições que vinham se desenvolvendo.

(iv) Tempo 4: a época dos arranha-céus, o qual revela a atual dinâmica da paisagem, caracterizada pela inserção de edifícios verticais de grande altura que impõem uma nova forma de ocupação e uma tipologia e escala que destoam da ambiência preexistente. Este tempo evidencia um segundo momento de significativas mudanças da paisagem em estudo.

A partir da compreensão desses quatro tempos que serão explorados no decorrer do trabalho, tem-se uma devida percepção da história expressa por essa paisagem, permitindo a compreensão da problemática da pesquisa, que aponta divergências entre as diretrizes legislativas na conservação da paisagem urbana da Rua da Aurora.

Tendo em vista o foco na questão visual – permeada pelo âmbito da história, da cultura, do ambiente e apropriada pela população – o uso da imagem como linguagem permite a tipificação de atributos visuais significativos. Por isso, buscou-se apreender a visão de diferentes

sujeitos sobre os principais elementos visuais da Rua da Aurora, observando quais se perderam e quais perpetuaram na identidade da paisagem e devem ser salvaguardados de modo adequado para que não venham a sofrer interferências visuais negativas.

Essa identificação é uma forma de ajudar na instrumentalização da PUH, pois permite guiar de modo fundamentado as intervenções na paisagem enquanto se preserva o que a comunidade mais reconhece e valoriza. Como recurso para auxiliar na verificação da integridade visual e para complementar a compreensão da construção da paisagem como palimpsesto, recorreu-se ao Método de Preferências Visuais proposto pelo arquiteto paisagista Carl Steinitz (2011).

O referido método seria uma forma mais eficaz para identificar e avaliar espacialmente as preferências visuais de comunidades locais e conta com a utilização de Sistemas de informações Geográficas associado a questionários de preferência visual[3], nos quais utiliza-se de fotografias direcionadas à nove variáveis: (i) vista potencial para água; (ii) grau de naturalidade; (iii) profundidade visual; (iv) grau de limpeza e manutenção; (v) gestão; (vi) uso do solo; (vii) raridade; (viii) grau de segurança e (ix) caráter tradicional da arquitetura (CASTEL-BRANCO, 2011). Após a seleção das fotografias por parte dos entrevistados, são formuladas hipóteses sobre aquelas preferidas, com o objetivo de mapear as principais características de um determinado local a partir da definição de critérios de qualidade visual que irão incidir no planejamento urbano (Op. Cit.).

De acordo com Serpa (1998, p. 37), “Cada cidadão estabelece numerosas relações com algumas partes da sua cidade, e a imagem que dela constrói está impregnada de memórias e significações [...] Mas onde buscar a imagem de um bairro periférico em Salvador?” Parafraseando-o, onde podemos buscar a imagem da Rua da Aurora para compreender no que consiste sua integridade visual? Esta integridade visual estaria indissociavelmente ligada a quê? Para tanto, recorreu-se à realização de entrevistas semiestruturadas de preferência visual, com o propósito de explorar o espectro de opiniões e representações que possam guiar essa verificação. Dessa maneira, inicialmente, foi preciso delinear uma estratégia para a seleção dos

[3] Para aplicação desses questionários é realizada uma amostragem fotográfica com aproximadamente 900 fotografias que, ao final, são reduzidas e codificadas para 50 imagens, as quais são apresentadas aos entrevistados, para que as organizem de acordo com suas preferências (CASTEL-BRANCO, 2011).

entrevistados. Mas, a quem perguntar?

Bauer e Gaskell (2008) indicam que, primeiramente, é necessário indicar o termo "seleção" de entrevistados, em vez de "amostragem", pois este último transmitiria uma conotação de pesquisa de opinião de amostras estatísticas, enquanto o objetivo da pesquisa qualitativa é investigar e apresentar uma amostra de diferentes pontos de vista sobre um determinado assunto (BAUER & GASKELL, 2008). Assim, os autores recomendam o emprego de grupos naturais. Estes grupos são formados por pessoas que partilham de interesses ou valores semelhantes e que podem ter acesso aos mesmos meios de comunicação ou dividir um passado comum, configurando um meio social, sem o rigor de uma amostra probabilística (Op. Cit.). Diante disso, foram estipulados dois grupos naturais:

(i) Moradores da Rua da Aurora (G1) – grupo formado pelos que residem na Rua da Aurora, no qual busca-se explorar a visão de pessoas que talvez estabeleçam uma maior relação de vivência com a rua, usufruindo de uma maneira diferente dessa paisagem se comparadas aos demais moradores do Recife, pela existência de uma maior conexão de sentimentos e memórias com o lugar.

(ii) Especialistas (G2) – grupo formado pelos que trabalham pensando e legislando a conservação da cidade do Recife. Assim, tem-se especialistas de três órgãos: no nível municipal, a Dppc, que traça planos de conservação para o Recife e administra as ZEPHs (Zonas Especiais de Preservação Histórica); a nível estadual, a Fundarpe, que é responsável pelo tombamento existente na Rua da Aurora; e especialistas do Iphan-PE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), instituição nacional que possui representação estadual.

Tendo estabelecido a quem perguntar, depara-se com outro questionamento, a quantos é necessário perguntar? Para Bauer e Gaskell (2008), um largo número de entrevistas não necessariamente trazem como resultado uma compreensão mais detalhada do que se pretende explorar, pois existe um número limitado de versões da realidade, visto que muitas das experiências que parecem ser exclusivas a um sujeito são, na realidade, fruto de processos sociais. Há também que considerar a quantidade de texto extraído das entrevistas, para que seja possível ao pesquisador analisar de modo adequado, indo além da superficialidade das citações, "é essencial quase que viver e sonhar as entrevistas – ser capaz de relembrar cada

ambiente entrevistado [...]" (BAUER & GASKELL, 2008, p.71).

Consoante os autores, o limite máximo de entrevistas individuais necessárias e possíveis de serem analisadas individualmente seria em torno de 15 a 25, quantitativo próximo do recomendado por Bardin (1977), que indica a realização de 15 a 30 entrevistas individuais. Desse modo, foi estabelecido o número de 15 entrevistas por grupo natural, totalizando 30 entrevistas ao todo, as quais foram aplicadas entre os meses de março e maio de 2020[4].

O trabalho prezou pelo anonimato dos entrevistados, a fim de que pudessem se expressar de maneira mais franca e confortável, tendo em vista que a pesquisa conta com a participação de profissionais que trabalham em órgãos municipais e estaduais. Dessa forma, os participantes foram referenciados por meio de sequência numérica (de 1 a 15 para cada grupo) e pelas letras M (para os moradores) e E (para os especialistas), acrescido da indicação do grupo ao qual pertencem, exemplo: E1/G2.

As entrevistas foram estruturadas em três etapas. A primeira consistiu na caracterização dos entrevistados, na qual pede-se a identificação de itens como local de nascimento, residência e idade (ver Apêndice A). A segunda etapa foi dedicada à escolha das imagens pelos entrevistados, seguindo o exercício das preferências visuais abordado por Carl Steinitz (2011). As imagens utilizadas visaram representar os quatro principais tempos da paisagem da Rua da Aurora sobre os quais a pesquisa se debruça e baseiam-se em três das variáveis indicadas por Steinitz (2011): a) caráter tradicional da arquitetura, que permite observar os exemplares arquitetônicos do conjunto edificado que representam os distintos períodos da Rua da Aurora; b) vista potencial para água, visto que as águas do Capibaribe marcam esta margem; c) profundidade visual, a fim de selecionar imagens que ilustrem a extensão do conjunto edificado, pois compreende-se que a paisagem vai além dos elementos construídos.

Como resultado, chegou-se num total de 23 imagens a serem apresentadas aos

[4] As entrevistas realizadas precisaram sofrer adaptações e serem redirecionadas, tendo em vista o cenário extraordinário que se instalou no Brasil e no mundo como consequência da pandemia Sars-Cov-2 (Covid-19), que exigiu grande período de quarentena e isolamento social. Diante disto, a multiplicidade dos grupos entrevistados necessitou ser mais restrita e a aplicação dessas entrevistas ocorreu de modo online, por meio de plataformas digitais que possibilitaram a interação a distância, sendo adaptadas de acordo com a realidade e as possibilidades dos sujeitos entrevistados. Com o grupo de moradores (G1), as conversas ocorreram por meio do aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, *Whatsapp*, o qual permitiu a realização de entrevistas tanto por videochamadas como por áudios, ambos gravados e transcritos em ordem cronológica. Já no grupo de especialistas (G2), elas foram realizadas por videochamadas e por e-mail.

entrevistados e foi pedido que indicassem, numa escala decrescente de importância, as 5 imagens que melhor representam a Rua da Aurora e as 5 imagens que menos representam[5] (ver Apêndice B).

Destaca-se que, diferentemente do método de Steinitz (2011) que trabalha apenas com fotografias atuais pensando no planejamento da paisagem do futuro, para este trabalho houve a inserção de imagens, como cartões-postais, que representam paisagens da Rua da Aurora que não mais existem. Isto está correlacionado à compreensão da construção dessa paisagem como palimpsesto, por meio dos quatro tempos estipulados. O uso de imagens pretéritas possibilitou observar diferentes vistas e elementos naturais e construídos que apesar de não existirem hoje, ainda perduram no imaginário das pessoas, assim como permitiu identificar características que permaneceram ao longo do tempo e que são consideradas como intrínsecas à paisagem da Rua da Aurora.

A utilização de imagens em pesquisa qualitativa é nomeada como "foto-elicitação" (BANKS, 2009, p.81), técnica que desperta memórias, funcionando como um processo de reflexão que facilita a extração de informações do entrevistado. Serpa (1998, p.119) afirma que "a simples contemplação de uma imagem constitui por isso um convite a pensar, constitui um veículo que nos distancia da experiência primitiva e, por isso, pode nos induzir a nos elevarmos a uma posição mais abstrata". Esse convite é feito então aos entrevistados, a elevar o pensamento e dar início à reflexão por meio das imagens antes de responderem às perguntas, entendendo que é possível, como reconhece Gomes (2013), aprender e compreender com imagens num processo de observação.

Ressalta-se que refletir sobre uma imagem constitui um processo entre o observador e aquilo que é observado, se fundamentando no modo como cada indivíduo faz sua interpretação das informações, influenciado por seus filtros culturais. Serpa (1998) afirma que ao observar uma mesma paisagem um grupo de pessoas vai encontrar distintos materiais de percepção, pois cada percepção é resultado da maneira de ver o mundo de cada sujeito.

---

[5] Essa indicação de 5 imagens é uma releitura da aplicação do método de Steinitz, o qual, considerando o universo adotado de 50 fotografias, organiza as seleções dos entrevistados seguindo uma escala que inclui as 5 imagens que mais se gosta e as 5 imagens que menos se gosta, "As fotografias foram ordenadas de acordo com a seguinte estrutura: as cinco que se gosta menos, as dez que se gosta pouco, as vinte com preferência média, as dez que se gosta e as cinco que se gosta mais" (CASTEL-BRANCO, 2011, p. 61).

Diante disso, após a etapa das preferências visuais, foram realizadas as perguntas propriamente ditas, as quais têm o intuito de capturar e interpretar a percepção da Rua da Aurora como paisagem pelos moradores e especialistas, fazendo-os refletir após o primeiro contato com as imagens. Considerando os dois grupos entrevistados, foram elaboradas nove perguntas para o grupo de moradores (G1) e 11 perguntas para o de especialistas (G2), este último teve o acréscimo de quatro questões mais específicas, relativas à legislação e à Rua da Aurora como patrimônio (ver Apêndices B e C).

Para a análise das respostas, adotou-se a Análise de Conteúdo, fundamentada por Bardin (1977). De acordo com a autora, é uma técnica que tem por objetivo "a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação" (BARDIN, 1977, p.19) e pode ser utilizada tanto na pesquisa quantitativa quanto na qualitativa.

A pesquisa realizada é qualitativa e tendo em vista os diferentes caminhos propiciados pela Análise de Conteúdo para a verificação de textos de entrevistas, seguiu-se a Análise Temática, a qual se fundamenta numa interpretação que busca, após inúmeras leituras, o aparecimento de temáticas semelhantes entre as respostas obtidas, sendo possível dividir essas informações em categorias, visto que Bardin (1977) indica a existência de certo nível de consenso num determinado conjunto de sujeitos sobre um mesmo tópico.

Segundo a autora, a organização da análise de conteúdo segue uma cronologia que possui três fases: (i) pré - análise; (ii) exploração do material; (iii) tratamento dos resultados, na qual são realizadas as inferências e interpretações que podem apoiar-se em operações estatísticas e quantitativas. Diante disso, a análise aqui realizada seguiu estes passos indicados por Bardin (1977), onde nas etapas de pré - análise e exploração do material foi feita a organização das respostas em grupos e, após recorrentes leituras, foram observadas as presenças e ausências de características, assim como as semelhanças e divergências entre as informações coletadas. Por fim, foi feito o tratamento e a interpretação dos dados, chegando-se aos resultados e quando se julgou apropriado e significativo, estes foram quantificados estatisticamente e apresentados em quadros e/ou gráficos.

O conteúdo das análises das entrevistas encontra-se distribuído ao longo do texto, ilustrando o desenvolvimento dos capítulos e as discussões com as quais apresentam-se correlacionados. Já a análise das preferências visuais, está condensada no último capítulo,

relacionando as imagens que refletem a construção dos diferentes tempos da Rua da Aurora e o sentimento dos sujeitos para a verificação e leitura da integridade visual dessa paisagem como palimpsesto.

3 Rua da Aurora: uma paisagem palimpsesto do Recife

3 RUA DA AURORA: UMA PAISAGEM PALIMPSESTO DO RECIFE

A Rua da Aurora tem grande destaque na história do Recife. Possuindo uma localização privilegiada às margens do rio Capibaribe, a rua abrigou em seus icônicos sobrados, palacetes e casarões, os famosos condes, barões e baronesas do século XIX. Sua paisagem representa a cidade e, ao longo dos anos, foi apontada como uma rua tipicamente recifense. Atualmente, essa frente d'água configura uma paisagem heterogênea, seu *skyline* carrega a memória e os vestígios de diferentes momentos históricos que foram influenciados pelo pensamento arquitetônico e urbanístico característico de cada época. Este capítulo, em seu primeiro item, *O Recife e a paisagem poética da Rua da Aurora*, visa apresentar e caracterizar essa paisagem objeto de estudo.

Em sequência, no segundo tópico, *A paisagem como uma totalidade dinâmica e relacional,* explora-se a compreensão da noção de paisagem desde suas origens, construída a partir de teóricos como Berque (1994;2008), Besse (2014), Cauquelin (2007) e Collot (2013), permeados pela contribuição de Bonesio (2002), Sá Carneiro e Silva (2012) e Martini (2013), os quais fundamentaram a pesquisa e alicerçaram uma visão de aproximação com a paisagem. Nesse item, também se observa a inter-relação da paisagem com o campo do patrimônio e sua natureza palimpséstica, compreendendo que cada tempo histórico deixa suas marcas no território. A sobreposição desses tempos resulta em uma acumulação de formas na paisagem, ocasionando em uma complexa composição de elementos, característica que notadamente se revela na Rua da Aurora, a qual é composta por diferentes temporalidades.

3.1 O RECIFE E A POÉTICA PAISAGEM DA RUA DA AURORA

> *Da Rua da Aurora já se disse que é tão importante para a paisagem urbana e social, essa rua que é das mais registradas na iconografia da cidade […] (FUNDARPE, 1983, n.p.).*

A cidade do Recife, com aproximadamente 218 km² de superfície, é classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) como uma Metrópole Regional e sua região metropolitana – o Grande Recife – é a maior da região nordeste em densidade populacional (CAVALCANTI, 2016).

O processo de ocupação da cidade data de meados do século XVI, quando a estrutura urbana do que se tornaria o Recife se reduzia a um porto natural que servia às embarcações

europeias. Foi no entorno desse porto, na linha de terra paralela aos arrecifes, área que conformava um ancoradouro que atendia à Vila de Olinda, na qual ocorreu a formação do núcleo inicial da futura cidade (REYNALDO, 2017). Devido ao porto, a atividade comercial rapidamente se desenvolveu na região e a partir da ocupação holandesa (1630-1654) houve um impulsionamento no crescimento do povoado, quando os flamengos transferiram e ampliaram as atividades da Vila de Olinda para o Recife (CAVALCANTI, 1995), fazendo com que o primitivo povoado começasse a tomar forma de cidade.

Um forte fator que norteou a ocupação urbana recifense foi o crescimento da atividade açucareira. Nesse momento, os rios se tornaram os principais caminhos para transporte dos produtos e, consequentemente, direcionaram a instalação dos engenhos que, posteriormente, deram origem aos bairros nas margens desses cursos d'água. Desse modo, a cidade “nasceu e cresceu em sucessivas levas de avanço das terras, inicialmente sobre o mar, depois sobre os rios, os canais, lagoas e alagados” (MENEZES, 1988, n.p.).

Nesse contexto, estando majoritariamente localizada numa planície recortada por rios, o Recife possui uma paisagem distinta, intimamente associada às águas (ver Figura 3), às áreas de mangue e às remanescências da Mata Atlântica (SÁ CARNEIRO; DUARTE; MARQUES, 2009). A hidrografia da cidade é sua história. Esta característica juntamente ao destaque de suas inúmeras pontes fez com que a cidade recebesse a denominação de Veneza brasileira.

Figura 3- Vista aérea do centro do Recife.

Fonte: Berg Alves, 2019, acervo pessoal Andresa Santana.

O Recife é foz de dois importantes rios, o Beberibe e o Capibaribe (CAVALCANTI, 2018). Na formação da cidade há uma inegável importância do rio Capibaribe, principal responsável por guiar a implantação dos engenhos de açúcar (FUNDARPE, 1983). Como recitou Joaquim Nabuco, "O Recife, como Veneza, é uma cidade que sai d'água e nela se reflete [...] Melhor porém, do que em Veneza, os canais do Recife são os rios; a cidade sai d'água doce e não da maresia das lagunas [...]" (ROCHA, 1967, p.118).

Tendo a água como indutora e protagonista da sua morfologia, o Recife se tornou-se uma cidade anfíbia, e nesta estreita relação com as águas a cidade é moldada por importantes frentes d'água que historicamente se destacam, principalmente na área central. Dentre elas está a Rua da Aurora, uma das frentes d'água mais significativas do centro histórico. Situada às margens do rio Capibaribe e possuindo 2,2 km de extensão, ela se encontra delimitada entre os bairros da Boa Vista e Santo Amaro (ver Figura 4), entre as Pontes da Boa Vista e do Limoeiro.

Figura 4- Localização da Rua da Aurora.

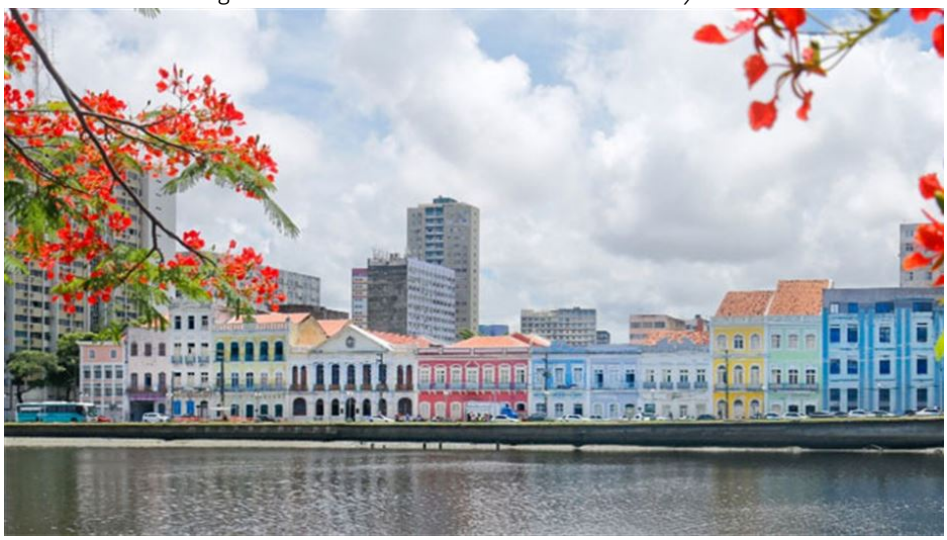
Fonte: *Google Earth* 2019, modificado pela Autora.

A Rua da Aurora se conecta à ilha dos bairros de Santo Antônio e São José por meio das pontes da Boa Vista, Duarte Coelho e Princesa Isabel; e à ilha do Bairro do Recife pela ponte do Limoeiro. Essa frente d'água foi conquistada pouco a pouco do rio Capibaribe e "é das poucas ruas que permanece fiel à vocação primitiva que definiu o caráter da cidade" (FUNDARPE, 1983), se destacando como um eixo viário e histórico-cultural de interligação. Nas palavras de Gilberto Freyre, ela configura uma rua caracteristicamente recifense, não apenas por ser contemplada pelo rio, mas também por possuir alguns dos mais autênticos e belos sobrados oitocentistas.

> A Rua da Aurora, conquistada do Capibaribe através de aterros realizados em meados do século XVIII e ao longo do século XIX, é no dizer de Gilberto Freyre "das mais caracteristicamente recifenses: talvez a mais recifense. É de todas a mais cortejada pelo Capibaribe". Além de cortejada pelo rio, também o foi por historiadores, sociólogos, poetas, cronistas, pelo recifense de um modo geral (FUNDARPE, 1983, n.p.).

Assim, a Rua da Aurora é uma das paisagens mais representativas do Recife. Ela compõe um cartão-postal emblemático (ver Figura 5), indicado por Veras (2014) como o postal recifense que mais emociona[6].

Figura 5 – Casario da Rua da Aurora e *Flamboyants*.



Fonte: Arthur de Souza, Folha de Pernambuco, 2019.

Observa-se uma estreita e importante conexão da Rua da Aurora com os elementos naturais, as águas do Capibaribe a emolduram, possuindo valor como elemento compositivo de

[6] Resultado de entrevistas com moradores, transeuntes, fotógrafos, cineastas e arquitetos do Recife (VERAS, 2014).

destaque, abarcando as pontes e refletindo o *skyline* histórico. O rio proporciona uma comunhão entre o natural e o construído. Se não fosse sua localização e a presença das águas, talvez a rua e sua paisagem não possuíssem o mesmo valor no imaginário urbano.

Segundo Mário Melo, seu nome é de origem popular, pois era a partir dela que os moradores viam os raios de sol nas primeiras horas da manhã (LUNA, 1994). Em 1871, seu nome foi modificado para rua Visconde do Rio Branco, porém, em respeito à imposição popular, o nome primitivo prevaleceu e foi oficialmente restabelecido pelo Decreto n° 176, em junho de 1931 (FRAGOSO, 1969).

Para a jornalista Moema Luna[7], ao contemplar a Rua da Aurora é necessário "[...] esquecer o homem prático, mero transeunte, e entregar-se ao despojamento da emoção. Berço do Capibaribe, nesse trecho do Recife, a rua parece reclamar dos indiferentes que não percebem seus contrastes, desvalorizando suas rugas" (LUNA, 1994, n.p.). Ao transitar por sua extensão, pode-se observar o conjunto arquitetônico que seria considerado por especialistas do patrimônio histórico como "o único capaz de fornecer elementos para o estudo da evolução da casa urbana no Recife" (Op. Cit.).

Além da natureza e da história, essa frente d'água também se relaciona à arte, nela pode-se encontrar museus, teatro e cinema. Luna (1994) a ressalta como musa inspiradora de artistas plásticos, poetas, cronistas e músicos, que a transformaram em "versos, cores e paixões de gerações de artistas, de marisqueiros, madrugadores e enamorados" (Op. Cit.).

Declamada por muitos poetas, tem-se João Cabral de Melo Neto, o qual buscou revelar a imagem da vida vivida, ao se referir às águas do Capibaribe como um líquido escuro de "aquoso pano sujo", que deixam a lama e se colorem ao reproduzir o reflexo da rua antes de correr para o mar (VERAS, 2014). Fragoso (1969) destaca o poeta Carlos Moreira, que também escreveu sobre a referida rua, indicando que "a Rua da Aurora talvez a mais recifense das ruas, o Capibaribe a corteja guardando na sua tez as mais belas formas suas" (FRAGOSO, 1969, n.p.). Outro importante poeta que a incluiu em seus versos foi Manoel Bandeira, ele que vivenciou a Rua da Aurora ao ter sido morador da rua da União. No poema Evocação do Recife, o Cais da Aurora é mencionado como o local onde se costumava pescar escondido, e no poema Cotovia

[7] LUNA, Moema. **O Recife acorda na Aurora**. Diário de Pernambuco. Recife, 9 de março de 1994. Caderno Viagem.

a rua é mais uma vez citada:

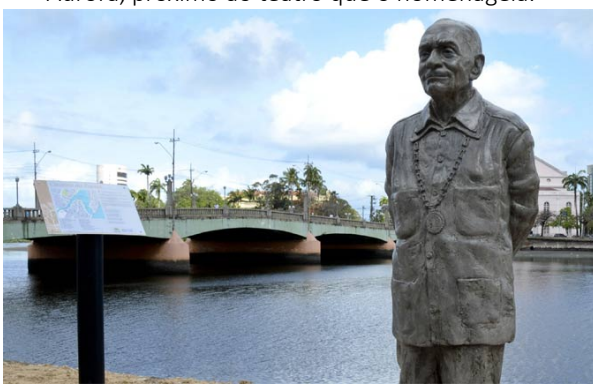
> [...]
> — Voei ao Recife, no Cais
> Pousei na Rua da Aurora.
> — Aurora da minha vida
> Que os anos não trazem mais!
>
> (BANDEIRA, 1975 apud CARVALHO, 2014).

Nesse contexto, nota-se frequentes referências à Rua da Aurora como possuidora de características tidas como recifenses, além de fortemente relacionada às águas do rio Capibaribe. Hoje, pode-se encontrar estátuas que homenageiam alguns desses poetas e escritores brasileiros em sua margem (ver Figuras 6 e 7), havendo destaque para as representações de Manoel Bandeira, João Cabral de Melo Neto e do ilustre Ariano Suassuna.

Figura 6- Estátua de João Cabral de Melo Neto na Rua da Aurora a contemplar o rio Capibaribe.

Fonte: http://www.portugues.seed.pr.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2020.

Figura 7- Estátua de Ariano Suassuna na Rua da Aurora, próximo ao teatro que o homenageia.



Fonte: Lu Streithorst, Prefeitura do Recife, 2017.

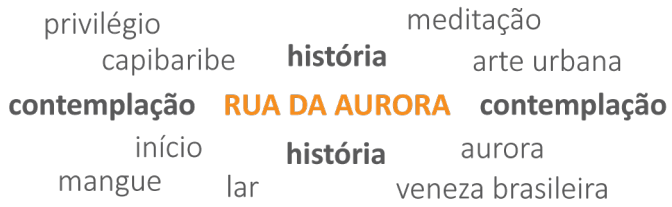
A Rua da Aurora também é declamada na música, aparecendo no frevo lírico de Maurício Cavalcanti – "Aurora de Amor" – no qual ela é homenageada com claras referências ao emblemático recorte da paisagem que é presente nos cartões-postais:

> Meu Recife, eu te lembro / De Aurora à janela / Debruçada tão bela / Sobre o Capibaribe / O seu rio namorado / E a sorrir *Flamboyants* / Em vermelhos rendados / E se amando no espelho / Sob o sol das manhãs! / E nessa lembrança / A vida era linda! / E a gente ainda, seria criança / Eu Imperador, você Imperatriz! / E na fantasia a gente sorria feliz / Nessa aurora de amor / E o tempo passou / E a gente cresceu / E o sonho acabou / E a gente se perdeu... (AMORIM, Romero; CAVALCANTI, Maurício, S/D).

Muito significativo foi conhecer a visão dos moradores e especialistas sobre essa paisagem. Foi pedido aos entrevistados a indicação de uma palavra ou frase que, para eles, representa a Rua da Aurora. Na análise das respostas obtidas, foi possível perceber que a maior

parte do grupo de moradores (G1) optou pela indicação de palavras (ver Figura 8), dentre as quais *história* e *contemplação* foram as que se mostraram recorrentes.

Figura 8 – Palavras associadas à Rua da Aurora pelos moradores (G1).



Fonte: A Autora, 2020.

A escolha pelo próprio nome "aurora" expressa a experiência particular apresentada pelo entrevistado M9, o qual justifica que "Sou morador da Rua da Aurora, e minha janela fica de frente para o rio, onde consigo ver a aurora nas minhas noites de insônia. E a palavra que mais representa essa rua para mim é o seu próprio nome" (M9/G1).

Um dos residentes que descreveu a rua por meio de uma frase, indicou que ela "É presença revolucionária, história e acolhimento" (M7/G1), onde a história se faz presente, permeada por sua presença revolucionária, relacionada aos movimentos sociais aos quais a rua é palco. Há também o acolhimento, o qual pode ser associado à referência da palavra "lar", e que expressa um sentimento compartilhado pelos moradores entrevistados, os quais se sentem acolhidos pelo ambiente da Rua da Aurora, há um sentimento de pertencimento[8] que os fazem apreciar cada vez mais o lugar, não desejando morar em nenhum outro local da cidade.

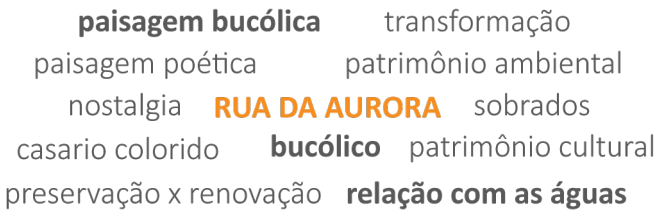
Outro morador apontou que "a Aurora é onde a cor da cidade encontra a água a caminho do mar" (M1/G1) e explicou que "[...] é como uma despedida e celebração da água que correu por toda a cidade. E é tão bonito porque a Aurora é tão colorida quando comparada a outras partes que têm contato com os rios" (M1/G1). Nessa caracterização, há destaque para as águas da paisagem que pode ser contemplada a partir da Rua da Aurora e para as cores do

[8] Salienta-se que essa foi uma visão observada entre os moradores que residem nos edifícios mais antigos da Rua da Aurora. Eles ressaltaram um forte senso de comunidade e comentaram sobre gostar da vizinhança, da dinâmica do convívio, de saber o nome um do outro, indo além dos moradores de um mesmo prédio. Um desses residentes indicou que esse senso de comunidade promove um ambiente diferente dentro do Recife, como se eles vivessem em uma cidade a parte, "[...] a sensação de comunidade, de viver e conviver como se estivesse em uma cidade pequena" (M12/G1).

lugar, vinculadas ao colorido do casario e sua composição com o céu e o rio, este último que reflete as edificações e se tinge de cor, como já declamado por João Cabral de Melo Neto.

Ao observar as respostas do grupo de especialistas (G2) para a mesma pergunta (ver Figura 9), identifica-se um maior emprego do termo "bucólico", seja a indicação da palavra em si ou sua inclusão em frases, indicada como uma "Paisagem bucólica do Recife" (E8/G2) ou uma "Paisagem poética e bucólica" (E9/G2). Outra característica ressaltada foi a relação com as águas, representando a "Relação da cidade com as águas" (E1/G2) e "A relação do casario com a borda d´água" (E5/G2).

Figura 9 – Palavras associadas à Rua da Aurora pelos especialistas (G2).



Fonte: A Autora, 2020.

Nesse grupo também foi possível notar indicações relacionadas ao conjunto edificado, como as menções aos sobrados e ao casario colorido que marca essa paisagem. As referências ainda perpassam a nostalgia, o patrimônio e a transformação, se referindo também à relação entre preservação e renovação, ou entre modificações e permanências, como cita o especialista E13, "A Aurora é passado e contemporaneidade [...] a renovação com preservação" (E13/G2).

Ao sair da Rua da Aurora poética e nostálgica, representada pelo recorte homogêneo do cartão-postal, e passando a observá-la como um todo, nota-se como ela visivelmente revela a relação "passado e contemporaneidade" anteriormente expressa pelo entrevistado. Essa frente d'água compõe uma paisagem heterogênea, pois a partir de diferentes perspectivas se revelam distintas características. Tem-se o casario do século XIX, os edifícios modernos, os prédios verticais do século XXI, as pontes e as águas do Capibaribe (ver Figura 10). Além da presença de elementos que contribuem para engrandecer essa paisagem, como a vegetação de mangue que acompanha alguns trechos de sua borda e os exóticos *Flamboyants* que, localizados na margem oposta, emolduram o casario nos postais (VERAS, 2014).

Figura 10- Vista da Rua da Aurora a partir da Ponte Duarte Coelho.

Fonte: MOURA, 2017.

Nesse âmbito, ao observar o conjunto edificado da Rua da Aurora (ver Figura 11) percebe-se como expressa os diferentes períodos de ocupação e modificações pelos quais passou (e ainda passa). Isto caracteriza o que Besse (2014) exprime sobre a paisagem ser uma sucessão de rastros e pegadas que se superpõem no solo e constituem sua espessura simbólica e material, tendo em vista que cada período deixa registrado sua marca na imagem de uma paisagem.

Figura 11 – Os diferentes tempos das construções da Rua da Aurora.

Fonte: Berg Alves, 2019, adaptado pela Autora.

Quando os entrevistados foram questionados sobre o que os mesmos se recordam ao pensar na Rua da Aurora, foi possível observar nos comentários dos moradores (G1) referências à sensação de tranquilidade e sossego, às amizades e às histórias de vida e da infância, em especial para os que moram na rua há mais de 20 anos (ver Apêndice D). Também são feitas associações ao lado artístico, da música, do cinema, à vista do cartão-postal e até mesmo ao cheiro do rio, "Tanta coisa... da música 'Pelas Ruas Que Andei', de Alceu. Da fila pra assistir Bacurau. Do cheiro do Rio. De festas e encontros" (M6/G1).

As respostas dos especialistas (G2) revelaram-se mais ligadas à arquitetura do lugar, com maiores referências ao casario e a segmentos específicos, "Penso nos casarões antigos, do trecho bem preservado e conservado entre a rua do Riachuelo e a Ponte Princesa Isabel, refletido no rio Capibaribe em um dia de muito sol" (E1/G2). Há ainda uma peculiar lembrança em torno de uma cidade do pretérito, "De uma Recife antiga. Mais humana, mais poética" (E7/G2). A imagem do que seria um Recife mais antigo transmite nostalgia e para o E9, traz recordações de sua juventude, "Apesar das intervenções urbanas transformarem grande parte da Rua da Aurora, ainda é possível imaginar, observando os componentes da paisagem herdada, o 'Recife de antigamente'. Lembro do Recife da minha adolescência" (E9/G2).

Ao observar os atuais usos das edificações dessa frente d'água é possível notar uma certa heterogenia entre um caráter comercial, residencial, institucional e cultural. O que demonstra que a diversidade não está presente apenas em suas edificações, mas se revela nas atividades e nas diferentes pessoas que ela atrai.

No primeiro segmento da rua, entre as pontes da Boa Vista e Duarte Coelho (ver Figura 12), é onde há uma maior presença de estabelecimentos de comércio. Os sobrados remanescentes têm o pavimento térreo comercial e os três prédios desse segmento possuem uso misto, sendo edifícios residenciais nos quais os pavimentos térreo e de sobreloja são destinados a comércio e serviços. No Empresarial Duarte Coelho encontra-se o icônico Cinema São Luiz, tombado pela Fundarpe desde 2008, um dos únicos exemplares dos cinemas de rua do centro do Recife que sobreviveu ao longo dos anos. No trecho entre os sobrados e os referidos edifícios há dois terrenos sem construção, fruto de antigas demolições de casarões preexistentes e que atualmente funcionam como estacionamentos privados.

Figura 12 – Trecho 1 da Rua da Aurora.

1 Edifício Lusíadas 2 Edifício Santa Alice 3 Empresarial Duarte Coelho (Cinema São Luiz)

Fonte: Moura, 2017, adaptado pela Autora.

No segmento entre as pontes Duarte Coelho e Santa Isabel encontra-se uma maior presença de usos institucionais. Nele, está instalada a sede da Fundarpe, da Polícia Civil, da ADEPPE (Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco), entre outros (ver Figura 13). O uso residencial se restringe aos edifícios São Cristóvão e Ébano, os quais possuem uso misto, seguindo o padrão dos edifícios residenciais da área. Há destaque para o Empresarial Pessoa de Melo, onde está instalado o Recife Plaza Hotel.

Figura 13 – Trecho 2 da Rua da Aurora.

1 Empresarial Pessoa de Melo
2 MAMAM
3 Edifício São Cristóvão
4 Edifício Ébano
5 ADEPPE
6 Polícia Civil de PE
7 Agência do Trabalho
8 Escola Técnica Estadual de Criatividade
9 Teatro Arraial Ariano Suassuna
10 FUNDARPE
11 Delegacia de crimes cibernéticos

Fonte: MOURA, 2017, adaptado pela Autora.

Nesse segmento ainda há dois usos culturais, o Teatro Arraial Ariano Suassuna e o MAMAM (Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães). Este último se destaca por ser o único casarão dentre os cinco existentes entre o Empresarial Pessoa de Melo e o Edifício São Cristóvão a estar em atividades (ver Figura 14). Ao seu lado funcionava, desde 1992, o MISPE (Museu da Imagem e do Som de Pernambuco), porém devido a problemas na estrutura do casarão, o local

foi fechado em 2008 e o acervo do museu foi transferido. Até hoje não há perspectivas para sua reabertura. Essas edificações abandonadas constituem um incômodo tanto para os moradores como para os especialistas, pois corroboram para a insegurança da rua.

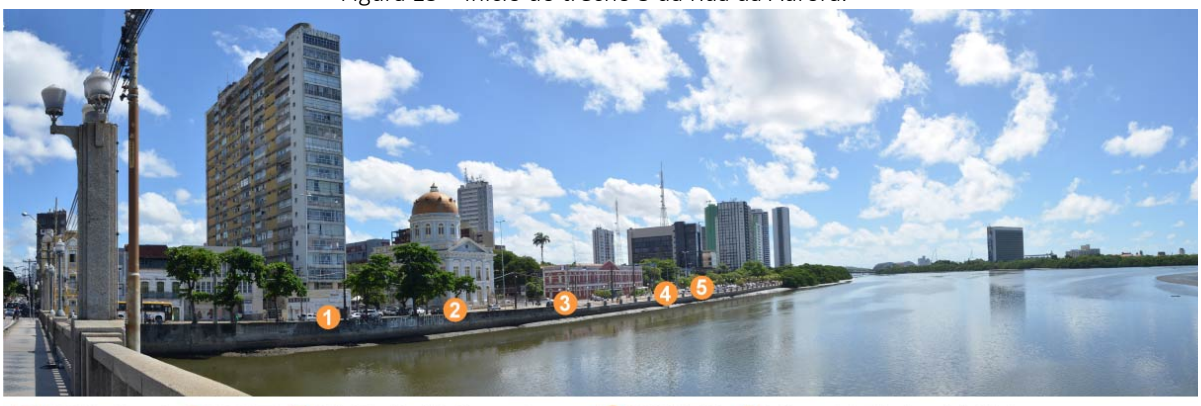
Figura 14 – MAMAM e casarões sem uso na Rua da Aurora.

Fonte: A Autora, 2018.

Sobre os usos culturais, o especialista E14 aponta que o passeio na Rua da Aurora se torna um verdadeiro roteiro cultural "[...] além do roteiro cultural incluindo o cinema São Luiz, o MAMAM, o antigo MISPE e o Teatro Arraial. Gosto da dinâmica da rua, causada por seus múltiplos usos e da ideia de que seus elementos representam várias épocas da história do Recife" (E14/G2).

O segmento entre as pontes Santa Isabel e Limoeiro se caracteriza por uma maior presença de usos residenciais e institucionais (ver Figura 15). Em seu início, há um único prédio residencial – o Edifício Caeté – e em sequência tem-se a ALEPE e o Ginásio Pernambucano, atualmente Escola de Referência de Ensino Médio (EREM), além da sede da Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento) e do Tribunal de Contas do Estado.

Figura 15 – Início do trecho 3 da Rua da Aurora.



Fonte: MOURA, 2017, adaptado pela Autora.

É após o Tribunal onde se verifica uma maior presença de prédios residenciais (ver Figura 16), tanto os modernos como os de recente construção.

Figura 16 – Continuação do trecho 3 da Rua da Aurora.

Fonte: Berg Alves, 2019, adaptado pela Autora.

Nesse trecho também se encontram as sedes da Globo Nordeste, do Banco Central, da ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e da SEPLAG (Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado). Ainda é possível constatar a presença de três estabelecimentos de recepções e eventos, como a antiga sede do Clube Barroso, o casarão ao seu lado, onde funciona a casa de eventos Ana Paula Goes, e o buffet Fiordes, os quais constituem um tipo de uso que não se observa no restante da extensão da Rua da Aurora.

Uma das áreas mais marcadas pela presença do mangue nessa frente d'água é o Cais da Aurora, que tem início após a ponte Santa Isabel. Encontram-se no local alguns monumentos que reforçam a representatividade histórica da rua (ver Figura 17), como a estátua de Manoel Bandeira, o caranguejo gigante de ferro que homenageia o movimento Manguebeat e o monumento Tortura Nunca Mais, primeiro do país a homenagear os mortos e desaparecidos durante o período da Ditadura Militar. Este monumento foi inaugurado em 1993, fruto de concurso elaborado pela prefeitura em 1988 e está localizado na área denominada de Praça Padre Henrique, também relacionada à história da Ditadura, pois presta homenagem ao jovem padre Antônio Henrique, figura representativa na missão da juventude estudantil pernambucana que foi vítima da repressão.

Nessa área do Cais ainda coexistem três zonas de estacionamento, uma segunda praça – Praça das Ciclistas – onde há brinquedos infantis e uma quadra de esportes, um *Skate Park* e uma área de descortino da paisagem em meio ao mangue, que proporciona a contemplação para a ilha do bairro do Recife e para o prédio da prefeitura. Entre estes espaços, também está instalada a sede da Associação Brasileira de Cimento Portland.

Figura 17- Caracterização do Cais da Aurora.

Fonte: Berg Alves, 2019, adaptado pela Autora.

O Cais é bastante utilizado pelos moradores da Rua da Aurora, a maior parte dos residentes entrevistados comentou sobre a prática regular de atividades como caminhadas, corridas e andar de bicicleta, tendo esta última sido incentivada após a instalação de uma ciclovia que, atualmente, é presente em quase toda a margem. Há atividades comunitárias como basquete e yoga, encontros que envolvem moda e rodas de conversa e, com certa frequência, acontecem eventos culturais e festas nas proximidades do caranguejo gigante.

> Eu vivo a vida aqui nessa margem do rio [...] eu costumo caminhar, a gente anda de bicicleta, eu frequento a bikeAnjo, meu filho faz basquete no basquete comunitário aqui da quadra, ele aprendeu a andar de skate nessa pista. [...] A gente anda de bicicleta, caminha, vai até o caranguejo, frequenta o Som na Rural quando tem, a gente ajuda e contribui com a feirinha dos amigos da Aurora, a gente já fez escuta plenária de moradores [...] Fiz vários aniversários de filhos aí na praça [...] já fiz atos políticos aqui na frente, já participei de outros, eu realmente vivo esse parque da Aurora (M10, G1).

Um outro questionamento feito aos entrevistados foi se a Rua da Aurora representa o Recife e o porquê. Como resultado, entre os 15 moradores (G1), apenas um respondeu não, justificando que "Não. Porém, ela o introduz muito bem. Não representa diante de toda pluralidade social, cultural e econômica que o Recife possui, mas introduz histórica e arquitetonicamente, assim como suas redondezas e o que pode ser visto a partir dela" (M9/G1). Dessa maneira, aponta uma ideia da Rua da Aurora como uma "porta de entrada" que anuncia as nuances do Recife.

Já aqueles que responderam sim, relacionaram suas respostas a diferentes elementos que foram agrupados em sete grupos de referência: (i) Arquitetura; (ii) Arte e História; (iii) Natureza; (iv) Localização; (v) Vistas; e (vi) Uso (ver Apêndice E). Verificou-se um maior número de menções ao rio Capibaribe e sua margem, ao casario e ao cinema São Luiz.

O casario aparece como uma imagem que retrata o Recife, sendo referenciado também às suas cores "[...] o casario daqui da Rua da Aurora, o casario antigo e colorido, é a cara realmente do Recife. A imagem dele remete muito ao Recife pra mim" (M2/G1). O comentário do residente M7 mostra uma associação tanto ao rio e ao colorido dessas edificações como à luz da manhã que as realçam, "Uma rua linda, na beira do rio que sempre foi muito importante para o desenvolvimento da cidade e sustento de tantos. Com casarios antigos, coloridos e lindos, que ficam ainda mais lindos no raiar do dia" (M7/G1).

Também há referências imateriais, poéticas, sobre rua possuir uma particular beleza e até mesmo uma magia, "Sim. Pela proximidade com o rio Capibaribe, por manter a estrutura histórica dos sobrados, pela magia e beleza do lugar, por ser cenário de várias poesias e músicas. De um modo geral, por estar na memória afetiva dos pernambucanos, em especial, dos recifenses" (M6/G1). Outra associação refere-se aos movimentos sociais, indicando que a rua é sempre incluída em trajetos de manifestações e atos políticos, possuindo o caráter de uma rua que milita, característica já despertada anteriormente, entre as frases que caracterizam a Rua da Aurora.

> Uma rua conhecida por ter entre seus moradores tantos artistas e formadores de opiniões. Onde se inicia, por onde passa ou termina todo e qualquer movimento de protesto, questionador, reflexivo que exista na cidade. Aliás, é lindo de ver. E saber que com certeza, se for pelo povo e para o povo, a Aurora tem movimento, é presença (M7/G1).

Tendo em vista que a rua está situada numa posição geográfica central que permite fácil acesso a diferentes partes do Recife, o fator localização recebeu destaque. Ela estaria no coração da cidade, sendo considerada importante via de conexão, mas que ao mesmo tempo é tranquila, "É central, mas distante da agonia e do barulho e confusão do centro movimentado como a Conde da Boa Vista ou o bairro de São José" (M7/G1). Outra curiosa descrição dessa frente d'água é feita pelo entrevistado M10, que a correlaciona a uma veia, a uma artéria que pulsa num corpo que seria a cidade do Recife:

> Eu acho que a Rua da Aurora [...] ela representa como se fosse uma veia, uma das veias, uma das artérias [...] do centro do Recife. É o rio que passa na frente, mas que muito muito perto ele já encontra o mar [...] o rio como veia, ele pulsa, ou seja, ele enche e seca de acordo com a maré, e [...] tem uma vida, o mangue também tem uma vida, tem garças [...] esses dias de quarentena mesmo, eu desci pra tomar sol e tinham uns pássaros diferentes... tem os insetos, os caranguejos e todas as pessoas que pescam aqui ainda, tem toda essa vida. E que ao mesmo tempo também é de um corpo né, de uma cidade que não se cuida. Porque tem aí lixo que corre pelo rio, a lama suja, fétida a água [...]a gente não aproveita, é como se a cidade tivesse de costas pra sua água doce (M10/G1).

No grupo de especialistas (G2) o entrevistado E13 foi o único que não apontou a representatividade da Rua da Aurora. Para ele, a representação do Recife estaria mais interligada a um olhar mais amplo para o centro histórico, num conjunto com os bairros de Santo Antônio, parte de São José e da Boa Vista, relativo também ao deslocamento entre ilhas, "Acho que esse conjunto [...] de pontes, entra numa ilha, sai numa outra ilha, sem às vezes nem prestar atenção que eu tô entrando em territórios diferentes, entrando em ilhas diferentes [...] de uma certa forma, essa dinâmica ela é referência para o recifense sim" (E13/G2). A Rua da Aurora faria então parte desta dinâmica e desse conjunto, mas não representaria o Recife em si.

Na observação dos elementos citados pelos especialistas que responderam sim, fez-se uso de alguns dos grupos de referência elaborados para o G1: (i) Arquitetura; (ii) Arte e História; (iii) Natureza; e (iv) Uso (ver Apêndice E). Os comentários que se referem à arquitetura envolvem também as fachadas das edificações, "As fachadas dos imóveis e o passeio à margem do Capibaribe já estão no imaginário popular do recifense e isso já demonstra o quanto esse espaço é representativo para a cidade" (E10/G2). O casario é destacado com referência à sua unidade e inserção harmoniosa na paisagem, "O que mais gosto é a unidade do casario existente, em termos de ritmo, escala, cor e a sua inserção na paisagem" (E5/G2).

Destaca-se a observação de uma leitura e de um reconhecimento das diferentes temporalidades da rua e das relações da mesma com o rio Capibaribe, que assim como no G1, foi um dos elementos mais referenciados. Nesse contexto, a Rua da Aurora também é considerada um forte símbolo da cidade, pois reflete, por meio de características morfotipológicas, a formação urbana da cidade.

> Sim. Acho que a Rua da Aurora é um marco da paisagem da cidade, pois retratada períodos de ocupação distintos em uma mesma rua e por ser umas das poucas ruas onde conseguimos apreender uma relação das edificações com a água, com o rio, até pela existência dos clubes de remo, uma ideia moderna de cidade europeia nos trópicos. As janelas e portas se abrem para o Capibaribe e suas pontes nesse trecho da cidade (E1/ G2).

> Sim, porque é um forte símbolo da cidade, sendo representativo para uma grande parcela de sua população e comumente utilizado exatamente com esse objetivo de representação. Além disso, a Rua da Aurora, em toda a sua extensão, é um excelente retrato da formação urbana do Recife a partir do final do século XVIII, o que se reflete em suas diferentes características morfotipológicas (E6/G2).

Ao observar os diferentes elementos e formas de ocupação presentes na Rua da Aurora, entende-se que essa paisagem historicamente se construiu como um palimpsesto, são diferentes *layers* históricos sobre essa rua que se vê permeada entre a história dos bairros da Boa Vista e de Santo Amaro.

> Se você tem a oportunidade de caminhar na Rua da Aurora, por toda extensão dela, você vai conseguir enxergar toda a evolução, todas as eras da cidade do Recife né... desde Nassau até os tempos modernos de hoje. É uma rua que, pra mim, sem dúvida, ela consegue representar a cidade toda [...] tem toda a representatividade do Recife [...] numa rua só! [...] (M15/G1).

Ademais, há uma sobreposição de legislações urbanísticas e de caráter preservacionista que ao longo dos anos guiaram as modificações e redesenhos dessa frente d'água. Atualmente, tem-se a presença de trechos classificados como ZEPH (Zonas Especiais de Preservação Histórica), um segmento tombado a nível estadual que se sobrepõe à ZEPH, denominado de "Conjunto Urbano da Aurora", enquanto na outra ponta de sua margem encontram-se edifícios verticais recentemente construídos que chegam a 49 pavimentos de altura, revelando uma alta permissividade de coeficiente construtivo do solo (ver Figura 18). Isto mostra a existência de um embate entre as diretrizes legislativas que, por um lado, preservam determinados segmentos considerados históricos e, por outro, impulsionam um novo padrão de ocupação e uma verticalização que se afasta da essência da Rua da Aurora.

Figura 18 – Trechos preservados e os novos edifícios da Rua da Aurora.

Fonte: Berg Alves, 2019, modificado pela Autora.

3.2 A PAISAGEM COMO UMA TOTALIDADE DINÂMICA E RELACIONAL

> *A paisagem não é somente a superfície das coisas; é, pelo contrário, essencial à própria existência da sociedade, porque através do sentido das coisas, motiva os seres humanos a habitarem em conjunto (BERQUE, 1993, p.198).*

A paisagem assume uma noção polissêmica, visto que durante os anos ela se estabeleceu em diferentes áreas científicas. Dentre as diversas disciplinas que o campo da pesquisa de paisagem perpassa, Besse (2014) aponta as ciências sociais, a história, literatura, artes, geografia, ecologia, filosofia, agronomia, arquitetura e urbanismo. Essa multidisciplinaridade proporcionou diferentes concepções acerca de seu significado.

De acordo com Vieira (2019), o termo *paisagem* advém de uma ambivalência, sendo associado tanto à categoria de espaço – correlacionado à noção de terra, território, lugar ou país – como à imagem – relativa à construção de uma espacialidade figurativa nas representações da arte. Assim, estaria interligado ao discurso da História da Arte e do saber geográfico (VIEIRA, 2019).

Autores como Berque (1994) afirmam que a noção de paisagem teria se estruturado culturalmente no mundo ocidental a partir do Renascimento europeu, no século XV, nascendo

na medida em que a natureza se libertava da história sacra, sendo a descoberta da paisagem na pintura e o desenvolvimento da perspectiva como técnica, contemporâneos. “A perspectiva – que é passagem através, abertura (*per-scapere*) – alcança o infinito, um 'além' que sua linha evoca” (CAUQUELIN, 2007, p.36).

> Autores confiáveis situam seu nascimento por volta de 1414. A paisagem (termo e noção) nos viria da Holanda, transitaria pela Itália, se instalaria definitivamente em nossos espíritos com a longa elaboração das leis da perspectiva e triunfaria de todo obstáculo quando, passando a existir por si mesma, escapasse a seu papel decorativo e ocupasse a boca de cena (CAUQUELIN, 2007, p.35-36).

Desse modo, é enquanto forma visual autônoma que a noção de paisagem nasce na Europa, relacionada à invenção do quadro em pintura, “É o retângulo da janela [..] que transforma o lado de fora em paisagem, pois ativa uma dialética do interior e do exterior, isto é, instaura uma condição indispensável da paisagem na história da pintura: a distância” (BESSE, 2014, p.15). De acordo com Gomes (2013), a perspectiva direciona o olhar do observador, é por meio dela que os elementos tidos como ordinários são retirados do fluxo do olhar e são fixados, distanciados e perspectivados.

A presença da paisagem nas pinturas se instalou aos poucos, aparecendo primeiro de forma tímida, como pano de fundo das cenas retratadas, para depois se firmar como protagonista (ver Figuras 19 a 21). Já como palavra, a expressão foi concebida apenas anos após a produção dos primeiros quadros de paisagem (BERQUE, 1994).

Figura 19 – Aparição da Virgem a São Bernardo.

Fonte: Pietro Perugino, 1490-1494, Alte Pinakothek. Disponível em: https://www.wga.hu/index1.html. Acesso em: 9 dez 2019.

Figura 20- Madona del Sacco.

Fonte: Pietro Perugino, 1490-1494, Alte Pinakothek. Disponível em: https://www.wga.hu/index1.html. Acesso em: 9 dez 2019.

Figura 21- Lamentation for Christ (detail).

Fonte: Albert Dürer, 1495-1500, Galleria Palatina. Disponível em: https://www.wga.hu/index1.html Acesso em: 9 dez 2019.

Entretanto, de acordo com Vieira (2019), outros autores indicam que foi o gênero artístico de paisagem que teria surgido com o Renascimento, pois, como conceito, a paisagem já existiria anteriormente, associada ao termo alemão *landschaft,* o qual se relaciona à noção de território e retrata a correlação da paisagem com o âmbito geográfico. Este termo adquiriu diferentes interpretações que levaram à noção de paisagem, como "o de corpo de tradições e costumes, a organização de *things* no território ou o distrito territorial da mesma [...] essa terceira acepção do termo pôde se transformar, por figura de linguagem, na própria definição da paisagem" (VIEIRA, 2019, p.85). O *landschaft* está na raiz do atual termo *landscape*, que é originário das línguas germânicas.

No mundo oriental, a China teria sido a primeira das civilizações paisagísticas, com a gênese da noção de paisagem datada do séc. IV da nossa era (BERQUE, 1994). O S*hanshui* ("as montanhas e as águas") é o termo chinês utilizado para se referir à paisagem, ele carrega os valores morais e traduz que, para os chineses, a paisagem sempre foi mais do que o meio ambiente, um sentido explícito que transpõe o meramente físico (BERJMAN, 2008).

Dessa maneira, na sociedade chinesa, a paisagem se enraizou na religião e na moral, nascendo primeiramente na palavra e na literatura antes de se manifestar na pintura, esta que esperta a imaginação do observador (ver Figura 22). Contudo, tanto na Europa como na China, a pintura teve grande influência na percepção da paisagem, ao traçar a união entre a arte e a natureza, pois "A pintura dá ao sentimento da paisagem a sua forma" (BESSE, 2014, p.17).

Figura 22- Dong Yuan (c. 950), Colinas no verão (detalhe).

Fonte: https://jornalggn.com.br/cultura/as-gravuras-milenares-da-china/. Acesso em: 20 ago. 2019.

De acordo com Berque (1994), os seres vivos não existem a não ser em relação, seja entre si ou com o mundo físico, e nesse contexto uma visão de "entidades relacionais complexas" tende a substituir a objetivação moderna, ao conduzir a uma contínua interação entre sujeito e objeto. Assim, para o autor, a paisagem se revela como uma entidade relacional

que possui uma correlação particular com as condições específicas de um ambiente.

> Ora, a história nos ensina, por um lado, que a paisagem não é o ambiente – o qual existe objetivamente sempre e em toda parte –, mas uma entidade relacional que não aparece senão em certas condições. Por outro lado, o exemplo da China mostra que a paisagem é mais que uma forma exterior oferecida à visão; é, mais uma vez, uma entidade relacional que envolve toda a nossa sensibilidade (BERQUE, 1994, p.40).

A compreensão da paisagem vai então acontecer na relação do ser humano com o meio ambiente, de modo físico (material) e simbólico (imaterial), indo além da maneira como se vê, pois envolve os demais sentidos e estimula o espírito e a imaginação (SÁ CARNEIRO & SILVA, 2012).

Besse (2014) indica a paisagem como uma totalidade dinâmica e evolutiva, atravessada por diferentes fluxos e não se limitando aos elementos naturais e humanos que a constituem. Neste âmbito, a paisagem teria saído do tempo em que sua definição como panorama natural era satisfatória e entrou em uma relação mais complexa, caracterizando-se em uma nova perspectiva no contexto do projeto urbano e da concepção das cidades (BESSE, 2014). Por meio de uma alegoria, o autor indica que a paisagem seria como uma obra, enquanto a terra e os elementos naturais seriam os materiais por meio dos quais o homem dá a forma, e esta forma varia de acordo com os valores culturais que evoluem no tempo e espaço (Op. Cit.).

Já para Collot (2013), a paisagem é um fenômeno, um produto do encontro entre o mundo e um determinado ponto de vista. Seria, dessa maneira, o resultado da interação entre um local, sua percepção e representação, envolvendo neste processo três elementos – um local, um lugar e uma imagem – interligados numa complexa relação. O sentido da paisagem, por sua vez, não vai ser fruto de uma análise intelectual dos elementos que a compõem, mas sim uma apreensão sintética das relações que os conectam. Esta concepção reforça a ideia da paisagem como uma entidade relacional e ressalta a importância da imagem no processo de apreensão, pois paisagem também é imagem.

Steinitz (2011), que dá as bases para as entrevistas de preferência visual, explora a paisagem por meio da imagem. Quando as fotografias são escolhidas, elas revelam o sentimento e a percepção de um sujeito sobre determinada paisagem. Assim, há uma relação subjetiva com o indivíduo entrevistado, o qual vai distinguir e reconhecer nessas imagens as associações, os valores e atributos que estão na sua consciência, de acordo com seus filtros

culturais.

Collot (2013) afirma que é o olhar que vai tornar um ambiente em paisagem, o que consistiria num ato estético e de pensamento. A percepção, neste contexto, é um modo de pensar intuitivo, fonte do conhecimento e do pensamento reflexivo. Collot (2013) reforça que é preciso levar a sério a percepção da paisagem para que se possa superar o dualismo enraizado no pensamento ocidental (ex: sujeito x objeto; pensamento x matéria; natureza x cultura). A paisagem estabelece uma interação que convida a pensar de modo diferente, torna-se um conjunto ou sentido simultâneo, onde "todos os objetos antes dispersos se juntam num piscar de olhos" (COLLOT, 2013, p.23).

Sob o ponto de vista de Cauquelin (2007), essa interação se configura como uma relação de combate, pois "não existe paisagem sem o combate ritual de ao menos dois elementos. O campo de trigo (terra) luta com o horizonte (ar); o mar (água), com a costa (terra) e o ar (o céu como limite) [...]" (CAUQUELIN, 2007, p.146). Desse modo, encontraríamos a paisagem nos momentos de reconhecimento da ausência ou da presença de um ou de vários desses elementos, e seria justamente esse o caminho pelo qual construímos as paisagens urbanas (Op. Cit.).

A paisagem urbana, para Cauquelin (2007), seria "mais paisagem" do que a puramente natural, pois "sua construção é mais marcada, mais constante, ainda mais coagente. Ali tudo é moldura e enquadramento, jogos de sombra e de luz, [...] Reconhecimentos de formas e surpresas elegantes" (Op. Cit. p.150). Nela, nossos sentidos estão numa constante interação, jogam entre si, "a visão (cores e formas, distâncias e prospecto), a audição (o som cristalino da água, o gemido do ferro-terra) e o olfato (as estações dos elementos têm todas o próprio odor)" (Op. Cit.).

A cidade em si teve uma evidente influência na gênese da paisagem, nas pinturas paisagísticas e na nova forma do homem ocidental se relacionar com seu meio a partir do Renascimento. Emoldura-se a cidade, fazendo dela paisagem por meio da janela que inserimos entre nós e a sua forma, "[...] rendemos homenagem a sua constituição, recompomos os elementos de sua própria gênese e transformamos cada sensação, visual, auditiva, tátil ou olfativa, em tantos outros elementos de uma paisagem idealizada" (CAUQUELIN, 2007, p.149).

A organização espacial de uma paisagem traduz as tradições e valores culturais da

sociedade na qual ela está contida, visto que ela é produzida dentro de um conjunto de práticas e valores que, de certa maneira, ela simboliza (BESSE, 2014). Como afirma Cauquelin (2007, p.143), "A paisagem é justamente a apresentação culturalmente instituída dessa natureza que me envolve". Assim, o ambiente enquanto paisagem está impregnado com a nossa subjetividade, ao mesmo tempo em que condiciona nossa identidade e nossa personalidade por meio dos valores que lhe adicionamos (BERQUE, 1994).

Bonesio (2002) indica que a identidade pode ser pensada como uma "comunidade de paisagem", na qual considera uma ideia ampliada de comunidade, tendo-a como um complexo vivo, relativo à natureza e a todas as formas de presença material e espiritual do lugar, envolvendo a cultura das gerações precedentes e futuras, pensando na maneira como um patrimônio pode ser transmitido de modo integral.

Desse modo, toda ação que se proponha a salvaguardar as características estruturais de um lugar (normas; projetos; medidas de tutela ou valorização) deve antes reconhecer os elementos identitários que compõem o caráter particular do mesmo (BONESIO, 2002). Como indicado por Besse (2014), a paisagem é um lugar de memória, pois um território ocupado por um determinado grupo social não é um quadro negro no qual é possível escrever e apagar repetidamente, ele recebe as marcas de todas as gerações e grupos que por ele passaram e diante disso, a identidade de uma paisagem se configura pela sobreposição dessas camadas históricas.

Berque (2008) argumenta que apesar de ser na modernidade onde o pensamento de paisagem se firma, é nessa mesma fase histórica em que mais se destroem as paisagens, devido a um "utilitarismo funcionalista moderno" que teria se expandido pelo mundo. O autor denomina esse efeito de "mata-paisagem", em referência ao termo *shafengjing*, utilizado pelo poeta chinês Li Shangyin no século IX, que o compreendia num sentido de desarmonia entre os elementos numa determinada cena, na qual tem-se a natureza, sob o ângulo estético de diferentes escalas, como principal referencial para a harmonia almejada (BERQUE, 2008).

Tendo em vista o âmbito da Rua da Aurora e com base nas contribuições observadas, tem-se como princípio que o entendimento da noção de paisagem acontece na compreensão das relações e interações entre os elementos que a compõem e entre sujeito e objeto (o que é observado), que por meio de um processo cultural vão permitir a apreensão da Rua da Aurora

como paisagem.

3.2.1 Paisagem: entre patrimônio e palimpsesto

De acordo com a Unesco[9], é na China onde se tem a evidência da mais antiga intenção de proteção à paisagem (datada de 748 d.C.), quando o imperador Tang Xuan Zong proibiu a pesca, a derrubada de árvores e limitou a construção de edificações religiosas em um trecho do rio Nine Bend, localizado no Monte Wuyi, determinação vigente até hoje (MITCHELL; RÖSSLER; TRICAUD, 2009).

No ocidente, as intenções de proteção à paisagem e sua patrimonialização são bem mais recentes e atravessam o campo do desenvolvimento do conceito de patrimônio. González-Varas (1999) indica que é preciso ter em mente que a formulação de conceitos como patrimônio, patrimônio histórico e monumento – e aqui incluo o de paisagem – como conhecemos hoje, se deve a uma lenta e gradual aquisição pela cultura ocidental.

De acordo com Choay (2001), o patrimônio, em suas origens, era relativo ao legado das estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma determinada sociedade. Mas, ao longo do tempo, ele foi sendo modificado pelo acréscimo de adjetivos como genético, natural e histórico, o que fez do termo um conceito nômade, que estaria hoje seguindo uma diferente trajetória. Para a autora, a expressão "patrimônio histórico" se refere a:

> […] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2001, p.11).

Durante a Idade Média e o Renascimento, o patrimônio estava reservado à esfera do valor privado e aristocrático, permeado apenas pelos valores humanistas e religiosos. Foi a partir da Revolução Francesa, quando uma nova ordem econômica e social começou a se delinear na Europa do século XIX, que o conceito de monumento histórico nasceu (CHOAY, 2001). Num contexto do despertar do sentimento nacionalista, em que a identidade nacional passou a se fundamentar e ser visualizada por meio de seus bens culturais, também foram elaborados os primeiros instrumentos de preservação, como os museus, os inventários e o

[9] UNESCO, World Heritage Cultural Landscapes, A Handbook for Conservation and Management. 2009.

tombamento (Op. Cit.).

Dessa forma, há uma relevante modificação em relação às ações de conservação, que saem do âmbito da preservação iconográfica, observada nos antiquários, e passa-se a uma preservação real e diversificada, "a descrição literária e a prancha gravada apagavam-se diante da materialidade própria dos objetos ou dos edifícios a serem conservados" (Op. Cit., p.96). Bandarin e Oers (2014) consideram que é neste período após a Revolução Francesa que a ideia moderna da conservação urbana, considerada como uma prática política e de planejamento, também possui suas raízes.

Choay (2001) indica que foi a partir das concepções de Riegl que o patrimônio cultural deixou de ser entendido unicamente como um legado herdado, e que é digno de ser conservado, e passou-se a refletir como esse passado é interpretado a partir do presente e de acordo com critérios de seleção e valorização determinantes de cada época. Desenvolvendo-se, desse modo, como um jogo de lembranças e esquecimentos que visa responder às necessidades sociais do presente para o futuro.

O espaço urbano em si percorreu um longo período de tempo até ser observado numa perspectiva histórica, fato salientado por uma indagação de Choay (2001, p.177-178) sobre a grande distância temporal entre a invenção do monumento histórico e a cidade histórica, "Por que esta última teve que esperar tanto tempo para ser pensada como um objeto de conservação por inteiro, e não redutível à soma de seus monumentos?". Como resposta, a autora aponta uma relação entre diferentes fatores, os quais envolvem a complexidade, a escala, a perduração de uma mentalidade que associava as cidades a uma história mais pessoal e indiferente ao espaço e a ausência, até início do século XIX, de cartografias confiáveis e de documentos relativos às modificações do espaço urbano ao longo dos séculos.

As monografias que até então descreviam as cidades utilizavam-se dos monumentos como intermédio para se referirem ao espaço, enquanto os estudos históricos, até a segunda metade do século XIX, se preocupavam com o contexto jurídico, político, religioso, econômico e social das cidades, deixando o espaço como uma grande ausência (CHOAY, 2001), assim como sua paisagem. A conversão da cidade em objeto de conhecimento histórico foi motivada por mudanças que ocorreram no espaço urbano a partir da revolução industrial. Nesse âmbito, as formações antigas da cidade adquiriram identidade conceitual ao se tornarem um obstáculo às

novas modalidades de organização, desse modo "A noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante [...]" (Op. Cit., p.179-180).

Giovannoni[10] foi protagonista na ampliação da visão do monumento singular ao ambiente urbano, sendo o primeiro a introduzir o termo "patrimônio urbano" (CABRAL, 2013). Ele demonstrava consciência da importância de uma cidade ser salvaguardada em seu conjunto, chamando atenção para a ambiência dos entornos dos monumentos históricos, além de ter sido, de acordo com Choay (2001), um dos únicos teóricos do urbanismo do século XX a ter como foco de suas preocupações a dimensão estética dos estabelecimentos humanos.

> [...] o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente resulta dessa dialética da "arquitetura maior" e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou "destacar" um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial (CHOAY, 2001, p.200-201).

De acordo com Cabral (2013), Giovannoni indicava a compreensão da cidade como um organismo vivo e dinâmico, um verdadeiro artefato cognitivo. Assim, assumia que a cidade do presente e a do futuro sempre vão estar em movimento (CHOAY, 2001). Dessa maneira, ele defendia uma unidade e uma continuidade do ambiente no tempo, a fim de tentar assegurar a harmonia entre o tecido velho e o novo, e estabelecer uma relação de mútua dependência entre monumento e ambiente na apreciação artística (CABRAL, 2013). Sua preocupação com o ambiente urbano envolvia tanto os edifícios e os espaços abertos como incluía as condições em que se encontravam esses elementos reunidos, como iluminação e visadas, tal qual a visão de paisagem.

Giovannoni também afirmava que por muitos séculos a nova arquitetura naturalmente estabeleceu relações de harmonia com o preexistente, respeitando aspectos como proporção, cores e formas, e "O projetista do século XX deveria procurar voltar a conciliar desejos de inovação com o sentimento de ambiente" (Op. Cit., p.64).

O autor faz referência à tutela do ambiente tradicional dos lugares, na qual os tipos tradicionais de construção, agrupadas em um ritmo livre, constituiriam um "elemento de

[10] O italiano Gustavo Giovannoni foi uma figura de grande importância na consolidação do urbanismo como disciplina na Itália, assim como no âmbito do restauro, em especial no restauro urbano. Formado engenheiro, também atuou como legislador, professor, urbanista, arquiteto e restaurador (CABRAL, 2013).

paisagem" (CABRAL, 2013, p.86), não formado de belezas naturais, mas por obra dos homens. Para Giovannoni, a noção de paisagem tornaria possível essa inclusão das obras humanas, no intuito de defender, à época, que não apenas os elementos que são expressão da natureza são os que possuem essencial valor paisagístico (Op. Cit.).

Bonesio (2002) indica que no âmbito da paisagem a conservação constitui um aspecto instintivamente primário a qualquer reflexão que vise entendê-la além de simples estudos poéticos do passado e queira compreender a importância da individualidade, ou seja, do sentimento de ambiente que cada local possui, que se vê citado em Giovannoni. Protegendo, dessa maneira, o "ser paisagem" que é produzido por uma comunidade.

> O território, enquanto realidade natural e ambiental, tem as suas próprias regras de conservação e reprodução (de longa duração), as quais, se ignoradas, levam à instabilidade e à destruição. Os lugares são sempre dotados de uma "individualidade" (que o geógrafo Vidal de la Blache chamava a "personalidade"), que constitui propriamente a sua facies cultural, o seu ser "paisagem" produzido pela comunidade que respeita a sua lei singular de configuração e manutenção. Se os lugares se mantêm na própria diferenciação singular graças a contínuos atos territorializantes – isto é, a comportamentos e escolhas que conservam e incrementam o "sentido" das respectivas especificidades, a questão da "conservação" não pode deixar de assumir um papel central [...] (BONESIO, 2002, p. 445, grifo nosso).

Bandarin e Oers (2014) indicam que o patrimônio urbano se configura como uma infraestrutura semelhante ao saneamento ou ao transporte, sistemas que não podem ser deixados nas mãos do mercado, necessitando de uma regulamentação com adequados instrumentos de incentivo que visem manter e melhorar seu significado e importância. Esta reflexão se aplica ao âmbito da conservação de qualquer paisagem.

Giovannoni reconhece o papel de palimpsesto da cidade e a converte num monumento coletivo, onde as construções comuns adquirem valor e enfatiza a necessidade de parâmetros de controle, visto que "a arquitetura não pertence apenas a quem a produz ou a quem a paga, mas também a cidade da qual vem fazer parte e vem refletir, sobre seus elementos, o sentimento que emana das suas linhas" (CABRAL, 2013, p.75-76). Este pensamento se vê refletido nas teorias contemporâneas da conservação urbana, as quais se fundamentam no valor histórico do tecido urbano, interpretando e compreendendo o complexo processo de sobreposição de camadas que tornou possível a estrutura de hoje (BANDARIN & OERS, 2014).

O patrimônio construído relaciona-se a distintos estilos, usos e temporalidades,

apresentando-se como um mosaico (GOMES, 2013). Secchi (2006) e Cauquelin (2007) também refletem esse contexto e apontam que o território é como um palimpsesto, pois é continuamente escrito, apagado, redesenhado e acrescentado pelas diferentes gerações. Dessa maneira, a própria paisagem das cidades pode ser descrita como um texto em contínua evolução (DI MAIO & BERENGO, 2012).

Huyssen (2003) indica que é após a fase das fantasias modernas quando se chega a ler a cidade e os edifícios como palimpsestos do espaço e defende que apesar da metáfora do palimpsesto estar intimamente ligada à escrita, também é válida para discutir as configurações dos espaços urbanos e seus desdobramentos no tempo. Para o autor, as técnicas literárias de leitura histórica, intelectual, construtiva e desconstrutiva podem ser tecidas na compreensão dos espaços urbanos que moldam os imaginários coletivos, "O tropo do palimpsesto é intrinsecamente ligado à escrita, mas também pode ser frutiferamente usado para discutir configurações de espaços urbanos e seus desdobramentos no tempo sem tornar a arquitetura e a cidade simplesmente em texto" (HUYSSEN, 2003, p.7, tradução nossa).

Ler os territórios como palimpsestos significa respeitar a materialidade essencial das edificações existentes e as tradições formais dos diferentes campos da memória (HUYSSEN, 2003). Nesse meio, o imaginário urbano, devido ao seu alcance temporal, permite colocar diferentes memórias num mesmo lugar, "As fortes marcas do espaço presente fundem-se no imaginário com traços do passado, rasuras, perdas e heterotopias" (Op. Cit., p.7, tradução nossa). Assim, se faz necessária uma compreensão da textura palimpséstica do espaço urbano e da paisagem, no exercício de compreender as marcas das memórias passadas que estão presentes no imaginário de uma determinada sociedade.

Huyssen (2003), como crítico literário, afirma estar naturalmente atraído à noção da cidade como um texto e a compreendê-la como um conglomerado de signos. Jeudy (1945, p.82) já comenta que "A cidade se nutre de tudo que serve de signo porque tudo é chamado a funcionar como signo, de forma fugidia ou durável", e seria essa sobreposição de signos e suas inúmeras potencialidades que traçam "as condições da aventura da percepção cotidiana da cidade" (JEUDY, 1945, p.82).

Ao analisar a cidade de Berlim como palimpsesto, Huyssen (2003) mostra como o texto dessa cidade foi escrito e reescrito ao longo de um violento século e, como resultado, leva à

compreensão de que a legibilidade do palimpsesto depende tanto de marcas visíveis do espaço construído quanto de imagens e memórias reprimidas e rompidas por certos eventos históricos.

Dessa maneira, cada período histórico deixa suas marcas e estas são suscetíveis de serem reconhecidas, pois funcionam como uma acumulação de formas na paisagem urbana e o resultado dessa sobreposição de tempos, por vezes, proporciona uma composição complexa, com elementos contrastantes (COSTA & NETTO, 2015). O palimpsesto vai se referir às dinâmicas de modificações que se dão num território e de acordo com Costa e Netto (2015), é necessário selecionar o que deve ser preservado e a maneira como isto ocorrerá, visto que a tendência a redesenhos e modificações é inerente a qualquer paisagem urbana.

Bandarin e Oers (2014) com bases em Cozen (2004), apontam que a paisagem urbana se caracteriza por sua historicidade e compreendê-la como histórica foi o que permitiu o acúmulo de uma diversidade de significados e formas ao longo do tempo. E "reconhecer a necessidade de gerenciar a paisagem urbana como um palimpsesto, exigiu o desenvolvimento de ferramentas analíticas adequadas, baseadas na compreensão desse complexo processo morfológico" (BANDARIN & OERS, 2014, p.66-67).

Como ferramenta, nasce a abordagem da Paisagem Urbana Histórica e juntamente a ela, despontam as discussões acerca da integridade visual, tendo em vista que a PUH inclui os elementos relativos ao caráter visual de um determinado local e que a integridade se inter-relaciona com a passagem do tempo.

Consoante Loretto (2016), etimologicamente o vocábulo latino *integritat* deriva do termo *integer,* constituído pela união dos prefixos *in* ("não") e *tangere* ("tocar"), referindo-se à ideia de uma condição inalterada, de algo que possui integralmente suas propriedades naturais e/ou artificiais. Um elemento íntegro seria aquele que continua sendo o que "deveria ser", dessa maneira, apenas pode ser íntegro aquilo que é passível de adulteração, tanto no aspecto físico como no não material (LORETTO, 2016).

O "ser íntegro", para Loretto (2016), presume a concordância com condições consideradas ideais, nas quais a ocorrência de alterações ocasiona danificações e não apenas simples mudanças. Todavia, indicar no que consiste um dano não é simples, pois se qualquer alteração do tempo provocasse perigo a essa qualidade, ela não poderia ser atribuída a nenhum sujeito ou objeto, visto que a mudança é algo intrínseco às existências (Op. Cit.). Assim, a

passagem do tempo é condição fundamental para a integridade:

> O movimento dos instantes, horas, dias ou anos em torno de algo, não apenas o contextualiza quanto ao seu período histórico, mas também revela em que medida tais objetos ou sujeitos se mantêm, iluminando elos entre momentos distintos. Esses elos, por sua vez, representam mais do que uma simples concordância entre estados, mas, sobretudo, a continuidade daquilo que é valorado – que o torna distintivo – ao correr do tempo [...] Tais inferências permitem sugerir que, no lato sensu, a integridade pode ser entendida como uma qualidade daquilo que continua sendo aquilo que é, no tempo (LORETTO, 2016, p. 51-52, grifo nosso).

Os limiares que separam as mudanças que podem ou não interferir na integridade dependem da natureza e da condição ideal atrelada aos elementos tratados, "Quando a natureza é tal que a condição ideal se define por uma referência externa, no caso pelo arbítrio do sujeito, esse ideal é fixado segundo um conjunto de valores" (LORETTO, 2016, p.33). Diante disso, compreende-se que a integridade será atribuída aquilo a que se concede valor, e avaliar a integridade de determinados atributos será uma ação relativa.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do contexto apresentado, entende-se que a paisagem é intrínseca a mudanças, constituindo uma totalidade dinâmica na qual seus elementos estão conectados e em relação. Assim, sua apreensão é relativa ao entendimento das diferentes relações que são postas. No exercício de compreender a paisagem do hoje, faz-se necessário uma leitura dessas relações que se dão no território, tanto atuais como pretéritas. Nesse processo, o conceito de palimpsesto torna-se um suporte fundamental para interpretação das camadas que se sobrepõem. A paisagem da Rua da Aurora é fruto dessas camadas históricas e apresenta-se em relação com distintos elementos, materiais e imateriais, que são percebidos por diferentes sujeitos.

Ao considerar as respostas das perguntas das entrevistas apresentadas e exploradas neste capítulo, pode-se observar referências que traduzem essa associação de elementos, como a citada relação da Rua da Aurora com as águas, com o céu e as cores do casario, mostrando que a imagem que tanto está marcada no imaginário da cidade é fruto da observação de diferentes elementos que conformam uma determinada composição. Também é possível verificar o que Cauquelin (2007) menciona sobre a interação de sentidos do indivíduo com a paisagem, principalmente nos comentários dos moradores (G1), os quais revelaram uma

maior conexão subjetiva com a paisagem. Outra observação que pode ser feita é que o uso do termo paisagem teve maior preponderância nas citações do grupo de especialistas (G2).

Estudar a paisagem e a integridade visual no âmbito da Rua da Aurora é compreender como se deu a passagem do tempo, sendo possível observar os elementos que permaneceram e quais foram sendo inseridos de modo indevido, ocasionando interferências negativas por não terem considerado a ambiência da Rua da Aurora no processo, tendo em vista que também está na raiz do conceito de integridade as mudanças que se desenvolvem ao longo dos anos. E como a análise da integridade é uma ação relativa, aí está a necessidade e a importância de recorrer ao suporte de entrevistas com diferentes indivíduos.

4 Da consolidação à modernização da Rua da Aurora

4 DA CONSOLIDAÇÃO À MODERNIZAÇÃO DA RUA DA AURORA

Este capítulo tem o propósito de dar início à compreensão dos primeiros tempos do palimpsesto da Rua da Aurora e encontra-se subdividido em duas subseções. Na primeira, *Tempo 1: o início dos aterros e a consolidação da Rua da Aurora*, observa-se como se deu a constituição de uma das ruas mais reconhecidas do Recife e como se consolidou sua primeira silhueta. Desse modo, explora-se as distintas fases dos aterros realizados no século XIX e nesse percurso é possível apreender as características das primeiras edificações, seus usos e moradores.

Na segunda subseção, *Tempo 2: a fase das modernizações*, analisa-se as modificações que começaram a ocorrer na margem da Rua da Aurora a partir de meados da década de 1940 e que visavam trazer uma imagem de progresso para o Recife. Nesse momento, houve forte influência dos ideais da arquitetura e do urbanismo modernos, que inseriram uma nova tipologia de edificações para a moradia no centro da cidade. Verifica-se a atuação das legislações que impulsionaram esses redesenhos e estabeleceram uma nova imagem para essa paisagem, que saiu da homogeneidade e horizontalidade do casario e passou a ser marcada pela presença de robustos prédios verticais.

4.1 TEMPO 1: O INÍCIO DOS ATERROS E A CONSOLIDAÇÃO DA RUA DA AURORA

> *[..] Rua da Aurora; rua lírica, bonita, lavada de sol e banhada de luar, sala de visitas do bairro continental da Boa Vista, que ainda nos princípios do século XIX era considerado boca de mato (ROCHA, 1967, p.6).*

A ocupação regular do atual bairro da Boa Vista ocorreu a partir do século XIX, mas em meados do século XVIII a iconografia do Recife já apontava nas proximidades da atual ponte da Boa Vista, à época construída pelo conde Maurício de Nassau, algumas edificações. “Assim, acredita-se que foi o pequeno núcleo de casas, ao redor da igreja da irmandade de padres de S. Gonçalo, a origem da povoação que se gerou desde a antiga ponte para o Palácio da Boa Vista” (MENEZES, 1988, p.85). O bairro foi intitulado de Boa Vista porque o panorama observado a partir do Palácio de Nassau era considerado “maravilhoso, ao se vislumbrar as terras ocidentais de Pernambuco, proporcionando uma linda visão, ou seja, uma Boa Vista [...]” (CAVALCANTI, 2016, p.101).

O local onde hoje está situada a Rua da Aurora consistia em grandes terrenos alagados ou cobertos por grandes mangues (ver Figura 23), até que em 1820[11] foram aforados a Casimiro Antônio de Medeiros, pela Câmara do Senado de Olinda, cento e quarenta palmos de um terreno alagado próximo a primitiva ponte da Boa Vista e indo em direção ao norte, mediante o foro perpétuo de 1$480 réis (ROCHA, 1967). A área ficou conhecida como Pântano do Casimiro e após o aterro foram construídas as primeiras residências.

Figura 23- Planta Topográfica do Bairro da Boa Vista de 1821. Em pontilhado pode-se observar a localização onde futuramente se desenvolveu a Rua da Aurora.

Fonte: Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, modificado pela Autora.

A Rua da Aurora foi então nascendo por meio de sucessivos aterros que foram sendo realizados ao longo dos anos. Em 1829, o primeiro trecho desse novo arruamento tinha início na ponte da Boa Vista e chegava até a esquina com a rua Formosa (CAVALCANTI, 2015), atual Avenida Conde da Boa Vista, e por muito tempo o segmento recebeu a denominação de "Casimiro" (ver Figura 24). Além do uso residencial foi instalado no local a Fundição D'Aurora, próximo à esquina com a rua Formosa, pela companhia inglesa *Harrington* e *Starr,* fábrica que recebeu destaque ao produzir o primeiro maquinismo a vapor de engenho de açúcar da América do Sul (FUNDARPE, 1983). Em 1838, no prédio ao lado da Fundição, foi construída a

[11] De acordo com FRAGOSO (1967), o termo de aforamento em favor do Sr. Casimiro teria sido outorgado pela Câmara de Olinda em 1820 e não 1806 (data recorrente em diferentes documentos, inclusive no tombamento da Fundarpe), sendo a única publicação, dentre as observadas na pesquisa, na qual tem-se a indicação do ano de 1820. A referida data mostra-se coerente quando se observa a Planta Topográfica de 1821, na qual a Rua da Aurora ainda aparece como um terreno alagadiço, sem o início dos aterros.

igreja anglicana *Holly Trinity Church,* conhecida pelos pernambucanos como "igrejinha dos ingleses", edificação que fez parte dessa paisagem por mais de um século (CAVALCANTI, 2016).

Figura 24- Primeiro segmento a ser aterrado na Rua da Aurora.

Fonte: FUNDARPE, 1983, modificado pela Autora.

O segundo segmento a se desenvolver teve sua origem atrelada ao aterro realizado por volta dos anos de 1840 e em continuidade ao primeiro trecho começou a traçar a forma dessa borda do Capibaribe, entre a rua Formosa e a rua do Riachuelo. O início da ocupação foi marcado pela construção de um casarão de esquina com três pavimentos, no qual, posteriormente, funcionou a sede dos jornais A Tribuna e o Círculo Católico (ROCHA, 1967), seguido por quatro sobrados contíguos à edificação. Essas obras foram realizadas por Francisco Antônio Oliveira, Barão de Beberibe (ver Figura 25).

Em sequência, foi erguido o Clube Internacional do Recife[12], um dos mais tradicionais da cidade, inaugurado em 1885. O clube funcionou até 1936, quando foi transferido para o bairro da Madalena. Nesse momento, sua antiga edificação passou a abrigar a Prefeitura do Recife. Em 1860, no terreno vizinho, foi construída a Loja Maçônica, onde funcionou a sede oficial da sociedade. Essa construção se destacava por possuir um frontão coroado por uma águia (FUNDARPE, 1983).

[12] De acordo com FRAGOSO (1969), o primitivo prédio foi ocupado, primeiramente, pelo Clube Carlos Gomes, depois pelo Clube Internacional de Regatas, para só então receber o Clube Internacional do Recife.

Figura 25- Segundo segmento a ser aterrado na Rua da Aurora.

Fonte: FUNDARPE, 1983, modificado pela Autora.

A última edificação desse trecho, na esquina com a rua do Riachuelo, era um palacete onde se instalou uma escola e, em seguida, a Delegacia de Costumes, demolida na década de 1960. Após este ponto, uma camboa desaguava, "vinha em linha reta da rua do Hospício onde dobrava em ângulo reto na direção norte, indo terminar numa outra que existia em toda extensão da atual Avenida Mário Melo, formando, assim, uma ilha chamada popularmente de Ilha dos Ratos" (CAVALCANTI, 2016, p. 105).

Em 1867, entre estes dois primeiros segmentos – onde hoje existe a Ponte Duarte Coelho – foi construída a ponte de Caxangá ou ponte da Maxambomba (ver Figura 26), que funcionou até 1915, destinada à passagem do trem da *Brazilian Street Railway*, primeiro trem urbano da América Latina, popularmente conhecido como Maxambomba (FERREIRA, 1996). O tráfego central da ponte era limitado aos trens, havendo passagem para os pedestres apenas nas laterais.

Figura 26- Vista para a Ponte da Maxambomba.

Fonte: Benício Dias, 1914. Acervo digital da FUNDAJ.

De acordo com Rocha (1967), foi a partir do segundo segmento em diante onde começaram a surgir os belos palacetes da nobreza pernambucana, configurando o local onde o rio Capibaribe se mostraria mais belo. Mário Sette descreve este cenário dos casarões como: "[...] no alto das portas, brasões. Solares das famílias nobres de antanho: do Conde da Boa Vista, do Barão de Beberibe, da Baronesa de Moreno. Lares rígidos, imponentes, seletos. Cenários das partidas de outrora, das danças da época, todas em meneios e etiquetas" (SETTE apud ROCHA, 1967, p.46).

O terceiro trecho, que segue da rua do Riachuelo à rua Princesa Isabel, foi incorporado na mesma época do anterior, tendo suas primeiras construções em 1841. Como solução para transpor a camboa existente e fazer a conexão com este novo segmento, "fizeram uma pinguela de um só pau que não sustentava mais que uma pessoa, como denuncia o Jornal A guarda Nacional, em 1843; nesse ano, porém construíram uma ponte de madeira guarnecida de grades de ferro" (CAVALCANTI, 2018, p.105).

A primeira construção do local foi um palacete de frontão triangular (ver Figura 27) oferecido pelo Corpo de Comércio a Francisco do Rego Barros, Barão e depois Conde da Boa Vista, como forma de reconhecimento de seus serviços em benefício do movimento comercial da província (Op. Cit.). O Conde morou no palacete entre 1843 e 1870, após seu falecimento os herdeiros venderam o imóvel ao governo, o qual instalou a sede do Senado do Estado (1909 a 1930) e depois a Secretaria de Segurança Pública.

Figura 27- Terceiro segmento a ser aterrado na Rua da Aurora.

Fonte: Francisco Du Bocage, 1920, modificado pela Autora, 2019.

No prédio vizinho ao palacete, no qual era possível notar no frontão da porta principal a data de 1841 (ano da construção do edifício), foi instalada entre as décadas de 1920 e 1970 mais uma sede da Prefeitura Municipal do Recife (FUNDARPE, 1983). Nesta época, a Prefeitura e suas secretarias se distribuíam por mais de um prédio da Rua da Aurora, por isso, além de ocupar esta edificação, também era utilizado, como anteriormente citado, o edifício da antiga sede do Clube Internacional. Na imagem abaixo (ver Figura 28), pode-se observar parte da silhueta da Rua da Aurora, entre o primeiro e o terceiro trecho de aterros:

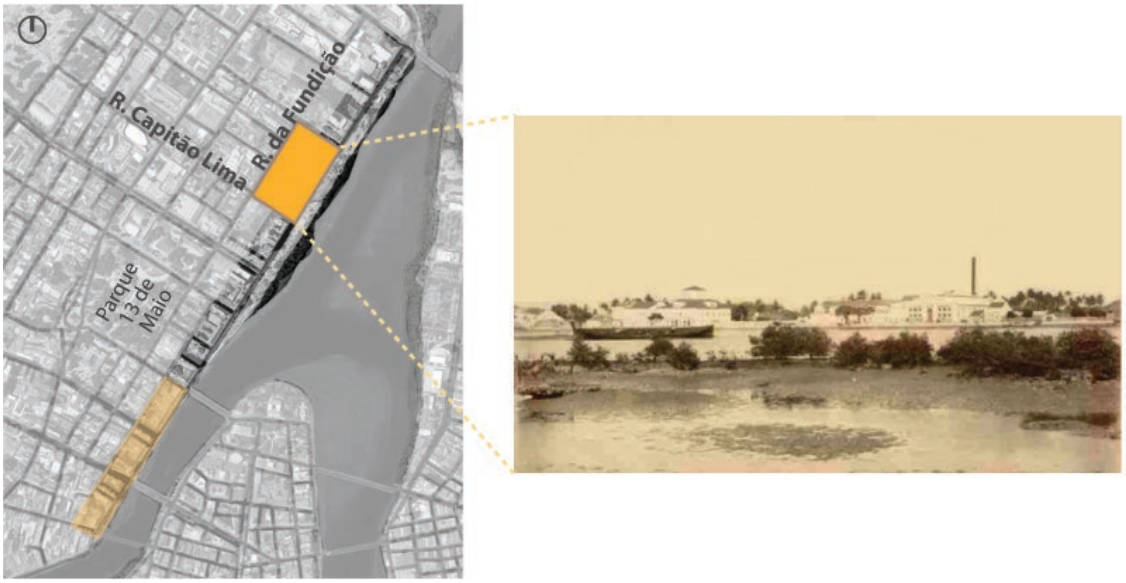
Figura 28- Silhueta da Rua da Aurora até seu terceiro trecho de aterro.

Fonte: FUNDARPE, 1983.

O próximo segmento a ser ocupado encontra-se situado mais ao norte, nas imediações do bairro de Santo Amaro, o qual recebeu em 1847 a Fundição d'Aurora. A companhia transferiu sua sede para as proximidades da rua do Lima[13] (ver Figura 29), numa área alagada que foi aos poucos sendo aterrada (FUNDARPE, 1983). Essa nova edificação foi descrita pelo jornal Diário de Pernambuco como “um grande edifício que contém 22 portas e portões e janelas de frente, com ombreiras e soleiras de ferro, as quais são muito fortes e bem feitas [...]” (FUNDARPE, 1983, n.p.).

[13] A fábrica se instalou na esquina da atual rua Capitão Lima e chegava até a rua da Fundição (FERREIRA, 1996).

Figura 29- Quarto segmento a ser aterrado – Vista para a Fundição D'Aurora.



Fonte: Manoel Tondella, 1905, acervo digital da FUNDAJ, modificado pela Autora.

Destaca-se que o bairro de Santo Amaro tem o início de sua ocupação vinculada às origens do Sítio das Salinas, no final do século XVII. Em 1681, após a expulsão dos holandeses, o major Luís do Rego Barros resolveu construir sobre as ruínas do Forte das Salinas uma capela sob a invocação de Santo Amaro, uma vez que esta antiga fortificação holandesa foi tomada pelos pernambucanos no dia 15 de janeiro de 1654, dia do referido santo, vindo este a estabelecer-se anos depois como nome oficial do bairro. Todavia, até meados do século XIX a área era conhecida como Cidade Nova (CAVALCANTI, 2016).

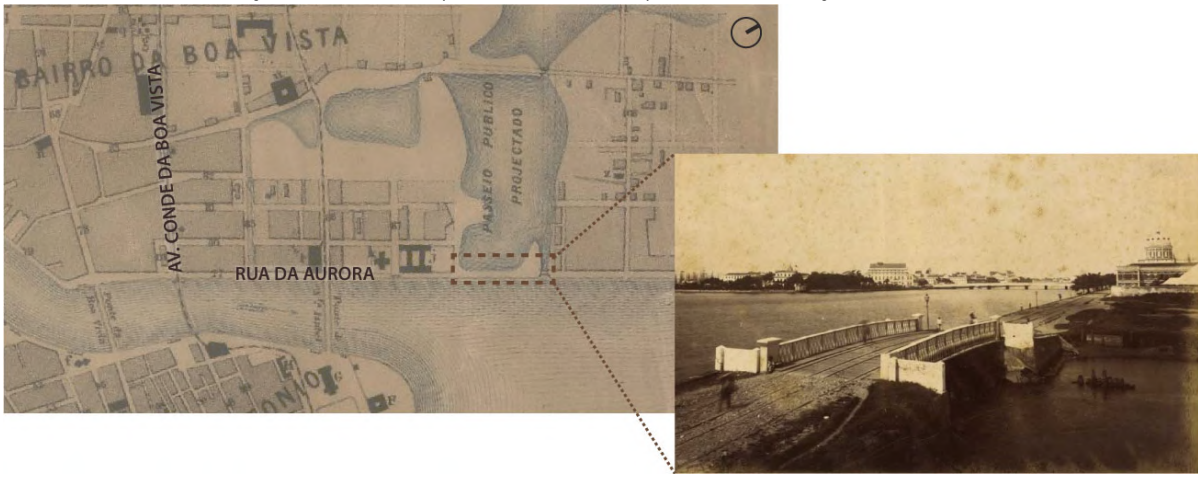
Diante desse contexto, percebe-se que os aterros permitiram que a Rua da Aurora avançasse sobre os alagados do bairro da Boa Vista e chegasse à Cidade Nova de Santo Amaro, traçando uma importante conexão nessa frente d'água do rio Capibaribe, se inserindo na história de consolidação desses dois importantes bairros do Recife.

À época da nova sede da Fundição, o percurso de deslocamento para essa área ainda era muito precário. Para tanto, a Fundição anunciou a conservação do antigo endereço (ao lado da igrejinha dos Ingleses) como escritório para o recebimento de encomendas, visando proporcionar maior comodidade aos clientes, “tendo a toda hora uma barca de ferro empregada exclusivamente no transporte das obras do escritório à fundição” (FUNDARPE, 1983, n.p.). As superfícies ainda alagadas próximas à fábrica deviam-se, principalmente, a uma área de passeio público projetado que tinha início na Rua da Aurora, o futuro Parque 13 de

Maio[14].

Tendo em vista esse cenário, foi realizada a construção de uma ponte sobre a camboa que dava vazão a essas águas – que conformava o canal do Riachuelo – fazendo a conexão com o restante das terras da Boa Vista, e este pontilhão ficou conhecido como Ponte do Starr (ver Figura 30), por atender às necessidades do inglês Christopher Starr, proprietário da Fundição (FERREIRA, 1996). Assim, em 1851, a fábrica já anunciava melhorias no percurso, indicando a existência de uma "excelente estrada feita em linha reta, da Ponte da Boa Vista para o estabelecimento em Santo Amaro" (FUNDARPE, 1983, n.p.).

Figura 30- Trecho da Planta da Cidade do Recife e Seus Arrabaldes de 1875, onde observa-se as áreas alagadas nas imediações do atual Parque 13 de Maio e a provável localização da Ponte do Starr.



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional, modificado pela Autora, 2019.

Após a instalação da nova sede da Fundição, dando sequência à ocupação da extensão da Rua da Aurora, o trecho subsequente a se estabelecer teve início na esquina da rua Princesa Isabel, em 1862, a partir da construção de três casas que davam continuação ao segmento contíguo previamente aterrado (ver Figura 31). Devido à expansão do Recife e contando com o fato de que a Rua da Aurora se tornou moradia da burguesia recifense, a existência de mais pontos de ligação entre as ilhas e essa área da cidade passou a ser necessária. Dessa maneira, foi construída a Ponte Santa Isabel, inaugurada em 1863, a qual conecta esse trecho da Rua da Aurora ao Teatro Santa Isabel, no bairro de Santo Antônio (JORGE, 2007).

[14] O primeiro projeto para o Passeio Público 13 de Maio foi elaborado em 1844 pelo engenheiro Louis Léger Vauthier (SÁ CARNEIRO, 2010, p. 85).

Figura 31- Quinto segmento a ser aterrado na Rua da Aurora.

Fonte: FUNDARPE, 1983, modificado pela Autora, 2019.

Em continuidade às novas construções, tem-se destaque para a implantação do Ginásio Pernambucano, projetado pelo engenheiro José Mamede Ferreira e inaugurado em 1866, uma das instituições de ensino em funcionamento mais antigas do país (CAVALCANTI, 2016). Há também ênfase para o edifício da antiga Assembleia Provincial, depois Câmara dos Deputados e atual sede da Assembleia Legislativa (ALEPE), inaugurada em 1875 (ver Figuras 32 e 33), a qual ocupa o quinto quarteirão da rua (FUNDARPE, 1983). De acordo com Rocha (1967), poucos sabem que a proposta do Ginásio Pernambucano incluía um tanque de natação e um pomar no terreno que se prolongava até ao local onde, posteriormente, foi construída a sede da ALEPE. Anos depois, no terreno vizinho ao Ginásio, foi instalada a Repartição do Saneamento, compondo a sexta quadra da Rua da Aurora (CAVALCANTI, 2016).

Figura 32 – Sexto trecho do aterro que compreende a ALEPE e o Ginásio Pernambucano.

Fonte: Josebias Bandeira, acervo digital da FUNDAJ, modificado pela Autora, 2019.

Figura 33- Silhueta da Rua da Aurora até a ALEPE.

Fonte: FUNDARPE, 1983.

As edificações dos demais segmentos foram constituindo a silhueta dessa frente d'água aos poucos, sendo construídas em diferentes épocas. Ao observar a Planta da Cidade do Recife e seus Arredores de Domingos Ferreira, datada de 1932 (ver Figura 34), ainda pode-se observar a presença de áreas alagadiças nas imediações da Rua da Aurora.

Figura 34- Trecho da Planta da Cidade do Recife e seus Arredores (1932). Em pontilhado, tem-se a delimitação da Rua da Aurora.

Fonte: Museu da Cidade do Recife, modificado pela Autora, 2019.

De acordo com Ferreira (1996), em 1939 aconteceu o aterro do Passeio Público 13 de Maio, que veio a tornar-se o Parque 13 de Maio, datado do mesmo ano. Em sequência a esse aterro, foi a vez do canal da Boa Vista e a partir dessas ações, teve-se a formação da atual Av. Mário Melo e a consequente demolição da Ponte do Starr (FERREIRA, 1996).

A eficiência como a Rua da Aurora foi conquistando terreno e delineando seu território nessa margem no Capibaribe conformava um cenário admirável por parte dos moradores que presenciaram essa época, como é possível observar no relato feito pelo Padre Lino do Monte Carmelo Luna:

> Ninguém dirá, senão os contemporâneos, que a bela Rua da Aurora e as da Saudade, da União e Formosa, na freguesia da Boa Vista, foram edificados no lugar outrora conhecido pelo nome de Casimiro, que era justamente um lamaçal intransitável. Nas mesmas condições, e no extremo Norte da mesma Rua da Aurora, estava o lugar onde hoje (1867) se edificam diversas casas, e que chamam Cidade Nova de Santo Antônio (FUNDARPE, 1983, n.p).

Com o êxito dos aterros e devido sua localização estratégica, a Rua da Aurora passou a atrair mais membros da elite burguesa, recebendo importantes comerciantes e senhores de engenho, além de membros da sociedade Maçônica, sujeitos que se destacavam na sociedade recifense e que eram atraídos para morar em suas suntuosas edificações (FUNDARPE, 1983). Os luxuosos casarões valorizavam esta nascente artéria que só finalizou seus aterros na década de 1940 (ver Figura 35).

Figura 35 – Vista panorâmica de um trecho da Rua da Aurora a partir da ilha de Santo Antônio.

Fonte: Boletim da Cidade e do Pôrto do Recife, 1952-1956, p.62.

O conceito de “rua” nos apresenta uma série de significações, “pode designar espaços, sujeitos, práticas urbanísticas, acontecimentos, indicando também a fusão do espacial e do social, bem como as contradições que atravessam o espaço público” (NUNES, 2001, p.101). De acordo com Nunes (2001), ao analisar a palavra nos dicionários de língua portuguesa constata-se um percurso no qual a rua primariamente era tida apenas como um local de passagem e no século XIX ela ganhou um sentido público, assim “A rua, antes vista como espaço de passagem ou de passeio, ganha outras significações: ela passa a designar também o conjunto de habitantes, um grupo ou uma classe social” (Op. Cit.). Esta característica pode ser observada na Rua da Aurora, que passou a também representar todo o conjunto de habitantes da alta

classe da sociedade que nela residiam, impondo a esta paisagem um toque de nobreza que marcou suas edificações e sua história.

4.2 TEMPO 2: A FASE DAS MODERNIZAÇÕES

> *Apesar de tão marcante na fisionomia recifense, a Rua da Aurora, do ponto de vista da preservação, teve a grande desventura de estar localizada no centro do Recife. Como tal, não escapou dos especuladores nem dos "progressistas" defensores das largas avenidas e dos grandes edifícios. De modo que, o que foi construído com tanto esforço ao longo do século XIX, chega ao século XX bastante descaracterizado com o alargamento da Av. Conde da Boa Vista, rua do Riachuelo e com inúmeras demolições (FUNDARPE, 1983, n.p.).*

Entre as décadas de 1940 e 1950, o Recife começou a ser palco de planos urbanísticos de caráter moderno que trouxeram consigo demolições e redesenhos da malha urbana, em especial, para a área central da cidade. Neste âmbito, a Rua da Aurora que possuía uma paisagem mais horizontal – caracterizada por seus sobrados, casarões e palacetes – experienciou modificações imbuídas no ideal moderno que se expandia internacionalmente por meio dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM)[15]. No bairro da Boa Vista, o objetivo era estimular o adensamento do tecido urbano para continuar a expansão do centro da cidade e os Planos de Quadra propostos procuravam definir volumetria, gabarito e perfis das vias (SILVA, 2001).

Diante desse contexto, o pontapé inicial das alterações no conjunto arquitetônico que constituía a Rua da Aurora teve início com o alargamento da rua Formosa, que veio dar lugar a Avenida Conde da Boa Vista, aprovado em 1944 após a instalação da Ponte Duarte Coelho, inaugurada no ano anterior (ver Figura 36). A rua Formosa já constituía um importante percurso no início do século XX e seu alargamento foi projetado como parte de um dos eixos do sistema viário metropolitano (Op. Cit.).

O plano também tinha a intenção de proporcionar uma continuação do modelo da Av.

---

15 O modernismo trouxe consigo um avanço técnico-construtivo que possibilitou a construção de edifícios de maior verticalidade, que passaram a ser vistos como uma solução para um descongestionamento do solo, proporcionando espaços livres para serem explorados e concentrando uma maior densidade de pessoas, tendo em vista o grande crescimento da população das cidades. A Carta de Atenas (CIAM, 1933, p.13) defende que apenas construções de certa altura poderiam satisfazer as exigências da habitação moderna, a qual envolveria, "a escolha da vista mais agradável, a busca do ar mais puro e da insolação mais completa, enfim, a possibilidade de criar nas proximidades imediatas da moradia instalações coletivas, áreas escolares, centros de assistências, terrenos para jogos, que serão seus prolongamentos".

Guararapes, criando uma transição entre a “cidade velha” e o novo centro, por meio do alargamento e realinhamento da nova via (SILVA, 2001). As principais demolições decorrentes dessa medida ocorreram nas duas esquinas da antiga rua Formosa com a Rua da Aurora, onde foram sacrificadas as edificações da igrejinha dos Ingleses, a residência do Barão de Beberibe – que à época sediava o jornal A Tribuna – e os quatro sobrados por ele construídos (ver Figura 37).

Figura 36- Obras para construção da Ponte Duarte Coelho.

Fonte: Benício Dias, 1943, acervo digital FUNDAJ.

Figura 37- Início das demolições para o alargamento da rua Formosa.

Fonte: Benício Dias, 1945, acervo digital FUNDAJ.

Em 1946, antes de normativas e planos de quadra que viriam a ser propostos, o Edifício Duarte Coelho começou a dar lugar a anterior locação da igrejinha dos Ingleses (ver Figuras 38 e 39), tendo suas obras finalizadas em 1952 (REYNALDO, 2017). Esta edificação consistiu no primeiro edifício vertical com mais de 10 pavimentos a se impor nas margens da Rua da Aurora (ver Figura 40).

Figura 38 – Silhueta da Rua da Aurora com a igrejinha dos Ingleses.

Fonte: Acervo Digital FUNDAJ.

Figura 39 – Silhueta da Rua da Aurora com o Edifício Duarte Coelho.

Fonte: Reprodução, Fotolog TC2, 2013.

Figura 40- Cartão-Postal do bairro da Boa Vista onde observa-se o destaque do Edifício Duarte Coelho na margem da Rua da Aurora.

Fonte: Acervo digital FUNDAJ.

Em 27 de maio de 1946, uma nova normativa para a cidade do Recife foi discutida e proposta à Comissão do Plano da Cidade[16] por uma subcomissão formada pelos engenheiros Antônio Bezerra Baltar, Pedro Caminha e Abdias de Carvalho. O plano tratava da altura de novas construções em algumas ruas do centro do Recife e "refletia, igualmente, a pressão pela maior rentabilidade do solo por meio da maior altura dos edifícios, bem como a naturalidade com que os órgãos de planejamento local impulsionaram a localização do edifício de grande altura no centro tradicional" (REYNALDO, 2017, p.311).

Tendo em vista o que foi aprovado pela Comissão, o então prefeito Pelópidas Silveira sancionou o Decreto n° 27 em 15 de julho de 1946. Como resolução dessa legislação, houve uma alteração fundamental na altura mínima de pavimentos exigida nas ruas consideradas de maior importância para a área central da cidade. A Rua da Aurora estava inclusa entre as ruas demarcadas e, dessa forma, passou da exigência construtiva de três pavimentos mínimos (normativa de 1919) para oito, com altura máxima livre. Para as demais ruas dos bairros da Boa Vista e Santo Antônio, foi fixado um gabarito mínimo de três pavimentos e máximo de uma vez e meia a largura da rua.

16 O Engenheiro José Estelita, com influência do urbanismo norte-americano, defendia a criação de uma comissão formada por especialistas (arquitetos, engenheiros e urbanistas) para a realização de estudos, coleta de dados e elaboração de planos de remodelação, desenvolvimento e expansão da cidade. A Comissão do Plano da Cidade, posteriormente formada, atuou no Recife entre 1932 e 1953 (REYNALDO, 2017).

> Art. 1°- ficam estabelecidos os seguintes gabaritos para as ruas principais da Cidade: Rua da Aurora – trecho entre as pontes da Boa Vista e a de Santa Isabel – número mínimo de pavimentos 8; rua da Imperatriz – mínimo 4 e máximo de 6, Praça Joaquim Nabuco – número mínimo 5; ruas Nova e 1° de Março – mínimo 5 e máximo 7; ruas do Imperador e Martins de Barros, número mínimo 6 e máximo de 12; Avenida Dantas Barreto, Praça da Independência, Av. 10 de Novembro e Avenida de ligação entre as avenidas Dantas Barreto e Martins de Barros – mínimo 5; rua Duque de Caxias, Largo do Rosário e Diário de Pernambuco, mínimo 3 e máximo 6; rua do Hospício (trecho entre a rua da Imperatriz e a rua Conde da Boa Vista) mínimo 5 e máximo 6; Praça Maciel Pinheiro, mínimo 5 e máximo 8; rua Conde da Boa Vista (trecho entre a Rua da Aurora e a rua do Hospício) mínimo 6; rua da Palma (trecho entre a Av. 10 de novembro e a rua Tobias Barreto, mínimo 4 e máximo 8 (RECIFE, 1946, p.1, grifo nosso).

Diante disso, há uma liberação de altura para as construções voltadas a essas ruas, o que impulsionou a cultura dos edifícios da arquitetura moderna, que passaram a marcar de maneira significativa a configuração tipológica dessas vias, nas quais os prédios verticais foram gradativamente modificando a imagem da cidade.

> A interpretação desses preceitos permite dois tipos de conclusão: era importante garantir uma verticalidade mínima no caso da substituição da construção existente, e a altura máxima recomendada para as novas avenidas refletia o papel que a verticalidade desempenharia como signo da exaltação dos novos feitos urbanos (REYNALDO, 2017, p.310).

De acordo com Reynaldo (2017), a Rua da Aurora, a rua Siqueira Campos e a Av. Dantas Barreto, foram as mais afetadas pelo impulsionamento da verticalização. A autora também destaca que essa fachada fluvial da Boa Vista despontava como um local privilegiado, pois esta frente d'água constituía "uma face voltada para a reforma urbana de Santo Antônio e outra para a área residencial da segunda metade do século XIX. Como tal, estruturava-se como um território de conexão entre o centro e as urbanizações periféricas" (REYNALDO, 2017, p.313).

O Decreto também estipulava as alturas para os pés direitos das lojas e sobrelojas dos novos edifícios, assim como indicava as ruas para as quais a lei exigia a presença de sobreloja nas edificações, estando a Rua da Aurora mais uma vez incluída:

> Art. 3° – As lojas, sobrelojas e andares terão, respectivamente, os seguintes pés direitos: 4 m; 2,50 m e 3,22 m.
> § Único – Nas avenidas 10 de novembro e Dantas Barreto os andares terão o pé direito de 3,22 e as sobrelojas, 3 m.
> Art. 4 – Terão sobrelojas os prédios da Rua da Aurora, da Praça Joaquim Nabuco, das ruas do Imperador e Martins de Barros, da Avenida Dantas Barreto e Martins de Barros.

> Art. 5° – Nos prédios de esquina será adotado o gabarito da rua mais importante (RECIFE, 1946, p.1, grifo nosso).

No mesmo ano, de acordo com Reynaldo (2017), a Comissão do Plano da Cidade já havia começado a estudar a Rua da Aurora e em 13 de junho, mesmo período de aprovação do Decreto n° 27, a modificação do parcelamento e da construção existente ao longo da via foi tratada em reunião:

> Na ocasião, foram aprovadas as resoluções para as novas construções no local, segundo proposta do Escritório Técnico: as construções deveriam ser em blocos isolados e separados por áreas livres com largura mínima de 6m; as construções contariam com galerias cobertas ao longo da Rua da Aurora, com largura de 6 m e altura de 7 m, aproximadamente; os edifícios projetados na esquina da rua Conde da Boa Vista – Duarte Coelho e Capibaribe – estariam isentos da necessidade de colocação de galerias, devendo permanecer isolados dos demais blocos (REYNALDO, 2017, p.322, grifo nosso).

Essa discussão sobre a remodelação da Rua da Aurora aconteceu cerca de quatro meses antes da aprovação do redesenho das quadras do bairro de Santo Antônio. Isto aponta que o reparcelamento dessas quadras ocorreu de modo independente e de forma distinta do existente nas demais áreas da cidade até a primeira metade do século XX (REYNALDO, 2017). Na época, os investimentos públicos pressionavam a renovação de parte do bairro da Boa Vista, devido a fatores como a construção da ponte Duarte Coelho e o alargamento da nova via de irradiação, a Avenida Conde da Boa Vista. Assim, neste momento, o interesse privado saltou de Santo Antônio para a Boa Vista, em torno das Rua da Aurora e da referida avenida, e a resposta a este cenário, pela Comissão do Plano da Cidade e pelo Escritório Técnico[17], se deu por meio de um projeto elaborado em consonância com a linguagem do urbanismo moderno (Op. Cit.).

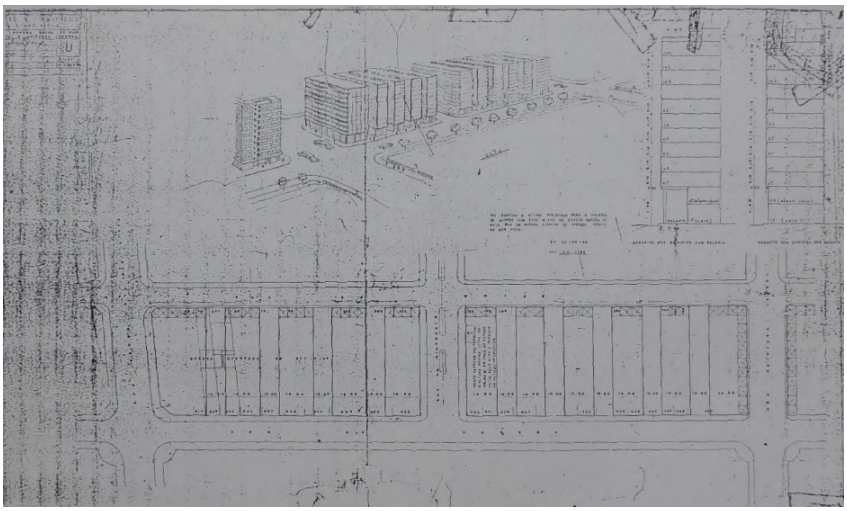
Segundo Reynaldo (2017), as recomendações de ocupação nas margens da Rua da Aurora foram aprovadas em junho de 1946, mas em outubro uma nova discussão, acerca da existência ou não de galerias, emergiu. Nesse âmbito, o Escritório Técnico elaborou um projeto que englobava o trecho entre as ruas da Imperatriz e do Riachuelo, que foi apresentado em novembro e aprovado no mês seguinte, no qual respeitava-se as recomendações previamente aprovadas, incluindo as diretrizes do Decreto n° 27.

A composição formal da proposta que se caracterizava pelos princípios do repertório moderno e expressava uma imagem bastante homogênea, com quadras retangulares e uma

17 Escritório Técnico de Planejamento Físico da Prefeitura do Recife.

tipologia de edifícios em barras isoladas, claramente havendo uma falta de diálogo com o tecido urbano preexistente e a história do lugar no qual seriam inseridos (ver Figura 41). A verticalização proposta, tida sob o ponto de vista do progresso, tinha como consequência a anulação dos sobrados históricos – que há mais de um século marcavam essa paisagem – por "novos edifícios modernos, maiores e mais altos" (SILVA, 2001, p.12), levando a um redesenho do traçado urbano.

Figura 41- Projeto de quadra aprovado pela Comissão do Plano da Cidade (1946).
Trecho entre a Av. Conde da Boa Vista e a rua Princesa Isabel.



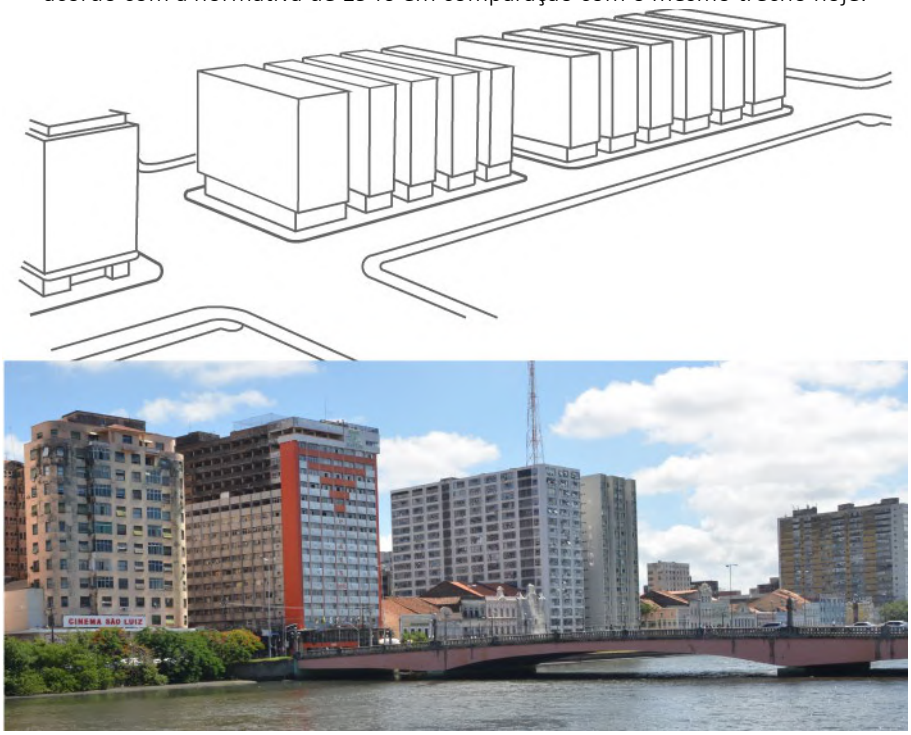
Fonte: RECIFE, 1946.

A proposta tinha por intenção a construção de 10 blocos isolados com 14 pavimentos distribuídos uniformemente (ver Figuras 42 e 43). "A ocupação do solo, nesse primeiro trecho, atinge 61,75% do solo disponível, muito maior do que os 5% recomendados por Le Corbusier no congresso de Estrasburgo, em 1923" (REYNALDO, 2017, p.326).

Figura 42- Redesenho da implantação e anatomia do edifício tipo proposto no projeto de 1946, onde observa-se a predominância da tipologia barra nas edificações.

Fonte: REYNALDO, 2017, modificado pela Autora.

Figura 43- Volumetria do redesenho proposto para as quadras da Rua da Aurora de acordo com a normativa de 1946 em comparação com o mesmo trecho hoje.



Fonte: A Autora, 2019.

Em 1953, foi sancionado o Decreto-Lei 2.590/53, que estipulou parâmetros de desenho genéricos que relacionavam o edifício e o lote por meio de fórmulas matemáticas. A utilização da fórmula de recuos progressivos do edifício em relação aos limites do lote permitiu alcançar três objetivos: liberação da altura dos prédios, limitados apenas pelo tamanho do lote; desvinculação formal entre o edifício e a rua; e o isolamento entre os edifícios (SILVA, 2001). No entanto, essa normativa não interferiu na Rua da Aurora, que permaneceu com o modelo de ocupação dos lotes semelhante ao da legislação anterior, no que diz respeito ao alinhamento com a via. Já para os gabaritos e afastamentos, prevaleceram as determinações estipuladas pelos planos específicos. Dessa maneira, as novas edificações construídas na década de 1950 advém como reverberação das discussões e do Plano de Quadra de 1946.

Nessa década, além da finalização do Edifício Duarte Coelho, há a construção de mais dois edifícios verticais (ver Quadro 1). Destaca-se o Edifício Capibaribe, situado no bairro de Santo Amaro, fora do perímetro do plano de quadra, que foi considerado um dos mais altos da época, possuindo dois blocos com 20 pavimentos e sendo o primeiro edifício de caráter residencial a ter circulação vertical na cidade (FUNDARPE, 2010).

Quadro 1- Edifícios construídos entre as décadas de 1940 e 1950 na Rua da Aurora.

Edifícios com mais de 10 pavimentos construídos na Rua da Aurora - 1940 a 1950			
Ano de Construção	Nome	Localização	N° de pavimentos
1950	Edifício Duarte Coelho	Rua da Aurora, Boa Vista, n°175	14
1955	Edifício Capibaribe	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°1035	20
1956	Edifício Santa Alice	Rua da Aurora, Boa Vista, n°127	14

Fonte: A Autora, 2019.

Em 1961, foi instituído o Código de Urbanismo e Obras, lei n°7427/61, normativa que dividiu a cidade em três setores: Urbano, Suburbano e Rural. O setor Urbano foi setorizado em subzonas: Zonas Comerciais (ZC1; ZC2; ZC3); Zona Portuária (ZP1); Zonas industriais (ZI4 e ZI5); e Zona Residencial, dentre as quais a Rua da Aurora passou a ser inclusa na ZC1. O código manteve muitos dos parâmetros da legislação de 1953 e como a mesma, não interferiu na tipologia construtiva da Rua da Aurora, visto que ainda preponderaram os planos específicos.

Entre as décadas de 1960 e 1970 ocorreu o ápice das novas construções verticais nessa frente d'água, totalizando sete edifícios construídos entre 1964 e 1975 (ver Quadro 2).

Quadro 2- Edifícios construídos entre as décadas de 1960 e 1970 na Rua da Aurora.

Edifícios com mais de 10 pavimentos construídos na Rua da Aurora – 1960 a 1970			
Ano de Construção	Nome	Localização	N° de pavimentos
1964	Edifício Caeté	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°573	20
1967	Edifício Pessoa de Melo	Rua da Aurora, Boa Vista, n°50	18
1968	Edifício Lusíadas	Rua da Aurora, Boa Vista, n°27	15
1970	Edifício Alfredo Bandeira	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°1071	20
1973	Edifício Iemanjá	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°1019	25
1974	Edifício Montreal	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°999	24
1975	Edifício São Cristóvão	Rua da Aurora, Boa Vista, n°295	18

Fonte: A Autora, 2019.

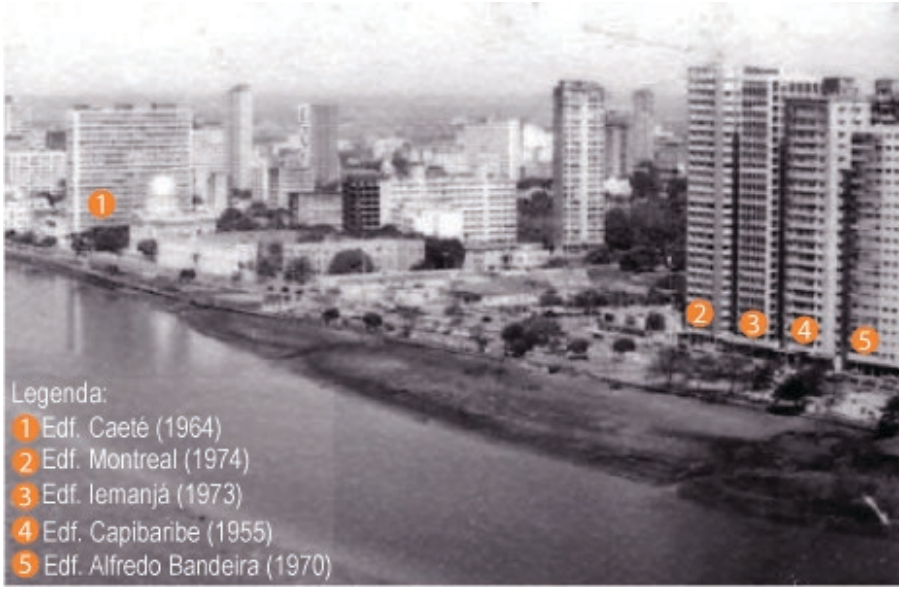
O Edifício Caeté, primeiro prédio construído nesse período, foi projetado pelo renomado arquiteto brasileiro Acácio Gil Borsoi. Na imagem abaixo (ver Figura 44), é possível visualizar os dois blocos do Edifício Capibaribe e ao fundo, por trás da cúpula da Assembleia, o Edifício Caeté. Destaca-se que grande parte da margem da Rua da Aurora conformava um ambiente de praia, havendo um amplo acesso para as pessoas e para pequenas embarcações.

Figura 44 – Vista para a Rua da Aurora em 1967.

Fonte: https://i.pinimg.com/originals/2b/40/ef/2b40ef259c7f39f648c1e10f93b89c93.jpg. Acesso em: 2 dez. 2019.

Dentre as construções que em sequência foram surgindo nesse *skyline,* destacam-se três prédios residenciais, os edifícios Montreal, Iemanjá e Alfredo Bandeira, que vieram a compor o trecho onde previamente estava instalado o Edifício Capibaribe (ver Figura 45), marcando este segmento com um conjunto de prédios que seguem uma linguagem tipológica similar.

Figura 45- Edifícios na Rua da Aurora.



Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Nas figuras abaixo (ver Figuras 46 a 48), pode-se observar as modificações ocorridas no segmento da Rua da Aurora que tem início na ponte Santa Isabel a partir da inserção desses

prédios:

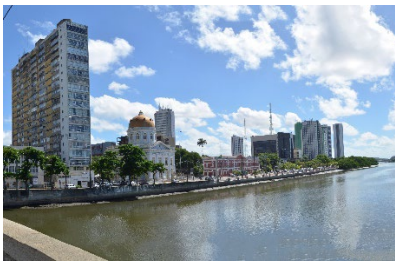
Figura 46 – Vista para a ALEPE e o Ginásio Pernambucano em 1940.

Fonte: Acervo digital FUNDAJ.

Figura 47 – Vista para o Ginásio Pernambucano na década de 1950.

Fonte: Acervo digital FUNDAJ.

Figura 48 – Vista atual para a ALEPE e o Ginásio Pernambucano.



Fonte: MOURA, 2017.

O crescimento da presença dessa tipologia edilícia aconteceu não só na Rua da Aurora, mas também em seu entorno, principalmente nas proximidades com a Av. Conde da Boa Vista, se espalhando pelo bairro da Boa Vista. Isto gerou uma nova imagem para o centro da cidade, uma paisagem marcada por uma larga presença de edifícios de grande altura (ver Figura 49). A predominância da horizontalidade passou a se limitar às áreas do bairro de Santo Amaro.

Figura 49 – Vista aérea da Rua da Aurora na década de 1970.

Fonte: Alcir Lacerda, Fundação Joaquim Nabuco.

Um diagnóstico realizado na Rua da Aurora em 2010 pela Fundarpe[18] apresenta o relato

[18] Diagnóstico do Conjunto Urbano da Aurora (FUNDARPE, 2010).

de uma entrevista com o artista plástico Gerônimo Pereira Barreto, o qual morou no Edifício Alfredo Bandeira em sua infância. Ele afirma que sua família optou pelo local devido à vista que o mesmo proporcionava, pois "tinha a vista todinha pro mar, pras pontes do Recife, a vista lá é linda, antes nem existia nem o prédio da prefeitura, nem o tribunal, ai você tinha o porto todinho, a parte de Olinda e um trecho de Boa Viagem, todas as pontes... a vista dali é muito bonita" (FUNDARPE, 2010, p.17).

Gerônimo também ressalta que era na orla do rio onde as crianças costumavam empinar pipa e jogar bola, havendo também um parque na área que hoje configura o Cais da Aurora (ver Figura 50). Outra diversão infantil citada é que as crianças gostavam de brincar no bonde da Rua da Aurora (ver Figura 51), que frequentemente ficava estacionado nos trilhos nessa imediação da rua (Op. Cit.).

Figura 50 – Vista da margem da Rua da Aurora a partir do Edifício Alfredo Bandeira.

Fonte: Acervo pessoal de Gerônimo Pereira Barreto, FUNDARPE 2010.

Figura 51 – Crianças brincando no bonde estacionado na Rua da Aurora.

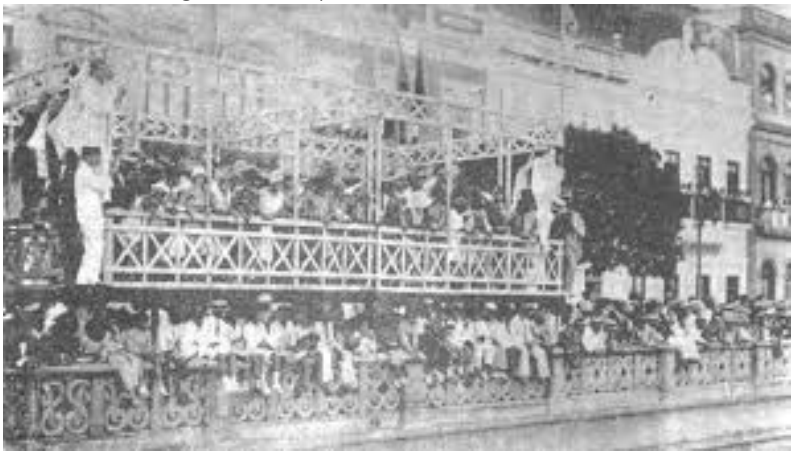
Fonte: Acervo pessoal de Gerônimo Pereira Barreto, FUNDARPE 2010.

Outro ponto de destaque no relato é a relação que os moradores tinham com o Capibaribe, pois o acesso ao rio era fácil e as águas eram limpas, o que proporcionava um ambiente atrativo para as crianças e onde a pesca era frequente, o rio era visto como parte da rua (Op. Cit.). Um fator que também ligava os moradores às águas eram os campeonatos de remo, onde eram montadas arquibancadas nas margens da Rua da Aurora (ver Figura 52).

> O rio era um espaço ocupado, um espaço que extrapolava a contemplação. O Rio era uma extensão da rua, um espaço de lazer, um lugar de experiência. Várias falas de Gerônimo apontam neste sentido. Os campeonatos de remo bem como a navegação a barco surgem aí como experiências que permitiam efetivamente um contato mais direto e íntimo com a natureza, que nesse

período parecia possuir condições mais favoráveis a esses exercícios. (FUNDARPE, 2010, p.17-18).

Figura 52 – Arquibancada na Rua da Aurora.



Fonte: http://nauticonet.com.br/web/2013/fotos-da-historia-do-remo-de-pernambuco/. Acesso em: 20 mar. 2020.

Após 1975, houve uma queda no número de novas construções na Rua da Aurora (ver Quadro 3). Apenas sete anos depois, em 1982, é que ocorreu a construção do Edifício Ébano, no qual pode-se observar a influência do plano de quadra da Comissão do Plano da Cidade, visto que o prédio se encaixa perfeitamente no desenho urbano e na tipologia proposta para a esquina da rua do Riachuelo. Também é possível notar que esta foi a última construção vertical da Rua da Aurora nas mediações do bairro da Boa Vista. O Edifício Ébano é quase como o último elemento a consolidar a paisagem desse segmento da rua (ver Figura 53).

Quadro 3- Edifícios construídos entre as décadas de 1980 e 1990 na Rua da Aurora.

Edifícios com mais de 10 pavimentos construídos na Rua da Aurora – 1980 a 1990			
Ano de Construção	Nome	Localização	N° de pavimentos
1982	Edifício Ébano	Rua da Aurora, Boa Vista, n°325	18

Fonte: A Autora, 2019.

Figura 53- Trecho da Rua da Aurora com os edifícios verticais construídos até a década de 1980.

Fonte: MOURA, 2017, modificado pela Autora.

Para Rocha (1967), apesar das novas construções nessa frente d'água, a paisagem não teria perdido sua beleza ou sedução, "A Rua da Aurora anda muito descaracterizada pelo progresso; modernizou-se; encheu-se de louçarias novas; e apesar dos edifícios retilíneos, agressivos, estandardizados, que vão substituindo os velhos prédios do século XIX, continua bela, sedutora, sempre da Aurora" (ROCHA, 1967, p.46). Andrade (1968), com pensamento semelhante, em reportagem ao Boletim da Cidade do Recife, cita que "Vestindo-se hoje ao rigor da moda e da época, não perdeu sua imponência, o seu aspecto de nobreza [...] Alguns retoques nela realizados, não lhe tiraram a autoridade e nem a sua estrutura original foi tocada" (ANDRADE, 1968).

Por meio desses relatos, observa-se uma crítica à tipologia dos novos edifícios, ao mesmo tempo em que há uma indicação sobre a imponência e a estrutura original dessa paisagem ter permanecido. Isto pode revelar que a força ou a essência da Rua da Aurora é algo que vai além, pois apesar da inserção de edificações tidas como agressivas, a sua totalidade é maior, se impõe no imaginário urbano com maior vigor. Em relação aos elementos citados como pertencentes à estrutura primária da rua, pode-se inferir a referência aos sobrados e casarões, às águas do Capibaribe, às pontes e ao aspecto imaterial da nobreza, que ficou na memória da época em que residiam os barões e baronesas, resistindo ao período de modernizações.

Na década de 1960, a prefeitura do Recife realizou a urbanização do Cais da Aurora (ver Figura 54), aproveitando grande parte da orla do rio Capibaribe, deixando a via mais larga. Nas palavras de Andrade (1968):

> A urbanização do Cais da Rua da Aurora é uma festa permanente para os olhos. Parques infantis, praças de esportes, estacionamento de veículos, postos de gasolina, bancas de revistas e jornais, boutiques, restaurantes regionais e lanchonetes, tudo dentro do melhor estilo de construção funcional e moderna (ANDRADE, 1968, p.54).

Num discurso que tinha por objetivo apresentar um "Novo Recife", a Rua da Aurora seguia no âmbito das modificações dessa imagem da cidade, "é assim que a Rua da Aurora veste roupa nova, sempre vizinha dos rios e das pontes e agora mais aberta aos risos das crianças e à admiração do recifense, vendo o seu 'Nôvo Recife', na sua caminhada para o futuro" (ANDRADE, 1968, p.54).

Figura 54- Urbanização do Cais da Aurora.

Fonte: Revista O Cruzeiro. 8 Dez. 1970. N°50. Rio de Janeiro, p.92.

Essa nova proposta para a Rua da Aurora é vista no contexto das modificações a nível de cidade, o que permite perceber o destaque dessa frente d'água que poderia ser classificada como uma fachada do Recife, visto que as modificações implementadas na mesma podem influir na imagem da cidade como um todo.

> Sem subestimar na rua, o toque imperial e a importância de nobres e barões que ali circulavam e fizeram época e que são, ainda, assuntos eternos e agradáveis, temos de nos render à realidade dos fatos. Agora com o Nôvo-Recife, a rua ganhou uma nova dimensão, sem perder o brilhantismo, o seu porte altaneiro, sem perder o seu passado e a sua glória, o seu sucesso. Se outrora era bonita, tranquila e feliz, tornou-se mais bela ainda. É moderna, atraente. Passou a ser uma cidade toda sorrisos. Ficou mais larga, sem perder a brejeirice. E o recifense quedou-se de amor e ciúme. E de orgulho (ANDRADE, 1968, p.54).

A peculiar expressão "Novo Recife" atualmente nos remete ao projeto do Consórcio Novo Recife[19], que propõe para uma outra frente d'água de grande importância para a cidade – a borda do Cais José Estelita – a demolição dos pretéritos armazéns e a construção de 12

[19] O Consórcio é composto pelas seguintes empresas: Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão. É um projeto bastante polêmico por ter forçado uma submissão de aprovação antes da promulgação da revisão do Plano Diretor de 2008 e por estar nos limites de áreas de ZEPH (BERNARDINO, 2018), ameaçando alterar de maneira irreparável o histórico *skyline* do Cais José Estelita. O empreendimento, ainda não construído, sofreu grande oposição e resistência por parte da população e pela ação do movimento social Ocupe Estelita.

torres ao longo do Cais. Constitui uma proposta de edifícios que pretendem dar as costas para toda uma história num discurso de modernização, querendo trazer a tão almejada nova imagem desse "Novo Recife". Assim, sustenta o mesmo discurso de modernização utilizado desde as décadas passadas, o qual visa inserir a ideia de que o que é novo é mais atraente e melhor.

A figura 54 observada, que constitui uma fotografia da década de 1970 do Cais da Aurora, possui grande contraste em relação ao cenário atual, principalmente pelo fato de não haver a presença do mangue, que hoje constitui uma forte característica do lugar. Isso se dá porque a vegetação presente não só na área do Cais, mas também em demais trechos da Rua da Aurora, é fruto de um plantio ocorrido no final da década de 1980 e início dos anos 1990, na primeira gestão do prefeito Jarbas Vasconcellos. O mangue se tornou um elemento marcante e que alterou a relação do rio com as edificações, interrompendo essa conexão e quebrando a continuidade observada no restante da margem da Rua da Aurora.

A proposta recreativa de interação dos edifícios com o rio no Cais da Rua da Aurora pretendia inovar com apelo turístico, como se pudesse compensar as perdas da imagem histórica e anos depois, a área foi, de certo modo, interceptada pelo plantio do mangue. Diante desses cenários, como se posicionaram os entrevistados? Foi questionado o que mais lhes chamou atenção nas imagens antigas da Rua da Aurora, considerando os Tempos 1 e 2, e se teria algo que gostariam que tivesse permanecido até os dias atuais. Isto fez com que retornassem o olhar para as fotografias e cartões-postais, no intuito de explorar o que mais lhes salta aos olhos nesses cenários pretéritos.

Para o grupo de moradores (G1), um dos elementos citados foi a presença de árvores (ver Apêndice F), o residente M1 comenta que "Em algumas fotos antigas eu vejo mais árvores e seria ótimo ainda ter elas pelo trecho entre a Conde da Boa Vista e a Princesa Isabel" (M1/G1). Este trecho é citado por mais de um entrevistado, sendo eleito como o que gostariam que as árvores tivessem permanecido, apesar de entre as imagens apresentadas na entrevista um dos cartões-postais retratar a presença de arborização para além da ALEPE (ver Figura 55).

Figura 55 – Cartão-postal da Rua da Aurora.

Fonte: Acervo digital da FUNDAJ.

A limpeza do rio, sua navegabilidade e acesso foi um outro item exaltado, mostrando o desejo de que hoje ainda fosse possível viver o rio Capibaribe da mesma maneira, tendo-o como uma via de transporte e um local de lazer, com águas limpas que permitissem o desfrute do mergulho. Também são feitas referências à horizontalidade e a ausência de edifícios de grande altura, alguns comentam o desejo de que "a ausência de prédios enormes tivesse permanecido" (M6/G1). Outros admitem a contradição existente no fato de residirem em edifícios verticais e mesmo assim imaginarem a Rua da Aurora sem eles, "Gostaria [...] que tivesse menos prédios nas margens (apesar de eu morar em um e não trocar minha vista por vista nenhuma da cidade. Sim, bem controversa, eu sei)" (M7/G1), pensamento também compartilhado pelo morador M12, "apesar de morar em um prédio alto, gostaria que se mantivesse mais horizontal e que o contato com o rio fosse mais frequente e seguro" (M12/G1)

> É... me chama atenção o gabarito né, dos prédios, das construções. Seria muito mais bonito, muito mais interessante [...] mesmo que tivesse construções mais altas, que elas fossem mais distantes da beira do rio, da margem do rio, me chama atenção isso. E... O rio em si me chama atenção, as embarcações, o fato de haver navegabilidade [...] O que eu gostaria que tivesse permanecido, acho que talvez a volumetria, a altura dos prédios e com certeza a navegabilidade e a qualidade da água aí do rio (M10/G1).
>
> Me chama atenção um tobogã, né... um parque que tinha muito bonito aqui na Rua da Aurora e que eu gostaria que permanecesse ainda hoje aqui, nós não temos mais. Eu escuto falar desse tobogã [...] com saudade, que ele é muito, muito bom e que vinham pessoas de fora passear, eu escuto muito [...] essas mensagens das pessoas que moram aqui há mais tempo (M14/G1).

As respostas do grupo de especialistas (G2) (ver Apêndice F) apresentaram maiores referências ao casario e sua arquitetura, demonstrando o desejo de que mais exemplares

tivessem resistido às modificações. Os demais elementos mais referenciados estão ligados à escala das edificações e à interação com o rio, mostrando-se em congruência com o desejo dos moradores.

O especialista E1 diz não saber apontar o que gostaria que tivesse permanecido, mas o que lhe chamou a atenção foi o fato de poucas pessoas aparecerem nas imagens, indicando que isto é um pouco contraditório ao se considerar a vida que existia no Cais e no próprio rio.

> Não sei se conseguirei dizer o que gostaria que tivesse permanecido, já que o fato que mais me chamou atenção nessa análise é que em poucas fotos aparecem pessoas! Os únicos sinais de pessoas são alguns barcos no rio, e isso eu também encontrei em uma das fotos atuais – o que para mim é fenomenal, e umas poucas pessoas caminhando na foto 21. Um amigo historiador (Mário Ribeiro) disse, inclusive, que esse é um mal de arquiteto, gosta de fotografar o patrimônio com a perspectiva apenas dos edifícios antigos, como se as pessoas não fizessem parte disso. Claro que pode ter sido o horário, o dia da semana, mas a verdade é que na Rua da Aurora existia vida nos rios, existia Cais, barcos e me sinto triste de não ver isso (E1/G2).

Sobre o quesito escala, o entrevistado E5 enfatizou que a escala preexistente permitia uma maior unidade das construções na paisagem. Além desse quesito, há menções sobre o desejo de que tivesse permanecido um gabarito mais baixo, o qual permitiria uma melhor visualização das construções de importância e uma melhor relação com o rio.

> O gabarito da rua era muito forte e você identificava as edificações de destaque, assim como a relação com o rio, a presença de arborização e ruas do entorno ainda sem alargamento. Gostaria que o gabarito tivesse permanecido e a utilização da rua enquanto espaço público, principalmente nos primeiros trechos: Rua da Imperatriz - Princesa Isabel (E14/G2).

O especialista E8 destaca que algumas construções, apesar de terem rompido com a escala, tornaram-se de bastante destaque e relevância para a área. Resgatando o rio, indica que gostaria que mais pontos de interação ainda existissem:

> Me chama a atenção poder visualizar parte do casario tradicional perdido, muitos mereciam ter sido preservados. Também é possível visualizar que em algumas fotos antigas já aparecem alguns prédios que alteram a escala original do bairro, mas que assumiram relevância na atualidade, como o prédio do Cinema São Luiz. Gostaria que tivessem permanecidos pontos de interação com o Rio – aparecem alguns ancoradouros e plataformas (E8/G2).

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Diante do exposto, observa-se que a Rua da Aurora teve seu núcleo inicial nas proximidades da ponte da Boa Vista e foi ganhando território aos poucos, por meio de uma série de aterros sobre as áreas alagadas, chegando até as terras do bairro de Santo Amaro. Sua silhueta primitiva se constituiu com a presença dos casarões e sobrados ocupados por importantes figuras da sociedade recifense da época e as primeiras modificações dessa paisagem tiveram início em meados da década de 1940, com o alargamento da antiga rua Formosa. Em sequência, a partir de 1950, houve a construção de novos prédios como consequente reverberação das discussões do final da década anterior. Desse modo, nesse recorte temporal, pode-se apontar o Decreto n° 27 e o Plano de Quadra proposto pela Comissão do Plano da Cidade como os principais impulsionadores das mudanças ocorridas.

As remodelações e novas edificações que começaram a surgir trouxeram uma nova imagem não só para a Rua da Aurora, mas para todo seu entorno nas imediações do bairro da Boa Vista. Algumas dessas construções, além de se inserirem na própria silhueta da rua, passaram a constituir o plano de fundo dessa paisagem, modificando a leitura que se tinha do casario, que passou a contar com a relação das edificações primitivas e a escala dos novos prédios. Como indicado pelo especialista E7, a escala anterior permitia apreciar o horizonte, “O casario antigo, numa escala mais modesta que permitia ver o horizonte. O horizonte ao longe, com suas nuvens” (E7/G2).

A década de 1970 marcou o ápice das novas edificações verticais nessa frente d’água, que, posteriormente, desaceleraram e esse freio coincidiu com o período em que começaram a ser instituídas legislações de salvaguarda para a Rua da Aurora, como será aprofundado nos capítulos seguintes, pois até 1978 não existiam quaisquer medidas de preservação implementadas em sua margem.

5 A compreensão da PUH e a dimensão visual da integridade

5 A COMPREENSÃO DA PUH E A DIMENSÃO VISUAL DA INTEGRIDADE

O presente capítulo está estruturado em três subseções e dedica-se a dar continuidade à discussão teórica da pesquisa, com o objetivo de explorar as noções da Paisagem Urbana Histórica e da integridade visual. No primeiro tópico, *A paisagem patrimônio no âmbito da Unesco e do Brasil,* observa-se o percurso da paisagem no âmbito internacional da Unesco – que instituiu a Paisagem Cultural como categoria do patrimônio cultural mundial em 1992 – e a inserção da noção de paisagem em decretos brasileiros e na legislação do Recife. Por fim, verifica-se os primórdios da integridade no campo do patrimônio cultural.

No segundo tópico, *Paisagem Urbana Histórica (PUH): uma nova abordagem para a conservação,* é analisado o contexto que proporcionou as bases para a formulação da PUH, a qual visa abarcar uma perspectiva mais ampla da paisagem, indo além de termos usuais como conjuntos e entorno. De modo breve, observa-se a trajetória que a PUH percorreu desde sua formulação no *Memorandum* de Viena (UNESCO, 2005) até a publicação das Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011).

No último tópico, *Integridade visual e visibilidade no âmbito da PUH,* é explorada a dimensão visual da integridade, que passou a ter maior evidência a partir do desenvolvimento da noção da PUH. Aqui também é abordada a questão da visibilidade, que se mostra interligada ao estudo da integridade visual.

5.1 A PAISAGEM PATRIMÔNIO NO ÂMBITO DA UNESCO E DO BRASIL

A partir do século XX, a paisagem se tornou um grande campo de estudo e foram desenvolvidas as primeiras estratégias de proteção, advindas dos movimentos de proteção da natureza (MITCHELL; RÖSSLER; TRICAUD, 2009) e após a II Guerra Mundial, os primeiros esforços internacionais de conservação tomaram forma. Na década de 1920, a noção de paisagem foi incorporada ao âmbito da Geografia Cultural por meio do geógrafo americano Carl Sauer, para o qual a paisagem seria uma área composta por uma associação distinta de formas que seriam, ao mesmo tempo, físicas e culturais (SÁ CARNEIRO & SILVA, 2012). Em 1992, com base nas definições de Sauer, o Comitê do Patrimônio Mundial em sua 16° sessão institucionalizou a Paisagem Cultural como uma categoria do Patrimônio Histórico-Cultural.

A nova categoria vê a paisagem como uma área de características naturais que foi

modificada e influenciada por forças culturais (MITCHELL; RÖSSLER; TRICAUD, 2009). Desse modo, passa a compreender áreas constituídas por especificidades que as tornam únicas e portadoras de atributos materiais e imateriais, sendo através da identificação destes e do reconhecimento dos valores atribuídos que uma paisagem poderia vir a ser incluída e classificada como um bem de valor patrimonial. De acordo com Veras (2014), a inclusão desta categoria iniciou uma abertura para um caminho de inserção da paisagem urbana no campo do patrimônio.

Apesar da Paisagem Cultural ser instituída em 1992, documentos e cartas internacionais precedentes já demonstravam preocupação em relação à visibilidade dos bens tombados, assim como à própria paisagem, mesmo que de forma indireta (ver Figura 56), aparecendo como uma moldura ou envoltório de um bem patrimonial e assumindo, por vezes, expressões como ambiência ou entorno (SÁ CARNEIRO & SILVA, 2011).

Figura 56- Linha do tempo do panorama anterior a institucionalização da Paisagem Cultural.

Fonte: A Autora, 2019.

Em 1995, com a Recomendação N° R (95) sobre a Conservação Integrada das Áreas de Paisagens Culturais como Integrantes das Políticas Paisagísticas (COE,1995), adotada pelo comitê de ministros do Conselho da Europa[20], a paisagem recebeu uma definição mais detalhada. O documento a categorizou como um bem cultural e destacou três pontos chaves que a consolidam em um triplo significado: (i) percepção do território por um indivíduo ou comunidade; (ii) testemunho do passado e da relação entre os indivíduos e o meio; (iii) ajuda na especificação de culturas locais, práticas, crenças e tradições.

Em continuidade a esta recomendação, o Conselho aprovou em Florença, no ano de 2000, a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), a qual constituiu o primeiro acordo internacional dedicado à paisagem e sua gestão frente a organização da cooperação europeia. O documento define a paisagem como sendo parte do território que resulta da ação e da interação entre fatores naturais e humanos. No art. 1°, a CEP indica a definição das ações que visam a proteção, a gestão e o ordenamento das paisagens:

> d) "Proteção da paisagem" – designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana;
> e) "Gestão da paisagem" – designa a ação visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais;
> f) "Ordenamento da paisagem – designa as ações com forte carácter prospectivo, visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens (CEP, 2000, p.3).

A convenção reconheceu a importância das paisagens da vida cotidiana, que revelam uma cultura local da vida diária, "Reconhecendo que a paisagem é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais [...], em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida cotidiana" (CEP, 2000, p.1). Diante disto, a CEP se diferencia dos documentos precedentes ao trazer uma apreensão da paisagem que foge ao conceito de paisagem cultural ou natural e foca na paisagem como produto cultural em seu sentido próprio, reconhecendo que toda paisagem é cultural, seja ela pertencente à vida cotidiana ou não (VERAS, 2014).

[20] O Conselho da Europa é uma organização internacional fundada em 1949 que tem como propósito a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa.

No cenário do Brasil, a paisagem está instituída como patrimônio histórico e artístico desde 1937, por meio do Decreto-Lei nº 25 – ainda hoje em vigor – que teve como base as referências da Carta de Atenas (CIAM, 1933) e foi promulgado pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN, órgão criado em 1936 com o objetivo de formular uma regulamentação para a preservação do patrimônio nacional. Esse decreto foi responsável por estabelecer o instrumento do tombamento. A paisagem, por sua vez, foi caracterizada como um bem sujeito ao tombamento quando julgada monumento natural ou agenciado pela indústria humana. Entretanto, apesar da palavra "paisagem" estar mencionada, parece que o que pesou foi sua imaterialidade para servir de desculpa para a operacionalização do instrumento de tombamento.

> Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (Decreto lei n° 25/37, §2).

Em 2010, em resposta ao Congresso Internacional da IFLA[21] de 2009, foi desenvolvida a Carta Brasileira da Paisagem, com a premissa da necessidade de conservar e proteger a paisagem como um bem patrimonial, visto que sua preservação efetiva ainda é um desafio (ABAP, 2010). Foram elaborados e apresentados os 12 princípios da Paisagem Brasileira[22], onde há destaque para a importância da realização de uma leitura e de um diagnóstico da paisagem que preceda a implantação de intervenções.

Em Pernambuco, o Decreto n° 371 de agosto de 1939, que deu início à proteção do acervo histórico e artístico do Estado, também incluiu e fixou normas para as paisagens que representariam "áreas características do Estado" (RECIFE, 1981). No âmbito do Recife, tem-se destaque para o Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade, lei n° 16.243 de 1996, que trouxe para a legislação municipal uma conceituação sobre paisagem, paisagem

---

21 Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas.

22 1) A paisagem e seu papel coletivo; 2) Reconhecimento das paisagens brasileiras e seus ecossistemas; 3) As relações entre a paisagem e a população; 4) Paisagem como instrumento de planificação do desenvolvimento sustentável do país; 5) A paisagem e seu valor econômico para a sociedade brasileira; 6) A necessidade do respeito e da preservação das paisagens; 7) Direito democrático à qualidade ambiental e paisagística; 8) Princípios locais e nacionais para a gestão efetiva da paisagem no Brasil; 9) A necessidade da visão integrada para os projetos e políticas governamentais; 10) Intercâmbios paisagísticos na América através dos grandes compartimentos territoriais de nossas paisagens; 11) As paisagens urbanas em degradação e as relações com o crescimento populacional nas metrópoles, problema a ser enfrentado com novas visões tecnológicas; 12) A realidade das áreas rurais e a necessidade de valorização e restauração de paisagens pioneiras (ABAP, 2010).

urbana e paisagem urbana do Recife[23]. A lei faz referência à proteção de paisagens que possuam "traços típicos da paisagem recifense", todavia não indica quais locais estariam inclusos nesta categoria. A partir dos itens estabelecidos na normativa, compreende-se que a Rua da Aurora poderia ser inclusa nessa classificação.

> Art. 86. Consideram-se objeto de proteção imediata os seguintes espaços, ambientes e recintos detentores de traços típicos da paisagem recifense:
> II – Os corpos de água, suas nascentes, margens e estuários, os pontos de recarga dos aquíferos, a faixa litorânea além dos manguezais e as matas remanescentes;
> III – Áreas de descortino e respectivas vistas consideradas, pelos órgãos municipais competentes, como de excepcional beleza, interesse paisagístico, histórico e estético-cultural que emprestam significado e prestígio à história da cidade;
> IV – Pátios de antigos templos, Avenidas, praças e outros espaços urbanizados, passíveis de se converterem em centros ou pontos de animação turística e cultural
> V – Áreas de amenidades, reconhecidas como recintos agradáveis e interessantes ao convívio social, dadas as características da composição, do dimensionamento e da vizinhança;
> VI – Os imóveis definidos na LUOS como Imóveis de Proteção de Área Verde (IPAVs) e os imóveis Especiais de Preservação- (IEPs) (RECIFE, 1996, p.30).

O Código, ao se referir à proteção de paisagens que possuam traços típicos do Recife, explicita as relações que se dão no lugar, apontando a paisagem urbana da cidade como o resultado tanto dos processos naturais como diretamente da ação do homem. Como indica Berjmam (2008), o natural e o cultural são complementares, desse modo, a paisagem como patrimônio se insere tanto no âmbito do patrimônio cultural como do natural.

5.1.1 A integridade e sua dimensão visual

A integridade e a autenticidade são noções que embasam não só a atuação da Unesco, que exige exames para os bens culturais indicados à Lista do Patrimônio Mundial, mas também são balizadores para a conservação de bens culturais em todo o mundo e impulsionam diversas

[23] *Paisagem*: configuração assumida por diferentes objetos e atributos físicos, naturais e artificiais distribuídos sobre um determinado espaço em sua continuidade visual ou observável, sujeita às mudanças que os processos sociais ali presentes determinem ou condicionem; *Paisagem Urbana*: é a síntese dos objetos, atributos e relações que dão forma e expressão ao espaço físico, econômico e social do ecossistema natural para constituir o habitat humano. Distingue-se da chamada paisagem natural pela presença predominante dos componentes construídos ou artificialmente dispostos [...]; *Paisagem Urbana do Recife:* fisionomia assumida pelo ecossistema original da cidade, no processo coletivo de sua criação e expresso em um contínuo de ambientes e perfis, dispostos ao longo do tempo e do espaço, resultantes das construções, dos vazios, da presença da vegetação e do movimento de pessoas e coisas nas ilhas, na planície, nos morros, nos ambientes fluviais e marinhos (RECIFE, 1996, p.8, Art. 8°).

discussões internacionais que visam chegar a interpretações mais objetivas para os mesmos. Segundo Vasconcellos e Granato (2017), a integridade aplicada no campo da preservação foi pensada, primeiramente, dentro do contexto dos bens culturais imóveis, como observado nas cartas patrimoniais e documentos internacionais elaborados a partir do século XX. Os autores apontam que é possível dividir em três momentos as mudanças ocorridas em torno do patrimônio e da preservação e suas relações com a noção de integridade.

O primeiro teria sido a partir da década de 1960, quando a preservação tinha como foco as características físicas dos bens culturais. Já o segundo ocorreu a partir dos anos de 1980, quando um novo ideal de preservação foi traçado a partir da ampliação das noções de patrimônio e integridade. Por fim, o terceiro momento teria iniciado na década de 1990, quando a Declaração de Nara (ICOMOS, 1994) favoreceu uma mudança de perspectiva aos bens culturais móveis, apontando indícios para a conservação contemporânea considerar a trajetória do objeto de conservação no tempo juntamente às suas relações e representações (VASCONCELOS & GRANATO, 2017).

Foi na Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) a primeira vez em que a integridade apareceu em um documento de preservação patrimonial[24]. Nas Diretrizes Operacionais, a noção está presente desde a primeira versão (1977) como "condições de integridade", porém sem qualquer conceituação ou definição estipulada e com aplicação exclusiva aos sítios nomeados sob critérios do patrimônio natural, contando com exemplificações que visam facilitar sua avaliação. Para compreender o percurso da ampliação e aplicação da noção de integridade no contexto do patrimônio cultural da Unesco, pode-se observar as resoluções e discussões dos documentos que são fruto dos seguintes encontros internacionais (ver Figura 57):

Figura 57- Panorama dos encontros relevantes para a integridade ser inclusa no âmbito do Patrimônio Cultural.

Fonte: A Autora, 2019.

[24] A noção foi citada uma única vez, ao indicar que "Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização" (ICOMOS, 1964, Art. 14°).

Dentre esses eventos, destaca-se o encontro realizado na França em 1996, no Parque Nacional de La Vanoise, sobre a Avaliação de Princípios Gerais e Critérios para Nominação de Sítios Naturais do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1996). Na ocasião, foi reconhecido que do ponto de vista do patrimônio natural existiam diferentes dimensões da integridade, que incluiriam a integridade estrutural, funcional e visual[25], sendo esta a primeira referência da integridade visual como dimensão constituinte da integridade. O encontro sugeriu uma revisão das Diretrizes Operacionais, a fim de promover um tratamento simplificado, onde as noções de autenticidade e integridade poderiam ser observadas em uma abordagem integrada, unindo a proteção da natureza e da cultura (UNESCO, 1996).

No Seminário de Nara sobre o Desenvolvimento e Integridade de Cidades Históricas (UNESCO, 1999), Jukka Jokilehto – representante do ICCROM – apontou que embora a noção de autenticidade fosse um fator de qualificação e parte fundamental da conservação moderna do patrimônio cultural, ela poderia ser complementada com a inclusão da noção de integridade. Assim, a avaliação da integridade também poderia ser utilizada no âmbito do patrimônio cultural, particularmente em paisagens patrimoniais e conjuntos históricos. Ele também propôs que a integridade aplicada ao patrimônio cultural se referisse a aspectos funcionais ou históricos específicos à realidade de cada bem (Op. Cit.).

Foi apenas em 2005, fruto de numerosas discussões, que a integridade foi oficializada como elemento qualificador nas nominações do patrimônio cultural, recebendo uma primeira conceituação na nova atualização das Diretrizes Operacionais (LORETTO, 2016). Ela é indicada como "uma apreciação da completude e do caráter intacto do patrimônio e de seus atributos" (UNESCO, 2005, §88). Assim, possui dois preceitos básicos: o caráter intacto e a completude. Para analisar as condições de integridade, é necessário examinar em que medida o bem:

> a) possui todos os elementos necessários para exprimir o seu Valor Universal Excepcional; b) é de dimensão suficiente para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem; c) sofre efeitos negativos decorrentes do desenvolvimento e/ou da falta de manutenção (UNESCO, 2013, § 88).

Loretto (2016) indica que apesar da integridade ter passado a ser aplicada como pré-

[25] Integridade estrutural (ex: a composição de espécies de um ecossistema); Integridade funcional (ex: séries glaciais como a própria geleira e seus padrões de deposição); Integridade visual (noção que se relaciona com o patrimônio natural e cultural) (UNESCO, 1996, p.4).

requisito para os bens inscritos na Lista do Patrimônio Cultural, essa ampliação não foi atrelada a indicações adequadas de procedimentos metodológicos específicos ou exemplos práticos, como ocorria no âmbito do patrimônio natural, tornando sua verificação uma caixa preta. Nesse contexto, a integridade era compreendida como um dispositivo de expressão das alterações físicas de um bem ao longo do tempo ou como instrumento de definição de zonas de entorno. Todavia, no segundo semestre de 2005, uma nova interpretação da integridade – associada às visadas dos bens salvaguardados – começou a surgir, advindo como reverberação do nascimento da noção da PUH (LORETTO, 2016).

5.2 PAISAGEM URBANA HISTÓRICA: UMA NOVA ABORDAGEM PARA A CONSERVAÇÃO

A partir do reconhecimento da Paisagem Cultural que contemplou, em grande parte, áreas remanescentes de ecossistemas, começaram a surgir debates acerca de suas restrições em relação às ambiências urbanas. E devido à falta de parâmetros para um equilíbrio das expansões e do crescimento vertical nos centros urbanos, houve um aumento de construções no entorno de monumentos e de áreas de paisagens históricas que ameaçavam a proteção do patrimônio cultural, visto que um rápido e descontrolado desenvolvimento tende a fragmentar e deteriorar o patrimônio urbano, ocasionando impactos na identidade das comunidades (UNESCO, 2011).

Para tanto, em um contexto de crescentes dinâmicas e inter-relações das áreas urbanas, onde desenvolvimento e conservação do patrimônio urbano são vistos como processos conflitantes em vez de cooperativos, havia a necessidade de uma abordagem integrada e atualizada. Assim, nesse âmbito que também contou com a complexidade presente na noção de paisagem, a abordagem da Paisagem Urbana Histórica foi formulada (SÁ CARNEIRO & SILVA, 2012).

Nessa época, o patrimônio cultural vinha em um processo de ampliação que requeria um novo tratamento para a conservação e para o desenvolvimento urbano no contexto territorial, visto que as recomendações e cartas elaboradas ainda não integravam totalmente o desenvolvimento do conceito (UNESCO, 2005). Uma das limitações presentes nos textos teóricos era a abordagem essencialmente arquitetônica, mesmo quando se referiam a áreas urbanas históricas (BANDARIN & OERS, 2014).

Assim, a noção da PUH irrompe em resposta a este cenário por meio do *Memorandum* de Viena, resultado da Convenção Internacional sobre o Patrimônio Mundial e Arquitetura Contemporânea (UNESCO, 2005). Rapidamente ele se tornou um dos documentos mais debatidos e questionados da época, por refletir uma tendência para o desenvolvimento sustentável das cidades históricas e apontar uma visão mais ampla da natureza do patrimônio urbano (BANDARIN & OERS, 2014). Esperava-se que ele pudesse se tornar uma declaração chave para uma abordagem integrada, conectando arquitetura contemporânea, desenvolvimento urbano sustentável e integridade da paisagem, tendo como base os padrões históricos preexistentes (UNESCO, 2005).

A expressão "Paisagem Urbana Histórica" tinha por intenção ir além de termos tradicionais, como conjunto e entorno, englobando de maneira mais ampla os valores e as características dos elementos constitutivos da estrutura urbana, sendo relativo às paisagens que possuem grande valor para a compreensão de como se vive hoje.

> A Paisagem Urbana Histórica [...] refere-se a conjuntos de qualquer grupo de edifícios, estruturas e espaços abertos, em seu contexto natural e ecológico, incluindo sítios arqueológicos e paleontológicos, constituindo assentamentos humanos num ambiente urbano durante um período de tempo relevante, cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, científico, estético, sociocultural ou ecológico. Tal paisagem moldou a sociedade moderna e tem grande valor para a compreensão de como vivemos hoje (UNESCO, 2005, §7, tradução nossa).

Dá-se importância ao senso de lugar, considerando a conexão emocional entre o ser humano e seu ambiente, como uma totalidade subentendida na expressão "coesão e valor", como forma de garantir uma boa qualidade ambiental urbana, contribuindo positivamente para a economia e para a vitalidade das cidades (UNESCO, 2005). Uma compreensão profunda da história, cultura e arquitetura do lugar seria essencial para o desenvolvimento de uma estrutura de conservação. Assim, intervenções contemporâneas em uma PUH exigiriam uma abordagem cultural e histórica sensitiva, que permita ações adequadas para casos individuais, examinando o contexto entre o antigo e o novo enquanto respeita a autenticidade e a integridade histórica do tecido e das construções.

Como diretriz para o desenvolvimento urbano, o Memorando indica que uma arquitetura de qualidade em área histórica deve considerar a escala dos volumes. Este seria um aspecto de relevância na busca por uma minimização de impactos diretos a importantes

elementos históricos ou estruturas significativas (UNESCO, 2005). Também considera que as vistas da paisagem urbana e os eixos de importância visual são fatores constituintes da identidade de uma PUH.

> A Paisagem Urbana Histórica está embutida nas expressões sociais atuais e passadas e no desenvolvimento local. É composta de elementos definidores do caráter que incluem usos e padrões da terra, organização espacial, relações visuais, topografia e solos, vegetação e todos os elementos da infraestrutura técnica, incluindo objetos de pequena escala e detalhes de construção (meio-fio, pavimentação, calhas de drenagem, luzes, etc.) (UNESCO, 2005, §8, tradução nossa).

O Memorando propõe a formulação de uma nova recomendação, a fim de complementar e atualizar as existentes sobre o tema da PUH, com especial referência à contextualização da arquitetura contemporânea. Dessa maneira, a partir dele, teve início uma série de debates e conferências que se tornaram os pilares para a elaboração das Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica em 2011. Nesse âmbito, o desenvolvimento da noção da PUH seguiu a seguinte trajetória de declarações e reuniões:

Figura 58 – Trajetória dos encontros que precederam as Recomendações sobre a PUH em 2011.

Fonte: A Autora, 2019.

A Declaração de Xi'An sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural destaca a importância de preservar e manter de forma adequada e equilibrada os entornos das áreas históricas, a fim de diminuir os casos de modificações que ocasionam perdas à integridade, autenticidade ou significância do patrimônio cultural. Afirma que é preciso compreender, interpretar e documentar os entornos de um bem cultural como um processo que considera inúmeros fatores, incluindo a experiência de aproximação ao bem (ICOMOS, 2005). Também deixa claro que o controle sobre as mudanças não significa impedir qualquer alteração, mas considerar um equilíbrio, de modo que possíveis cenários não ocasionem "distorções visuais e espaciais ou usos inadequados em um entorno repleto de significados" (Op. Cit., p.3).

Em sequência, o Centro do Patrimônio Mundial iniciou um processo de revisão dos documentos existentes e começou uma série de consultas regionais, no intuito de receber sugestões de especialistas para a elaboração da nova recomendação. Os encontros se destacaram por buscar um maior refinamento sobre a conceituação da Paisagem Urbana Histórica, indicando a necessidade de maior inclusão e esclarecimento junto às noções de integridade e autenticidade.

Dentre as conferências realizadas, destaca-se a de St. Petersburgo (UNESCO, 2007), a qual enfatizou que o conceito da PUH não seria algo novo, o que seria novo é a percepção de sua relevância potencial hoje, que "extrai da experiência em conservação urbana e paisagens culturais e procura abranger valores relativos a elementos naturais, herança intangível, autenticidade e integridade e *genius loci*" (UNESCO, 2007, p.2). O conceito de *genius loci* ganha destaque ao integrar componentes da agenda de sustentabilidade, como o senso de lugar, pertencimento da comunidade, identidade e diversidade, juntamente ao patrimônio cultural imaterial.

A reunião realizada em Olinda (UNESCO, 2007) também merece atenção, ao ter indicado questionamentos sobre a necessidade da inclusão do termo "histórica" na definição do conceito. Nesse âmbito, Jokilehto indica que o termo *historic* possui um duplo significado, no qual o primeiro está relativo à evolução temporal dos grandes eventos e ações humanas, enquanto o segundo expressaria o sentido de uma disciplina ou investigação no qual o conhecimento do passado humano é adquirido ou procurado (BANDARIN & OERS, 2014). O que pode nos mostrar que o acréscimo da palavra "histórica" visa dar ênfase à importância do desenvolvimento ao longo do tempo e aponta a relevância de compreender esse passado que se expressa na paisagem urbana do hoje.

Na Conferência Regional de Zanzibar (UNESCO, 2009), as paisagens africanas foram vistas como possuidoras de uma estreita relação com o ambiente urbano e rural, sendo identificadas como mosaicos que possuem múltiplas camadas, havendo claras interligações com o conceito de palimpsesto. Foi salientada a necessidade de uma abordagem de paisagem mais inclusiva, que se fundamente no reconhecimento da continuidade dos sistemas de valores locais e na dinâmica de processos informais e associações dirigidas por uma comunidade.

Em 2008, foi realizada uma *planning meeting* na sede da Unesco em Paris, momento em

que ocorreu uma atualização da noção inicial da PUH, na qual o ponto chave está na aceitação da mudança como inerente à condição urbana. Para Bandarin e Oers (2014), este talvez constitua um dos maiores obstáculos da própria conservação, pois não há um consenso sobre que níveis de mudanças seriam aceitáveis. Diante disso, o debate da PUH representa uma tentativa de abordar a necessidade de um novo enfoque para a conservação urbana, repensando o processo dentro de um contexto mais amplo de gestão e de desenvolvimento urbano, quebrando as barreiras entre conservação e desenvolvimento (BANDARIN & OERS, 2014). A Paisagem Urbana Histórica se configura como um novo tipo de instrumento, flexível e em contínua evolução, em lugar de práticas que visam dar respostas definitivas.

Em 2010, foi elaborada a *Draft Recommendation on Historic Urban Landscape*, o primeiro rascunho da Recomendação sobre a PUH. Nesta primeira versão, a definição da noção explicita a importância de conhecer e revelar as camadas históricas da paisagem em questão, ou seja, de compreender os *layers* do palimpsesto que uma PUH possui. Nesse momento, ainda há a presença da expressão "cenário geográfico", que na recomendação final foi substituída por paisagem.

> A Paisagem Urbana Histórica é o assentamento urbano entendido como uma estratificação histórica de valores culturais e naturais, estendendo-se além da noção de "centro histórico" ou "conjunto" para incluir o contexto urbano mais amplo e seu cenário geográfico. A abordagem da paisagem urbana histórica sugere que o planejamento inteligente da área urbana maior começa com a compreensão da evolução da paisagem urbana histórica nessa escala maior e, em seguida, a cidade atual é vista como um depósito de muitas camadas ao longo do tempo. Em todos os casos a história precisa ser conhecida e várias camadas precisam ser reveladas e celebradas (UNESCO, 2010, p.2, grifo e tradução nossa).

Junto a esse primeiro rascunho, também foi elaborado um Plano de Ação, o qual representou o ponto de partida para identificação de um possível modelo para o desenvolvimento de uma abordagem metodológica de gerenciamento da PUH, com etapas que visam o controle das modificações (MARTINI, 2013). Assim, levando em conta a necessidade de considerar a singularidade do contexto de cada cidade histórica e assentamento urbano, seis etapas ou passos críticos foram estipulados para que os Estados Membros levassem em conta ao implementar a abordagem da PUH[26] (UNESCO, 2010).

[26] 1) Realizar pesquisas abrangentes e mapear os recursos naturais, culturais e humanos da cidade; 2) Alcançar um consenso utilizando-se de planejamento participativo e consultas a partes interessadas sobre quais

Em 2011, a versão oficial das Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica foi então publicada. Ela apresenta a indicação de uma abordagem paisagística para identificação, conservação e gestão de áreas históricas em seus contextos urbanos, considerando as inter-relações de suas formas físicas e naturais, organização e conexão espacial, assim como seus valores sociais, culturais e econômicos, levando em conta a natureza dinâmica das cidades. Uma abordagem sob a perspectiva da PUH seria inerente a um relacionamento equilibrado e sustentável tanto em relação ao ambiente urbano e o natural, como entre as gerações presentes, futuras e o legado histórico do passado (UNESCO, 2011).

Para Bandarin e Oers (2014), a PUH é um instrumento capaz de integrar as políticas e práticas de conservação dos conjuntos urbanos, possuindo como objetivo definir princípios operativos necessários para assegurar modelos de conservação urbana que respeitem os valores e as tradições dos diferentes ambientes culturais. Ajudando, desse modo, a redefinir o patrimônio urbano no centro de um processo de desenvolvimento espacial, reconhecendo e colocando a cidade histórica no lugar em que lhe corresponde, como um recurso para o futuro (BANDARIN & OERS, 2014).

Na PUH a cidade histórica é um sistema que integra elementos naturais e artificiais, constituindo um *continuum* que representa a superposição de diferentes aspectos da história. Ela teria sido proposta e vem sendo utilizada como um instrumento apto a interpretar os valores presentes no patrimônio urbano (Op. Cit.).

> A PUH não constitui uma categoria patrimonial diferenciada. Ao contrário, se inscreve dentro do conceito geral de áreas urbanas históricas, adicionando ao mesmo tempo um novo ponto de vista para a prática da conservação urbana: uma visão territorial mais ampla do patrimônio, acompanhada de uma maior atenção à função social e econômica da cidade histórica, uma proposta de gestão das transformações urbanas que tenta fazer frente ao crescimento atual e finalmente, uma reavaliação da contribuição moderna aos valores históricos (BANDARIN & OERS, 2014, p.122, tradução nossa).

valores proteger e transmitir às futuras gerações e determinar os atributos; 3) Avaliar a vulnerabilidade desses atributos a estresses socioeconômicos, bem como aos impactos das mudanças climáticas; 4)Desenvolver uma estratégia de desenvolvimento ou de conservação da cidade, para integrar os valores do patrimônio urbano e seu status de vulnerabilidade em uma estrutura mais ampla de desenvolvimento, cuja sobreposição indicará (a) áreas estritamente proibidas; (b) áreas sensíveis que requerem atenção; (c) oportunidades de desenvolvimento; 5) Priorizar ações de conservação e desenvolvimento; 6) Estabelecer as parcerias apropriadas e estruturas de gestão local para cada um dos projetos identificados para conservação e desenvolvimento, bem como desenvolver mecanismos para a coordenação das várias atividades entre os diferentes atores (públicos e privados) (UNESCO, 2010).

Para Martini (2013), do ponto de vista do planejamento, a PUH pode incluir áreas protegidas, porém não teria que delimitar polígonos, e sim passar por um processo de compreensão do lugar. Dessa maneira, não necessariamente se começaria por traçar um limite, mesmo que uma delimitação seja necessária na hora de definir possíveis estratégias ligadas à sua conservação e desenvolvimento.

No intuito de proporcionar uma compreensão mais prática sobre o conceito, foi publicado em 2016 um manual prático sobre a PUH[27], o qual traz informações sobre seu propósito e inclui, como estudos de caso, cidades que já implementaram a ferramenta[28]. A importância da valorização da cultura, considerada em suas múltiplas expressões, recebe destaque como um fator facilitador e impulsionador das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2016).

Num momento de intensa globalização e de uma crescente demanda por modernização, a identidade local e a integridade visual das cidades, moldadas por sua cultura e história distintas, são diretamente impactadas quando uma rápida e descontrolada urbanização leva à deterioração e destruição do patrimônio urbano (Op. Cit.). Aí estaria a necessidade da PUH, que nesse contexto pode ser tanto uma abordagem como um conceito ou uma definição de uma nova maneira de compreender as cidades. Como definição, ressalta a natureza palimpséstica do lugar, onde as camadas do território são vistas como uma riqueza que necessita de reconhecimento:

> Como abordagem, fornece a base para a integração da conservação urbana dentro de um quadro geral de desenvolvimento sustentável através da aplicação de uma gama de ferramentas tradicionais e inovadoras adaptadas aos contextos locais.
>
> Como definição, expande a nossa compreensão do ambiente histórico, ajudando-nos a identificar os elementos complexos que tornam as nossas cidades distintas e criam o seu sentido de lugar e identidade. Essas camadas constituem uma riqueza que precisa ser reconhecida e aprimorada nas estratégias de conservação e desenvolvimento da cidade (UNESCO, 2016,

[27] *The HUL Guidebook - Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments: A practical guide to UNESCO's Recommendation on the Historic Urban Landscape* (UNESCO, 2016). A indicação para sua elaboração já estava presente nas discussões da conferência regional realizada no Rio de Janeiro, em 2009.

[28] Cidades piloto na aplicação da PUH: Ballarat (Austrália); Xangai e Suzhou (China); Cuenca (Equador); Rawalpindi (Paquistão); Zanzibar (Tanzânia); Nápoles (Itália); e Amsterdã (Holanda). Elas são apresentadas no manual por meio de quatro etapas: (i) Camadas do sítio; (ii) Antecedentes; (iii) Gestão de mudança; (iv) Perspectivas e resultados.

p.11, tradução e grifo nosso).

A PUH exige que o contexto de cada ambiente histórico seja levado em consideração, assim como requisita um adequado gerenciamento do patrimônio urbano em ambientes dinâmicos e complexos. O manual apresenta quatro ferramentas interdependentes que precisariam ser adaptadas para cada aplicação em particular e na medida em que a cidade muda e se desenvolve. Nessas ferramentas, pode-se observar a influência dos seis passos críticos indicados pelo Plano de Ação da PUH[29].

Destaca-se que a abordagem aplicada nos estudos do manual segue uma escala de cidade, enquanto que no presente estudo a PUH é vista para uma determinada unidade de paisagem, numa escala menor de abrangência. As ferramentas aqui utilizadas são relativas à caracterização da paisagem, leitura dos principais tempos históricos do palimpsesto e a consulta aos moradores e especialistas por meio de entrevistas que buscaram explorar a percepção da paisagem e as preferências visuais dos entrevistados.

Para Martini (2013), a adoção de uma abordagem mais integrada na conservação do patrimônio significou um aumento na complexidade dos processos de identificação, proteção e gerenciamento de valores, cuja compreensão adequada estaria começando a emergir, "Uma abordagem de paisagem onde tudo é dividido em camadas e inter-relacionado e onde a integridade se torna um conceito-chave, parece mais apropriado quando se lida com o gerenciamento de mudanças em ambientes urbanos complexos" (MARTINI, 2013, p.27).

Segundo Jokilehto (2010), para ser histórica uma paisagem urbana deve ser entendida como resultado de um processo gradual ao longo do tempo, não sendo necessário que todo um lugar seja protegido como patrimônio nacional, podendo facilmente referir-se a paisagens vernaculares locais. O reconhecimento de uma PUH seria fundamentalmente uma questão cultural e em seu estudo a integridade é um quesito chave (JOKILEHTO, 2010).

Martini (2013) indica que assim como a teoria da restauração – que se refere ao processo crítico pelo qual o significado de uma obra de arte é reconhecido – a teoria da PUH

[29] 1) ferramentas de engajamento da comunidade; 2) ferramentas de conhecimento e planejamento; 3) instrumentos reguladores; 4) instrumentos financeiros (UNESCO, 2016). Dentre os exemplos das ações aplicadas pelas cidades piloto, pode-se destacar a importância dada ao envolvimento da comunidade, a caracterização da paisagem e ao auxílio a pesquisas. Assim como o mapeamento cultural, formação de comitês consultivos, disponibilização de informações online e a organização de eventos como *workshops*, simpósios etc., que buscam estimular uma participação contínua de todas as esferas envolvidas na PUH.

deve ofertar princípios que possam guiar uma abordagem histórico-crítica para a identificação e reconhecimento de qualidades e características especificas do ambiente, associadas a camadas de significância que podem ser propostas para serem conservadas, restauradas e/ou reveladas.

A paisagem não pode se limitar à problemática da identidade visual dos lugares, pois é quando permanece apenas nesta superfície que a conservação chega a uma preservação museológica ou turística, a qual fossiliza uma imagem fictícia de consumo e tem-se uma ausência das condições culturais que a realizaram em épocas precedentes (BONESIO, 2002). Como cita Ítalo Calvino, em *Cidades Invisíveis*, a cidade de Zora obrigada a conservar uma imagem imutável, a fim de facilitar sua memorização, "[..] desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo" (CALVINO, 1972, p.20).

Nesse contexto, um paradigma de museu seria falsificador, pois uma paisagem, para ser verdadeiramente paisagem, precisa ser viva e evoluir com a história. E seu tempo não é aquele que a aceleração técnica impõe, é uma temporalidade de longa duração, do território como sistema vivo e natural (BONESIO, 2002).

No âmbito da paisagem da Rua da Aurora e a sua imagem de cartão-postal tão conhecida, talvez este segmento esteja inscrito nessa imagem imutável e de fácil memorização da poética de outrora que se busca preservar. Mas, como um organismo vivo, ela precisa ser considerada como um todo, para que no intuito de preservar de forma imutável um determinado trecho não se apague o restante da história que a cerca. É preciso considerar inerentes modificações e sua própria temporalidade, a fim de aliar a preservação da história com as novas dinâmicas, buscando um equilíbrio de transição entre passado, presente e futuro.

No entanto, consoante Bonesio (2002), não há dúvida de que é na percepção visual o primeiro nível no qual se vê uma paisagem, ao apreciar seus atributos cromáticos e formais de harmonia e beleza. Faz-se necessário compreender que os atributos da paisagem não estão apenas no visual, na história, ou na conservação do patrimônio cultural ou ambiental, mas que constitui uma problemática relativa à identidade do lugar, envolvendo todos esses elementos.

Dessa forma, seria essencial indagar como pode a paisagem se desenvolver ao longo do tempo e da história enquanto mantêm sua identidade e a questão estaria no modo como essa identidade é concebida, pois é necessário que ela seja pensada como uma continuidade

coerente das ações realizadas num território, uma expressão harmoniosa de interação com a natureza e a cultura (BONESIO, 2002). No âmbito da Rua da Aurora, percebe-se que não houve um pensamento de continuidade em seu processo de desenvolvimento, tendo em vista as descontinuidades construtivas advindas dos diferentes tempos que se acumulam nessa paisagem e que levaram à paisagem heterogênea do hoje.

5.3 INTEGRIDADE VISUAL E VISIBILIDADE NO ÂMBITO DA PUH

Para Loretto (2016), é a partir do *Memorandum* de Viena (UNESCO, 2005) que uma interpretação da integridade relativa às visadas dos bens protegidos desponta. Loretto (2016) ressalta que, como a discussão que deu origem ao Memorando foi proveniente de debates acerca da inserção da arquitetura contemporânea no entorno de monumentos e centros históricos de diferentes países, houve um gradativo interesse em proteger a integridade visual desses bens (LORETTO, 2016).

Stovel (2007), seguindo a definição de integridade das Diretrizes Operacionais, ressalta a completude e o caráter intacto, as duas ideias básicas do conceito. A primeira estaria relacionada à capacidade de um determinado bem e seus atributos em expressar e transmitir significância, podendo ser entendida como vinculada a preocupações presentes na discussão sobre a autenticidade. Já a segunda ideia, teria como foco o estado em que se encontra o tecido físico e/ou as características significativas de um bem, as quais devem estar em boas condições e com adequado controle sobre os processos de deterioração.

Assim, para Stovel (2007), a autenticidade pode ser entendida como a capacidade de um bem em transmitir sua significância ao longo do tempo, enquanto a integridade é vista como relativa à capacidade de um bem em assegurar ou sustentar sua significância ao longo do tempo. Loretto (2016) expressa que esse entendimento sobre a integridade "estaria mais relacionado à habilidade do elemento em conter a sua significância, sendo a protagonista dessa abordagem a capacidade expressiva, e não o fato físico. Porém, os termos colocados não permitiram chegar a essa inferência" (LORETTO, 2016, p.274).

Stovel (2007) reconhece que a falta de indicação dos atributos relativos à integridade no contexto cultural dificulta sua operacionalização e admite que a discussão sobre a definição das noções de integridade e autenticidade ainda não está concluída, há tanto novas abordagens quanto questões não resolvidas que precisarão ser estudadas no futuro. Diante disso, o autor

apresenta uma importante contribuição ao sugerir que o sistema de autenticidade/integridade existente poderia ser substituído por um que olha para seis aspectos relacionados a quatro tipos de patrimônio cultural: Sítios arqueológicos, Cidades Históricas, Monumentos e Complexos Arquitetônicos, e Paisagens Culturais[30].

Sobre os conflitos existentes em torno da integridade, Loretto (2016) destaca o Workshop Internacional de Especialistas sobre Integridade e Autenticidade das Paisagens Culturais (UNESCO, 2007), realizado em 2007 na Espanha. No relatório do evento, o ICOMOS indica uma falta de entendimento em relação aos elementos da cultura. Também é salientado que muitas explicações não autorizadas estavam sendo usadas para ajudar o ICOMOS e outras instituições a entender e aplicar a integridade de maneira mais tangível. Essa interpretação não autorizada se refere às três dimensões da integridade referenciadas no encontro de La Vanoise, e foi destacado que estes conceitos não eram alheios ao mundo do patrimônio cultural, pois possuem uma forte semelhança com a tríade vitruviana: *firmitas, utilitas e venustas* (estrutura, beleza, função) (UNESCO, 2008).

Nesse relatório, Susan Denyer (membro do Centro do Patrimônio Mundial) aponta a importância de haver maior atenção às questões relativas à integridade visual e sua relação com as *buffer zones* (zonas de amortecimento ou zonas tampão), tendo em vista que a responsabilidade de gerenciar grandes impactos fora do perímetro das zonas de proteção deveria ser visto como parte da responsabilidade maior de sustentar o Valor Universal Excepcional (VUE) do bem.

> Precisamos considerar os relatórios sobre integridade visual, onde as ameaças estão fora das zonas de amortecimento e considerar a 'jurisprudência' desenvolvida em consultas de planejamento em lugares, onde o desenvolvimento fora de zonas de amortecimento foi desafiado com sucesso

[30] 1) Completude: uma paisagem cultural deve incluir todas as características, padrões e processos de gestão e uso dinâmico que estão diretamente associados ao Valor Universal Excepcional (VUE) da propriedade designada; 2) Caráter Intacto: uma paisagem cultural deve estar, de modo geral, em bom estado de funcionamento. Todas as condições físicas, sociais e econômicas necessárias para assegurar a manutenção da qualidade do estado de conservação da paisagem devem ser implementadas; 3) Genuinidade Material: o tecido histórico sobrevivente que contribui para o VUE da paisagem cultural deve ser protegido; 4) Genuinidade da organização do espaço e da forma: os padrões particulares de organização espacial que contribuam para o VUE da propriedade devem estar presentes e legíveis; 5) Continuidade da função: Se as funções históricas primárias de uma paisagem contribuem para o seu VUE, então todo esforço deve ser feito para assegurar a continuidade dessas funções ao longo do tempo; 6) Continuidade do cenário: As nomeações devem demonstrar até que ponto o cenário atual da paisagem cultural mantém a qualidade diretamente associada ao VUE da propriedade. O controle sobre o desenvolvimento numa *buffer zone* associada devem ser suficientes para proteger o carácter da situação existente de forma compatível com o VUE (STOVEL, 2007).

(UNESCO, 2008, p.31, tradução e grifo nosso).

A preocupação com as áreas circundantes a um bem, em termos visuais, é uma questão discutida desde Giovannoni, no século XX, que buscou inserir nas legislações italianas a preocupação com a luz e a perspectiva dos entornos dos monumentos, posteriormente inclusos no conceito de ambiente, o qual aponta a importância de sua tutela, permeada pelos conceitos de relação (entre os componentes do espaço público), percepção, harmonia e estilo, quatro noções que direcionavam seu olhar (CABRAL, 2013, p.50).

Para Giovannoni, existiriam perspectivas exigidas pelos monumentos, as quais estariam relacionadas às condições ambientais cruciais para que fosse possível preservar seu caráter e valor (Op. Cit.). Essas perspectivas seriam essenciais para que não houvesse prejuízos à identidade do monumento devido à falta de uma harmônica correlação com os edifícios circundantes, visto que as modificações no ambiente poderiam afetar a percepção de tais monumentos, o que está associado às discussões acerca das *buffer zones* e da integridade visual em si.

Jokilehto (2010), no intuito de refletir a noção da Paisagem Urbana Histórica, faz uma ponte com a teoria da restauração de Cesare Brandi, a qual afirma em seu segundo axioma que a restauração deve visar o reestabelecimento da *unità potenziale* (unidade potencial) de uma obra de arte (BRANDI, 2004). Para o autor, esse conceito poderia ser visto em identificação com a integridade de uma PUH, na qual as características e elementos que carregam a significância de toda a paisagem devem ser vistos como partes de um todo.

Loretto (2016) indica a unidade potencial da obra de arte em Brandi como uma abordagem fenomenológica da integridade. Ao considerar a natureza artística dos objetos, Brandi classificava-os como constituídos de matéria e imagem. Porém, a manifestação da imagem não estaria apenas relativa à espacialidade da matéria, admitia-se a importância de outros meios que se interpunham entre o sujeito e a obra, como a qualidade da atmosfera e a luz (LORETTO, 2016). Reconhecendo a relevância desses elementos externos à obra de arte na transmissão da sua imagem, o restauro deveria incidir com o propósito de permitir a fruição da unidade da obra. Assim, consoante Loretto (2016), a integridade vista à luz da teoria Brandiana representa a medida necessária da matéria para possibilitar a expressão da imagem de uma obra de arte, configurando-se como um veículo de comunicação:

> Portanto, a integridade – segundo a teoria proposta do Cesare Brandi – pode ser entendida como uma qualidade diretamente relacionada à instância estética e histórica da obra de arte, representando o grau de conformação material que permite ao objeto expressar uma imagem que figure como um inteiro ante a consciência do sujeito. A integridade foi então tratada como um veículo de comunicação de uma imagem, que na maior parte dos casos prescindia da existência da obra de arte como um total (LORETTO, 2016, p.92, grifo nosso).

Ao tratar sobre as três dimensões da integridade, Jokilehto (2010) aponta que cada uma deveria ser levada como referência na definição apropriada de estratégias de proteção e conservação em áreas históricas[31]. Destaca-se que constituem dimensões a serem vistas em conjunto, não podendo haver uma separação da noção de integridade em si, pois ela é única.

Consoante o autor, a integridade sociofuncional está relacionada à identificação de funções e processos nos quais a evolução do bem se baseou ao longo do tempo, como aqueles associados à interação da sociedade, funções espirituais, utilização de recursos naturais e movimento de pessoas. Na compreensão do significado de uma PUH, seria necessário entender as razões para a fundação do lugar e as forças que deram os incentivos para seu desenvolvimento, as quais podem estar relacionadas à economia, comércio e indústria ou à razões culturais e/ou espirituais, que podem ser modificadas ao passar dos anos (JOKILEHTO, 2010).

Já a integridade histórico-estrutural, trata do estado de conservação dos elementos individuais do lugar, que podem se referir à condição histórica, tipológica e morfológica do tecido e sua configuração. As políticas e estratégias para salvaguarda dependeriam da avaliação de três possíveis situações de transformação de uma comunidade[32]. Nesse contexto, faz-se necessário verificar a compatibilidade do uso e a correspondência das estruturas existentes com os padrões historicamente consolidados, como o estado de conservação e qualidades significativas. A partir do resultado das avaliações, pode-se identificar as políticas e estratégias

---

31 Jokilehto abraça as dimensões da integridade citadas no Encontro de La Vanoise (funcional, estrutural e visual) desde 2006. O autor passa a nomear a integridade funcional de sociofuncional e a estrutural, como histórico-estrutural. Em sua publicação de 2010, o autor aponta definições mais maduras em relação às de 2006.

32 a) Com o passar do tempo a comunidade pode ter alcançado um equilíbrio, consolidando os diferentes relacionamentos e tendo um uso otimizado do espaço disponível; b) Em outras comunidades os processos de crescimento podem continuar resultando em comunidades cada vez maiores e até em metrópoles; c) Um terceiro caso pode ser formado por comunidades onde a situação econômica está em declínio e a população pode estar deixando o lugar, o qual é gradualmente abandonado. Dependendo da importância de cada caso, as estratégias podem favorecer a salvaguarda da situação existente como testemunho de processos passados ou pode haver interesse em reviver tais centros (JOKILEHTO, 2010).

adequadas para a conservação das características existentes e eventualmente recuperar elementos parcialmente perdidos (JOKILEHTO, 2010).

A integridade visual, por sua vez, é compreendida como relativa à imagem que resulta dos processos de construção e transformação ao longo do tempo (Op. Cit.). As abordagens das políticas de sua salvaguarda na PUH dependeriam da identificação e do reconhecimento da significância dos elementos individuais como partes do todo da paisagem. Em referência à caracterização da dinâmica de uma determinada área, Jokilehto (2010) identifica três possíveis casos[33] e ressalta que a PUH não deve ser avaliada simplesmente por sua beleza estética (o que já não seria fácil), mas sim como resultado de processos sociais, culturais e econômicos que deram sua forma atual.

A partir da correlação com Brandi, o autor posteriormente nomeia "integridade visual ou unidade potencial". Nessa relação, compreende-se que por meio da integridade visual seria possível apreender as particularidades de uma PUH e no âmbito das inerentes mudanças de uma ambiência urbana, faz-se necessária a existência de diretrizes que guiem essas modificações, para que assim como no processo de restauração, a unidade configurada pelas principais características que traduzem os atributos e valores de uma paisagem sejam conservadas. Isto reforça a importância de se explorar o âmbito dessa dimensão visual da integridade.

Diante desse contexto, pode-se mais uma vez recorrer às referências de Giovannoni, o qual delineia recomendações para uma harmonia entre o velho e o novo, a fim de garantir a continuidade da "atmosfera artística" que cada cidade possui. Intenção que se interliga com o relacionamento equilibrado e de respeito às condições das ambiências intencionado pela PUH e demonstra claras correlações com a integridade visual, possuindo a finalidade de atentar para a conservação dos principais elementos pelos quais um local é reconhecido por uma determinada comunidade e que o torna digno de ser conservado.

> Mas toda cidade possui uma "atmosfera" artística, isto é, possui um senso de proporção, de cor, de formas, que ficou como elemento permanente através

[33] a) A PUH continua a viver e evoluir, mas alcançou um equilíbrio de sua relação com o cenário. Pode haver um potencial de pequenas alterações no tecido existente e no uso do solo; b) A PUH continua seu processo de crescimento e está potencialmente expandindo. Isso pode significar mudanças estruturais no tecido existente e no uso do solo, incluindo a possível ocupação de áreas circundantes; c) A PUH está sujeita ao declínio econômico, resultando em menos atividades e possível perda de população. Isso pode significar que há menos recursos disponíveis para a manutenção e o cuidado do tecido histórico e do solo cultivado (JOKILEHTO, 2010).

> da evolução dos vários estilos, e dele não se deve prescindir; deve dar o tom às novas obras, até mesmo nas inspirações mais novas e audazes (KUHL, 2013, p.152).

Com a publicação das Recomendações sobre a PUH (UNESCO, 2011), mais uma vez a questão da percepção e das relações visuais foram destacadas como elementos constituintes de sua identidade, o que reforça a relevância de explorar a dimensão visual em seu estudo.

Em 2012, foi realizado o Encontro Internacional de Especialistas sobre a Integridade do Patrimônio Cultural (UNESCO, 2012), onde foi indicado que as condições de integridade poderiam ser melhoradas a partir do estabelecimento de uma zona de amortecimento adequada, levando em conta outros elementos relacionados à propriedade, em termos de continuidade e conectividade, considerando que a gestão da mudança deveria ser levada em consideração, assim como o envolvimento da comunidade (Op. Cit.). Loretto (2016) assinala que a integridade passou, nesta reunião, a ser relacionada às características de continuidade, conectividade e inteligibilidade do patrimônio, mesmo que as tradicionais noções de completude e caráter intacto não tivessem sido completamente abandonadas.

Nesse âmbito de discussões e encontros, a integridade visual foi ganhando mais espaço internacionalmente e, em 2013, foi realizado na Índia o Encontro Internacional de especialistas do Patrimônio Mundial Sobre a Integridade Visual (UNESCO 2013). O evento foi resultado da avaliação de relatórios de conservação pelo Centro do Patrimônio Mundial em sua 36° sessão em São Petersburgo (2012), no qual a principal questão destacada foi a integridade visual e a proteção de vistas importantes.

O relatório esclarece que o termo – integridade visual – não é indicado na convenção nem é mencionado nas Diretrizes Operacionais, apesar de ser frequentemente considerado como um elemento crucial na preservação de sítios culturais e naturais. A forma mais próxima do conceito seriam as *important views,* mencionadas na definição das *Buffer Zones*[34] (UNESCO, 2013).

Para os especialistas, a integridade visual pode referir-se a vistas, panoramas, pontos de

[34] "Para fins de proteção efetiva de uma propriedade nomeada, uma *Buffer Zone* é uma área em torno da propriedade nomeada que possui restrições legais e/ou costumeiras restrições impostas ao seu uso e desenvolvimento para dar uma camada adicional de proteção à propriedade. Isso deve incluir a definição imediata da propriedade indicada, vistas importantes e outras áreas ou atributos que são funcionalmente importantes como suporte à propriedade e sua proteção [...]" (UNESCO, 2015, p.36, Art. 104, tradução e grifo nosso).

visadas, silhuetas e ser entendida como a capacidade de um patrimônio manter uma distinção visual ao mesmo tempo em que se relaciona com seu entorno (Op. Cit.). Ela pode estar relacionada a qualidades estéticas mais amplas dos sítios, incluindo aspectos visuais e não visuais. No entanto, a qualidade visual tem peso na proteção e gerenciamento das ambiências, mesmo que seu VUE não esteja diretamente relacionado a qualidades visuais fortes, visto que ela assegura que os sítios atendam às expectativas dos visitantes, ao impedir um desenvolvimento inadequado (Op. Cit.).

O documento apresenta diferentes casos de sítios históricos e Paisagens Culturais inclusas na lista do Patrimônio Mundial onde problemas relacionados à integridade visual e a obstrução de vistas de importância ameaçaram seu VUE. Como exemplo, pode-se citar o Centro Histórico de Viena[35] e o *Elbe Valley*[36] na Alemanha (ver Figuras 59 a 61). Um ameaçado por projetos de implementação de arranha-céus (*Pankrác Plain*) e o outro pela construção de uma ponte que obstruiria as principais vistas do local (Ponte *Waldschlösschen*).

Figura 59 – Perspectiva do *Pankrác Plain* em Viena.

Fonte: UNESCO, 2008.

Figura 60 – Simulação do *Pankrác Plain* no centro histórico de Viena.

Fonte: UNESCO, 2008.

[35] O Centro histórico de Praga foi inscrito em 1992 na Lista do Patrimônio Mundial. Em 2005, o *Pankrác Plain*, com a proposta de construção de arranha-céus em sua zona de transição causou a mobilização de ONGs e deu origem a uma missão para analisar o impacto do projeto sobre a autenticidade e a integridade visual do lugar. A área do *Pankrác* era uma zona de transição secundária, com permissão para o desenvolvimento controlado, já existindo alguns edifícios verticais. Entretanto, a missão UNESCO-ICOMOS concluiu que mais danos às vistas do centro histórico deveriam ser evitados. Desse modo, recomendou a limitação da altura de novos projetos e propôs que eles fossem agrupados em uma melhor localização, a fim de não causarem maiores impactos.

[36] A paisagem cultural do *Elbe Valley* foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial em 2004 e em 2006 foi colocada na Lista do Patrimônio Cultural em Perigo, devido a proposta de construção da Ponte *Waldschlösschen*, que obstruiria parcialmente a vista da paisagem urbana histórica da cidade, cortando a paisagem coesa da curvatura do rio Elbe em seu ponto mais sensível, dividindo-o irreversivelmente em duas partes. Apesar dos esforços, o projeto se concretizou e em 2009 e o *Elbe Valley* foi excluído da Lista do Patrimônio Mundial.

Figura 61- Vista do *Elbe Valley* na inauguração da Ponte *Waldschlösschen*.

Fonte: The Japan Times, 2016.

A partir da análise dos casos, foi observado que o termo integridade visual tem sido utilizado pelo Comitê do Patrimônio Mundial em relatórios e dossiês, embora ainda não tenha sido oficialmente inserido nas Diretrizes Operacionais. Além disso, termos como "impactos visuais na Paisagem Urbana Histórica" e solicitações específicas para avaliação de "impacto visual" ou um "estudo de impacto visual" também são citados (LORETTO, 2016). O documento chega a apontar que entre 2004 e 2012 cerca de 120 sítios examinados levantaram questões relativas à integridade visual.

Tendo em vista a contribuição de Stovel (2007), de Jokilehto (2010) e dos documentos da Unesco, pode-se observar diferentes reflexões que se complementam. Desse modo, sendo a integridade, para Stovel (2007), a capacidade de um bem em assegurar sua significância ao longo do tempo, a integridade visual estaria neste âmbito atrelada à imagem que transmitem este significado. E configurando-se essa imagem como resultado dos processos de modificações ocorridos ao longo do tempo, estes precisam ser investigados, a fim de propiciar a compreensão dos processos que historicamente definiram as características de uma PUH e por meio dos quais ela se tornou reconhecida.

Nesse contexto, é necessário identificar e reconhecer os elementos que compõem a paisagem, pois sendo um todo constituído por diferentes partes, são esses elementos que, como uma totalidade, vão sustentar o significado da paisagem e vão ajudar na transmissão da imagem de sua "atmosfera artística", como indicado por Giovannoni.

Ao estudar a imagem de uma paisagem, concomitantemente agrega-se questões que se aproximam da noção de visibilidade. De acordo com Gomes (2013), a visibilidade está aliada à posição do observador e suas visadas e envolve elementos essenciais como ponto de vista,

composição e exposição, visto que "Um belvedere, uma paisagem, um panorama são experiências de espetáculo visual" (GOMES, 2013, p.229).

Sobre o ponto de vista, é importante compreender que estando em uma localização específica, contempla-se uma paisagem de uma determinada maneira e nossa percepção será diferente caso modifiquemos a nossa posição. Isto revela a existência de um privilégio do olhar, "ao assumirmos uma posição, estamos sempre privilegiando um campo de observação, tornando, por conseguinte, outras parcelas desse campo periféricas e sempre 'dando as costas' para outra imensa parcela [...]" (Op. Cit., p.20-21). Ter consciência sobre esse sistema se torna essencial para compreender a relação entre o que é visto e o que não está sendo contemplado, "Paisagens são também definidas pelo ponto de vista, ou melhor, são o enquadramento do olhar, seu delimitador. Algumas aparecerão mais importantes do que outras simplesmente pela posição que ocupam naquela visada" (Op. Cit., p.111).

Os enquadramentos das imagens ao mesmo tempo nos mostram e escondem coisas, e nós verdadeiramente só "vemos somente aquilo que retiramos do fluxo contínuo do olhar" (GOMES, 2013, p.31). O ato de olhar seria generalizado, pois ele percorre, mas não se fixa. Assim, é o ver que extrai, individualiza, que confere atenção e trata um elemento de modo especial, tirando-o da homogeneidade do olhar.

O segundo elemento destacado por Gomes (2013, p.21) é a composição, entendida como "o resultado de uma combinação que produz algo novo, formado pela junção estruturada de diversos elementos". Assim, a composição seria um jogo de posições relativas, onde para analisá-la é necessário compreender os elementos de uma determinada imagem de forma associada, dentro do conjunto no qual estão contidos, "Há, na própria ideia de paisagem, uma dimensão composicional, ou seja, associação de coisas pela posição delas" (Op. Cit., p.110).

O terceiro item essencial à visibilidade seria a exposição, a qual constitui uma posição de exterioridade que possui implicações essenciais. O autor aponta a existência de uma delimitação que determina o que deve ser visto, como resultado de uma classificação relacionada a nossa posição no espaço. Assim, os lugares de exposição seriam "lugares de grande e legítima visibilidade. [...] socialmente estabelecemos lugares onde essa visibilidade deve ser praticada, segundo complexas escalas de valores e significações [...]" (Op. Cit., p.31).

No contexto da paisagem da Rua da Aurora, é possível perceber que atualmente há uma predileção por um determinado ponto de vista – margem da rua do Sol próximo aos *Flamboyants* – que permite a contemplação do casario e o enquadramento do cartão-postal, segmento privilegiado pelas legislações de caráter preservacionista que foram instituídas para essa frente d'água a partir de 1979 e que será explorado no próximo capítulo. Dessa maneira, como a margem da Rua da Aurora não possui a mesma visibilidade em toda sua extensão, isto faz com que elementos históricos relevantes dessa paisagem passem despercebidos.

5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir da base teórica observada, compreende-se que a noção da Paisagem Urbana Histórica, formulada mais de dez anos após a institucionalização da Paisagem Cultural, teve o propósito de tornar-se uma nova abordagem para a conservação urbana, tendo em vista o cenário de crescimento da verticalização e de grandes modificações no entorno de áreas de paisagens históricas. A trajetória de amadurecimento e esclarecimento do conceito passou por várias reuniões e discussões até a publicação das Recomendações sobre a PUH, em 2011. Aplicações piloto da PUH foram realizadas em oito cidades de diferentes países, sempre seguindo uma escala de cidade, enquanto nesta pesquisa ela é vista numa escala menor, para uma unidade de paisagem.

A integridade, por sua vez, adveio do campo do patrimônio natural e se inseriu, posteriormente, no âmbito cultural. Sua dimensão visual recebeu maior destaque junto a PUH, a partir do Memorando de Viena (UNESCO, 2005), sendo discutida e ganhando maior evidência nos encontros subsequentes. Apesar de ainda não ter sido oficialmente inclusa como qualificadora para os bens culturais, sua utilização tem sido recorrente no cenário internacional.

Diante disso, foi possível compreender que a integridade visual está atrelada à imagem que transmite o significado de um bem ao longo do tempo. Esta imagem vai comunicar a história e ser fruto dos distintos processos que foram se desenvolvendo ao passar dos anos, sendo necessário que sejam investigados, pois vão fundamentar e revelar os principais atributos que vão fazer parte do todo dessa paisagem e que a atual imagem transmite. Isto se entrelaça e sustenta a importância de explorar as camadas do palimpsesto de uma PUH, consideradas como uma riqueza a ser revelada, e é o que se buscou fazer no âmbito deste estudo para a Rua da Aurora.

A pesquisa se volta à integridade visual, mas as outras dimensões indicadas por Jokilehto (2010) – a histórico-estrutural e a sociofuncional – fizeram-se presentes, de forma breve, como suporte à investigação da dimensão visual e consequente apreensão da Rua da Aurora. Assim, perpassa-se pelo âmbito da integridade histórico-estrutural quando se observa os usos das edificações e padrões que historicamente se consolidaram, como os tipos arquitetônicos que se estabeleceram nos diferentes tempos. Já a integridade sociofuncional, de acordo com Jokilehto (2010), está correlacionada a processos e funções que evoluíram com o passar dos anos, desse modo, ela está presente quando se atravessa o processo de formação da Rua da Aurora e se observa particularidades como a instalação de equipamentos e usos que incentivaram e guiaram um determinado desenvolvimento e o caráter de certos trechos da margem da Rua da Aurora.

Por último, o conceito de visibilidade abordado possibilitou indicar as relações do olhar que influenciam na percepção de uma imagem, permitindo abrir os olhos para a compreensão de que na paisagem da Rua da Aurora há elementos que não foram privilegiados por não terem sido retirados do fluxo homogêneo do olhar, tendo se estabelecido uma visibilidade para segmentos específicos.

6 Entre a preservação e os arranha-céus

6 ENTRE A PRESERVAÇÃO E OS ARRANHA-CÉUS

O presente capítulo encontra-se dividido em três subseções e tem como objetivo explanar sobre mais duas camadas do palimpsesto da Rua da Aurora e refletir acerca das preferências visuais dessa paisagem. No primeiro item, *Tempo 3: o período preservacionista*, explora-se os anos entre 1979 e 1985, época na qual teve início a atuação de legislações (municipais e estaduais) que visavam preservar a Rua da Aurora. A instituição dessas normativas proporcionou a preservação e a consolidação de um determinado segmento, apresentando ainda um olhar de incompreensão da referida frente d'água em sua completude, como paisagem.

Na segunda subseção, *Tempo 4: a época dos arranha-céus*, reflete-se sobre um segundo momento de modificações que vem se desenvolvendo na Rua da Aurora desde 2008, após a atualização do Plano Diretor e de normativas complementares que propiciaram a construção de prédios com mais de 40 pavimentos, os quais geraram uma verticalização dissonante do lugar e trazem uma nova tipologia para essa paisagem.

6.1 TEMPO 3: O PERÍODO PRESERVACIONISTA

> *[...] a rua encontra-se hoje com a sua unidade arquitetônica quebrada com a perda de muitas das suas construções primitivas, mas ainda é possível preservá-la com os elementos que existem em quantidade suficiente (FUNDARPE, 1983).*

Diante do panorama observado até o momento, nota-se que a partir dos anos de 1950 houve uma perda da imagem oitocentista da Rua da Aurora e a consequente consolidação de uma nova imagem, uma paisagem que se fixou no imaginário urbano marcada pela presença dos novos prédios verticais que refletiam características da arquitetura moderna e tinham a intenção de representar o progresso e a modernização do Recife. Nesse âmbito de modificações, a partir de meados da década de 1970, começou a ocorrer uma pausa nas demolições e nas novas construções, período que coincide com a implementação de legislações preservacionistas nas imediações da Rua da Aurora.

Em 1979, foi instituído na cidade o Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR), por meio da lei n°13.957/1979. Com claras influências das Normas de Quito (O.E.A, 1972) e da Carta de Amsterdã (UNESCO, 1975), o plano estabelecia normas de proteção para conjuntos, sítios, ruínas e edifícios isolados, de acordo com os valores

históricos e arquitetônicos de cada caso em particular.

Pelo regulamento, foram estabelecidas Zonas de Proteção (ZP) para áreas históricas, as quais se subdividiam em Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR) e Zonas de Preservação Ambiental (ZPA). A primeira visava preservar as características essenciais dos conjuntos quanto a ocupação, gabarito e forma – devendo as intervenções contribuírem para a manutenção e/ou restauração da feição original do conjunto –, e a segunda tinha o objetivo de desempenhar o papel de zona de transição entre a ZPR e seu entorno.

O PPSH se destaca entre as legislações da época por chamar atenção para aspectos como escala, gabarito, implantação do edifício e materiais de revestimento, na intenção de impedir que futuras construções viessem a interferir na ambiência dos bens situados nas ZPR (RECIFE, 1979).

> Art. 4° §1°- Quanto a obras novas estas deverão se integrar ao conjunto nos aspectos de volumetria, implantação no terreno, forma e intensidade de ocupação do terreno, tipo e inclinação da coberta, materiais de revestimento externo, inclusive esquadrias e respeitarão nas fachadas a relação cheios/vazios para a abertura de vãos (RECIFE, 1979, p.14).

O plano indica que qualquer pedido relativo à aprovação de projetos, licenciamento de obras e parcelamento do solo deveria ser submetido à análise pela Diretoria de Planejamento Urbano (DPU), e qualquer que fosse a natureza do projeto, dever-se-ia respeitar as características do conjunto edificado preexistente. Os edifícios poderiam sofrer modificações internamente, desde que não provocassem alterações em seu aspecto externo, podendo ser analisados em condições especiais em relação as leis n° 7.427/61 (Código de Urbanismo e Obras) e n° 14.117/80, legislação que modifica alguns dispositivos da anterior[37].

Foi por meio do PPSH que despontaram as primeiras medidas de salvaguarda para a Rua da Aurora, a qual foi inclusa nos limites do sítio "Bairro da Boa Vista", classificado na categoria de Conjuntos Antigos. Desse modo, foram demarcadas quatro áreas de ZPR e duas ZPA, dentre as quais, a ZPR 1, ZPR 3, ZPR 4 e ZPA 2 – Setor 1, estão estabelecidas na Rua da Aurora e seu

[37] Dentre os dispositivos modificados, a lei trata sobre a desobrigação da instalação de incineradores e de tubulação de descida de lixo; dispensa a apresentação de responsável técnico para projetar e construir em determinados casos; trata sobre o ambiente da zeladoria, pavimento duplex e instalação de elevador único em edifícios residenciais; define diretrizes sobre a distribuição do solo natural e afastamentos de lotes e suas fachadas; e aponta indicações específicas para lotes aprovados como populares (RECIFE, 1980).

entorno imediato (ver Figura 62).

Figura 62- Zoneamento proposto pelo PPSH/RMR na Rua da Aurora.

Fonte: PPSH/RMR, 1979, p.51, adaptado pela Autora.

Destaca-se que a ZPA 2 – Setor 1 possuía restrição de gabarito para o máximo de 10 pavimentos (35,00 m) e sua taxa de ocupação deveria seguir os parâmetros estabelecidos pela lei 7.427/61, enquanto os setores 1,2,3,4 e 5 da ZPA 1 estavam restritos a um gabarito máximo de 6 pavimentos (21,00 m). Ambas possuíam a indicação para uso de telha cerâmica e taxa de ocupação de 80% (RECIFE, 1979).

Ao observar o perímetro das zonas propostas, percebe-se que as delimitações sugeridas pelo PPSH se apresentam de maneira fragmentada, não possuindo uma continuidade. A proteção estabelecida tinha por intenção salvaguardar os segmentos onde havia maior presença dos valorados exemplares do século XIX. Os trechos onde haviam sido implantados os edifícios modernos são deixados de fora, demonstrando que, nesse momento, a recente produção moderna não era vista como um patrimônio a ser conservado.

O artigo 4° do PPSH estabelecia que:

> ART. 4°- O chefe Executivo Municipal, mediante decreto, estabelecerá as Zonas de Preservação (ZP) e aprovará os seus respectivos regulamentos e destinações.
> PARÁGRAFO ÚNICO – O regulamento da ZP detalhará as normas de uso e de ocupação, as obras e posturas vigentes ou que venham a viger, e disporá quanto à específica aplicação que para cada uma das ZP seja determinada

(RECIFE, 1979, p.14).

Diante disso, o Decreto Municipal n° 11.888 de 26 de março de 1981 foi elaborado no intuito de instituir a Zona de Preservação do Sítio Histórico do Bairro da Boa Vista. Esta normativa reafirmou os polígonos das ZP e ZPA estabelecidas previamente pelo plano.

Dentre as principais indicações do decreto, entre os artigos 3° e 10°, tem-se: (i) as intervenções dentro do polígono das ZPR deverão contribuir para a manutenção e/ou restauração da feição original do conjunto; (ii) os edifícios, internamente, podem sofrer modificações desde que não provoquem alterações no aspecto externo, e só serão permitidos usos compatíveis com o sítio e que se adéquem perfeitamente à edificação; (iii) as novas obras deverão se integrar ao conjunto nos aspectos de volumetria, implantação, forma e intensidade de ocupação do terreno, tipo e inclinação de coberta e materiais de revestimento externo, inclusive esquadrias, respeitando nas fachadas a relação cheios/vazios (RECIFE, 1981).

Em 1983, foi instituída outra normativa, a lei municipal nº 14.511/1983, que definiu diretrizes para o uso e a ocupação do solo e outras providências (REYNALDO, 2017). Esta lei traçou um novo zoneamento e novos preceitos para a ocupação do solo da cidade, em relação ao Código de Urbanismo e Obras vigente até então. A cidade foi subdividida em seis zonas[38], com base nos eixos de atividades e usos predominantes.

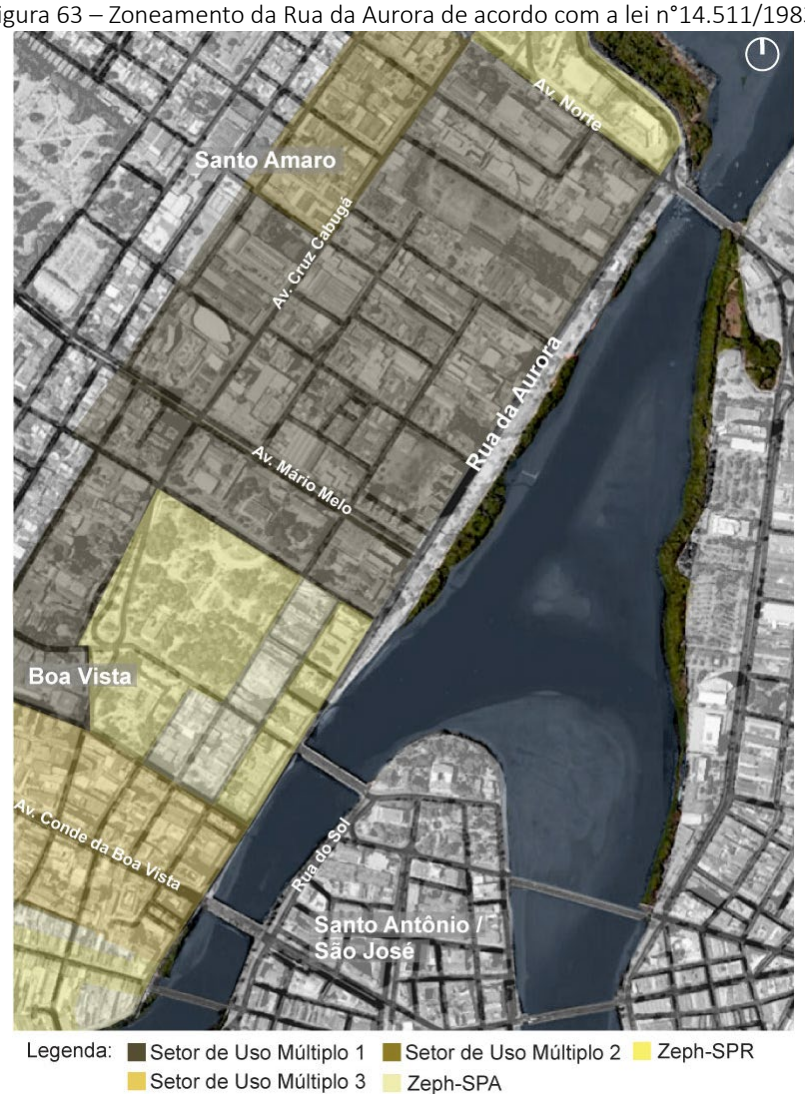
Com claras influências do PPSH no zoneamento, essa nova legislação incluiu as zonas históricas na categoria de Zonas Especiais (REYNALDO, 2017), alterando a nomenclatura das zonas de preservação do PPSH, que passaram a ser denominadas de Zonas Especiais de Preservação (ZEP), caracterizadas como uma área de urbanização limitada em detrimento do interesse de preservação de sítios históricos ou culturais (RECIFE, 1983). As antigas zonas de Preservação Rigorosa e Ambiental passaram a ser nomeadas como Setor de Preservação Rigorosa (SPR) e Setor de Preservação Ambiental (SPA), respectivamente. Apesar da modificação na nomenclatura, a normativa manteve os requisitos especiais instituídos pelo PPSH para cada um dos setores.

Assim, a Rua da Aurora seguiu com os mesmos trechos de proteção instituídos em 1979 e o restante de sua extensão e seu entorno imediato foram demarcados como Setor de Uso

[38] (i) zonas residenciais; (ii) zonas de atividades múltiplas; (iii) zonas industriais; (iv) zonas especiais; (v) zonas verdes; (vi) zonas institucionais.

Múltiplo 1 (SU1)- onde há predominância de edificações de uso misto; Setor de Uso Múltiplo 2 (SU2)- área de grande diversificação de usos e atividades urbanas; e Setor de Uso Múltiplo 3 (SU3)- onde há predominância de edificações de uso misto e alta intensidade de ocupação do solo (ver Figura 63).

Figura 63 – Zoneamento da Rua da Aurora de acordo com a lei n°14.511/1983.



Fonte: A Autora, 2020.

6.1.2 Tombamento do "Conjunto Urbano da Aurora" – Decreto n°10.714/85

Em 1985, o Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco homologou, dois anos após a entrada do processo pela Fundarpe, o tombamento de um trecho da Rua da Aurora, denominado de "Conjunto Urbano da Aurora", por meio do decreto estadual n° 10.714/85. O conjunto proposto encontra-se delimitado entre as ruas da Imperatriz, na cabeceira da ponte da Boa Vista, e João Lyra, nos limites do Ginásio Pernambucano.

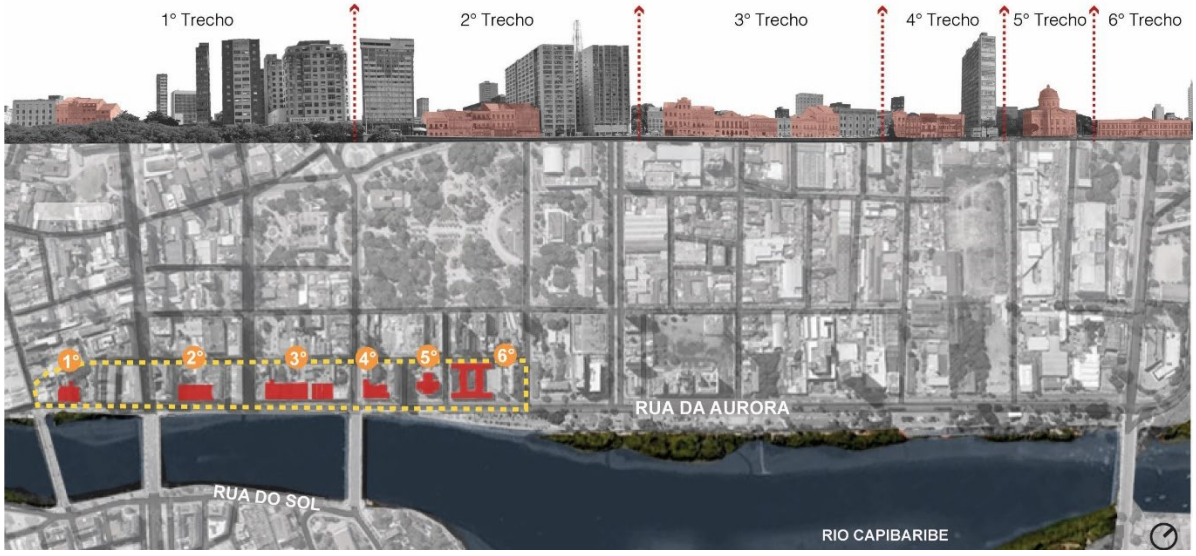
A década de 1980 caracterizou-se como um momento onde foram executadas inúmeras

reformas na Rua da Aurora, pois diferentes edificações encontravam-se em estado precário de conservação. Muitas residências foram desapropriadas e, consequentemente, sofreram intervenções que atribuíram novos usos às mesmas. O documento da Fundarpe indica que a unidade arquitetônica havia sido perdida e que a rua poderia continuar presente na memória recifense se o conjunto urbano disposto fosse preservado (FUNDARPE, 1983).

Desse modo, o intuito do tombamento foi salvaguardar a silhueta primitiva da rua e impedir que os exemplares remanescentes do século XIX fossem substituídos por edificações consideradas indiferentes à paisagem existente, como ocorrido com os edifícios construídos desde a década de 1950, "que romperam com a escala urbana ancestral e nada acrescentaram como contribuição social ou em termos de qualidade de vida" (Op. Cit., n.p).

Assim, o decreto instituiu um polígono de proteção que se subdivide em seis diferentes trechos (ver Figura 64), nos quais há o tombamento das edificações consideradas de maior destaque e importância, de maneira isolada[39].

Figura 64- Demarcação do polígono do "Conjunto Urbano da Aurora" e os trechos de tombamento específico.



Fonte: A Autora, 2019.

De acordo com o documento do tombamento, as edificações de destaque individual constituem um excepcional documento histórico da cidade, como exemplares do desenvolvimento da margem esquerda do rio Capibaribe. Apesar do valor isolado de cada edificação, a proposta dizia ter como objetivo a preservação da rua como conjunto, garantindo

[39] Um ano antes da instituição do tombamento da Fundarpe, o Ginásio Pernambucano foi tombado a nível federal pelo IPHAN, devido a sua importância cultural, por meio do processo 1101-T-1983. O prédio foi registrado no livro do Tombo Belas Artes, inscrição n°562, de 19 de julho de 1984.

a conservação de sua silhueta por meio do estabelecimento de gabaritos e outras normas admitidas para os espaços vazios (FUNDARPE, 1983), ainda que sua fachada original já se mostrasse mutilada. Assim, para cada um dos trechos propostos, a normativa indica diretrizes específicas:

> 1° trecho (Rua da Imperatriz a Av. Conde da Boa Vista)
> – Restauração, oportunamente, dos sobrados números 31, 39, 49 e 55 e casa térrea número 79.
> – Nos terrenos vazios existentes, permissão de construção nova com altura igual à do sobrado número 55.
> 2° trecho (Av. Conde da Boa Vista a rua Riachuelo)
> – Restauração dos seguintes importantes sobrados: n° 237 e 245; n° 257 (Sede da Santa Casa de Misericórdia); n° 265 (antiga sede da Prefeitura Municipal do Recife e, anteriormente, do Clube Internacional); n° 277 (sede do Palácio Maçônico).
> 3° trecho (Rua Riachuelo a rua Princesa Isabel)
> – Terreno vazio: gabarito para construção nova igual ao do sobrado número 371.
> – Restauração, oportunamente, dos sobrados números 371, 379, 387, 425, 439, 447, 457, 463 e 469.
> – Aproveitamento do sobrado número 415, da Secretaria de Segurança Pública.
> – Conservação do gabarito do prédio de esquina com a rua Princesa Isabel (ex-sede da CELPE).
> 4° trecho (Rua Princesa Isabel a Travessa Correia Neto)
> – Aproveitamento do sobrado de esquina.
> – Restauração, oportunamente, dos sobrados números 533, 547 e 555.
> 5° trecho (Travessa Correia Neto a rua Mamede Simões)
> – Destaque individual do prédio da Assembleia Legislativa.
> 6° trecho (Rua Mamede Simões a rua João Lyra)
> – Destaque individual do prédio do Ginásio Pernambucano (FUNDARPE, 1983, n.p.).

A partir deste tombamento, a Rua da Aurora passou a ter um segundo *layer* de proteção, pois as prerrogativas do PPSH e do decreto de 1981 continuaram em vigor no nível municipal (ver Figura 65).

Figura 65- Sobreposição das legislações de proteção na Rua da Aurora.

Fonte: *Google Earth*, 2019, modificado pela Autora.

Após o tombamento, além dos projetos de restauração e revitalização que deveriam ser elaborados, também foi indicado o estabelecimento de usos tido como "aconselháveis" para muitos dos sobrados e que levariam em conta as características da rua. Assim, foi indicado um estímulo para a continuação do uso residencial para os casarões que ainda o conservavam; a instalação/manutenção de pensões, pousadas ou repúblicas estudantis, nas quais os andares térreos poderiam acolher comércios como bares, sorveterias, sebos ou livrarias, galerias de arte e entre outros considerados como característicos do Recife (FUNDARPE, 1983).

Dentre as diretrizes de ocupação para os terrenos vazios do Conjunto Urbano, apenas no lote de esquina do 3° trecho houve a construção de nova edificação (ver Figuras 66 e 67), datada de 1996, a qual devidamente respeitou as indicações para seguir o gabarito do sobrado ao lado.

Figura 66- Vista do terreno vazio no 3° trecho de tombamento.

Fonte: FUNDARPE, 1983.

Figura 67- Vista atual da edificação construída em 1996.

Fonte: A Autora, 2019.

Tendo em vista que este terreno estava localizado numa área de ZEP, foi necessário considerar a sobreposição de legislações. Assim, esta nova edificação também precisou seguir

os parâmetros do decreto municipal n° 11.888/81, citado anteriormente, o qual indica que as novas obras deveriam integrar o conjunto preexistente em aspectos de volumetria, implantação, forma, inclinação de coberta, materiais de revestimento e a relação de cheios e vazios das fachadas (RECIFE, 1981). Seguindo estas prerrogativas, a nova edificação se inseriu em consonância com o casario na composição do conjunto edificado.

Todavia, por mais que a intenção do tombamento tenha sido o discurso da conservação da rua como conjunto, as medidas instituídas tiveram como foco as edificações do século XIX como elementos isolados. Não há nenhuma indicação no documento relativa ao controle das quadras adjacentes ou para o plano de fundo ou *background* dessa paisagem, reforçando um pensamento de preservação ligado às edificações isoladas. E assim como os polígonos instituídas pelo PPSH, o tombamento se volta para um mesmo trecho da Rua da Aurora, deixando o questionamento sobre o porquê de se excluir o restante de sua margem. A resposta a essa indagação revela-se ao se analisar a distinta dinâmica que se desenvolveu no bairro de Santo Amaro.

Na transição do século XIX para o século XX, o Recife se caracterizava por um cenário de desenvolvimento industrial, recebendo um significativo número de indústrias que alteraram a dinâmica local. Até meados dos anos de 1920, os bairros de Santo Amaro e São José eram os que possuíam a maior concentração industrial. A instalação de indústrias em Santo Amaro se justificava por sua proximidade ao centro da cidade e por ser um bairro que, à época, estava fora do perímetro urbano (SANTANA, 2019). Assim, o trecho mais ao norte da Rua da Aurora se caracterizou pela grande presença de galpões e poucas residências, devido ao estabelecimento das fábricas nesta área (Op. Cit.). É válido destacar nesse cenário a Fundição D'Aurora, instalada ainda no século XIX nessa margem, que funcionou quase como um marco inicial, sinalizando o caráter industrial que futuramente o local assumiria.

No entanto, ao passar dos anos, a cidade do Recife foi crescendo e se desenvolvendo, como consequência, o bairro de Santo Amaro passou a se inserir na área central e, aos poucos, teve início o deslocamento das indústrias para zonas limítrofes da cidade (Op. Cit.).

> Nos anos 1960, com a perda das zonas comerciais e industriais, atrelado ao baixo nível de empreendimentos imobiliários financiados pelo Banco Nacional de Habitação nessa localidade, configurou-se um novo cenário para o bairro. As áreas de galpões ficaram vazias, iniciando um processo de degradação do local. O baixo nível de empreendimentos é traduzido pelos raros edifícios verticais

> que ocupavam as proximidades da Rua da Aurora e da avenida Mário Melo. As áreas próximas ao bairro da Boa Vista ganharam força pela instalação das instituições educacionais no local – ocupando, inclusive, áreas das primitivas vilas operárias (SANTANA, 2019, p.143).

Assim, à época das legislações de preservação, o trecho da Rua da Aurora mais próximo à ponte do Limoeiro se configurava pela presença dos edifícios modernos localizados nas imediações da Av. Mário Melo, por algumas edificações remanescentes do século XIX e por uma grande presença de galpões industriais (ver Figura 68). Longe da poética do casario ligado ao bairro da Boa Vista, as edificações remanescentes da ocupação industrial não eram vistas como algo a ser preservado.

Figura 68 - Vista aérea de parte da margem de Santo Amaro em 1985, a partir do Bairro do Recife.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Nesse contexto, estabelece-se uma visibilidade parcial para a Rua da Aurora, onde há o privilégio do olhar para um determinado ponto de vista, o do cartão-postal, a partir da rua do Sol, um olhar para a Boa Vista e que enquadra o casario histórico, enquanto a margem de Santo Amaro é, por vezes, esquecida ou não reconhecida como parte da paisagem da Rua da Aurora o tanto quanto deveria. A falta de uma visão de unidade dessa frente d´água repercutiu em uma fragmentação de sua compreensão, onde um trecho é devidamente reconhecido e valorizado como histórico e o outro não. O segmento mais exaltado e privilegiado com as medidas de proteção poderia ser indicado como um lugar de exposição, no qual, de acordo com Gomes (2013), socialmente estabelecemos onde a visibilidade deve ser praticada.

Sendo a Rua da Aurora uma unidade, teria sido necessário que essas legislações preservacionistas tivessem ao menos indicado diretrizes adequadas para novas construções em toda sua margem e em seu entorno, a fim de ter-se evitado o cenário que se observa hoje e

que será analisado no próximo item, havendo uma transição entre o que é protegido e as novas edificações e traçados.

No intuito de explorar esse cenário, questionou-se ao grupo de especialistas se a compreensão da Rua da Aurora como patrimônio vigora na rua como um todo. A análise demonstrou que dos 15 entrevistados, 11 (73,33% do conjunto) responderam negativamente. Dentre estas respostas, algumas apenas fazem menção ao que as legislações definem ou não como patrimônio, mas alguns comentários podem ser destacados, como o do E3, que reforça que existe uma limitação dessa compreensão ao trecho do cartão-postal, "Não, ela se limita àquele clássico cartão-postal da cidade entre as pontes Duarte Coelho e Princesa Isabel" (E3/G2). Outra resposta destaca o valor arquitetônico e sugere que certas áreas, em referência à margem norte, passam despercebidas.

> Acredito que a compreensão de patrimônio na rua esteja muito ligada ao valor arquitetônico e histórico das edificações, o trecho hoje mais preservado (entre a rua do Riachuelo e a rua Princesa Isabel) tornou-se cartão-postal da cidade do Recife, sendo talvez a única parte que a maioria da população compreenda como patrimônio. Outros trechos menos conhecidos e não protegidos por legislação específica, como por exemplo o trecho entre a Rua Capitão Lima e a Rua Araripina, onde está localizado o tradicional clube de remo e alguns sobrados próximo ao Barroso, passam despercebidos (E14/G2).

O entrevistado E13 indicou que para responder a essa pergunta seria necessário voltar à época de quando essas legislações preservacionistas e seus polígonos foram instituídos. Assim, aponta que desde o princípio a unidade da rua foi deixada de lado, não tendo nunca sido apreendida como um todo. O especialista classifica que a preservação ocorrida nessa época possuía uma visão purista, a qual buscava preservar apenas os exemplares que não tinham sido maculados diante das modernizações, com um olhar mais restrito a essas edificações e não a rua em si. Em sua resposta, também explora os diferentes anos que podem ser lidos nessa paisagem, o que pode nos levar a considerar que a própria leitura dos tempos do palimpsesto da Rua da Aurora consiste num patrimônio, pois transmite história e cultura às diferentes gerações.

> Do meu ponto de vista, não, [...] eu não posso falar só por hoje, eu tenho que falar pela visão de patrimônio lá atrás, há 40 anos, e há 40 anos, ela não foi apreendida como um todo, [...] porque com uma visão purista, em que já era renovado o tecido ali, ela foi tirada, então ela não foi vista com uma visão pela lei de unidade, ela não teve uma unidade, então eu não tenho, mesmo 40 anos atrás, nem hoje [...] como vê-la como uma coisa mais uniforme. Eu tenho como ver [...] como um tecido que saiu e que eu tenho várias leituras hoje, aí

> eu posso entender essa leitura como patrimônio, porque eu tenho já uma leitura de 50 anos, eu tenho uma leitura de 100 anos [...] Então eu posso apreender isso do ponto de vista da história. Agora do ponto de vista de lei, a lei negou essa unidade desde o princípio [...] foi um grande equívoco, mas que era uma visão purista. [...] E aí essa poligonal toda que foi tratada no PSSH, ela foi tratada toda sobre esse purismo [...] (E13/G2).

Já os que responderam sim à pergunta, deixaram as legislações mais de lado e associaram a Rua da Aurora a um contexto mais amplo, "Para mim, sim, incluindo os espaços públicos, o rio e as manifestações culturais associadas" (E6/G2), ou se referenciaram ao sentido de patrimônio e de cidade como um documento histórico, "no sentido mais amplo de patrimônio como sendo aquilo que tem significância por guardar um registro histórico ou por simbolizar valores de um grupo social, podemos dizer que a Rua da Aurora é sim, em sua totalidade um patrimônio do Recife" (E10/G2).

> Nessa compreensão de cidade enquanto documento e registro das complexidades socioculturais e econômica dos seus vários grupos, sim: desde sua região de industrialização (operária), até a Ponte do Limoeiro (remanescente de pescadores), pode ser compreendida enquanto um Patrimônio Cultural, ao menos, referência cultural para vários grupos distintos (E2/G2).

A esse grupo (G2) também foi questionado sobre a proteção fragmentada proposta por essas legislações e se modificariam alguma coisa. Há uma convergência para a indicação de que isto acaba por criar áreas destoantes, havendo uma falta de consideração do patrimônio imaterial e seus atributos.

> Acho que na prática auxiliam na criação de áreas tão destoantes, criam falsas áreas permissivas [...] acredito que os órgãos de patrimônio precisam ampliar suas concepções e visões sobre o nosso patrimônio. É preciso se debruçar para a nossa cidade e desvendar as memórias, as identidades, as relações que persistem que existem e que devem ser protegidas. É um erro olhar as cidades apenas pelos seus aspectos materiais, pela sua massa edificada (E1/G2).

> Compreendo a fragmentação, em seu sentido mais amplo, uma falha dos interesses de preservação, desde a distinção entre o patrimônio "imaterial" e construído, até a relação com o isolamento de lugares. Em termos práticos, se faz urgente a ampliação de noções como as de "conjunto" e "coerência", para compreensões mais amplas, como a de "paisagem cultural", como forma de garantir maior abrangência na noção do que vem a ser a significância e as relações daquele espaço em específico com a sociedade de maneira ampla (E2/G2).

As respostas explicitam a necessidade de englobar a paisagem de uma maneira mais integrada com outras porções da cidade e seus elementos naturais e construídos. O especialista E3 argumenta sobre as limitações das diretrizes das normativas terem influenciado no trecho marginalizado da margem norte da Rua da Aurora.

> Acho muito limitada, ela marginaliza um dos trechos com maior potencial público, aquele entre a Ponte Isabel e a Ponte Limoeiro. A modificação, no meu ponto de vista, tem que contemplar toda a integralidade da rua, resgatar a importância dela para a história do remo como atividade esportiva, a história de importantes clubes esportivos e de lazer que tinham na cidade, por exemplo. Acho que houve um lampejo importante quando fundaram o monumento "Tortura nunca mais" e aquele complexo esportivo com quadra e pista de skate, mas hoje, infelizmente, são espaços que carecem de cuidado, beiram ao abandono (E3/G2).

Mas, apesar de marginalizar um segmento, é salientado que elas "permitiram que alguns trechos da Rua da Aurora fossem preservados. Sem elas, provavelmente toda a Rua da Aurora estaria hoje verticalizada" (E7/G2). Comenta-se também sobre essas legislações terem sido feitas conforme os conceitos estabelecidos em épocas passadas e hoje já se tem uma visão diferente.

> Acho que havia sentido com as visões de patrimônio vigentes no período da proteção inicial, mas atualmente encontra-se defasada. É preciso abranger a proteção para todo o conjunto e a água, e entender a proteção do patrimônio cultural como um todo, não apenas do patrimônio material (E6/G2).
>
> A lei estadual de tombamento é do ano de 1979. Foi elaborada em uma época em que os conceitos sobre patrimônio, patrimonialização, preservação, patrimônio material e imaterial etc., eram muito diferentes do que temos hoje. Sendo assim, é esperado a necessidade de uma modernização da lei e dos instrumentos de preservação e proteção. Infelizmente isso ainda não é algo pareça estar próximo de acontecer. Certamente que com instrumentos legais mais alinhados com o entendimento atual de Patrimônio Cultural e sua proteção poderíamos ter melhores condições de proteger o patrimônio da Rua da Aurora e poderíamos evitar perdas que, infelizmente, já são visíveis (E10/G2).

É possível refletir que uma das lacunas presentes nas normativas de preservação está no fato de que elas não se atualizaram na medida em que as discussões sobre paisagem e patrimônio imaterial foram se desenvolvendo. Assim, a Rua da Aurora hoje possui as mesmas diretrizes e polígonos de proteção do PPSH e do tombamento, os quais ocorreram há quase 40 anos. Dessa maneira, com essa proteção que não pensou em diretrizes para a rua como um todo, os trechos que foram esquecidos e deixados de lado passaram a ser regidos por leis que

promoveram uma alta permissividade construtiva, levando a um novo período de modificações que acarretou em construções que se mostram em desarmonia com a ambiência da Rua da Aurora.

6.2 TEMPO 4: A ÉPOCA DOS ARRANHA-CÉUS

> *Em 2008, o município elevou o coeficiente de construção do bairro de 3 para 5,5 a fim de estimular sua requalificação, pois ele estava muito abandonado, mas o mercado imobiliário saiu na frente e maximizou esse adensamento num modelo que não atende às necessidades da cidade (ALEXANDRE apud ANDREA, 2015)*[40].

Após o período das legislações preservacionistas de valorização ao patrimônio histórico, ocorreu um maior controle sobre os redesenhos que vinham se expandindo na Rua da Aurora. As medidas de salvaguarda estipuladas fizeram com que um determinado trecho se consolidasse, sendo este o segmento entre a rua da Imperatriz e a rua João Lyra, o qual abriga quase todas as edificações remanescentes do século XIX e que, apesar de já estar nos limites do bairro de Santo Amaro, tem sua imagem associada à Boa Vista.

Ao ter o referido trecho priorizado, numa visão que não compreende a Rua da Aurora em sua completude, o restante de sua extensão ficou sem quaisquer diretrizes legislativas de proteção ou de desenvolvimento compatível com a rica história que essa frente d'água possui. Desse modo, ocorre hoje um segundo período de significativas mudanças nessa paisagem, as quais se desenvolvem, especialmente, na margem norte, onde uma crescente verticalização vem se instalando devido à especulação do setor imobiliário, que têm criado uma nova imagem no local (ver Figuras 69 e 70). O novo perfil das edificações recentemente construídas constitui verdadeiros arranha-céus que diferem do entorno em escala, tipologia e gabarito e são destinadas às classes média e alta.

---

[40] Fala do secretário de Planejamento do Recife, Antônio Alexandre, relatado pelo JC Online. ANDREA, Margarette. **Decreto congela grandes projetos de construção em Santo Amaro por 18 meses.** In: Jornal do Comércio, 29 mai. 2015.

Figura 69- Rua da Aurora vista a partir da Ponte do Limoeiro.

Fonte: A Autora, 2018.

Figura 70- Vista aérea do cenário.

Fonte: Berg Alves, 2019.

6.2.1 Fatores que impulsionaram os edifícios verticais na Rua da Aurora

O crescimento da especulação imobiliária na margem do bairro de Santo Amaro possui influência de três normativas: a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), lei n°16.176/96; a lei n° 17.489/2008, que alterou parâmetros da LUOS na Zona Especial Centro Principal (ZECP); e pela revisão do Plano Diretor de 2008, lei n° 17.511/2008. Como resultado, o coeficiente construtivo de utilização permitido no bairro de Santo Amaro teve um aumento de 4 para 5,5 e sem limite de gabarito estipulado. Essa modificação teve como justificativa alterar áreas que previamente abrigavam os antigos galpões remanescentes das indústrias e que se encontravam abandonados, gerando vazios de baixa dinâmica[41] (SANTANA, 2019).

Em 1996, em meio a um cenário de forte esvaziamento populacional do Centro Histórico e Expandido do Recife, iniciado desde os anos de 1980, foi instituída a LUOS, que teve por intenção recuperar a economia local, a vitalidade e a dinamização do território (Op. Cit.). A referida lei dividiu a cidade em quatro grandes zonas[42] e, nesse contexto, a Rua da Aurora passou a contar com as áreas de ZEPH; ZUP[43] 1, que possuía coeficiente de utilização igual a

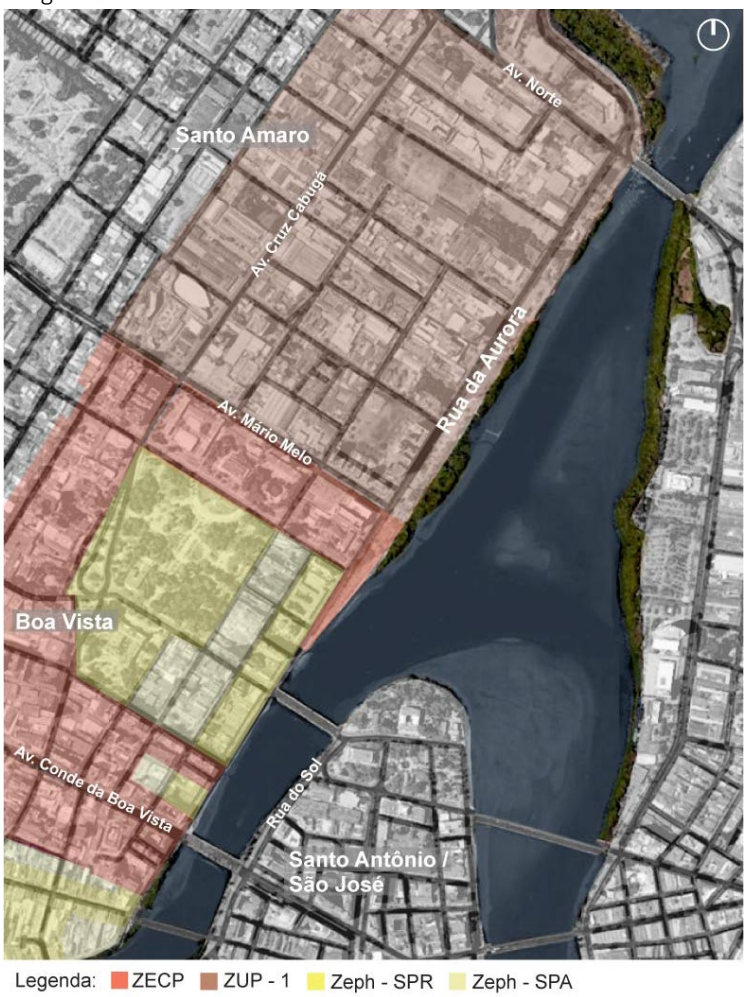
[41] Alguns dos galpões desativados dessa área chegaram a funcionar como depósito para produtos apreendidos pela Polícia Civil (FUNDARPE, 2010).

[42] Zonas de Urbanização Preferencial (ZUP); Zonas de Urbanização de Morro (ZUM); Zona de Urbanização Restrita (ZUR) e Zonas de Diretrizes Específicas (ZDE). Dentre as ZDE, destaca-se as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), nova nomenclatura para as ZEP que advém do PPSH/RMR, e as Zonas Especiais de Centro (ZEC).

[43] As ZUP são áreas que possibilitam alto e médio potencial construtivo compatível com suas condições geomorfológicas, de infraestrutura e paisagísticas. A ZUP1 possibilita alto potencial construtivo (RECIFE, 1996).

4,0; e pequenos trechos como ZECP, cujo coeficiente chegava a 7,0 (RECIFE, 1996) (ver Figura 71).

Figura 71 - Zoneamento da Rua da Aurora de acordo com a LUOS.

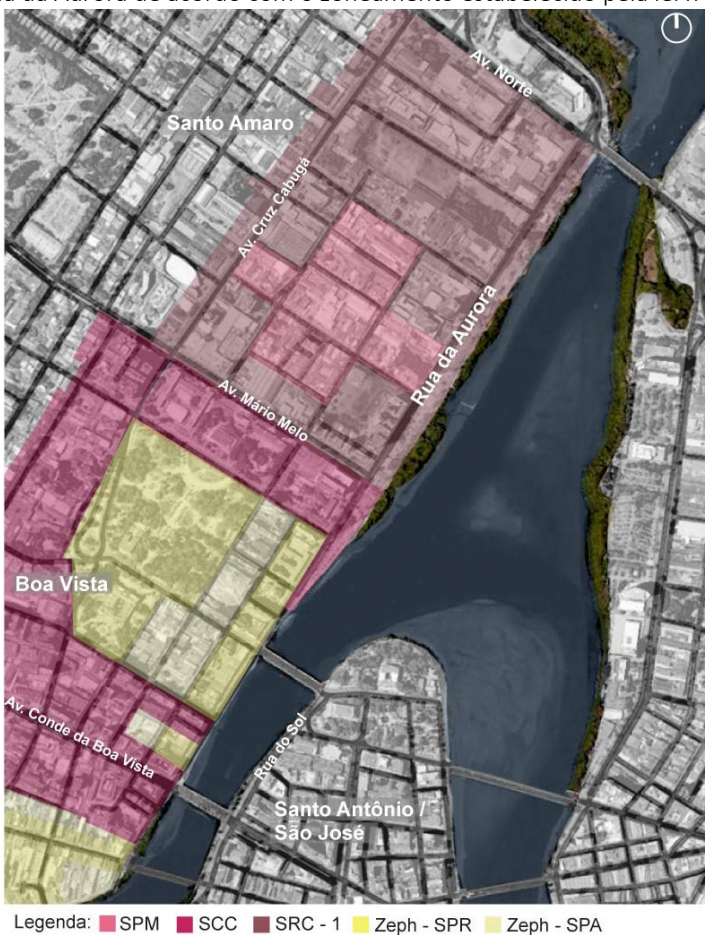


Fonte: A Autora, 2019.

Em 2008, meses antes da aprovação do novo Plano Diretor, houve uma atualização nesse zoneamento, por meio da lei nº 17.489/2008, que modificou os limites e os parâmetros reguladores do uso e da ocupação do solo na ZECP. Dessa maneira, esta Zona Especial de Centro Principal passou a ser constituída por quatro setores: Setor de Centro Consolidado (SCC), conformado pela área de Centro Principal onde a morfologia urbana já se encontra consolidada; Setor de Requalificação de Centro (SRC), constituído por área objeto de requalificação e renovação urbana com incentivo à instalação de novos usos e subdivide-se em dois setores, o SRC 1 e SRC 2; Setor de Preservação da Morfologia (SPM), o qual se configura como uma área de morfologia peculiar e consolidada em relação a seu entorno, devendo qualquer projeto arquitetônico ou urbanístico passar por análises especiais (RECIFE, 2008).

Dessa maneira, a margem do bairro de Santo Amaro, previamente classificada como ZUP 1, passou a receber os setores SPM e SRC 1 (ver Figura 72). É neste último onde há um aumento do coeficiente construtivo, que passou a ser de 5,5 (ver Quadro 4).

Figura 72 - Rua da Aurora de acordo com o zoneamento estabelecido pela lei n°17.489/2008.



Fonte: A Autora, 2019, com base na lei n° 17.489/2008.

Quadro 4 - Parâmetros dos setores da ZECP.

Zona	Setor	TSN	u	Afastamento Inicial mínimo (Afi) - Frontal	Afi - lateral e fundos – Edf. < 2 Pav.	Afi -lateral e fundos – Edf. > 2 Pav.	Requisitos Especiais
ZECP	SCC	20%	7,00	Nulo	Nulo /1,50	Nulo/3,00	A, B, C, D
	SRC 1	25%	5,50	Nulo	Nulo /1,50	Nulo/3,00	A, B, C, D, G, H
	SRC 2	25%	5,50	5,00	Nulo /1,50	Nulo/3,00	A, B, C, D, H
	SPM	20%	4,00	-	-	-	A, I, J, K

Fonte: A Autora, com base nas informações da lei n°17.489/2008.

A demarcação do SRC 1 teve como intuito impulsionar um resgate da dinâmica local, já o SPM, conforma o único setor a possuir alguma intenção de conservação nesse trecho da Rua da Aurora e abarca um segmento que possui alguns sobrados remanescentes que ainda resistem em meio a verticalização e a descaracterização que cresce na área (ver Figura 73).

Dentre eles, está a sede e garagem de remo do Clube Náutico Capibaribe, o antigo clube esportivo Almirante Barroso e alguns casarões.

Figura 73 - Vista para um trecho do SPM.

Fonte: A Autora, 2017.

Assim, conforme a dinamização do bairro, com foco nas antigas áreas industriais, o Plano Diretor aprovado em dezembro do mesmo ano incorporou a ZECP à ZEDE (Zona Especial de Dinamização Econômica) - Centro Principal:

> Adotar-se-á para a ZEDE Centro Principal - Centro Expandido, todas as ZEDE Centro Secundário e todas as ZEDE Centro Local, os parâmetros e limites definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 16.176/96 e suas posteriores alterações, para as Zonas Especiais de Centro Principal - ZECP e Zonas Especiais de Centro Secundário, Zonas Especiais de Centro Metroviário, respectivamente até a publicação da legislação específica (RECIFE, 2008, Art. 230°).

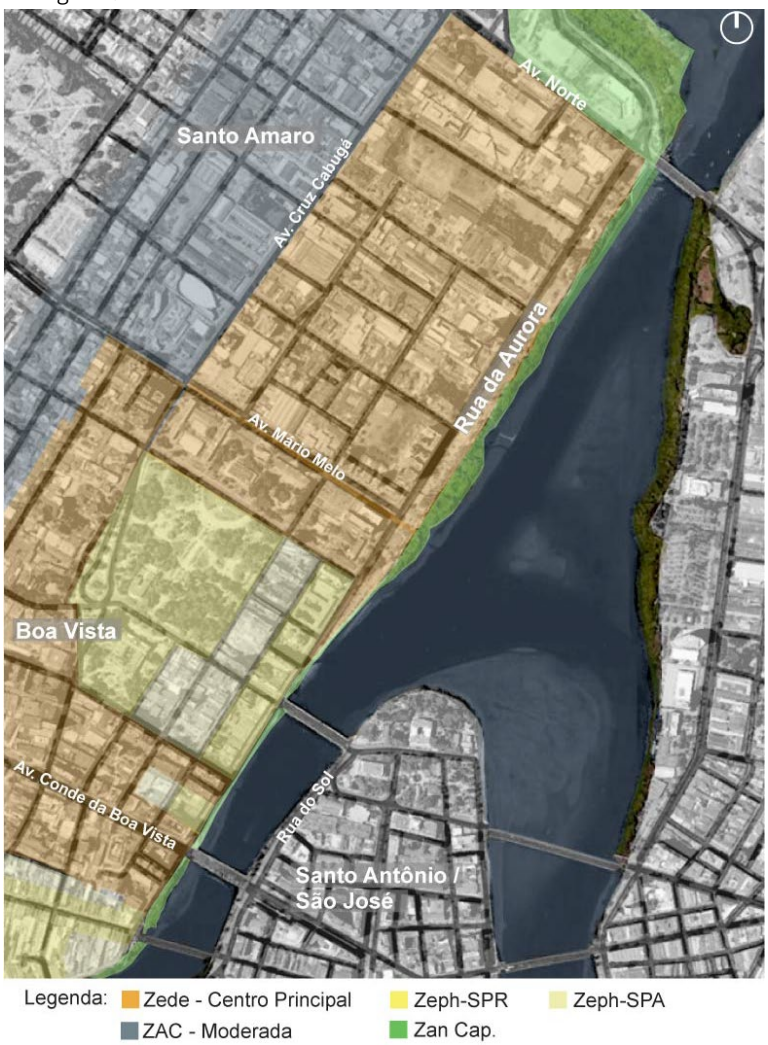
Diante disso, a Rua da Aurora passou a ser classificada como ZEDE - Centro Principal, sendo permeada por três áreas de ZEPH, seus setores de preservação rigorosa e ambiental (SPR e SPA) e pela ZAN Capibaribe[44] (ver Figura 74).

O objetivo da ZEDE é promover a requalificação urbana e ambiental, a fim de dar suporte à concentração de atividades múltiplas. A ZEDE - Centro Principal caracteriza-se por possuir um raio de influência regional e metropolitano e faz parte da ZEDE I, que abrange as áreas qualificadas como centros de atividades múltiplas, potenciais ou consolidadas (RECIFE, 2008). Apesar da nova classificação, a normativa manteve os parâmetros construtivos

[44] Art. 99. O objetivo geral das Zonas de Ambiente Natural - ZAN consiste em compatibilizar os padrões de ocupação com a preservação dos elementos naturais da paisagem urbana, garantindo a preservação dos ecossistemas existentes (RECIFE, 2008, p.26); Art 102. II - Zona de Ambiente Natural Capibaribe - ZAN Capibaribe, composta pelos cursos e corpos d'água formadores da bacia hidrográfica do Rio Capibaribe, caracterizada pela concentração da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados e pelos parques públicos urbanos (Op. Cit.).

previamente estabelecidos pela ZECP, sendo estes que guiaram as recentes construções nessa frente d'água.

Figura 74 - Zoneamento de acordo com o Plano Diretor de 2008.



Fonte: A Autora, 2019, de acordo com a lei 17.511/2008.

Após a atualização do Plano Diretor, houve um crescimento no interesse do setor imobiliário em promover habitações no entorno do centro histórico do Recife, ocorrendo uma valorização das frentes d'água, principalmente as que abrigavam antigos galpões e armazéns. De acordo com Bernardino (2018), a aprovação do Projeto Novo Recife (2008) marcou essa intenção. Diante disso, teve início um cenário onde o poder público e as instituições privadas começaram a enxergar essas áreas como novas localidades para investimentos, o que levou a um redescobrimento da área central, em especial para o bairro de Santo Amaro, trazendo uma nova dinâmica para o lugar[45] (SANTANA, 2019) e, consequentemente, para sua paisagem.

[45] De acordo com Santana (2019), um dos fatores que influenciou o aquecimento do mercado imobiliário,

Bernardino (2018) indica que é no início de 2010 quando a representatividade dessa área começa a se reestabelecer, a partir do lançamento de novos empreendimentos, após cerca de quatro décadas possuindo pouca ou quase nenhuma expressividade ou interesse por parte do campo imobiliário. O recorte do bairro de Santo Amaro que mais sofreu o impacto desse novo cenário foi a área que passou a ser denominada como "Quadrilátero"[46]. Entre 2008 e 2019 foram construídos quatro edifícios que possuem entre 36 e 49 pavimentos, configurando verdadeiros arranha-céus (ver Quadro 5 e Figura 75).

Quadro 5- Edifícios verticais na Rua da Aurora entre 2008 e 2019.

Edifícios com mais de 10 pavimentos construídos na Rua da Aurora – 2008 a 2019			
Ano de Construção	Nome	Localização	N° de pavimentos
2008	Tribunal de Contas do Estado	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°885	10
2014	Edf. Cais da Aurora	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°1295	36
2017	Edf. Jardins da Aurora (2 torres)	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°1541	49
2019	Edf. Arcos da Aurora Prince	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°1301	39
Projeto Aprovado	Aurora II (2 torres)	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°1485	40
Projeto Aprovado	Aurora III (2 torres)	Rua da Aurora, Santo Amaro, n°1443	40

Fonte: A Autora, 2019, com base nos dados do ESIG (Sistema de Informações Geográficas da Cidade do Recife), 2020, e do ICPS, 2018.

estaria ligado às dinâmicas de expansão do Porto Digital (projeto do Governo do Estado que tem a intenção de proporcionar uma política pública para o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, interligando a atuação de empresas, atores sociais e organizações), este que havia sido responsável pelos investimentos e pela valorização imobiliária do Bairro do Recife e que se espraiou para outros bairros do centro, chegando a um trecho de Santo Amaro. Um segundo fator, teria sido a liberação de créditos advindos de uma nova política habitacional aprovada em 2009 pelo Governo Federal (Minha Casa Minha Vida), que incentivou o desenvolvimento de novas espacialidades na cidade (SANTANA, 2019).

[46] Segundo com a Lei 17.942/2013, o Quadrilátero consiste na região delimitada ao leste pela Rua da Aurora nos trechos entre a Av. Mário Melo e Av. Norte; ao sul pela Av. Mário Melo, até o cruzamento com a Av. Cruz Cabugá; ao oeste pela Av. Cruz Cabugá, nos trechos entre a Av. Mário Melo e Av. Norte; e ao norte pela Av. Norte até a Av. Cruz Cabugá (RECIFE, 2013).

Figura 75 – Delimitação do Quadrilátero de Santo Amaro.

Fonte: A Autora, 2020.

O empreendimento inaugural, primeiro exemplar dessa nova tipologia de edificação vertical na margem da Rua da Aurora, foi o Edifício Cais da Aurora, que compõe uma única torre com 36 pavimentos. Segundo Bernardino (2018), o responsável pela construtora que realizou o referido edifício considera que esta nova construção teria sido um marco, por ter refundado o mercado imobiliário da localidade. A autora também enfatiza que o incentivo gerado por parte da prefeitura do Recife, ao aumentar o coeficiente de aproveitamento desses terrenos, foi um fator de atração fundamental nesse processo, pois enquanto em outras áreas da cidade o mercado estava acostumado a coeficientes que variavam entre 2 e 3, a área central passou a oferecer a possibilidade de explorar coeficientes que variavam em torno de 4 e 5.

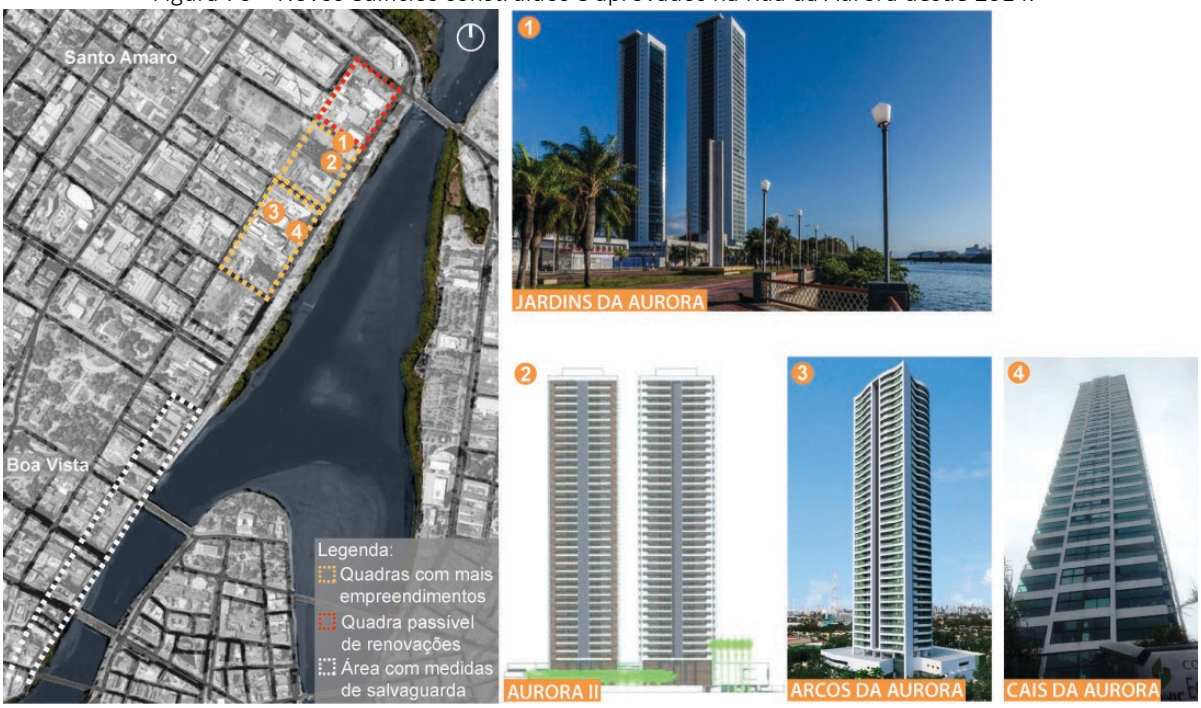
Bernardino (2018) traça um peculiar comentário sobre esse novo cenário de verticalização da Rua da Aurora não ter sofrido qualquer tipo de resistência, incluindo do campo acadêmico, quando comparado a empreendimentos como as duas torres do Cais de Santa Rita (Edifícios Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau), no bairro de São José. Isto enfatiza a falta da compreensão da Rua da Aurora em sua totalidade por diferentes sujeitos. Estando quase metade de sua extensão com medidas de salvaguarda, esta margem “deixada de fora”,

é lançada às renovações, onde as pessoas e as construções parecem esquecer da importância do lugar.

> Diferentemente do que aconteceu com os empreendimentos do Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau, que enfrentaram certa resistência por parte de integrantes do meio acadêmico, levando a empresa responsável a ter que se defender de ações levantadas junto ao Ministério Público e obter novos pareceres justificativos da aprovação por parte do IPHAN, o empreendimento Cais da Aurora, em localização homônima, segundo Andrade, não recebeu nenhum tipo de contestação. De fato, no Cais de Santa Rita, aquelas torres permanecem, ainda hoje, isoladas, enquanto na Rua da Aurora e proximidades quatro novos empreendimentos de padrões variados foram edificados, o que indica que a área pode vir a se conformar, em um futuro próximo, como um fragmento de padrão construtivo "atual" (BERNARDINO, 2018, p.252).

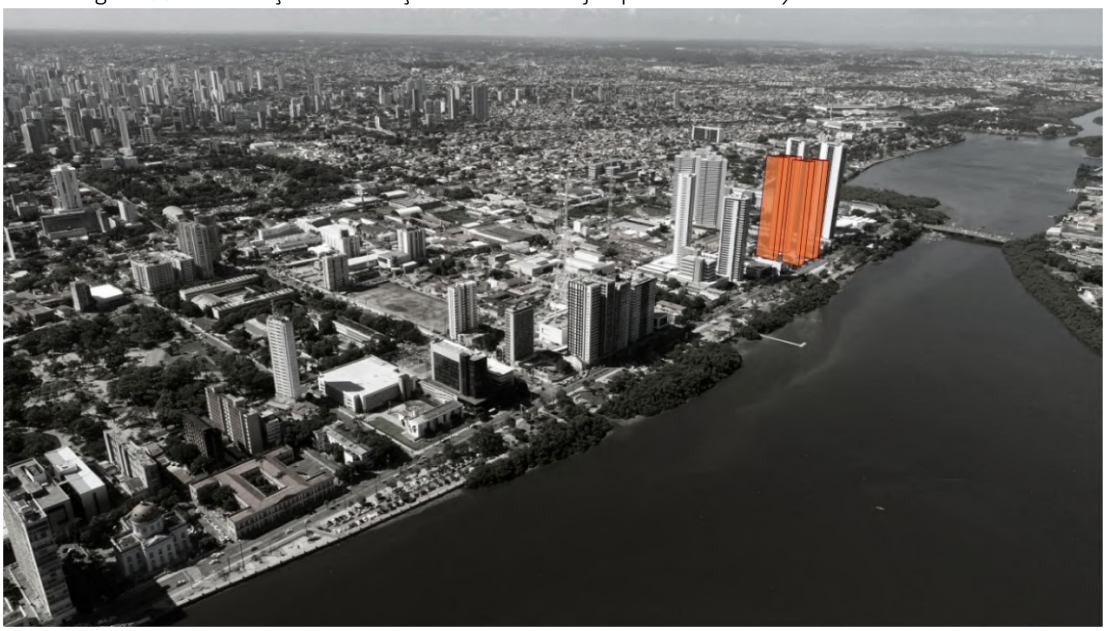
Além dos três novos prédios já construídos nessa frente d´água, há ainda mais dois projetos aprovados que ainda não tiveram suas obras iniciadas. São dois condomínios – Aurora II e Aurora III – que possuem dois blocos com 40 pavimentos cada (ver Figuras 76 e 77). De acordo com o projeto do edifício Aurora II, o prédio disporá de 525 vagas de estacionamento e dentre os argumentos para sua aprovação encontra-se o discurso de que a construção será uma forma de contribuir para o resgate do território, ao proporcionar uma nova opção de moradia na área central da cidade.

Figura 76 – Novos edifícios construídos e aprovados na Rua da Aurora desde 2014.



Fonte: A Autora, 2020.

Figura 77 – Simulação da inserção dos edifícios já aprovados no *skyline* da Rua da Aurora.



Fonte: Berg Alves, 2019, adaptado pela Autora.

Verifica-se que foram as últimas quadras da Rua da Aurora as mais afetadas pela inserção das novas construções. No diagnóstico da Fundarpe de 2010, essas quadras aparecem caracterizadas por possuírem um gabarito predominantemente horizontal, ainda seguindo os assentamentos originais do bairro, mas a partir da construção do primeiro edifício de grande altura, passaram a ser identificadas como possuidoras de tendência para verticalização.

Esse diagnóstico chama atenção para a última quadra, nos limites com a ponte do Limoeiro, indicando que ela possui edificações contemporâneas consideradas de baixa significância arquitetônica. Assim, possuindo baixa significância e um alto coeficiente construtivo, tem-se uma quadra que estaria passível a futuras modificações. Hoje, de acordo com informações do ICPS, dois terrenos dessa quadra encontram-se com OPEI (Orientação Prévia para Empreendimentos de Impacto), o que não confirma, mas demonstra a existência de intenções de novos projetos para o local. E ao considerar o caráter das recentes construções, há chances de mais torres residenciais de alto padrão virem a compor essa paisagem num futuro próximo.

Nas entrevistas realizadas, foi questionado a opinião dos entrevistados sobre esses novos empreendimentos e é válido destacar que no grupo de moradores (G1) o assunto já foi sendo despertado aos poucos pelos próprios sujeitos durante as demais perguntas. Ao analisar, primeiramente, os comentários desse grupo, foi possível organizar o conteúdo em aspectos negativos e positivos, onde os comentários negativos se superpõem (ver Apêndice G).

Os pontos positivos aparecem atrelados a perspectiva dos novos empreendimentos gerarem uma maior dinâmica para o bairro de Santo Amaro, assim como um maior incentivo para abertura de comércios essenciais, como cafés e padarias, que se mostram em carência no local. Já os aspectos negativos, apresentam-se relacionados à descaracterização que os prédios trazem, por meio de uma verticalização exacerbada que interfere nas vistas e, como consequência, ocasionam em mais trânsito e mais sujeira, influindo na tranquilidade do lugar. O morador M6 indica que não os vê como parte da Rua da Aurora, devido ao contraste que estabelecem em relação a ambiência, "Vejo eles como um contraste enorme com tudo o que a Aurora representa. Imageticamente, não vejo eles como parte da Rua da Aurora" (M6/G1).

> Preocupante e não integrados ao ambiente da rua. Destoam completamente da estética da rua e não parecem se importar com o impacto que causam, seja arquitetônico, social ou de trânsito. Sinto que é uma invasão de ricos que acham que podem tudo (ou talvez possam, infelizmente) (M13/G1).

> [...] não sou muito fã não, sabe [...] se eu pudesse mesmo voltar no tempo, eu não teria nem o que eu moro, que é bem na frente [...] acho que a Rua da Aurora ela não deveria ter prédio nenhum, [...] você poderia botar um quarteirão atrás, ou até dois [...] eu acho que esses prédios aqui eles tão pensando única e exclusivamente no financeiro [...] ignora a beleza que a rua tem [...] (M15/G1).

O residente que mora em um dos novos condomínios chegou a indicar que o que lhe atraiu para morar na Rua da Aurora teria sido o próprio edifício "[...]o fator principal foi o fato do prédio né, a gente comprou um apartamento na planta, quando o prédio estava sendo construído, que era um prédio que oferecia bastante coisa interessante e num preço que a gente tava podendo pagar na época" (M4/G1).

Isto revela a peculiaridade do padrão desses edifícios em se imporem a ponto de constituírem, para um determinado público, um atrativo por si só, deixando o lugar no qual o prédio está inserido em segundo plano. Todavia, apesar de também exaltar o caráter positivo dessas novas construções, por trazerem uma nova dinâmica para o bairro, o referido morador aponta que deve haver um freio para que a Rua da Aurora não venha a se tornar um "paredão de prédios", como atualmente ocorre na orla da praia de Boa Viagem, na zona sul do Recife.

> Então, é...eu inclusive moro em um deles. Eu acho interessante que essa região aqui de Santo Amaro principalmente, seja de fato viabilizada para a construção desses prédios, porque é uma região que tem uma rede, um acesso, tem bastante transporte, é...Porém, precisa sim de um freio, precisa dar uma organizada aqui pra não virar um paredão de prédios como virou em

> Boa Viagem. Eu acho que a gente deveria ter aí alguma forma de reduzir a altura dos prédios e construir cada vez prédios um pouco mais distantes da margem, de fato do rio né, um pouco mais longe da Rua da Aurora. Porém, assim, a construção de prédios aqui em Santo Amaro, próximo da Rua da Aurora eu acho interessante sim, é uma região que [..] que tem um potencial a ser explorado (M2/G1).

Foi possível verificar, por parte dos que residem nos edifícios mais antigos da Rua da Aurora, uma certa crítica aos moradores dos novos prédios. Devido ao senso de comunidade existente, a dinâmica dos novos residentes incomoda, por não buscarem se integrar com os antigos, havendo um distanciamento, por vezes, citado como referente à diferença de poder aquisitivo, "Acho um absurdo. A Rua da Aurora é uma comunidade. Os moradores dos prédios construídos nos anos 50/60 participam ativamente da economia e atividades da rua, enquanto os novos moradores nem fazem questão de participar e tem outro poder aquisitivo" (M8/G1).

> [...] Outra coisa, os novos moradores, diferente dos que já aqui habitam, não participam da vida comunitária. As novas edificações proporcionam um tipo de vida para dentro de seus condomínios, enquanto que os antigos e a população das proximidades usam a rua e o Cais para o lazer e confraternização entre vizinhos (M11/G1).

Assim, o novo grupo de moradores é visto como não pertencente ao ambiente da Rua da Aurora. Alguns dos entrevistados chegam a relatar sobre o sentimento de gentrificação que se instalou na área após a inserção desses novos empreendimentos, os quais também implicaram em um aumento de 100% no IPTU dos prédios do entorno, elemento incluso entre as características que os entrevistados não gostam sobre a Rua da Aurora (ver Apêndice H):

> Do que não gosto de novidades: a especulação imobiliária que atraiu um público com pouca ou nenhuma identificação com a região**,** não gosto da tentativa de "gentrificar" e higienizar o bairro, ou pelo menos esse perímetro que vivo. Tentativa essa que de efeito prático nos deu um acréscimo de quase 100% do valor do IPTU nos últimos 3 anos. (M12/G1).

> Acho que o que menos eu gosto hoje é... a quantidade de carros e... de prédios que tão fazendo assim na Rua da Aurora... que tão construindo na Rua da Aurora, sem pensar muito, como se Boa Viagem não desse mais pra classe rica, e agora tão querendo morar na Rua da Aurora. Eu acho que é isso, mas sem querer ferir ninguém, é um direito de todos querer morar (M14/G1).

As respostas também incluem críticas às instituições públicas, denunciando que os moradores não têm acesso ao andamento dos novos projetos e que as mitigações provenientes dessas construções, uma contrapartida projetual que tem por intuito diminuir os danos ocasionados, não foram realizadas.

> É... outra coisa [...] que nos intriga enquanto moradores associados, comunitários que somos e que temos uma relação já longa em reuniões e tal, nos preocupa a falta de retorno, de resposta do poder público às questões ligadas às áreas de mitigação, [...] porque esses prédios para serem construídos e para terem tantos andares a gente sabe que eles precisaram negociar mitigações com o poder público e a gente não tem acesso a isso, assim como a gente tem acesso a parte de projeto, mas não o andamento deles nem nada [...] A gente sabe que pelo portal da transparência que tão [...] autorizados mais outros e a gente não participa de nada, de nenhuma consulta, de coisa nenhuma [...] e acho que a vinda desses prédios maiores ela é [...] uma das consequências direta dessa falta de diálogo com a comunidade e acaba na escusa de quem já mora e ama isso aqui a tanto tempo [...] (M10/G1).

Além das mitigações, também há alguns comentários que expressam uma certa incredulidade sobre essas construções terem ocorrido dentro da lei, por parâmetros legalmente estabelecidos, devido ao contraste que eles geram, "Me preocupa [...] também o fato de os novos prédios não terem respeitado a legislação da cidade. Não completaram as obras para mitigação das infrações cometidas" (M11/G1).

> Acho que [...] tá sem uma programação realmente urbana, acho que falta a política, é... da construção desses prédios**,** acho que houve alguma coisa de errado para haver essa construção. E a questão da mitigação desses prédios que foram construídos, pra ser revertido em alguma coisa pra Rua da Aurora, e que até agora não aconteceu. Nem a Globo, nem aqueles prédios lá na frente. A mitigação não aconteceu, não foi revertida até agora (M14/G1).

O morador M15 chega a mostrar-se chocado quando compara as imagens antigas com as de hoje, mostrando incômodo não só com os prédios que se estabeleceram na silhueta da rua, mas também com os que estão em seu entorno e plano de fundo:

> Assim, eu fico impressionado com [...] a limpeza assim, do visual né, você quase não tinha prédios [...] Então o que mais me choca é em você olhar [...] fotos da mesma posição e você ver que apesar de muitos dos casarões ainda estarem lá, você já encontra muitos prédios e os concretos, mesmo que não seja na frente assim, por trás dos casarões são todos cheios de prédio, [...] muda muito a visão [...] quando antes não tinha nada, era céu limpo, vamos dizer assim. Então isso é o que mais me impressiona [...] quando você faz a comparação dessas fotos (M15/G1).

Ao analisar as respostas dos especialistas (G2), observa-se que, assim como o grupo anterior, quase todos os comentários tecidos são negativos (ver Apêndice G). Há apenas um, feito pelo especialista E12, que destoa das demais críticas. Este aponta que as novas edificações são desproporcionais quando se considera o que um dia já foi a Rua da Aurora, mas que consistem em construções contemporâneas que seguem as normativas legais e apresentam

um uso apropriado, “Desproporcionais com o que já foi a rua, porém contemporâneos de acordo com as normas legais e uso adequado” (E12/G2).

Sobre os pontos negativos indicados, o especialista E1 assinala essas construções como uma cicatriz, pois configuram uma ruptura e uma falta de consideração pela memória do lugar, contrastando de diferentes maneiras.

> Acho péssimo. Principalmente porque eles se inserem em uma área não protegida pelos órgãos de patrimônio que fazem relação com os antigos clubes de remo, e ferem completamente a escala urbana do local. Não que as intervenções contemporâneas não possam ser instaladas ali, mas acho que falta respeito com o espaço antigo, com a memória da cidade. Destoam pelo material, pelo gabarito, pela relação do edifício com a rua/passeio. É uma cicatriz, uma ruptura (E1/G2).

Já o entrevistado E2, destaca que esses novos prédios não pretendem se associar à paisagem e ao lugar, pois inserem uma lógica muito distinta que, como consequência, leva a uma quebra na memória social e nas integrações sociais do local. O especialista chega a fazer uma analogia com o conceito de “não-lugar”, do etnólogo e antropólogo francês Marc Augé:

> Não interagem estilística ou socio-culturalmente com o lugar. Não se pretendem participar daquela paisagem, mas impor uma outra lógica de funcionamento e relação com o lugar. Se aproximam amplamente da noção de Marc Augé de “não-lugar” - evento da (pós-)modernidade que não se pretende relacionar com o espaço onde se estabelece, mas com a modernização da cidade, em si. Traz, por consequência, um empobrecimento das relações com a memória social do lugar e fragiliza as possibilidades de integração desses trechos com outros grupos sociais (E2/G2).

Uma das críticas assinala que essas edificações produzem uma quebra definitiva na escala da rua, já parcialmente rompida em décadas precedentes, “Quebram a escala horizontal da rua definitivamente. Escala já parcialmente rompida nas décadas de 1960 e 1970” (E7/G2). Também é destacado que o processo de renovação ocasiona danos tanto à integridade como a autenticidade da paisagem, “Não gosto da proposta de renovação urbana (orientada pela massiva verticalidade e pressão imobiliária) que aos poucos vem causando danos à integridade (visual e estrutural) e à autenticidade dessa paisagem herdada” (E9/G2).

Outras considerações são traçadas acerca da maneira como essa verticalização foi executada, pois o problema não estaria em verticalizar, mas na maneira e na qualidade de como esse processo ocorreu. Estas torres acabaram por repetir um padrão que é observado em

outras áreas da cidade, são construções que se fecham, não integram o térreo e não dialogam com a rua. E, devido ao grande impacto na escala e no gabarito, interferem nas visadas não só a partir das pontes para a Rua da Aurora, mas vão mais além, interferindo nas visadas do Bairro do Recife e de Olinda.

> [...]poderia até ter referência verticalizada na Aurora sim, mas eu gostaria que tivesse visto com outra inserção [...] poderia até ter a mesma integração ali [...] onde tem o Capibaribe, o Montreal, o Alfredo Bandeira [...] Então assim, eu acho que a pobreza ali das novas intervenções ela se dá pela [...] falta de diálogo com a cidade [...] não é que você não possa intervir, não tenho nada contra a verticalização desde que ela seja bem pensada, desde que ela seja mais dialogada. É como ela integra o térreo, como ela integra o transeunte na relação com a cidade, isso pra mim é primordial, que é o que falta no Recife, que é o que falta em Boa Viagem, que é o que inclusive não tem nessas torres novas, essas torres contemporâneas, eles erraram tanto lá no Cais de Santa Rita, quanto eles erraram e fizeram a mesma coisa [...] na Rua da Aurora, [...] (E13/G2).

> Acho que eles são problemáticos. Não acredito que nenhuma área deva ser congelada e aquela região da Aurora ainda poderia passar por transformações, mas os novos edifícios desrespeitam em muito a escala, trazem uma tipologia genérica da cidade como um todo, não se relacionam com o espaço público e ainda causaram um grande impacto na paisagem, alterando as visadas a partir das pontes e até mesmo as visadas de conjuntos protegidos como o Bairro do Recife e Olinda (E6/G2).

Santana (2009, p.135) destaca que o *marketing* de venda desses novos empreendimentos habitacionais faz um apelo às vantagens de sua localização central e muitos são vendidos como se estivessem localizados no bairro da Boa Vista, "Utilizando-se da simbologia e do patrimônio do lugar, o que se observa nos anúncios de venda é a primazia pela localização cultural do empreendimento [..] O foco é retirado do bairro e inserido na imagem patrimonial do cartão-postal". Assim, na construção desse novo cenário, tenta-se fazer uso da poética da paisagem da Rua da Aurora, associada ao bairro da Boa Vista, mesmo para projetos que destoam completamente do ambiente.

No pretérito, os condes e barões da burguesia recifense residiam na Rua da Aurora, porém, ao passar dos anos, houve uma transferência dessas residências para outras áreas da cidade, havendo um esvaziando e uma desvalorização da moradia no centro. Mas, hoje se estaria vendo essa "elite" retornando e sendo atraída novamente para a Rua da Aurora? É o que se pode especular diante do panorama observado nessa localidade, que hoje está atraindo uma população de classe alta para essas novas torres da Rua da Aurora que propõem uma

moradia de alto padrão no coração da cidade. O especialista E14 cita que estas edificações poderiam representar uma possível retomada dos primeiros usos da rua, mas que devido às permissividades legislativas, as construções geradas não dialogam com o lugar e interferem na leitura da Rua da Aurora com seu antigo conjunto.

> Poderia ser uma retomada a um dos primeiros usos da rua, o residencial, sua localização privilegiada fez com que importantes nomes da sociedade recifense construíssem seus sobrados ao longo da via, além de trazer vida para uma área que estava sem uso e ocupada por antigos galpões ou terrenos vazios. No entanto o tipo de ocupação proporcionada pela legislação atual gera a construção de edificações que não dialogam com a rua e acabam se voltando para seu próprio condomínio, além de que a extrema verticalização muda a paisagem não só da Rua da Aurora como de diversas visadas da cidade do Recife. O novo *skyline* não permite mais a leitura da Rua da Aurora com seu antigo conjunto, neste sentindo incluiria até a verticalização que começou a aparecer no final da década de 40 (E14/G2).

O impacto do adensamento ocasionado por este cenário fez com que em maio de 2015 fosse instituído o Decreto municipal n° 28.841/2015, o qual estabeleceu o congelamento da área que conforma o Quadrilátero de Santo Amaro no Setor de Requalificação Rigorosa 1 e no Setor de Preservação da Morfologia. Esse congelamento suspendeu, por um período de 18 meses, análises de novas construções iguais ou maiores que 1.000,00m², para que a área pudesse ser estudada e novos parâmetros urbanísticos compatíveis com o local pudessem ser instituídos[47] (RECIFE, 2015). Ao final do tempo previsto, o congelamento foi prorrogado pelo decreto n° 30.034/2016, por mais um ano.

Atualmente, a nível municipal, há uma nova intenção de modificação dos polígonos de preservação da Rua da Aurora. No âmbito do processo de aprovação da LPUOS (Lei do Parcelamento Uso E Ocupação do Solo) e com vistas à elaboração do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife, foi realizado pela Dppc um Diagnóstico Propositivo para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural (ZEPP). Este documento, ainda em trâmites de aprovação, indica a "necessidade de uma visão integrada acerca dos conjuntos preservados da cidade – uma visão de paisagem" (RECIFE, 2019, p.7), e pontua que é preciso uma

[47] Os estudos foram realizados por meio de um convênio entre a Prefeitura do Recife e a Universidade Católica de Pernambuco, recebendo o nome de Plano Centro Cidadão (PCC). O objetivo foi estabelecer diretrizes para todo o centro continental do Recife, visando a revisão de práticas urbano-arquitetônicas, assim como de políticas dos espaços públicos. Foram realizadas uma série de reuniões públicas e diagnósticos integrados quanto a mobilidade, patrimônio, espaços públicos e ocupação do solo, nos quais foram apontadas áreas de identidade morfológica e os terrenos passíveis de transformação (SANTANA, 2019). O resultado prático desses estudos poderão estar presentes na revisão do Plano Diretor da cidade que, após adiamento, será votado este ano.

compatibilização entre os perímetros de proteção municipal com as esferas estadual e federal. Nesta indicação, cabe a inclusão da Rua da Aurora, que possui um polígono de proteção que segue o tombamento da Fundarpe enquanto na proteção municipal as áreas de salvaguarda encontram-se subdivididas em três trechos.

A principal prerrogativa do diagnóstico, que também faz parte do Projeto de Revisão do novo Plano Diretor (PL Nº 28/2018), está na proposta de uma Política de Patrimônio Cultural[48], a qual visa uma promoção dos objetivos relativos aos princípios de sustentabilidade ambiental (RECIFE, 2019). Nesse contexto, tem-se destaque para a mudança na classificação das zonas especiais que constituem as ZEPHs, que passam a ser denominadas como ZEPP, com a finalidade de serem mais abrangentes:

> I – Incorporar os conceitos de patrimônio cultural imaterial e de paisagem para a ampliação da definição das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Assim sendo, entende-se que precisa haver uma revisão na denominação dessas Zonas Especiais, de forma a enfatizar que se trata de patrimônio cultural, sendo todo bem cultural de importância para a história da cidade, e toda área protegida deve considerar tanto seus aspectos materiais quanto imateriais. Dessa forma, as Zonas devem passar a se chamar "Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural (ZEPP). (RECIFE, 2019, p.344).

Nesse contexto das ZEPP, são incluídas as categorias de (i) Sítios arqueológicos; (ii) Conjuntos; (iii) Edifícios Isolados; (iv) Patrimônio Imaterial[49]. Há a intenção para modificação da nomenclatura do setor de SPA (Setor de Preservação Ambiental) para Setor de Preservação da Ambiência, visando uma maior restrição para as transições entre as áreas protegidas e seu entorno, de acordo com os atributos particulares de cada ZEPP. Também são indicados mais três setores que visam proporcionar uma melhor gestão das áreas de preservação rigorosa, a

[48] Art. 177 "abrange o conjunto de ações voltadas para a preservação, conservação, restauro e valorização do patrimônio, necessárias à proteção da memória urbana, das práticas sociais e da identidade cultural do Município, considerando o patrimônio cultural da cidade do Recife, por meio do conceito de paisagem cultural, contemplando os ambientes natural, construído e social e as relações socioculturais presentes no território" (RECIFE, 2019, p.344).

[49] Para esta última, é destacado que a existência de uma ZEPP categorizada como Patrimônio Imaterial não implica na não existência de atributos imateriais nas demais categorias ou que nesta não existem atributos materiais significativos, apenas indica que, na zona associada a esta classificação, os principais atributos de valoração são imateriais (RECIFE, 2019).

fim de que as inerentes mudanças ocorram de maneira sustentável e de acordo com os valores e a paisagem dos sítios históricos:

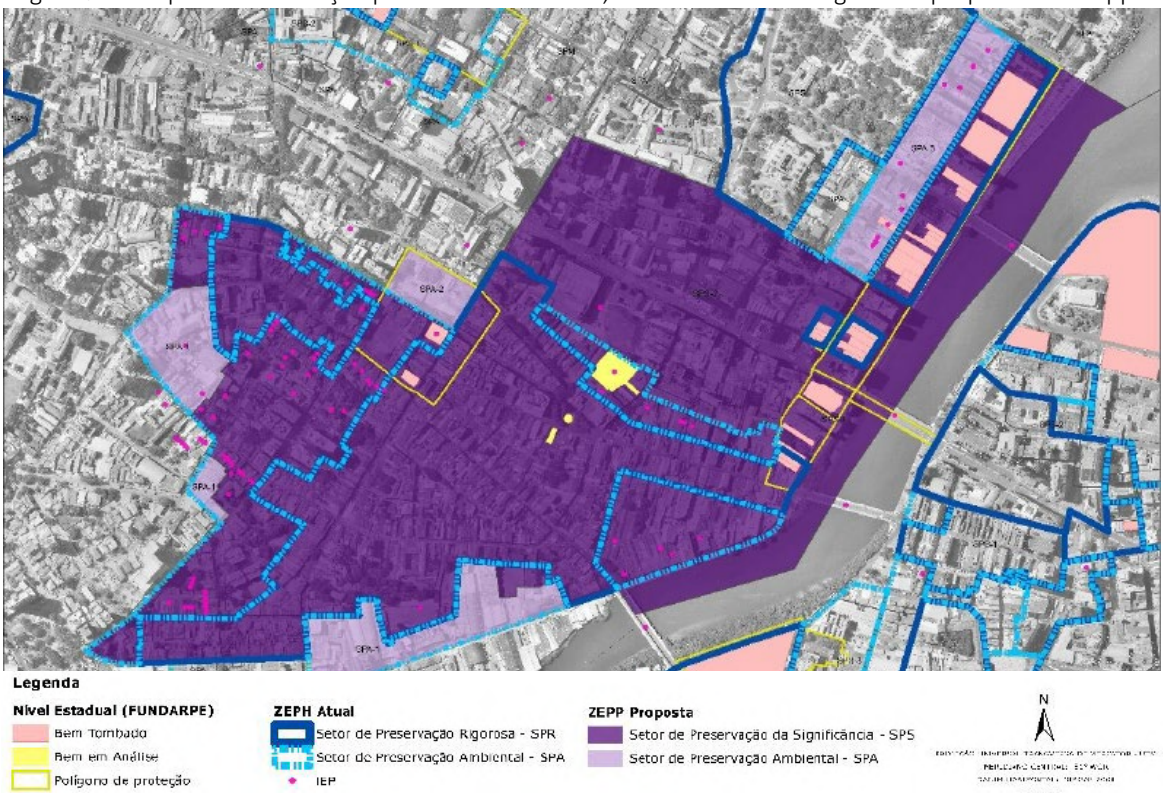
> I – Setor de Preservação da Significância (SPS) – áreas nas quais o principal objeto de preservação está relacionado a edificações ou conjuntos urbanos, visando à preservação dos atributos que os conferem a significância cultural, tais como a morfologia urbana, as características dos espaços públicos, e a tipologia, características estilísticas e os materiais de revestimento das edificações; II – Setor de Preservação da Morfologia (SPM) – áreas nas quais a morfologia urbana é o principal objeto de preservação; III – Setor de Preservação do Patrimônio Imaterial (SPPI) – áreas onde o principal objeto de preservação são lugares de importância estratégica para a salvaguarda de referências culturais relevantes para a memória e a identidade da cidade (RECIFE, 2019, p.345, grifo nosso).

As orientações de cada setor para as modificações que possam acontecer devem estar baseadas nos atributos e valores de cada área de preservação em particular, desse modo, há a indicação para elaboração de uma Declaração de Significância para cada ZEPP, as quais deverão estar inclusas no futuro Plano de Preservação do Patrimônio Cultural (RECIFE, 2019). "Salienta-se que, para o Recife, é de grande importância considerar nos atributos dos conjuntos urbanos a relação com os espaços públicos e com as frentes d'água, elementos fundamentais para a articulação dos tecidos urbanos e configuração da paisagem" (RECIFE, 2019, p.345).

Entre as modificações propostas, a Rua da Aurora passa a ser englobada pela ZEPP Boa Vista (ver Figura 78), na qual observa-se um polígono mais contínuo e abrangente em relação às atuais subdivisões da ZEPH 8 e onde é incluso o perímetro protegido pela Fundarpe. Toda a área é agrupada em um Setor de Preservação da Significância (SPS), o qual chega até às margens do rio Capibaribe.

Todavia, apesar das intenções de incluir a paisagem no discurso da preservação, as modificações no âmbito da Rua da Aurora continuam a ser apresentadas para um único trecho, sem demonstrar o diálogo dessa área já consolidada com o restante de sua margem, que vem sofrendo com as novas construções. Dessa maneira, essa frente d'água continua sem ser vista como paisagem, como uma unidade heterogênea onde os diferentes tempos históricos se fazem presentes, expressando sua importância.

Figura 78 - Proposta de alteração para a ZEPP Boa Vista, de acordo com o diagnóstico propositivo da Dppc.



Fonte: Recife, 2019, p.345.

Buscou-se explorar a opinião do grupo de especialistas (G2) sobre se as divergências entre as diretrizes legislativas interferiram no caráter da paisagem da Rua da Aurora no decorrer dos anos. Como resultado, observou-se que apenas um dentre os 15 entrevistados opinou sobre a não existência de conflitos entre as normativas, pois elas seriam pontuais, “Não acho que existam divergências entre as legislações praticadas na Rua da Aurora. Elas são pontuais” (E15/G2). Isto se contrapõe às demais respostas e acusa o problema de descaso com a totalidade da Rua da Aurora, fazendo refletir sobre as proteções pontuais não serem suficientes.

Nas demais respostas, verifica-se a indicação de que as diferentes concepções legais propostas para a rua “produzem elementos da paisagem distintos e que muitas vezes concorrem com os atributos e valores das áreas preservadas” (E1/G2). É enfatizado que o olhar restrito da preservação, por parte do poder público, teria levado à marginalização do trecho próximo à ponte do Limoeiro e “A divergência entre legislações permitiu que fosse preservado alguns trechos da Rua da Aurora como ilhas no tecido urbano” (E7/G2).

O especialista E9 destaca um importante ponto, ao indicar que o problema não estaria na divergência entre as prerrogativas das normativas, mas na ausência de uma adequada legislação que orientasse a inserção de edificações, tendo como base a preservação da

paisagem cultural da cidade. O E13 ainda ressalta que as divergências que levaram a grandes modificações nessa área poderiam ter causado um cenário muito pior, caso o mercado imobiliário tivesse chegado antes a essa margem.

> A gente ainda foi protegido porque o mercado imobiliário ainda tinha muita coisa pra construir no resto da cidade, e não foi pro centro [...] foi maléfico, foi, poderia ter sido pior, muito pior, porque a linha do tempo historicamente, em 20 anos, ela não conseguiu ser tão maléfica, porque não ouve uma valorização ali, se tivesse havido estaria [...] muito pior [...] (E13/G2).

A relevância das legislações no desenho da Rua da Aurora desperta para a necessidade de compreensão das noções de paisagem e integridade visual, para que prejuízos à imagem de paisagens históricas deixem de ser agravantes no desenvolvimento das ambiências urbanas. Neste âmbito, outro questionamento foi feito ao G2, tratando do peso das legislações sobre o desenho de paisagens e uma resposta positiva foi unânime. Alguns comentários enfatizam a Rua da Aurora como um claro exemplo dessa situação:

> Completamente, a Rua da Aurora é um exemplo disso, o seu desenho original foi sendo alterando ao longo dos anos com descaracterização do conjunto em várias quadras, o que só foi amenizado quando uma legislação mais rigorosa entrou em vigor (ZEPH 8 e o tombamento estadual). O trecho não protegido por essa legislação hoje recebe um tipo de construção de edifícios extremamente verticais que poderiam ser construídos em outras áreas da cidade, quando vistos de longe não sabemos referenciar que ali é a Rua da Aurora (E14/G2).

Dentre as respostas, há ainda as que possuem ressalvas e que comentam sobre as insuficiências presentes nas legislações preservacionistas:

> Sim, principalmente quando trazem o princípio da prevenção e precaução – muito pouco utilizado. Imagino que as legislações devem encontrar espaço entre minimizar impactos negativos sobre áreas e paisagens históricas consolidadas sem barrar os processos de dinâmica urbana e modernização das cidades. Deveria haver medidas inclusive de controle sobre cargas dos terrenos e infraestrutura. As legislações de preservação são especificas à proteção do patrimônio cultural, mas não são autosuficientes. Sofremos muito com a precariedade do arcabouço legal que passa pela questão urbana, infraestrutura, mobilidade e até meio ambiente (E8/G2).

O entrevistado E1 cita a questão dos atuais projetos serem realizados por um grupo de especialistas que não tem contato com a população, situação que estaria fadada ao fracasso. Questão já observada nas respostas dos moradores sobre as novas construções na Rua da

Aurora, onde há um incômodo pela falta de comunicação e de acesso aos projetos por parte desses residentes.

> [...] Podemos induzir ou coibir determinadas práticas projetuais por meio da legislação. Podemos incentivas áreas verdes ou negá-las em determinados trechos da cidade, por exemplo, e isso gera diferentes experiências paisagísticas, mas é preciso expandir esse entendimento de modelos de legislação. Esse modelo vertical que orienta diretrizes objetivas que conduzem a elaboração de projetos feito por um grupo de especialistas sem contato com a população pra mim está fadado ao fracasso. Observamos isso em casos recentes da cidade, como o do Estelita, o do Caiçara, o do Museu Cais do Sertão entre tantos outros que, teoricamente, atendem a legislação, mas incomodam as pessoas, geram repulsa ou negação. Acho essencial ouvir as pessoas, os moradores, usuários, visitantes, trabalhadores que vivenciam esse espaço e nos mostram relações jamais imaginadas. É um exercício de fora pra dentro – vivenciamos a cidade e desvendamos os atributos e valores, não o contrário, para a elaboração de uma lei [...] a paisagem que queremos construir deve ser uma escolha coletiva e compactuada (E1/G2, grifo nosso).

Diante desse contexto, observa-se uma opinião convergente sobre a força das legislações no desenho de paisagens e constata-se que não considerar a opinião da população no processo de estabelecer diretrizes e medidas de salvaguarda é uma séria falha do âmbito legislativo. São as pessoas que vivenciam as áreas em questão que poderão revelar particularidades que ficam escondidas aos olhos de especialistas e técnicos, os quais podem ter uma visibilidade parcial. Como apontou o especialista E1, a paisagem que desejamos deve ser uma construção coletiva.

6.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Considerando o que foi observado neste capítulo, percebe-se uma consolidação da paisagem da Rua da Aurora no trecho do bairro da Boa Vista até as imediações do Ginásio Pernambucano, segmento que atualmente possui poucas possibilidades de renovação, como consequência das iniciativas de salvaguarda e controle instituídas nessa margem ribeirinha que, historicamente, sempre possuiu maior destaque, devido a presença do casario, que se fixou na identidade recifense.

Essas medidas de proteção estabelecidas desde o final da década de 1970, no Tempo 3, foram fundamentais para a conservação e perpetuação dos exemplares do referido segmento da Rua da Aurora hoje. Entretanto, houve insuficiências, como a falta de zonas de entorno

adequadas que proporcionassem um desenvolvimento equilibrado com a ambiência, tendo em vista que os atuais SPA não propiciam uma salvaguarda efetiva, e há uma carência na atualização de seus preceitos com o tempo, contando ainda com o fato de não terem pensado na conservação da Rua da Aurora como unidade.

A margem mais ao norte, totalmente inserida nos limites do bairro de Santo Amaro, ficou de fora de qualquer medida relativa à preservação ou controle. Isto propiciou uma especulação por parte do mercado imobiliário nessa borda, segmento com menor visibilidade e menor reconhecimento histórico, que usufruiu dos incentivos proporcionados pelas legislações urbanísticas que buscaram um maior desenvolvimento e dinamização para o bairro por meio de um aumento dos coeficientes construtivos permitidos para a área.

Como consequência, tem-se uma inserção de arranha-céus que rompem com a relação de escala do conjunto histórico e uma falta de consideração pela história da Rua da Aurora, que apenas é resgatada no *marketing* dos novos edifícios, os quais marcam a imagem que atualmente se desenvolve no Tempo 4 desta paisagem. Esse contexto mostra o significativo papel das diferentes legislações como guia no desenho dessa paisagem e revela que essas normativas nunca consideraram a Rua da Aurora verdadeiramente como uma totalidade em suas diretrizes.

7 A integridade visual nas preferências dos moradores e especialistas

7 A INTEGRIDADE VISUAL NAS PREFERÊNCIAS DOS MORADORES E ESPECIALISTAS

Após o panorama explorado até o momento e com a devida compreensão dos quatro tempos da paisagem da Rua da Aurora, chega-se nas preferências visuais dos grupos entrevistados, última etapa no percurso para verificação da integridade visual da Rua da Aurora enquanto Paisagem Urbana Histórica. Assim, o presente capítulo se dedica à análise sobre esse exercício de preferências visuais que foi realizado com os dois grupos entrevistados e que constituiu um importante suporte para a identificação dos elementos visuais que compõem a integridade visual da Rua da Aurora hoje.

O capítulo encontra-se dividido em dois itens. O primeiro, *As preferências visuais da Rua da Aurora na visão dos entrevistados*, expõe o processo de análise das imagens selecionadas pelos moradores e especialistas, que permitiu chegar no conjunto das imagens que menos e mais representam a paisagem da Rua da Aurora e, com base no método de Steinitz (2011), também foi feita a indicação das hipóteses para essas escolhas.

No segundo item, *Os atributos visuais da paisagem da Rua da Aurora*, tem-se, como resultado das análises realizadas sobre a Rua da Aurora e com o apoio das entrevistas e da identificação das preferências visuais, a indicação dos atributos visuais que vão refletir na integridade visual da paisagem em estudo.

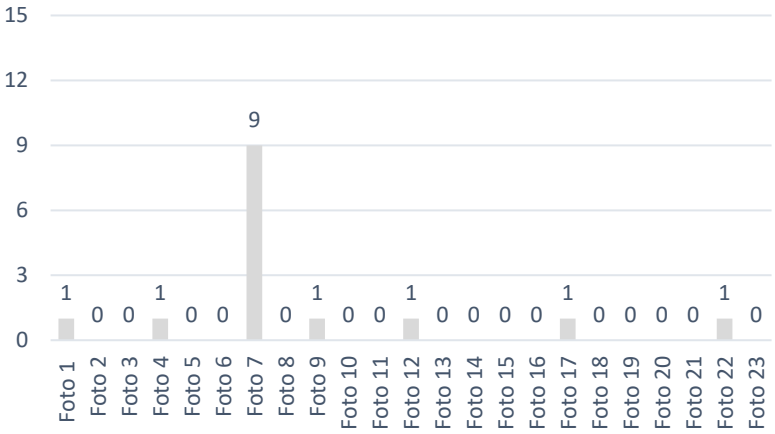
7.1 AS PREFERÊNCIAS VISUAIS DA RUA DA AURORA NA VISÃO DOS ENTREVISTADOS

Como indicado na metodologia da pesquisa, este exercício de preferências visuais foi realizado com ambos os grupos entrevistados, aos quais foram apresentadas 23 imagens da Rua da Aurora. A escolha dessas imagens teve como referência três dentre as nove variáveis indicadas por Steinitz (2011) – (i) caráter tradicional da arquitetura; (ii) vista potencial para água e (iii) profundidade visual – e elas representam os quatro tempos do palimpsesto da paisagem da Rua da Aurora estudados neste trabalho.

A análise dessas preferências permitiu verificar tanto as imagens que melhor representam essa paisagem como as que menos a representam, de acordo com a visão dos diferentes sujeitos. Ao requisitar que as cinco imagens indicadas pelos entrevistados em cada categoria seguissem uma escala decrescente de importância, foi possível observar aquelas escolhidas em primeiro lugar por cada grupo. Contudo, também se constatou as imagens mais escolhidas dentro do conjunto dos 30 entrevistados.

A análise teve início pela categoria das que **melhor representam a Rua da Aurora** e, primeiramente, verificou-se as imagens assinaladas na primeira colocação da escala estabelecida. A partir das respostas dos **moradores (G1)**, foi possível observar que nove (60% do grupo) escolheram a imagem 7, que retrata o clássico ângulo do cartão-postal, o qual enquadra o casario, o rio Capibaribe e os *Flamboyants* a partir da rua do Sol. As demais imagens selecionadas (17, 1, 9, 12, 22 e 4) são distintas e revelam diferentes ângulos, trechos e tempos dessa paisagem (ver Gráfico 1 e Quadro 6).

Gráfico 1 – Imagens selecionadas na primeira colocação da categoria pelos 15 moradores do G1.



Fonte: A Autora, 2020.

Quadro 6 – Imagens indicadas em primeiro lugar como as que melhor representam a Rua da Aurora para os moradores (G1).

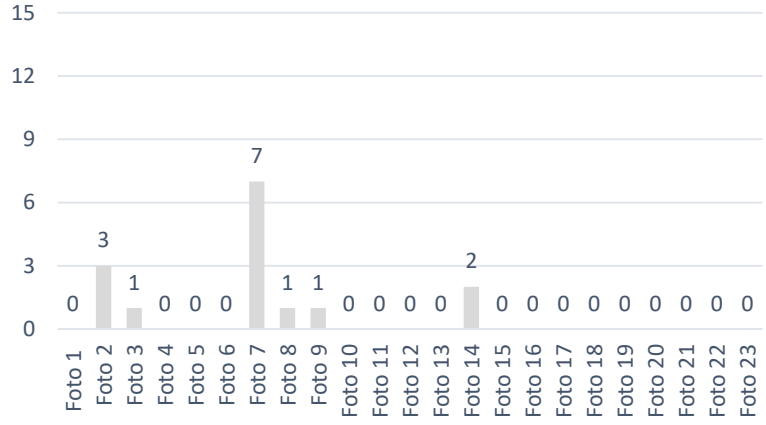
Fonte: A Autora, 2020.

As imagens 17 e 12 representam o Tempo 1 e, tanto a fotografia como o cartão-postal, possuem um ângulo de visão mais aberto, com uma vista para o casario e o rio, onde se visualiza até o delinear da cúpula da ALEPE. Enquanto as imagens 1 e 4 retratam o início do Tempo 2, com a modernização, e já se nota a presença dos edifícios Duarte Coelho e Capibaribe, que começam a se destacar em meio a horizontalidade ainda predominante.

A seleção, nessa primeira colocação, de imagens que representam tempos pretéritos mostra a força da paisagem histórica e de sua compreensão como palimpsesto, tendo em vista que apenas as imagens 22 e 9 são do Tempo 4 – do hoje – uma mostra o casario em meio aos edifícios modernos de seu entorno e a outra traz a vista para a ALEPE e o Ginásio Pernambucano a partir da ponte Santa Isabel. Ambas revelam a heterogeneidade do diálogo entre a verticalização e a horizontalidade das diferentes escalas e tempos construtivos. Dentre essas escolhas, a presença de alguns elementos como o casario, a ALEPE, o Ginásio Pernambucano[50] e o rio Capibaribe, mostram-se pertinentes.

Ao observar o Gráfico 2, é possível verificar que a indicação da imagem 7 em primeiro lugar também ocorreu no grupo de **especialistas (G2)**, por sete dos entrevistados (46,66% do grupo). Em segundo lugar, para este grupo, ficou a imagem 2, apontada por três sujeitos (20% do grupo), a qual retrata um cartão-postal mais antigo que privilegia o casario e mostra o uso do rio, com a presença de alguns barcos. Na sequência está a imagem 14, selecionada duas vezes (13,3% do grupo), ela que retrata a antiga ponte da Maxambomba e a igrejinha dos Ingleses (ver Quadro 7).

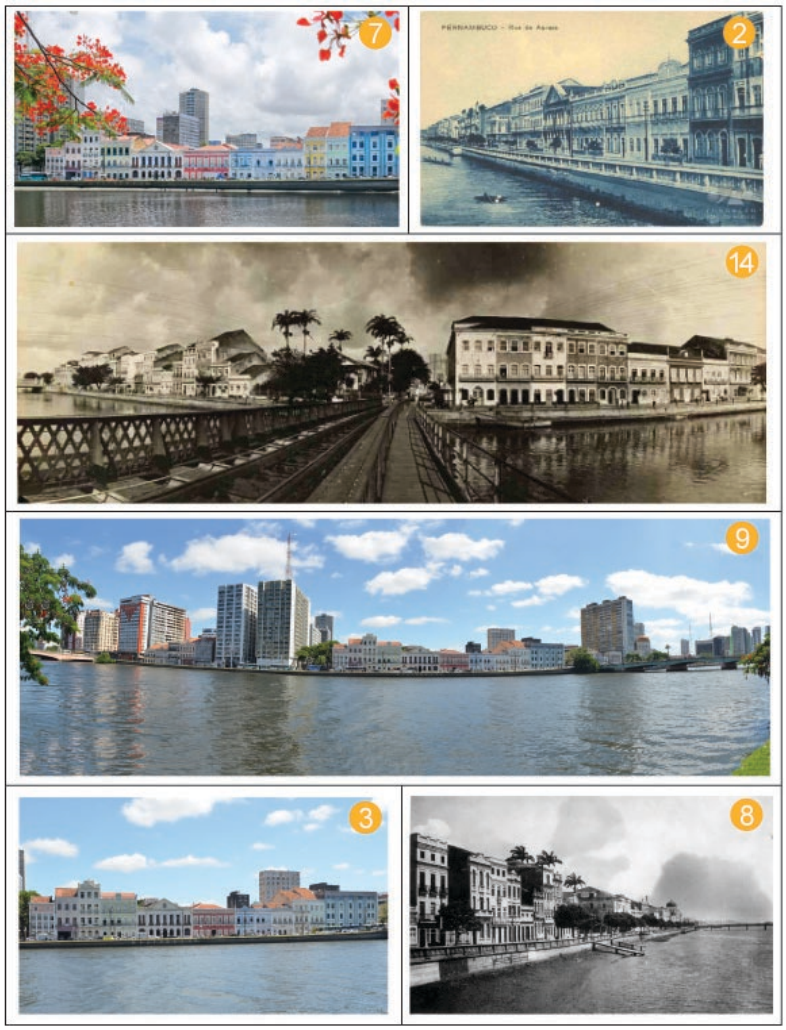
Gráfico 2 - Imagens selecionadas na primeira colocação da categoria pelos 15 especialistas do G2.



Fonte: A Autora, 2020.

[50] Um dos entrevistados chegou a comentar que sentiu falta de mais imagens onde o Ginásio Pernambucano estivesse presente.

Quadro 7 – Imagens indicadas em primeiro lugar como as que melhor representam a Rua da Aurora para os especialistas (G2).



Fonte: A Autora, 2020.

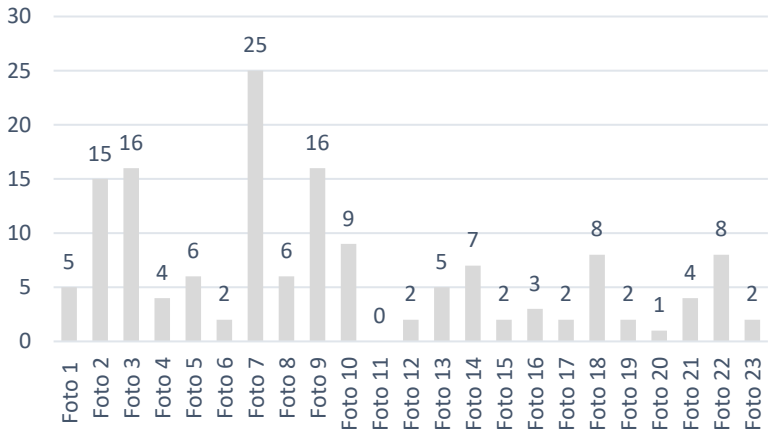
Os demais entrevistados selecionaram as imagens 9, 3 e 8, sendo que a 3 representa a visão do casario semelhante ao cartão-postal, porém sem a presença dos *Flamboyants,* e a 8 constitui mais uma referência ao Tempo 1 e mostra as edificações do primeiro trecho da Rua da Aurora, sendo possível notar a presença de um deck de acesso ao rio. A imagem 9, por sua vez, é a única dentre as escolhidas a representar um panorama completo do tempo atual, visto que as imagens 7 e 3, apesar de serem atuais, revelam um recorte mais específico, o qual está mais associado às edificações do século XIX.

Diante das seleções dos especialistas, observa-se novamente a pertinência da compreensão do palimpsesto dessa paisagem, tendo em vista que as seleções dessa primeira colocação demonstraram preferências por imagens que resgatam uma paisagem pretérita que ainda resiste no imaginário das pessoas e que reflete na compreensão da paisagem do hoje. Ao

considerar as respostas dos dois grupos, percebe-se uma congruência apenas na escolha das imagens 7 e 9, onde a 7 foi a mais citada por ambos.

Para esta categoria das imagens que melhor representam esta frente d'água, também foi realizada uma análise geral que considera todas as cinco imagens selecionadas nas respostas de cada sujeito dentro do universo dos 30 entrevistados, independente da sua localização na escala de importância, e isto permitiu chegar a mais algumas reflexões (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Imagens selecionadas pelos 30 entrevistados como as que melhor representam a Rua da Aurora.



Fonte: A Autora, 2020.

Foi possível notar, a partir do Gráfico 3, o destaque das quatro imagens mais mencionadas (ver Quadro 8). Primeiro, tem-se a imagem 7, indicada 25 vezes, estando presente em 83,33% das escolhas, seguida pelas imagens 3 e 9, empatadas em segundo lugar, com 53,33% das preferências e, por último, tem-se a imagem 2, com 15 indicações, presente em 50% das respostas.

Dentre estas imagens, apenas a 9 apresenta um panorama que inclui alguns dos edifícios modernos que compõem a paisagem da Rua da Aurora, no trecho entre as pontes Duarte Coelho e Santa Isabel. E, apesar de todas essas quatro imagens revelarem associações com o casario, é a imagem 2 que representa a vista mais antiga, um cartão-postal do Tempo 1 que resgata a silhueta primária dessa frente d'água.

Quadro 8 – As imagens mais escolhidas pelos 30 entrevistados.

Fonte: A Autora, 2020.

Diante da maior preferência pela imagem 7 em detrimento da 3, pode-se confirmar os *Flamboyants* como um importante elemento visual dessa paisagem. Como já destacado por Veras (2014), eles enquadram a fotografia. Assim, são um elemento compositivo desse ângulo fotográfico que se fixou no imaginário recifense, visto que ao caminhar na margem da rua do Sol, olhando para o casario da Aurora, não se observa facilmente esse enquadramento e os exóticos *Flamboyants* estarão floridos e frondosos a depender da estação do ano.

A análise do Gráfico 3 também permitiu verificar que a imagem 11 (ver Figura 79) é a única que não está presente em nenhuma das 30 respostas. Esta fotografia mostra a Rua da Aurora a partir da ponte do Limoeiro e revela uma maior presença de edifícios verticais, compreendida então como uma imagem que não agrada os entrevistados e não caracteriza a rua. Em contrapartida, a imagem 6 (ver Figura 80), que tem destaque para as duas torres do edifício Jardins da Aurora, chegou a ser incluída duas vezes entre as imagens que simbolizam a Rua da Aurora. Destaca-se que uma das indicações foi feita por um especialista do grupo G2 e a outra foi feita por um entrevistado do G1, o qual reside no referido condomínio.

Figura 79– Imagem 11 da entrevista, vista da Rua da Aurora a partir da ponte do Limoeiro.

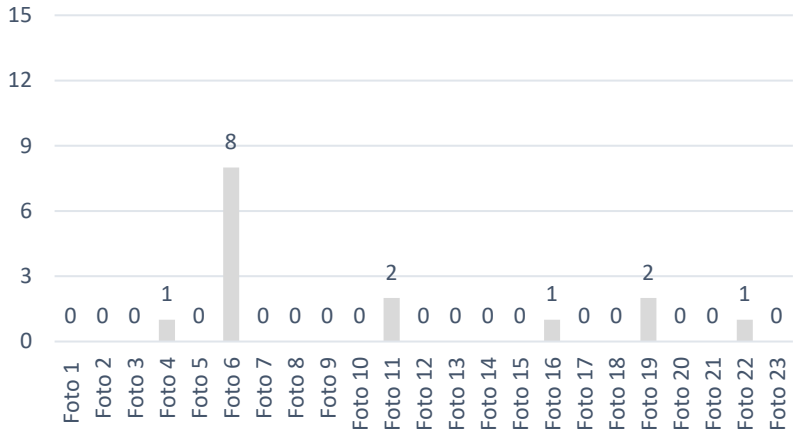
Fonte: A Autora, 2018.

Figura 80 – Imagem 6 da entrevista, vista para o Edifício Jardins da Aurora.

Fonte: https://pe.mgfimoveis.com.br/. Acesso em: 14 jun. 2019.

No âmbito do segundo questionamento, quando se pede a indicação das **imagens que menos representam a Rua da Aurora**, foi possível constatar que no G1 oito dos **moradores** (53,33% do grupo) indicaram a imagem 6 em primeiro lugar. Em sequência estão a 11 e a 19, cada uma selecionada duas vezes (13,33% do grupo cada), seguidas pelas imagens 4, 16 e 22 (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 - Imagens selecionadas na primeira colocação desta categoria pelos 15 moradores do G1.



Fonte: A Autora, 2020.

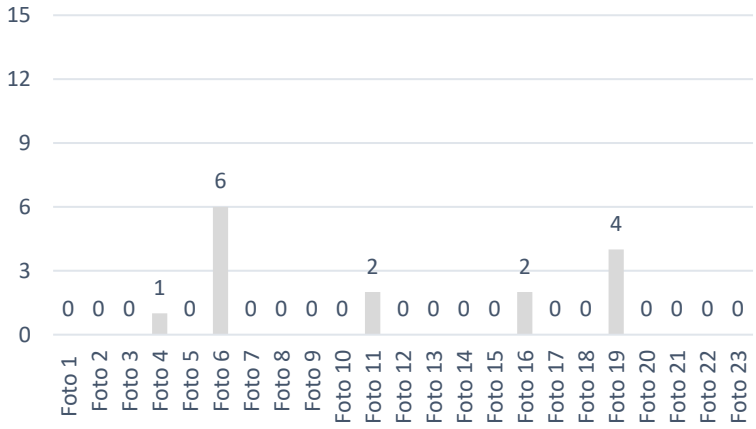
A imagem 19 apresenta alguns exemplares do século XIX que ainda sobrevivem às descaracterizações na margem no bairro de Santo Amaro, um recorte onde não há a presença do rio e onde a poética e a história parecem estar se desvanecendo. Enquanto a imagem 16 retrata o Tempo 2 e mostra a verticalização do conjunto de edifícios modernos também nas imediações de Santo Amaro (ver Quadro 9).

Quadro 9 – Imagens escolhidas em primeiro lugar pelo G1 e pelo G2 como as que menos representam a Rua da Aurora.

Fonte: A Autora, 2020.

As imagens indicadas pelos moradores se apresentaram em congruência com as escolhas dos **especialistas (G2)**. Apenas a imagem 22 não foi inclusa por este segundo grupo, o qual teve em primeiro lugar a imagem 6, indicada por seis dos entrevistados (40% do grupo). No segundo lugar ficou a imagem 19, selecionada quatro vezes (26,66% do grupo), seguida pelas figuras 11 e 16, citadas duas vezes (13,33% do grupo cada), e, por último, está a imagem 4, mencionada apenas uma vez (6,66% do grupo) (ver Gráfico 5). Ressalta-se que as imagens 6, 22, 4 e 19 chegaram a ser inclusas na categoria anterior.

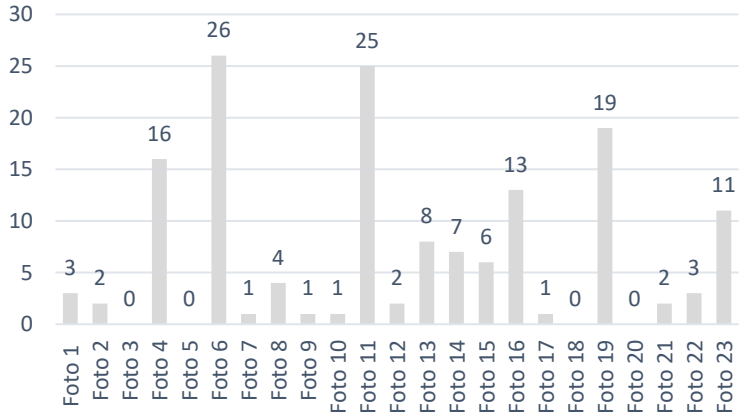
Gráfico 5 - Imagens selecionadas na primeira colocação desta categoria pelos 15 especialistas do G2.



Fonte: A Autora, 2020.

Ao considerar o quantitativo total das indicações dos 30 entrevistados na análise geral dessa categoria **das que menos representam a Rua da Aurora**, observa-se que quatro imagens se destacam por terem sido escolhidas por mais da metade dos sujeitos (ver Gráfico 6 e Quadro 10). Primeiramente, tem-se a imagem 6 (presente em 86,66% das respostas), seguida pela imagem 11 (83,33% das respostas). Em terceiro lugar tem-se a imagem 19 (63,33% das respostas) e, em sequência, a imagem 4 (53,33% das respostas).

Gráfico 6 - Imagens selecionadas pelos 30 entrevistados como as que menos representam a Rua da Aurora.



Fonte: A Autora, 2020.

Quadro 10 – As imagens mais escolhidas pelos 30 entrevistados como as que menos representam a Rua da Aurora.

Fonte: A Autora, 2020.

Destaca-se uma indicação da imagem 7, feita por um integrante do G1, que evidência um contraponto em relação a maioria dos entrevistados que a indicou como uma das imagens que mais representa esta paisagem. Também é interessante frisar as indicações de rejeição à imagem 23 (ver Figura 80), a qual apresenta a atual vista para o primeiro trecho da Rua da Aurora, segmento que se consolidou no Tempo 2. Nela pode-se observar a presença do Edifício

Duarte Coelho com o cinema São Luiz, a ponte da Boa Vista, um trecho de mangue e alguns sobrados que sobreviveram às demolições pretéritas. Este segmento faz parte da ZEPH 8.1 e está incluso nos limites do tombamento, entretanto, ficou na 6° colocação entre as imagens que menos representam a Rua da Aurora.

Figura 81 – Imagem 23 da entrevista.

Fonte: MOURA, 2018.

Comparando as seleções desta segunda categoria, nota-se uma maior rejeição pelas imagens que retratam o tempo atual e alguns cenários que representam o Tempo 2. Também foi possível observar que nenhum dos dois grupos incluiu as imagens 3,5,18 e 20. Desse modo, por estas imagens não terem sido selecionadas entre as que menos representam a Rua da Aurora, pode-se considerá-las como representativas dessa paisagem. Ao também levar em conta as imagens mais referenciadas na primeira categoria (especificadas no Quadro 8), pode-se então deduzir que, dentre as 23 imagens apresentadas, as **que melhor representam a Rua da Aurora** na visão dos entrevistados são: 7, 2, 3, 9, 5, 18 e 20 (ver Quadro 11).

Quadro 11 – Preferências gerais dos entrevistados.

Fonte: A Autora, 2020.

Diante desse conjunto de imagens, observa-se a pertinência da inclusão do casario e de imagens referentes ao Tempo 1. Isto revela a compreensão desta paisagem como um palimpsesto. Apesar das diferentes temporalidades hoje sobrepostas na Rua da Aurora, a nostalgia pela silhueta primitiva da rua é algo que está consolidado, que perdura no tempo e no imaginário das pessoas, onde está parte da essência da Rua da Aurora. Nessas imagens também é possível notar a inclusão dos panoramas que trazem a relação do casario com os edifícios modernos, com o rio, árvores e os *Flamboyants,* elementos de importância na compreensão dessa paisagem.

Salienta-se a preferência dos dois panoramas do tempo atual que representam o trecho entre as pontes Duarte Coelho e Santa Isabel. Este segmento foi caracterizado também nas respostas dos demais questionamentos da entrevista, quando foram feitas referências que o caracterizaram como o mais colorido e mais bem preservado, no qual há uma distinta composição das cores com o reflexo do rio e o azul do céu, "até hoje temos um trecho bem preservado (entre as pontes Duarte Coelho e Ponte Santa Isabel), sendo o que mais revela as cores do casario [...]" (E3/G2).

Considerando as etapas estipuladas no método de Steinitz (2011), após a realização das análises sobre as imagens preferidas pela população criam-se hipóteses prováveis para essas seleções feitas pelos entrevistados. Assim, para o exercício realizado na paisagem da Rua da Aurora, foi possível estipular cinco hipóteses nas quais as escolhas das imagens que melhor a representam se basearam:

1. *Vista do cartão-postal;*
2. *Presença da arquitetura do século XIX;*
3. *Presença/relação com as águas do Capibaribe;*
4. *Predominância da horizontalidade;*
5. *Relação do casario com os edifícios modernos no segundo segmento da rua;*

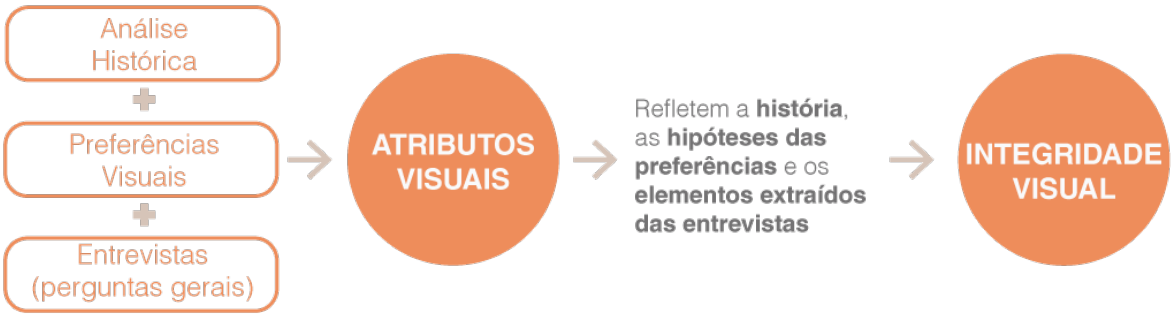
7.2 OS ATRIBUTOS VISUAIS DA PAISAGEM DA RUA DA AURORA

Para verificar a integridade visual da Rua da Aurora como Paisagem Urbana Histórica traçou-se um percurso em etapas relacionadas aos principais processos de intervenção que estariam refletidos na imagem dessa paisagem. Na visão de Jokilehto (2010), a integridade visual de uma PUH está associada à imagem que resulta do desenvolvimento ocorrido ao longo

do tempo. Dessa maneira, é essencial a compreensão da trajetória que levou à atual imagem que a paisagem expressa.

Além dessa compreensão histórica, que se deu por meio de quatro tempos do palimpsesto da Rua da Aurora, para a identificação dos atributos visuais que configuram sua integridade visual hoje recorreu-se às entrevistas e ao exercício de preferências visuais. Como aponta Loretto (2016), a análise da integridade é uma ação relativa e não há métodos específicos para sua verificação, assim, foi fundamental que essa verificação também se fundamentasse na opinião de diferentes pessoas que vivem e que pensam a conservação da Rua da Aurora (ver Figura 82).

Figura 82 – Percurso de identificação dos atributos visuais da paisagem da Rua da Aurora.



Fonte: A Autora, 2020.

A análise das respostas gerais das entrevistas, realizadas por meio da Análise de conteúdo de Bardin (1977), permitiu a organização das informações por tópicos e grupos que reúnem informações consonantes entre si e que auxiliaram na identificação dos atributos visuais que caracterizam a Rua da Aurora e encontram-se expressos, especialmente, nos Apêndices D, E e H. Estes Apêndices se referem ao que os entrevistados lembram ao pensar na Rua da Aurora (ver Apêndice D), aos elementos que para eles representam a Rua da Aurora (ver Apêndice E) e suas predileções sobre essa paisagem (ver Apêndice H).

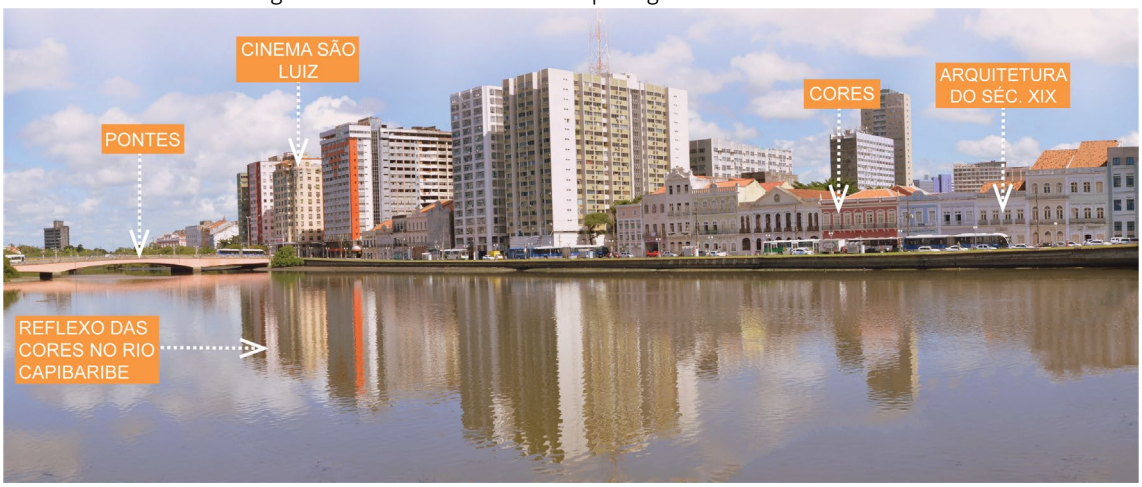
Assim, extraiu-se dessas análises referências associadas a características visuais e do conjunto edificado, tendo em vista o que a pesquisa pretende. Entretanto, nesse percurso foi possível perceber uma forte presença de elementos imateriais que expressam o sentimento dos sujeitos – principalmente dos moradores – ao pensarem sobre a Rua da Aurora, os quais também fazem fortes referências à relação com o rio Capibaribe.

Já a apreensão das preferências visuais permitiu traduzir e fortalecer características que foram extraídas das perguntas das entrevistas e reforçou o importante papel da imagem na

compreensão e percepção de uma paisagem, como defendido por Collot (2016). E os atributos visuais vão rebater também sobre as hipóteses das preferências visuais estipuladas.

Diante desse contexto, teve-se a identificação de nove atributos visuais que são intrínsecos a essa frente d'água, transmitem suas principais características e vão refletir sobre sua integridade visual (ver Figuras 83 e 84).

Figura 83 – Atributos visuais da paisagem da Rua da Aurora.



Fonte: MOURA, 2017, modificado pela Autora, 2020.

Figura 84 – Os demais atributos Visuais da paisagem da Rua da Aurora.

Fonte: Fonte: MOURA, 2017, modificado pela Autora, 2020.

No quadro a seguir (ver Quadro 12), pode-se observar a descrição específica desses nove atributos e ao que cada um se refere no contexto da paisagem da Rua da Aurora:

Quadro 12 – Os nove atributos visuais da paisagem da Rua da Aurora.

ATRIBUTOS	REFERÊNCIA
Arquitetura do século XIX	Tem-se como referência o casario, com maior ênfase para o trecho mais homogêneo e conservado entre as ruas do Riachuelo e Princesa Isabel. Havendo também destaque para as edificações do Ginásio Pernambucano e da ALEPE. Esses exemplares remetem à Rua da Aurora poetizada e declamada pelos músicos e poetas e envolve uma adequada leitura dessas edificações e de sua escala mais horizontal.
Pontes	As pontes que constituem elementos característicos da imagem do Recife, também são destaque na paisagem da Rua da Aurora. Aqui inclui-se as quatro pontes presentes em sua extensão, mas ressalta-se que as referências se mostraram, em sua maioria, ligadas às pontes da Boa Vista, Duarte Coelho e Santa Isabel. A ponte do Limoeiro foi menos referenciada na poética da relação com as águas.
Cinema São Luiz	Como marco da esquina da Rua da Aurora com a Av. Conde da Boa Vista.
Edifício Capibaribe	Ressaltado por ter sido o primeiro arranha-céu do Recife, representando assim essa tipologia de edifícios modernos presentes na Rua da Aurora.
Cores	As cores são relativas não só às edificações, mas também à relação compositiva com o céu e o rio. O reflexo das edificações coloridas no rio também se torna um elemento visual à parte. Se hoje o casario tivesse uma mesma tonalidade ou tons mais neutros, o reflexo e a percepção dessa paleta na paisagem seria outra.
O reflexo das cores das construções no rio Capibaribe	
Visadas	Inclui-se tanto as visadas que se tem para a Rua da Aurora – a partir da rua do Sol e das pontes para o casario – como as vistas que a partir dela se pode contemplar, como a vista para o rio Capibaribe; para a rua do Sol; para as ilhas de Santo Antônio/São José e bairro do Recife; e para o encontro do rio com o mar.
Elementos naturais/vegetação	O maior destaque é para as relações com o rio Capibaribe, incluindo a relação do casario e das pontes com as águas, assim como a associação com a ambiência conformada pelo rio, que inclui o mangue, os animais e até mesmo a brisa, ambiente mais ameno que é conformado. Em relação à vegetação, além do mangue, tem-se os *Flamboyants* que mesmo localizados na margem oposta constituem um elemento visual que faz parte da apreensão da Rua da Aurora.
Leitura dos tempos históricos	A silhueta da Rua da Aurora nitidamente expressa suas camadas históricas, assim, ao contemplá-la, percebe-se sua diversidade e os elementos que refletem as diferentes temporalidades, tornando a própria leitura e a percepção proporcionada pelo conjunto edificado, um elemento visual de destaque.

Fonte: A Autora, 2020.

Ressalta-se que o cinema São Luiz foi muito citado pelos entrevistados, porém com maiores associações ao seu uso do que em relação à arquitetura ou ao prédio que o contém. No entanto, compreende-se que ele se tornou uma referência ao marcar a esquina com a Av. Conde da Boa Vista e desse modo, foi incluso entre os atributos visuais dessa paisagem. Também se destaca o atributo relativo à leitura dos tempos históricos, o qual vai refletir a própria leitura dessa paisagem como palimpsesto, ao se ter uma clara interpretação das diferentes temporalidades, dos diferentes tempos sobrepostos, onde o atual conjunto

edificado expressa e conta essa história. Como apontou o morador M15, “Se você tem a oportunidade de caminhar na Rua da Aurora, por toda extensão dela, você vai conseguir enxergar toda a evolução, todas as eras da cidade do Recife... desde Nassau até os tempos modernos de hoje [...]” (M15/G1).

7.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do contexto desenvolvido neste capítulo, foi possível apreender as preferências visuais dos sujeitos entrevistados sobre as 23 imagens que lhes foram apresentadas e, como resultado, identificou-se aquelas que menos representam a Rua da Aurora e menos agradaram os moradores e especialistas, por não a caracterizarem, assim como as que melhor a representam. No âmbito desta última categoria, nota-se uma forte preferência pelo Tempo 1 e pelo casario por ambos os grupos entrevistados, o que revelou e reforçou a compreensão da paisagem histórica da Rua da Aurora como palimpsesto.

Também foram estipuladas cinco hipóteses que explicitam as seleções feitas e essas hipóteses foram elaboradas apenas em relação às imagens que melhor representam a Rua da Aurora, tendo em vista que este exercício foi realizado na intenção de ser um suporte para a identificação dos atributos visuais que configuram essa paisagem. Dessa maneira, as preferências constituíram um importante suporte para verificação da integridade visual, pois traduziu muitos elementos que foram citados e extraídos das respostas das entrevistas, servindo para fortalecer os aspectos da integridade visual e reforçar o papel da imagem, sua representação e percepção, na compreensão de uma paisagem, como sustentado por Collot (2013).

Por fim, chegou-se à identificação dos nove atributos que refletem a integridade visual da Rua da Aurora hoje e diante dos resultados obtidos, pode-se indicar que esses atributos são intrínsecos à história do lugar e que mesmo após muitos processos que levaram a distintas modificações, há integridade visual na Rua da Aurora. Ainda é possível apontar que essa integridade visual se revelou mais forte no Tempo 1 e início do Tempo 2, quando haviam menores interferências visuais de construções do entorno na apreensão do conjunto edificado e havia uma maior relação das edificações com o lugar, com o rio, características que foram observadas na análise histórica e que se refletiram durante as entrevistas e nas escolhas das imagens no exercício das preferências.

8 Considerações Finais

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do panorama explorado pela pesquisa foi possível compreender que a paisagem, assim como o espaço urbano, é intrínseca às mudanças decorrentes da passagem do tempo. Ela é dinâmica e relacional, pois seus elementos encontram-se em associação (BERQUE, 1994) e, atualmente, a paisagem está inserida numa dinâmica complexa, no campo do projeto urbano e da concepção das cidades (BESSE, 2014).

A noção da Paisagem Urbana Histórica, elaborada 15 anos após a categoria de Paisagem Cultural ser instituída pela Unesco, teve a intenção de considerar as diferentes relações e o mais amplo contexto da paisagem, tornando-se uma nova abordagem no âmbito da conservação urbana. Desde sua concepção em 2005, a noção passou por uma trajetória de discussões internacionais que levaram à publicação de uma recomendação específica em 2011. Segundo o manual de aplicação da PUH, ela pode ser vista tanto como uma definição quanto como uma abordagem (UNESCO, 2016).

Enquanto definição, expande a compreensão sobre um ambiente histórico e entende-se que suas camadas históricas constituem uma riqueza a ser reconhecida (Op. Cit.), de acordo com o Memorando de Viena (UNESCO, 2005) constitui uma paisagem que tem grande valor para a compreensão de como se vive hoje e Jokilehto (2010) indica que seu reconhecimento seria uma questão cultural. Como abordagem, além de se fundamentar no que a definição da PUH sustenta, propõe-se a ser um instrumento capaz de interpretar os valores presentes no patrimônio urbano, visa uma integração da conservação urbana dentro do desenvolvimento sustentável e apoia-se na utilização de ferramentas adaptadas aos contextos locais (UNESCO, 2016).

Nesta pesquisa, foi traçada uma investigação por meio da Paisagem Urbana Histórica como abordagem, a qual envolveu a compreensão do desenvolvimento da paisagem, sendo vista como um depósito de tempos históricos, ou seja, enxergando a paisagem como palimpsesto. Todavia, compreende-se que a Rua da Aurora pode também ser entendida e definida como uma PUH, pois constitui uma paisagem que tem grande valor para a compreensão dessa frente d'água hoje e representa um *continuum* de camadas históricas, como indicado por Bandarin e Oers (2014).

Junto à PUH, a integridade visual – que tem suas origens no patrimônio natural – e as questões ligadas ao caráter visual de uma paisagem ganharam destaque. Jokilehto (2010) já aponta que no estudo de uma PUH a integridade é um ponto chave. Assim, observar a Rua da Aurora na perspectiva da abordagem da PUH e no âmbito da integridade visual permitiu compreender esta frente d'água como uma unidade de paisagem – diferentemente das aplicações piloto onde a PUH foi utilizada numa escala de cidade – e buscou-se investigar seus processos e relações (presentes e passadas). Como afirma Collot (2013), o sentido da paisagem vai ser fruto de uma apreensão sintética das relações que se dão no lugar e elas vão revelar a história e sua atmosfera artística, como enunciado por Giovannoni (KUHL, 2013), que a atual imagem transmite.

Tanto a noção de integridade visual como a da PUH destacam a importância de se conhecer os *layers* históricos de uma determinada paisagem e, dessa forma, o conceito de palimpsesto se estabeleceu como importante alicerce. Por meio da análise de algumas camadas do palimpsesto da Rua da Aurora foi possível enxergar como se deu a passagem do tempo dessa paisagem, observando caraterísticas particulares que se perderam e as que perduraram e influenciam na apreensão que temos hoje.

Nesse contexto, pode-se indicar três técnicas atreladas à aplicação da PUH que foram utilizadas no percurso para verificação da integridade visual: (i) caracterização da paisagem; (ii) análise das principais camadas históricas que a compõem (os tempos do palimpsesto); (iii) consulta à população (moradores e especialistas da conservação).

Diante do entendimento de que a integridade é única, compreende-se que suas dimensões não podem ser totalmente dissociadas. Desse modo, as outras duas dimensões da integridade – indicadas por Jokilehto (2010) – permearam no plano de fundo dos estudos desenvolvidos. A dimensão sociofuncional se fez presente no âmbito da investigação da formação da Rua da Aurora, quando se perpassou por seu âmbito cultural e por alguns de seus processos de desenvolvimento, como a instalação de indústrias no bairro de Santo Amaro, que guiaram o caráter de um determinado segmento da borda da Rua da Aurora.

Enquanto a dimensão histórico-estrutural se fez presente quando se observou os usos e os padrões que se consolidaram e os tipos arquitetônicos que se inseriram com o passar do tempo. Embora, além da integridade visual, se tenha tratado de certo modo essas outras duas

dimensões, é importante enfatizar que uma complementação é essencial para que uma análise e caracterização completa seja alcançada, pois o viés específico dessas dimensões permitirão análises mais detalhadas, a exemplo do estado de conservação das edificações de forma individual e de particularidades dos processos relativos ao desenvolvimento econômico ou comercial, entre outros aspectos de importância para o lugar.

A Rua da Aurora constitui uma paisagem ímpar, ao ser a única rua da cidade a possuir em seu conjunto edificado exemplares do Recife do século XIX, com os sobrados e casarões dos antigos condes e barões; o Recife moderno das décadas de 1950 a 1970, representado pelos altos e robustos edifícios; o Recife da fase preservacionista do PPSH; e o Recife de hoje, numa verticalização alçada em condomínios fechados, numa tipologia que se repete no restante da cidade. Assim, por meio dela é possível ler a história do próprio Recife e contemplar os diferentes tipos de moradia pelos quais a cidade passou ao longo das décadas.

Um importante aspecto observado entre os tempos analisados foi a atuação das legislações no desenho da paisagem, impulsionando mudanças e consolidando determinados segmentos. O olhar para o campo legislativo permitiu a apreensão de que as normativas não consideraram a Rua da Aurora como uma totalidade e que parece nunca ter havido um diálogo entre as legislações urbanísticas e de preservação. As distintas leis levaram a uma valorização de um determinado trecho dessa frente d'água, o qual expressa, principalmente, as edificações do século XIX – fato validado por meio do exercício das preferências visuais – tornando este segmento o que Gomes (2013) nomeia de lugar de exposição, no qual há uma visibilidade socialmente reconhecida e onde se estabelecesse que essa visibilidade deve ser praticada, de acordo com valores e significações pré-estabelecidas.

Os demais trechos de sua margem não fazem parte da nostálgica e poética Rua da Aurora e, como consequência, não receberam diretrizes que estimulassem um desenvolvimento em harmonia com o todo que essa paisagem representa. O resultado é o cenário que atualmente se observa, no qual a história é esquecida em meio às renovações e verticalizações sem parâmetros condizentes com a ambiência. Todavia, essa situação não é exclusiva à Rua da Aurora, ela se vê repetida em outras frentes d'água da cidade, e isto retrata o que Besse (2014) comenta sobre uma paisagem refletir o conjunto de práticas e valores que se desenvolvem na sociedade na qual ela está contida, assim a dinâmica da Rua da Aurora reflete as práticas construtivas que atualmente se observa no Recife.

Identifica-se que, quando não há a consideração à paisagem histórica reconhecida pela sociedade, procurando relacioná-la com as novas propostas de intervenção e redesenho, há um desencadeamento e implementação de estruturas arquitetônicas dissonantes com a imagem preexistente, e estas estruturas vão impactar visualmente não só no *skyline* imediato, mas na integridade visual da paisagem, visto que vão interferir na apreensão e na leitura que se tem sobre determinada paisagem.

A Rua da Aurora possui históricas relações com as águas e com as cores do casario e do céu. A imagem que tanto marca o imaginário da cidade é fruto da observação de diferentes elementos que conformam uma determinada composição. Observa-se também uma forte conexão com a rua do Sol, vindo talvez desde a ligação poética de uma receber o raiar do dia e a outra o entardecer. A posição entre as duas traça uma conexão intrínseca, pensa-se na Aurora e automaticamente nos *Flamboyants* da rua da Sol, constitui o mirante de onde mais se observa e contempla a Rua da Aurora.

A noção de paisagem tem relação com o sujeito que a observa e enquadra, de modo material e simbólico e, de acordo com Cauquelin (2007), na paisagem urbana os nossos sentidos (visão, audição e olfato) estão numa constante interação. No próprio exercício de preferências visuais, quando as fotografias são escolhidas, elas revelam a percepção e o sentimento dos sujeitos sobre a paisagem. Diante disto, no processo de análise da Rua da Aurora foi possível observar a peculiar relação dos moradores com esta frente d'água, uma vez que sensações e sentimentos foram despertados e explanados pelos mesmos. Apesar de quase não mencionarem a palavra paisagem ela se traduz em meio às interações, na vivência das atividades.

Os residentes se referem à vida do rio, ao seu cheiro e aos animais que ali vivem. Há a sensação de pertencimento, de calma e tranquilidade, e até mesmo à magia da rua. O sentimento de comunidade e vizinhança é bastante enfatizado. Um dos entrevistados diz apelidá-la carinhosamente de "Aurorinha". Eles comentam não apenas sobre as características da Rua da Aurora em si, mas também exaltam o que a partir dela se pode contemplar, como a vista para a rua do Sol e para o encontro do rio com o mar. Desse modo, eles revelam elementos que passam despercebidos quando o olhar está mais restrito à imagem do cartão-postal e ao que é considerado patrimônio histórico.

Em contrapartida, os especialistas demostraram um pensamento mais fechado, ligado ao que a legislação permite, ou não, ou classifica como patrimônio. Destacam-se apenas dois ou três que relataram sobre a paz, a contemplação e o desfrute pelo flanar nessa margem histórica. Devido, possivelmente, a uma convivência mais restrita, tendo-a mais como local de trabalho ou de passagem, este grupo associa a paisagem da Rua da Aurora aos elementos edificados e à vista do cartão-postal.

Costa e Netto (2015) indicam que tendo em vista a sobreposição de tempos num território, pode-se ter como resultado uma composição complexa e isto é o que acontece na paisagem da Rua da Aurora. Huyssen (2006) aponta que as marcas do espaço presente se fundem no imaginário do passado, e no âmbito dessa compreensão da paisagem como palimpsesto, foi possível notar como as preferências visuais traduziram e reforçaram esse olhar. Observou-se uma clara predominância das preferências para o casario, sua relação com rio e uma menor verticalidade da paisagem. Muitas das imagens selecionadas como as que melhor representam a Rua da Aurora se referiam ao Tempo 1, a paisagens pretéritas que a ainda reverberam na apreensão dos sujeitos sobre a paisagem do hoje.

O objetivo central da pesquisa foi verificar a integridade visual da paisagem da Rua da Aurora e com base nas análises realizadas e na identificação dos atributos visuais, chegou-se na compreensão, como visto no capítulo 7, de que há integridade visual na Rua da Aurora. Sendo possível assinalar sua maior legitimidade no Tempo 1 e início do Tempo 2, período quando se tinham menores interferências visuais das construções do entorno na percepção da paisagem e as edificações possuíam uma maior relação entre si e com o lugar.

Também havia mais vida, mais movimento e maior conexão das pessoas com o rio e a margem da Rua da Aurora, que era uma atração não só para os moradores, mas para os demais residentes da cidade, que se deslocavam para desfrutar do lazer que a Rua da Aurora oferecia. Hoje, apesar do Cais da Aurora oferecer certos atrativos e atividades culturais, ele é pouco frequentado por pessoas que moram em outras localidades, isto foi salientado por um dos moradores entrevistados, que comentou sobre a alta frequência no Parque da Jaqueira e a baixa frequência no Parque da Aurora.

A verticalização que vem se desenvolvendo nessa frente d'água trouxe repercussões não apenas visuais, mas impactou diretamente as pessoas que lá vivem e que tanto exaltam a vida

em comunidade. Os condomínios se fecham e não buscam contato com o lado de fora e com o que a Rua da Aurora proporciona, as preferências visuais mostraram que as imagens que retratam esta perspectiva da Rua da Aurora foram as que menos agradaram os entrevistados. Numa rua com mais de 2km de extensão não é possível ou se deseja uma homogeneidade, mas sim um respeito à memória e história do lugar por meio de um desenvolvimento equilibrado. Besse (2014) já indica que a paisagem é um lugar de memória e sua identidade se compõe a partir da sobreposição das camadas históricas de um território, o qual é marcado pelas distintas gerações que por ele passam.

É preciso olhar a Rua da Aurora em sua completude, compreendê-la como uma unidade para evitar que ocorram os mesmos erros, entre eles a verticalização que desarmoniza a unidade da paisagem urbana. Ao seguir a abordagem da PUH pelo viés da integridade visual, a qual impulsiona desvendar os processos de construção da atual paisagem, considerando nesse processo a participação da população e dos diferentes agentes relacionados, assim como seus atributos visuais, pode-se compreender as necessidades do lugar, para que se obtenha resultados urbanísticos positivos que considerem os tempos da paisagem. Como salienta Bonesio (2002), todas as normativas, projetos ou medidas de salvaguarda que se proponham a um determinado local devem, primeiramente, reconhecer os elementos que compõem seu caráter particular.

Desse modo, os nove atributos visuais identificados apresentam-se como subsídios para diretrizes para intervenções e planejamento da Rua da Aurora. Toda a compreensão do desenvolvimento dessa paisagem por meio da abordagem da PUH e na perspetiva da integridade visual também revela como o olhar sobre a paisagem é mais amplo, é preciso considerar além de limites estabelecidos por setores de preservação rigorosa ou ambiental e compreender o todo. Nesse âmbito, essas zonas de amortecimento, associadas aos atuais SPA, configuram uma importante ferramenta para ajudar a amenizar as modificações no entorno de paisagens históricas. Esses setores podem levar em conta as particularidades e os atributos visuais para que se tenha uma efetiva proteção, ajudando para um desenvolvimento compatível, como intencionado pela abordagem da PUH.

Tendo em vista o atual Tempo 4 da Rua da Aurora, observa-se que repercussões do mesmo ainda irão ocorrer nos próximos anos, a exemplo da inserção dos dois edifícios já aprovados para construção. Desse modo, estipula-se que esse Tempo 4 ainda terá um percurso

pela frente, não sendo possível, ainda, indicar no que consistirá o Tempo 5 dessa paisagem, se trará mais edificações verticais ou ajustes na legislação que poderão ser benéficos à instalação de edificações, usos e tipologias compatíveis com o que a paisagem da Rua da Aurora reflete.

Nesse âmbito, é essencial compreender que novas edificações formam mais uma camada de história, assim é preciso indagar sobre quais valores as futuras construções e modificações dessa frente d'água poetizada e repleta de memórias do Recife passarão às gerações futuras. Giovannoni já indicava que os projetistas do século XX precisavam conciliar as intenções de inovação com o sentimento do ambiente (CABRAL, 2013). Parafraseando-o, pode-se indicar que não só os projetistas, mas também os planejadores do século XXI, precisam voltar a conciliar o desejo de inovação com o sentimento de ambiente das paisagens urbanas das cidades, suas características essenciais que constituem sua identidade e que são reconhecidas pela população. É isto que a abordagem da PUH intenciona, um relacionamento equilibrado entre os distintos elementos urbanos, naturais, tempos e gerações.

Diante das considerações traçadas, compreende-se que a Rua da Aurora é uma paisagem repleta de significados que extrapolam a materialidade das edificações, ela se constrói também com base em valores subjetivos e na relação entre seus componentes. E apesar de não ser a única, pode ser indicada como uma das paisagens que representa o Recife. Explorar a abordagem da PUH e sua correlação com a questão visual apresenta-se como um possível caminho para o avanço no campo das políticas de conservação da paisagem, pois, enxergando no lugar suas razões de ser, tem-se as bases para um desenvolvimento que equilibra a compreensão da história, dos valores passados e presentes.

> " [...] as paisagens que o rio descortina em diversos trechos e nesse da Rua da Aurora, mostra os diferentes jeitos de morar, de viver, como as relações sociais foram transformadas (como a existência do cinema São Luiz e Ginásio Pernambucano), as lógicas de desenvolvimento urbano (conexão Av. Conde da Boa Vista e Guararapes), as interferências políticas (Assembleia legislativa). Acho que é um recorte precioso da cidade onde é possível se aprofundar em várias questões que se relacionam com a cidade e suas paisagens" (E1/G2).

Referências

REFERÊNCIAS

BANDARIN, Francesco; OERS, Ron Van. **El paisaje urbano histórico:** La Gestión del Património en un Siglo Urbano. Madrid: Abada Editores, 2014.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmede, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo.** Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

BERQUE, Augustin. **A Ecúmena:** medida terrestre do homem, medida humana da terra: para uma problemática do mundo ambiente. 1993. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). Filosofia da paisagem: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 187-199.

_____. **O pensamento paisageiro:** uma aproximação mesológica. 2008. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). Filosofia da paisagem: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 200-212.

_____. **Paisagem, Meio e História**. 1994. In: BERQUE, Augustin. Cinco propostas para uma teoria da paisagem. Trad. Vladimir Bartalini. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013. p.31-42.

BERJMAN, Sonia. **El Paisaje y el Jardín como elementos Patrimoniales.** Una Visión Argentina. In: TERRA, C.; ANDRADE, R.O. Paisagens Culturais: contrastes sul-americanos. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

BERNARDINO, Iana Ludemir. **Mercado imobiliário residencial em áreas centrais tradicionais:** produção de novas espacialidades e obsolescência imobiliária na definição de submercados residenciais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32344. Acesso em: 14 abr. 2020.

BONESIO, Luisa. **Elogio da Conservação**. 2002. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). Filosofia da paisagem: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 443-464.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração.** 2004. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CABRAL, Renata Campello. **A noção de "ambiente" em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. 2013. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** Companhia das letras, 1990. 1° ed. [Lé città invisibili, 1972]. Tradução: Diogo Mainardi.

CARVALHO, Pedro Luso de. **Manoel Bandeira – Cotovia.** In: Blog Panorama, 26 abr. 2014. Disponível em: http://panorama-direitoliteratura.blogspot.com/2014/04/manoel-bandeira-cotovia.html. Acesso em: 1 mar. 2020.

CASTEL-BRANCO, Cristina; SOARES, Ana Luísa; ARSÉNIO, Pedro; MESQUITA, Sandra; MENDES, Ana; DORIA, Carolina; SILVA, Joana Santos da; SANTIAGO, Raquel. **Método das preferências visuais.** *In*: ALHO, Carlos (Dir.). Revista de Arquitectura, Urbanismo, Interiores e Design. Edição Especial: Arquitectura paisagista e ecologia urbana. Lisboa: Insidecity, 2011.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e suas ruas:** se essas ruas fossem minhas. 4° ed. revista e atualizada. Recife: Ed. Poço Cultural, 2015. 442p.

_**_____**. **O Recife e seus bairros**. 8° ed. revisada. Recife: Ed. Poço Cultural, 2016. 524p.

_**_____**. **O Recife um "Presente" do "Passado"**. Recife, 1995.

_**_____**. **Enciclopédia Urbana do Recife**. Apresentação Jobson Figueiredo. Recife: Porto Cultural, 2018. 582p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos da Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte. 2015.

COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Organização da tradução: Ida Alves. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013. 204p.

COE, **Recomendação nº R (95) Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas**. Comitê de Ministros, 543ª Encontro de Vice-Ministros em 11 de setembro de 1995. Disponível em: https://culturanorte.gov.pt /fotos/editor2/1995-recomendacao_relativa_a_conservacao_dos_sitios_culturais_integrada _nas_politicas_de_paisagem-conselho_da_europa.Pdf. Acesso em: jan. 2018.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. IPHAN, Rio de Janeiro, 3.ed. 2004

FERREIRA, Lupércio Gonçalves. **O Recife de Ontem.** 1996. 70p.

FUNDARPE, **Diagnóstico do Conjunto Urbano da Rua da Aurora**. Recife, 2010

KUHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni:** Textos Escolhidos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar:** elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. **Conservación de bienes culturales**. Madrid, Cátedra, 1999. 628p.

HUYSSEN, Andreas. **Present Pasts - Urban Palimpsests and the Politics of Memory**. Stanford University Press. Stanford, California. 2003

ICOMOS, **Declaração de Xi'an sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas de Patrimônio Cultural**. 2005. Disponível em: http://www.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____, **Carta de Veneza.** Veneza, 1964. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf. Acesso em: 5 jan. 2018.

JORGE, Esther Rodrigues da Costa. 5. **O significado das pontes na paisagem do centro da cidade do Recife.** 2007.Dissertação (Mestrado) em Desenvolvimento urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3606/arquivo5490_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 9 mar. 2018.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades. Rio de Janeiro:** Ed. Casa da Palavra, 2005.

JOKILEHTO, Jukka. **Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context.** 2006. Disponível em: http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs/2006/CT-2006-44.pdf. Acesso em: 3 abr. 2018.

_____. **Notes on the definition and safeguarding of HUL**. 2010. Disponível em: http://www.ct.ceci-br. org/novo/revista/viewarticle.php?id=162. Acesso em: 3 out. 2018.

LORETTO, Rosane Piccolo. **As [des]venturas da integridade no Patrimônio Mundial**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

MARTINI, Viviana. **The Conservation of Historic Urban Landscapes: an approach.** Dissertação – University of Nova Gorica Graduate School. Veneza, 2013.

MENEZES, José Luiz Mota (Org.). **Atlas histórico Cartográfico.** Recife: Massangana, 1988.

MITCHELL, Nora; ROSSLER, Mechtild, TRICAUD, Pierre-Marie. **World Heritage Cultural Landscapes. A Handbook for Conservation and Management.** Paris: UNESCO, 2009.

NUNES, José Horta. **O espaço urbano: a "rua" e o sentido público.** In: Cidade atravessada: os sentidos públicos no Espaço Urbano. Eni P. Orlandi (org.) – Campinas, SP: Pontes, 2001.

OERS, Ron Van. **Towards new international guidelines for the conservation of historic urban landscapes (HUL).** Disponível em: http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2008/CT-2008-113.pdf. Acesso em: 2 nov. 2019.

REYNALDO, Amélia. **As Catedrais Continuam Brancas**: planos e projetos do século XX para o centro do Recife. Recife: Cepe, 2017.

ROCHA, Leduar de Assis. **Do forte dos Matos à Rua da Aurora.** Subsídios para a história do "Palácio Joaquim Nabuco". Recife, 1967.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **Parque e Paisagem: um olhar sobre o Recife**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; DUARTE, Mirella; MARQUES, Eliábi. **A conservação da paisagem na perspectiva de um sistema de espaços livres públicos do Recife**. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 26. São Paulo, 2009. p. 127 – 141.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline de Figueirôa. **Paisagem Urbana Histórica.** In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes. Plano de Gestão da Conservação Urbana: conceitos e métodos. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). Olinda, 2012. p. 292-301.

SANTANA, Andresa Bezerra. **Dos mocambos aos arranha-céus:** o processo de formação do solo e estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SECCHI, Bernardo. **Primeira Lição de Urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

SERPA, Angelo. **Urbana baianidade, baiana urbanidade**. Salvador: [s.m.], 1998. 182p.

SILVA, José do Amaral e. **A arquitetura do urbanismo e o urbanismo da arquitetura**: o estudo comparativo dos conjuntos das Avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

SILVA, Milena Torres de Melo. **Paisagem Urgente:** um estudo sobre conservação e renovação urbana na Rua da Aurora. Trabalho de Graduação. Universidade Católica de Pernambuco. Recife. 2017.

STOVEL, Herb. **Effective use of authenticity and integrity as world Heritage Qualifying Conditions**. 2007. Disponível em: http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2007/CT-2007-71.pdf. Acesso em: 14 de nov. 2018.

UNESCO, **Expert meeting on Authenticity and Integrity in an African Context**. World Heritage Centre. Great Zimbabwe, 2000. Disponível: https://whc.unesco.org/en/events/443/. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____, **International Expert Workshop on Integrity and Authenticity of World Heritage Cultural Landscapes**. Aranjuez, Espanha, 2007. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/ events/450/. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____, **International World Heritage Expert Meeting on Visual Integrity**. Índia, 2013. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/events/documents/event-992-12.pdf. Acesso em: 1 de nov. 2018.

_____, **Management and Preservation of Historic Centres of Cities inscribed on the World Heritage List.** São Petersburgo, 2006. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/news/305. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____, **Nara Seminar (Report) Development and Integrity of Historic Cities.** World Heritage Centre. Japão, 1999. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf000014 9805. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____, **Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica**. Paris: Unesco, 2011. Disponível em: http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMEMDAC AO.pdf. Acesso em: 8 mai. 2018.

_____, **Recommendations on the Application of the Concept of the Historic Urban Landscape in the African Context**. World Heritage Centre. Zanzibar, 2009. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/events/613/. Acesso em: 28 jun. 2019.

UNESCO, Report on the International World Heritage Expert Meeting on the Mainstreaming of the methodological approach related to the Recommendation on the Historic Urban Landscape in the Operational Guidelines. World Heritage Centre. Rio de Janeiro. Brasil, 2013. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/events/1071/. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____, Report of the International Expert Meeting on Integrity for Cultural Heritage. Al Ain, Emirados Árabes, 2012. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/events/992/. Acesso em: 14 jun. 2019.

_____, Report of the Expert Meeting on Evaluation of general principles and criteria for nominations of natural World Heritage sites (National Park La Vanoise). França, 1996. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/documents/838. Acesso em: 14 jun. 2019.

_____, Olinda Report of the Regional Conference "Historic Urban Landscapes in the Americas". World Heritage Centre. Brasil, 2007. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads /activities/documents/activity-47-9.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____, Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Paris, 2015. Disponível em: em: http://whc.unesco.org/en/guidelines/. Acesso em: 7 de nov. 2018.

_____, Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Paris, 2005. Disponível em: em: https://whc.unesco.org/archive/opguide 05-en.pdf. Acesso em: 9 mai. 2019.

_____, HUL planning meeting. World Heritage Centre. Paris, 2008. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000158388_eng. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____, Preliminary Report on the Draft Recommendation on the Historic Urban Landscape. Paris, 2010. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/ activity-638-59.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

_____, The HUL Guidebook - Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments: A practical guide to UNESCO's Recommendation on the Historic Urban Landscape. Áustria, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303923326_THE_HUL_GUIDEBOOK_Managing_heritage_in_dynamic_and_constantly_changing_urban_environments. Acesso em: 10 set. 2019.

_____, Viena Memorandum on "World Heritage and Contemporary Architecture Managing the Historic Urban Landscape. 2005. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/2005/ whc05-15ga-inf7e.pdf. Acesso em: 24 de out. 2018.

_____, Workshop on New Approaches to Urban Conservation. Jerusalem, 2006. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Moscow/pdf/070208Statement_Jerusalem.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

VASCONCELOS, Maria Lúcia Carett; GRANATO, Marcus. A noção de integridade aplicada à conservação e restauro de bens culturais móveis: alguns antecedentes e desdobramentos. Rev. CPC, São Paulo, n. 23, p. 93-113, jan./jul. 2017.

VERAS, Lucia Maria. **Paisagem Postal:** a imagem e a palavra na compreensão de um Recife Urbano. Tese (Doutorado em Desenvolvimento urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. **Frans Post e a paisagem da Nova Holanda**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2019.

LEGISLAÇÕES

ABAP, **A Carta Brasileira da Paisagem**. 2010. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/anexos/noticias/CARTA_BRASILEIRA_DA_PAISAGEM.pdf. Acesso em: 30 de out. 2018.

BRASIL, **Decreto-Lei N°25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://www.unesco.org /culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_lei_25_30_11_1937_por_orof.Pdf. Acesso em: 4 de nov. 2018.

BERENGO, Cecília; DI MAIO, Sara. **Nós Somos a Paisagem**. Como interpretar a Convenção Europeia da Paisagem. Tradução adaptada: MAPa. 2012. Disponível em: https://issuu.com/mapa2012/docs/nos_somos_a_paisagem. Acesso em: 20 jan. 2020.

COE, **Convenção Europeia da Paisagem**. Decreto n. 4/2005. Florença, 20 out. 2000.

RECIFE, **Decreto n°27,** de 15 de julho de 1946. Estabelece gabaritos para as principais ruas do Recife. Diário Oficial do Estado, Recife, n.157, 1946.p. 2981.

_____, **Diagnóstico Propositivo para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural**. Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural. 2019. Disponível em: https://planodiretor.recife.pe.gov.br/index.php/plano-de-ordenamento-territorial.Acesso em: 3 mai. 2020.

_____, **Preservação de Sítios Históricos do Recife**. Recife: Empresa de Urbanização do Recife, 1981.

_____, **Projeto de quadra: Rua da Aurora**. Recife. 1946.

_____, Lei Municipal n° 2590, de 24 de novembro de 1953. Dispõe sobre normas para construção de edifícios nas zonas comerciais e residenciais. Recife: Câmara Municipal, 1953.

_____. Lei Municipal n°7427, de 24 de outubro de 1961. Regula as relações jurídicas da competência do Município do Recife, atinentes a Urbanismo e Obras. **Diário Oficial do Estado**, Recife, Secção Diário dos Municípios.

_____, Lei Municipal n° 13.957, de 26 de setembro de 1979. **Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife**. Recife: Câmara Municipal.

_____, Decreto Municipal n°11.888/81. **Institui a Zona de Preservação do Sítio Histórico do Bairro da Boa Vista**, classificada pelo PPSH na categoria de "Conjuntos Antigos". Recife: Câmara Municipal, 1981.

_____, Lei Municipal nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983. Define diretrizes para o uso e ocupação do solo. **Diário Oficial do Estado**, Recife, 1983.

RECIFE, Lei Municipal nº16.176, de 13 de abril de 1996. Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. **Diário Oficial do Estado**, Recife, Secção Diário dos Municípios, n.40, 1996.p.02

_____, Lei Municipal n°16.243, de 13 de setembro de 1996. **Estabelece a política do meio ambiente da cidade do recife e consolida a sua legislação ambiental, mediante a instituição do código do meio ambiente e do equilíbrio ecológico da cidade do Recife.** Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1996/1624/16243/lei-ordinaria-n-16243-1996-estabelece-a-politica-do-meio-ambiente-da-cidade-do-recife-e-consolida-a-sua-legislacao-ambiental-mediante-a-instituicao-do-codigo-do-meio-ambiente-e-do-equilibrio-ecologico-da-cidade-do-recife. Acesso em: 4 mai. 2019.

_____, Lei Municipal nº17.489 de 27 de junho de 2008. Modifica os limites e os parâmetros reguladores do uso e da ocupação do solo na Zona Especial de Centro Principal- ZECP, alterando a Lei n.16.176, de 9 de abril de 1996. **Diário Oficial do Estado**, Recife, n.94, 2008.

_____, Lei Municipal nº17.511 de 29 de dezembro de 2008. Revisão do Plano Diretor do Município do Recife. **Diário Oficial do Estado**, Recife, n.148, 2008.

PERNAMBUCO, Decreto Estadual de Homologação n°10.714, de 9 de setembro de 1985. **Proposta de Tombamento do Conjunto Urbano da Rua da Aurora**. Processo de tombamento n°3522/83. Inscrito no Tombamento no Conselho Estadual de Cultura: n°9, Livros de Tombo III, fl.02.

JORNAIS E PERIÓDICOS

ANDRADE, Cleones. **A Rua da Aurora e o "Nôvo Recife".** In: Boletim da Cidade do Recife. Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. N°173/179. Recife, 1968.

FRAGOSO, Danillo. **Mãos criminosas fazem do Recife a cidade sem rosto.** Correio da Manhã. VI Caderno do Nordeste. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1969.

_____. **Velhas ruas do Recife.** Correio da Manhã. VI Caderno do Nordeste. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1967.

LUNA, Moema**. O Recife acorda na Aurora**. Diário de Pernambuco. Caderno Viagem. Recife, 9 de março de 1994.

NOTÍCIAS EM JORNAIS ONLINE

ANDREA, Margarette. **Decreto congela grandes projetos de construção em Santo Amaro por 18 meses**. In: Jornal do Comércio, 29 mai. 2015. Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/05/29/decreto-congela-grandes-projetos-de-construcao-em-santo-amaro-por-18-meses-183391.php. Acesso em: 5 dez. 2019.

Apêndices

APÊNDICE A – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Características dos entrevistados	
Local de Nascimento	Do universo de 30 entrevistados apenas 9 (30% do conjunto) não nasceram no Recife. Destes, dois fazem parte do grupo de moradores (G1) e sete do grupo de especialistas (G2).
Local de Residência	Este quesito permitiu identificar que os 15 moradores entrevistados residem em seis dos edifícios da Rua da Aurora: Edifício Ébano (2); Edifício Caeté (1); Edifício Iemanjá (3); Edifício Alfredo Bandeira (6); Edifício Capibaribe (2); Edifício Jardins da Aurora (1).
Idade	A idade propiciou verificar um grau de maior ou menor vivência e apropriação com a Rua da Aurora. Ao considerar o conjunto total de entrevistados, foi possível constatar que 18 tem entre 24 e 40 anos (60%); 8 possuem entre 40 e 60 anos (33,33%) e 4 tem mais de 60 anos (13,33%).
Profissão	Grupo de Moradores (G1): Os moradores mostraram-se ser de diferentes campos profissionais, o que permitiu distintos olhares para a paisagem em estudo, influenciados por diferentes formações, como Turismo (1), Engenharia de transportes (1); Engenharia mecânica (1); Analista de projetos (1); Arquiteto de interiores (1); Publicitário (1); Violinista (1); Fotógrafo (2); Sociólogo (1); Designer gráfico (2); Enfermeiro (1); Psicólogo (2); Gestor Cultural (1). Grupo de Especialistas (G2): Nesse grupo há uma predominância de profissionais formados em Arquitetura e Urbanismo. Dentre os 15 especialistas, tem-se 12 arquitetos, um historiador e dois antropólogos que trabalham na área do patrimônio imaterial.
Grau de Escolaridade	Este item demonstrou a constituição de um grupo com um certo grau de formação, tanto entre os especialistas como entre os moradores, pois todos possuem no mínimo graduação em curso superior. Assim, considerando os 30 entrevistados, 13 possuem ensino superior (43,33%); 6 tem especialização (20%); 6 possuem mestrado (20%) e 5 cursam ou já finalizaram o doutorado (16,66%).

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA (G1)

PESQUISA: A INTEGRIDADE VISUAL DA PUH RUA DA AURORA

Grupo 1: Moradores

Data: / /	N° da entrevista:

PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome:	Idade:
Local de nascimento:	Local de residência:
Profissão/Onde trabalha:	
Escolaridade:	
E-mail:	Contato:

1° ETAPA – OLHAR SOBRE AS IMAGENS

Observe as seguintes imagens que representam diferentes tempos históricos da Rua da Aurora.

(1)

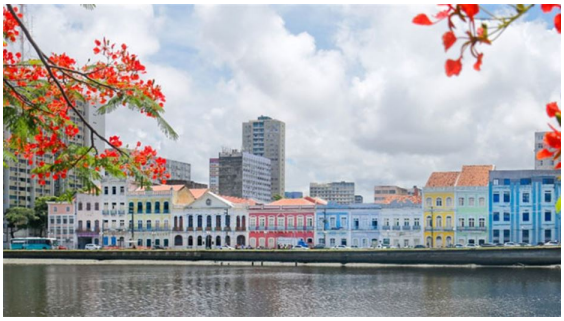
(2)

(3)

(4)

(5)

(6)



(7)

(8)

(9)

(10)

(11)

(12)

(13)

(14)

(15)

(16)

(17)

(18)

(19)

Edificio da Camara dos Deputados — Rua d' Aurora — Pernambuco

(20)

Rua Visconde do Rio Branco - Recife - Pernambuco.

(21)

(22)

(23)

1. Indique, numa escala decrescente de importância, as 5 imagens que melhor representam a Rua da Aurora.
2. Indique, numa escala decrescente de importância, as 5 imagens que menos representam a Rua da Aurora.

2° ETAPA: EXPLORANDO A APREENSÃO DA RUA DA AURORA

1. Você acha que a Rua da Aurora representa o Recife? Por quê?
2. Indique uma palavra ou uma frase que, para você, representa a Rua da Aurora.
3. O que você mais gosta e menos gosta na Rua da Aurora? Por quê?
4. Das coisas que você gosta, o que você desejaria que fosse passado para as gerações futuras?
5. Você costuma praticar alguma atividade de lazer ou cultural em sua margem? Exemplifique.
6. Quando você pensa na Rua da Aurora, você lembra de que?
7. Algum fator em especial lhe influenciou na hora de você escolher a Rua da Aurora como residência?
8. O que mais lhe chama atenção nas imagens antigas da Rua da Aurora? O que nessas imagens você gostaria que tivesse permanecido até os dias de hoje?
9. O que você acha dos novos e altos prédios que nos últimos anos vem sendo construídos na Rua da Aurora?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA (G2)

PESQUISA: A INTEGRIDADE VISUAL DA PUH RUA DA AURORA

Grupo 2: Especialistas

Data: / /	N° da entrevista:

PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome:	Idade:
Local de nascimento:	Local de residência:
Profissão/Onde trabalha:	
Escolaridade:	
E-mail:	Contato:

1° ETAPA – OLHAR SOBRE AS IMAGENS

1. Indique, numa escala decrescente de importância, as 5 imagens que melhor representam a Rua da Aurora.
2. Indique, numa escala decrescente de importância, as 5 imagens que menos representam a Rua da Aurora.

2° ETAPA: EXPLORANDO A APREENSÃO DA RUA DA AURORA

1. Você acha que a paisagem da Rua da Aurora representa o Recife? Por quê?
2. Indique uma palavra ou uma frase que, para você, representa a paisagem da Rua da Aurora.
3. O que você mais gosta e menos gosta na Rua da Aurora? Por quê?
4. Das coisas que você gosta, o que você desejaria que fosse passado para as gerações futuras?
5. A Rua da Aurora é presente em seu cotidiano? Você costuma praticar alguma atividade de lazer ou cultural em sua margem? Exemplifique.
6. Quando você pensa na Rua da Aurora, você lembra de que?
7. O que mais lhe chama atenção nas imagens antigas da Rua da Aurora? O que nessas imagens você gostaria que tivesse permanecido até os dias de hoje?
8. O que você acha dos novos edifícios verticais que nos últimos anos vem se inserindo no *skyline* da Rua da Aurora?
9. Até que ponto você acha que as divergências entre legislações interferiram no caráter da paisagem da Rua da Aurora ao longo dos anos?
10. A compreensão da Rua da Aurora como patrimônio vigora na rua como um todo?
11. O que você acha da proteção fragmentada proposta pelas legislações preservacionistas que atuam na Rua da Aurora? Modificaria alguma coisa?
12. Você acha que as legislações possuem alguma força no desenho de paisagens?

APÊNDICE D – ELEMENTOS QUE LEMBRAM A RUA DA AURORA

Elementos que os entrevistados lembram ao pensar na Rua da Aurora			
Moradores (G1)	Quant.	Especialistas (G2)	Quant.
Música	2	Adolescência	1
Cinema	2	História	1
Amigos/Amizades	2	Um Recife de antigamente	2
Paz/Sossego	1	Cotidiano	1
Natureza	1	Sobrados	1
Vista do cartão-postal	2	A paisagem	1
Cheiro do rio	1	Rio Capibaribe	2
Festas e encontros	1	Local de Trabalho	1
Sensação de pertencimento	1	Cinema São Luiz	1
História de vida	1	Arte	1
Rio	1	Casario	**5**
Infância	**3**	Casario Espelhado no rio	2
Vista para o rio e o mar	1	Casarões antigos	1
Casa/Lar	**3**	Trecho entre a rua do Riachuelo e a Ponte Princesa Isabel	1
		Trecho entre as pontes da Boa Vista e Santa Isabel	2
		Privilégio dos que moraram, estudaram e conviveram na rua	1
		Localização Privilegiada	1
		Pontes/ Relação das pontes da Boa Vista, Duarte Coelho e Santa Isabel	1
		Arquitetura do século XIX	1
		Roteiro cultural	1
		Novas áreas com a presença de edifícios residenciais (incluindo os mais antigos)	1

APÊNDICE E –ELEMENTOS QUE REPRESENTAM A RUA DA AURORA

Elementos que representam a Rua da Aurora na visão dos entrevistados		
MORADORES (G1)		
Grupos	Elementos citados	Quat.
ARQUITETURA	Casario	**5**
	Pontes	3
	Ginásio Pernambucano	2
	ALEPE	2
	Sobrados	1
	Edifício Capibaribe	2
	Cais	1
	Prédios antigos	1
ARTE E HISTÓRIA	Cartão-postal	3
	MAMAM	2
	Cinema São Luiz	**4**
	Referência a poemas e músicas	3
	Monumento Tortura Nunca Mais	1
	Monumento do Caranguejo	1
	Cores	1
	Beleza e magia	2
	Memória afetiva dos recifenses	1
	Retrato do coração da cidade	1
	História	2
	Pontos Turísticos	1
	Movimentos Populares	1
	Marco urbano/ Marco na cidade	2
NATUREZA	Rio Capibaribe e sua margem	**8**
	Mar	1
	Pescadores	1
	Mangue	3
	Animais (garças; insetos; caranguejos)	1
LOCALIZAÇÃO	Proximidade com o centro da cidade	3
	Proximidade com o Recife antigo	2
	Proximidade com Olinda	2
	Facilidade de acesso para diferentes localidades	1
VISTAS	Vista para o Capibaribe	1
	Vista para a rua do Sol	1
	Vista para as ilhas (Santo Antônio/São José e Bairro do Recife)	1
USOS	Presença de instituições públicas como SDS e SEPLAG	1
ESPECIALISTAS (G2)		
Grupos	Elementos citados	Quat.
ARQUITETURA	As fachadas dos imóveis	1
	Sobrados	3
	Arquitetura	1
	Casario	**5**
	Pontes	**4**
ARTE E HISTÓRIA	Retrata distintos períodos de ocupação	1
	Faz parte do imaginário coletivo	1
	Monumentos	1
	Forte símbolo da cidade	1

Elementos que representam a Rua da Aurora na visão dos entrevistados		
ESPECIALISTAS (G2)		
Grupos	Elementos citados	Quat.
ARTE E HISTÓRIA	Relação com o galo da madrugada/carnaval	1
	Modelo de ocupação inicial do Recife	1
	Retrato da formação urbana do Recife a partir do final do século XVIII	1
	Permite identificar elementos constituintes da história do Recife	1
	Representa certa ambiência do século XIX	1
	Relação com as Ilhas do Recife e de Santo Antônio e São José	1
	Aterros	1
	Uma das paisagens mais revisitadas do Recife enquanto cidade moderna	1
NATUREZA	Relação com o rio Capibaribe	9
USO	Passeio na margem do Capibaribe	1
	Passeios contemplativos	1

APÊNDICE F – ELEMENTOS DE DESTAQUE DAS IMAGENS ANTIGAS

Elementos de destaque das imagens antigas da Rua da Aurora de acordo com os entrevistados			
Moradores (G1)	**Quant.**	**Especialistas (G2)**	**Quant.**
Presença de árvores	**3**	Pouca presença de pessoas nas fotografias	1
Os prédios modernos	1	Casario/ Arquitetura do casario	**5**
Casario	**3**	Pessoas passeando pela orla do rio	1
Que o cenário não mudou muito apesar do tempo	1	Possibilidade de tomar banho no rio	1
Rio como via de transporte / contato com o rio	**3**	Arborização urbana	1
Limpeza do rio	2	Pontos acesso e relação com o rio	**4**
Tobogã	1	Escala das edificações	**3**
Pontes	1	Ausência de edificações muito altas	2
Menos prédios	1	Baixo gabarito	2
Ausência dos novos prédios	1	Integridade do conjunto edificado	1
O gabarito das construções (maior horizontalidade/ visual mais limpo)	**3**	Ruas do entorno ainda sem alargamento	1
Píer de acesso ao rio	1	Utilização da rua enquanto espaço público	1
Regatas de remo	1	Usos aquaviários próximos aos imóveis	1
Acesso para os barcos	1		

APÊNDICE G – ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA RUA DA AURORA

Aspectos negativos e positivos sobre os novos edifícios da Rua da Aurora para os entrevistados	
MORADORES (G1)	
Aspectos negativos	- Descaracterizam a rua - Trazem mais sujeira e aumento do fluxo de carros - Muito altos - Aumento do IPTU - Tiram a vista para Olinda - Estranhos à rua - Deslocados da dinâmica da rua - Interferem em aspectos climáticos e de saneamento - Levam a uma perda da essência da rua - Tiram a calma e a tranquilidade - A falta de participação e interesse dos novos moradores nas atividades do lugar - Interferem/descaracterizam a paisagem e a vista para a Rua da Aurora - Gentrificação
Aspectos positivos	- Interessantes para a movimentação do bairro de Santo Amaro - Mais movimentação e comércio para a rua, abrindo mais estabelecimentos comerciais (cafés, restaurantes, padaria)
ESPECIALISTAS (G2)	
Aspectos negativos	- Destoam em material, gabarito e relação rua/ passeio - Falta respeito com o espaço antigo e a memória da cidade - Quebra de escala - Falta de interação estilística e sociocultural - Descaracterização da ambiência - Impõem uma distinta lógica de funcionamento - Empobrecem as relações com a memória social - Fragilizam a integração com outros grupos sociais - Prejudiciais à paisagem do Recife - Falta de diálogo e harmonia com os edifícios históricos - Ruins/ problemáticos - Impacto/ descaracterização da paisagem - Alteram visadas da cidade - São intervenções irreversíveis - Tipologia genérica - Trazem problemas ambientais e urbanísticos -Interferem negativamente na integridade (visual e estrutural), na autenticidade e na geografia da morfologia urbana - Destruição do passado
Aspectos positivos	- Uso residencial apropriado - Respeitam as legislações

APÊNDICE H – PREDILEÇÕES SOBRE A RUA DA AURORA

Elementos que os entrevistados mais e menos gostam na Rua da Aurora	
MORADORES (G1)	
MAIS GOSTAM	**MENOS GOSTAM**
- A história da rua - Não ter trânsito - Localização próxima do centro - Arquitetura que conserva a história - Proximidade com o rio - Fácil deslocamento de bicicleta/ônibus. - Representatividade da rua - Tranquilidade e calma - Beleza e diversidade - Proximidade com o Cinema São Luiz - Senso de comunidade - Vizinhança - A ambiência do rio (brisa, mangue, pássaros) - A vista e as possíveis paisagens que ela traz - Conseguir enxergar na rua todas as eras da cidade do Recife	- Descaso por parte do poder público, dos cidadãos e dos moradores - Falta de comércio e serviço próximos (padaria, supermercado, farmácia etc.) - Insegurança e sensação de medo, principalmente, à noite - Falta de policiamento/policiamento restrito - Rua muito escura durante a noite - Os novos prédios - Especulação imobiliária e a tentativa de gentrificar a rua - Quantidade de carros - Sujeira/lixo e dejetos sanitários no rio - Eventos públicos em horários inadequados e sem a consulta prévia aos moradores
ESPECIALISTAS (G2)	
MAIS GOSTAM	**MENOS GOSTAM**
- Caminhar pelos passeios olhando o rio - Seu elemento de contemplação da cidade - O casario/os sobrados em uma relação harmoniosa com o rio - O trecho do casario preservado - A unidade do casario (ritmo, escala, cor e sua inserção na paisagem). - Proximidade e relação com o rio - O leito do rio e a ambiência que a rua forma em conjunto com o rio - Como ela reflete claramente seus períodos de ocupação - Proporciona pausa para contemplar e descansar - Cinema São Luiz - Da manutenção de alguns componentes da paisagem urbana herdada (rio, ponte, casario) - *Flamboyants* - Passeio ao longo do rio (passando pelo casario; monumentos; visualizando o contorno das ilhas que compõem a área) - Edifícios com a arquitetura do século XIX - Diversidade de usos - Localização privilegiada - Roteiro Cultural (cinema São Luiz, MAMAM, antigo MISPE e o Teatro Arraial) - Dinâmica da rua - Dos elementos que representam várias épocas da história do Recife - A parte mais preservada	- Quantidade de imóveis subutilizado ou abandonados - Relação apenas residual com as águas - O trecho entre o hotel Recife Plaza e o MAMAM - A descaracterização dos prédios altos - A falta de unidade das novas construções verticais - Falta de relação das atividades dos imóveis com o rio - Avanço/excessiva verticalização que impõe uma nova paisagem desarmoniosa - A transformação mais recente que desrespeita sua escala de uma forma sem precedentes - Abandono e má conservação das edificações e áreas públicas ao longo da via - As diretrizes de ocupação mais recente tanto na própria via como nas extensões de sua paisagem - Falta de cuidado da gestão pública - Sujeira - O descaso com grande parte das edificações, em especial as mais antigas - Calçadas com dimensões limitadas - Falta de arborização - Insegurança - A ausência de espaços que permitam a interação com o rio - O processo de esquecimento e abandono de certos trechos - A proposta de renovação urbana (orientada pela massiva verticalidade e pressão imobiliária)